

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Letras (IL)
Departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL)

RETRATO EM MOVIMENTO

Crítica cultural e dialética no Brasil: uma abordagem da obra de Roberto Schwarz

Doutorando : André Matias Nepomuceno

Tese apresentada ao programa de pós-graduação
do TEL (Universidade de Brasília) como pré-
requisito parcial para obtenção do título de
Doutorado em Teoria Literária

Banca examinadora

Prof. Orientador: Dr. Hermenegildo Bastos (presidente)

Profª Dra. Ana Laura dos Reis Corrêa

Prof. Dr. Antonio Arnoni Prado (USP)

Prof. Dr. João Vianney Nuto

Profª Dra. Maria Elisa Cevasco (USP)

Profª Dra. Rita de Cassi (suplente)

Brasília, set. 2006.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Nayde Matias Nepomuceno (in memorian); mãe também ao contar-me cedo, histórias, em particular as brasileiras, escritas ou não, contribuindo para despertar a chama partilhada da imaginação leitora.

A Natascha, neta e filha, em cuja beleza do olhar se entrevêem no mar as sereias do destino tão universal quanto inarredavelmente singular.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a meu orientador, mestre e *conselheiro* de ânimo generoso, sem embargo do rigor, temperado contudo pelo insubstituível tom humorado, e *póetico* que muito lhe crédito como peculiar: Professor Dr. Hermenegildo José de Menezes Bastos; cuja ausência das muito próprias e já longas presença, disposição, disponibilidade, conhecimento, convivência intelectual respeitosa e afetiva tornaria, tanto o mestrado, quanto a proposta ora sob análise para o doutorado, improváveis, senão diluídos em outros rumos e contradições a que a vida não deixa de ofertar continuamente, para a boa e/ou má sorte, a depender das circunstâncias concretas e das escolhas.

*Desnecessário enfatizar, entretanto, o limite das responsabilidades entre a orientação e o trabalho do texto, que assumo, evidentemente, perante a apreciação da eminente banca.

Agradeço a Erika, companheira, da qual os incentivos foram de relevância maior, em particular nos momentos em que a perseverança sofreu oscilações.

Registro também a honrosa e prazerosa participação no grupo de estudos *Literatura e modernidade periférica*, ao qual devo a tolerância e a partilha de um convívio que muito contribuiu (e contribui) em vários sentidos, direta e indiretamente, para a chegada à apresentação desse texto (entre outros trabalhos e histórias, crônicas e agudas; nem sempre *debaldes* à linguagem e sua relação referencial; entre primeiras, terceiras e *diversas, mas, no mínimo, não alheias*).

Agradeço a várias pessoas – algumas delas de modo especial – e a algumas instituições que, mais ou menos conscientes, foram solidárias, no caso (embora não exclusivamente) objetivamente relacionado ao aspecto de vida e produção *acadêmica*. Contribuíram sobremaneira, e/ou não opuseram óbices tão comuns à reificação em geral demasiado burocrática da *vida danificada*.

Agradeço, por fim, à instituição da Universidade Pública, de qualidade e gratuita – no caso, materializada em específico na UNB –, em minha opinião, fundamental para nosso problemático e complexo país, apesar dos vários debates, das realidades e limites do passado, presente e futuro.

** Não poderia deixar de mencionar aqui a referência ao IL, ao LIV, e ao TEL, aos quais devo boa parte do acesso *acadêmico*, desde a licenciatura e, com acento, na opção pela área de teoria da literatura. Consigno meu apreço a todos os professores e professoras com quem tive a oportunidade de partilhar o processo, incessante, de formação literária. Incluo a área dos trabalhadores administrativos, em nome dos quais resumo meu agradecimento à solícita figura de Dora Duarte.

“No entanto, o espírito é realista e o objetivo é captar o aspecto específico da realidade e da vida social brasileiras.”

“Hoje vivemos a decomposição daquele projeto, substituído por outro, em que a hipótese da integração social figura com menos força. As “peculiaridades” do novo ciclo não deixarão de aparecer, se já não estiverem aparecendo, inclusive na literatura.”

“Hoje a idéia de uma cultura que não seja mercadoria tornou-se impensável.”

“A História não é uma velhinha benigna.”

“A cultura é aliada natural da revolução, mas esta não será feita para ela e muito menos para os intelectuais.”

Roberto Schwarz

RESUMO

Esta tese verifica aspectos centrais da crítica materialista de Roberto Schwarz. Fixa um itinerário dinâmico de seus conceitos, sob a chave da especificidade atual do Brasil. A crítica da cultura e da literatura são elementos de partida para a análise das contradições de nossa corrosiva realidade interna, ao mesmo tempo em que vinculada ao andamento mundial do capital. Na combinação das formas do processo social e da composição literária, esta crítica é forma da captação do sentido de conjunto. A difícil tarefa de enunciar um processo de auto-consciência dos problemas e impasses desafia a prospecção das tensões que envolvem vida social, experiência literária e intelectual. A proposição de resultados novos passa pela mescla de perplexidade e perversidade como traço essencial nas relações sociais e no sujeito brasileiro.

Este método *realista* articula a mediação teórica entre a oscilação ideológica e os constrangimentos materiais aos parâmetros civilizatórios no país. Se a história do futuro tende a reproduzir a promessa de um passado em que a modernização se concretizou numa incompletude constitutiva, esta situação muito própria não deixa de ter conseqüências no debate contemporâneo da “Teoria”.

Palavras-chave: crítica cultural e dialética; literatura e problemas brasileiros; atualidade do realismo; reificação; processo social, forma literária e subjetivação.

ABSTRACT

This thesis verifies central aspects of Roberto Schwarz's materialist criticism. Fix a dynamic itinerary of its key-concepts about Brazil's specific present. Cultural and literary criticism are initial elements to analyse the contradictions of our internal corrosive reality, at the same time tied to capital's movement through the world. In the combination of social process and literary composition, this criticism makes itself whole's meaning assimilation's form. The hard task to enunciate a self-consciousness's process about blocking problems challenges the exploration of tensions between social life, intellectual and literary experience.

The statement of new results comes along a mixture of perplexity and perversity, as an essential trace in brazilian social relations and subjectivity.

This *realistic* method joins the theoretical mediation between the ideological oscillation and the material constraints to civilizing parameters in the nation. If the future's history has propensity towards reproducing the promise of a past in which modernization has been made concrete in the way of a constitutive incompleteness, this peculiar situation does not set aside very consequences on the contemporary "Theory"'s debate.

Key-words: cultural and dialectical criticism; literature and brazilian problems; realism nowadays; reification; social process, literary form and brazilian subjectivity

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 - Os termos do debate	29
1.1) A questão da literatura brasileira diante da pobreza	31
1.2) Uma arquitetura de inversões: narradores pelo avesso no balanço do crítico...40	
Capítulo 2 - Reificação à brasileira	62
2.1) Situação do método crítico dialético e sua prática.....	65
2.2) Antonio Candido: dialético brasileiro.....	77
2.3) Mensagem ao futuro: Machado de Assis, conflito e reificação	86
2.4) Anomalia e promessa de progresso-modernização, o lugar em que estamos. Cultura, nação e reificação.....	95
Capítulo 3 - Diálogos e repercussão	109
3.1) Alguns colegas brasileiros – comentários sobre questões estético-literárias na obra do crítico, e sobre o <i>sujeito ornamentado</i>	110
3.1.1) Bento Prado Jr. – a literatura e a autonomia <i>inefável</i>	112
3.1.2) Sérgio Paulo Rouanet – a volubilidade como universal cosmopolita?...118	
3.1.3) João Luiz Lafetá – historicidade interna e convenção do gênero romanesco	129
3.1.4) Modos de subjetivação no Brasil: sujeito, ornamento e perversão.....	132
3.2) Dimensão internacional – breve panorama	140
3.2.1) Situação metropolitana e posição latino-americana dos <i>estudos pós-coloniais</i>	150
3.3) A fala do crítico	156
3.3.1) Desajuste, imitação cultural, nação e colônia: presença de Lukács... 156	
3.3.2) Desconstrução, matriz brasileira e forma desagregada	159
3.3.3) Adorno, Candido, sondagem local e mundial, e o “pessimismo”.....	162
3.3.4) Especificidade da periferia, universalidade do centro(?): discrepância e complementaridade	164
Conclusão	167
Bibliografia	172

INTRODUÇÃO

Meu objetivo nesta tese é fazer um estudo sobre a obra do crítico literário Roberto Schwarz, com enfoque em alguns aspectos do histórico, do processo e das conseqüências do método dialético de sua produção.

É sabida a proeminência da produção de Schwarz no cenário da crítica literária (embora tenha reconhecida relevância também na interpenetração do conjunto da teoria crítica social) brasileira (com ramificações de proa internacional). A partir do eixo de interação entre forma estético-literária e processo social, seu rigor de sínteses nunca fechadas enfrenta um vasto leque de análises e problemas, sempre pautados pela filiação preparada e cuidadosa ao método de extração marxiana, exponenciado pelos herdeiros mais notáveis dessa tradição, tais quais Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, bem como, em linha direta e chave especial, por Antonio Candido.

No campo literário, é clássico e fundamental seu estudo sobre Machado de Assis e a volubilidade como princípio formal das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, como também a presença do favor como nossa mediação mais universal. Partindo da matriz do deslocamento entre as idéias liberais importadas, seja na formação colonial, sejam exponenciadas após a independência política oficial, *vis-à-vis* uma base social de escravidão, o crítico conjuga toda uma série de problemas estruturados em torno da especificidade brasileira, cujas causas e efeitos estão ainda hoje tragicamente em aberto.

Ou seja, trata-se antes da má-formação nacional, agravada por uma modernização que atavicamente embaraça o progresso com o atraso. Este, percebido não como condição a superar, rumo aos centros metropolitanos europeus ou, desde o século XX, também norte-americanos (o que se pode chamar genericamente de civilização burguesa ocidental), mas como constituinte intrínseca à acidentada história do Brasil, que é própria e não é, uma vez que sempre caminhou sob o influxo da história contemporânea, com nascedouro sob o império do capital imperialista-mercantilista.

Essa ambivalência tensionada delimita a anomalia congênita com a qual sempre tivemos de nos defrontar, e que pode bem se representar no ciclo de autores que se convencionou chamar, acertadamente, como teóricos da formação. A presença do nome *formação* no título das obras é sintomática. Ao tempo em que decisivas para a descrição de nossa formação social, cumpriram, e cumprem, um acervo de discernimento interpretativo verdadeiramente incorporado ao patrimônio crítico do Brasil moderno. A função que tiveram como construção do conhecimento do processo histórico e da auto-consciência das relações sociais, constuiu-se como linhagem teórica fundamental ao projeto político de nação progressista, até hoje a ser desenvolvido. Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda, Celso Furtado, Florestan Fernandes, para ficar entre alguns dos mais notáveis, apesar das diferenças de enfoque, destacam-se como pensadores cuja produção é fundamental no debate com o campo do pensamento conservador ou tradicionalista. Sob a ótica da história e da crítica literária, um destaque especial vem para o autor da *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido, de quem Roberto Schwarz foi aluno e ao qual credita primazia de excelência na sua própria formação.

Em geração posterior ao mestre fundador da associação da dimensão universitária profunda e “especializada” dos estudos literários no Brasil em relação estrutural com a história social, também é marcante a convivência intelectual de Schwarz com o chamado *Seminário de Marx*. Tratou-se de grupo de professores novos da USP pós-geração de 30, integrado também por alunos interessados em estudar os problemas do Brasil à luz de uma compreensão marxista, heterodoxa, a partir da leitura atenta e matricial de *O capital*.

Para resumir, a empreitada vingou. E dela, Roberto Schwarz emergiu como grande expoente na crítica literária. Seria improdutivo aqui elencar todos os complexos de problemas e questões tratados em sua densa obra. Para efeito de pretensão de amplitude, até, é melhor relativizar, “baixar a bola”, e dizer da impossibilidade de fazê-lo. Tarefa que, nesta dimensão, não está em meu horizonte. Como veremos, a intenção será a de percorrer alguns daqueles parâmetros, recorrentes mas sempre agregados com novas contribuições e nuances muitas vezes inesperadas, sempre densas e dispostas num estilo que não subestima a inteligência, ao passo que exige seu esforço atento, concatenado, e sua síntese com o “objeto” que não se estabiliza, mas também não foge. Delimita-se a malha relacional que situa o problema, para logo mais se apresentar como nova proposição da determinação singular (específica ou concreta) da convergência dinâmica, racionalmente apreensível, da manifestação de múltiplos fatores particulares e universais.

Contudo, para um balizamento econômico desse intuito a ser trilhado neste trabalho, não posso deixar aqui de arriscar alguns pontos básicos, nós de engate e desate teóricos, constantes como elementos primordiais na constelação teórico-crítica de Schwarz.

O famoso ensaio “As idéias fora de lugar”(Ao vencedor as batatas, 2000a) aporta a discrepância entre realidade nacional e gravitação de idéias tão postizas, quanto inarredáveis, a indagar da função e materialização cotidiana da “ideologia de segundo grau”. Uma decorrência desse desajuste é demandada pela inadequação cultural (“Nacional por Subtração”, 1987), vista tanto sob o prisma da descontinuidade recorrente de uma tradição local, como pela ilusória, mas concreta, questão do nacionalismo pautado pela dicotomia cópia ou original.

Em realidade, cabe perguntar pela difusão interna, pelo acesso aos termos da atualidade, sobretudo para as classes trabalhadoras e/ou pobres, barrada pela falsa questão de uma característica brasileira em comum sobreposta à violenta hierarquia de classe interna, na verdade a interesse das classes dominantes. Cabe assinalar, também, o andamento do influxo externo, por sua vez também desigualmente distribuído em todos os planos da vida social da nação. Nessa cisão combinada de fratura social, nação frustrada e cultura heterogênea (a abrigar a confusão do moderno incompleto, com o pós-moderno deslocado, o arcaico e a incultura desnuda), a questão da identidade nacional e da especificidade brasileira se põe como assimetria complexa.

Outro tema é a modernização como promessa frustrada, possivelmente terminal antes de se maturar, apesar de realizada em chave conservadora, mas que estaria a entrar em processo, crônico, de desagregação, decomposição, dissociação, uma vez dada a inadequação do mito de atingir o estado dos países centrais, antigos impérios em senso estrito. Tal inadequação pode se converter em inviabilidade, uma vez que, a par a diferença de grau, com a ideologia liberal (em sua versão *neo*) nunca tão hegemônica e mundializada no modo próprio do capital tardio ou pós-industrial, a desagregação se faz presente sistemicamente no chamado primeiro mundo. Fato que, se não for o indicativo do colapso geral na esfera da produção (independentemente desta continuar como motor intensivo e explorador, apesar das aparências de superfície de uma propalada esfera tecnológica a requalificar o trabalho) e de sua multidão de excluídos, muito provavelmente indica o impasse insolúvel e aprofundado da periferia. De de toda sorte, não parece mais caber projetar a “equiparação” com o centro, para o qual o atraso sempre foi elemento orgânico e não “falha” autóctone. A possibilidade de uma alternativa se dá na medida exata em que o pensamento crítico constata esse limite, e insiste, negativamente, em acusar a barbárie em sua feição local, mas vinculada ao movimento mundial.

No pólo estético, um parâmetro que se impõe na obra do crítico, na boa tradição marxista e crítica nacional, à qual dá largos passos adiante na comparação dos modelos e formas importados (e suas circunstâncias correlatas de movimento e teoria sociais) frente à sua apropriação pelo escritor brasileiro, que necessariamente se depara com a formalização da matéria local e suas acentuadas diferenças de contradições específicas. Queira ou não, ele terá de internalizá-las na obra, sob pena de esquisitice ou irrelevância. Da felicidade dessa apropriação depende o rendimento da forma, como material que permita a prospecção de aspectos não cimentados na consciência cotidiana de rotina ou na ausência de teoria social à altura da complexidade da realidade em movimento.

Considerando que, no Brasil, a literatura teve não só a função de representação, mas também a de construção da própria idéia de nação e sua sedimentação no imaginário social, conforme o conceito de maturação de nosso sistema literário contido na *Formação* de Antonio Candido, é emblemático o método de consecução desta obra. Segundo Schwarz, seu professor foi obrigado a prover ele mesmo, além da sua teoria literária em chave de crítica, “a história, a sociologia e a psicologia social necessárias à plenitude de suas observações no plano formal.” (“Adequação nacional e originalidade crítica”, Schwarz, 1999, p. 45).

Vale referenciar o destaque em dois pontos.

Em primeiro lugar, o foco no realismo, entendido como captação do andamento da história mundial. Em país periférico, como o nosso, o escritor estará necessariamente a confrontar as *falhas* que se apresentam entre o recolhimento formal da gravitação das idéias, sua operação no cotidiano e a contradição com a matéria local. No próprio movimento de dar ordenamento formal à realidade informe, desordenada, o gesto estético tende a apontar os limites do ato literário como mediação problemática num país em que os letrados são minoria absoluta, traço entre outros, embora de não menor importância, sintomático da grande disparidade do drama social.

O grau de fragmentação das subjetividades postas em enredo, no choque com a brutalidade em escala sociológica gritante, que se manifesta a cada esquina, não deixa margem à indiferença e ao livre curso da estilização como fruição ou divertimento. É patente o mal-estar. De certa forma, os letrados não podem descansar, a não ser como cúmplices mais ou menos cínicos da desgraça ou do conformismo, e do resultado tendente ao nulo em reflexão e conhecimento críticos, mas feliz em “ornamento” ou exotismo.

Uma referência de comparação é a literatura moderna metropolitana, na qual, por força da evolução geral da sociedade galgar a regra burguesa, acompanhada por uma evolução intelectual correlata da teoria social, vê-se incorporado um diferencial que permite a psicologização das personagens, num traçado de dramas interiores com razoável abertura de autonomia, face a uma convenção social em média mais homogênea. A perversidade se aproxima mais, talvez, da vida sob o fetichismo da mercadoria, a reificação do mundo administrado e da vida danificada, e do conflito subjetivo com a ordem do capital. Uma notável diferença de grau em relação à periferia, onde, em geral, a perversão (em seu sentido de hostilidade aberta do meio público e de contaminação do laço social pelo autoritarismo desmedido ou camuflado, quando não pela violência como regra aberta), não tem vergonha em flexibilizar em demasia a lei formal do mítico estado democrático de direito.

Um segundo aspecto é o relativo à forma objetiva. A matéria do escritor não pode se resumir à transposição idêntica das formas produzidas nos países desenvolvidos. O chão social do subdesenvolvimento é outro. Nem tampouco pode se ater, simplesmente, a assuntos ou temas locais. Antes, a internalização dos mecanismos sociais volúveis e tributários da iniquidade constitutiva dá a ver aspectos, contradições e problemas imprevistos, assentados na complexidade contraditória da vida social. Como ponto de partida, este terreno conflagrado é inevitável, não para aprisionar o escritor num condicionamento prévio e mecânico, mas, a depender da felicidade da sua captação, chegar a uma forma configurada sobre a formação social, a dar tratamento aos constrangimentos materiais e iluminar contradições surgidas na tensão entre o impulso estetizante (solução imaginária dos conflitos, problemas e limites do cotidiano) e a sublimação realista, que, mesmo falha, permite vislumbrar por contraste a defasagem política de idéias e valores civilizatórios pautados pela norma européia, incidente sobre matéria fraturada em trauma aberto.

Essa ferida incontornável a qualquer estilização séria, coloca como problema a lembrança do que deveria ser, isto é, do déficit local de utopia do progresso em relação mesmo ao parâmetro prometido, e em parte cumprido, pela civilização do capital em seu estágio moderno.

Dito isto, prossigo no meu intento, do qual um foco primordial será comentar a presença relevante do crítico, a magnitude efetiva de sua prática crítica materialista em relação à literatura, em particular, e à cultura, no geral, em sua especificidade brasileira. Outra linha agregada de enfoque, e um segundo objetivo a perseguir por desdobramento, será sobre a pertinência da atualidade desse percurso crítico e, a meu ver, sua centralidade para o pensamento crítico brasileiro e seus impasses quanto à formação nacional interrompida. Condição de perplexidade,

que demanda radicalidade de reflexão na demarcação das variáveis coordenadas de uma dialética complexa, entre o estado atual da mundialização do capital e a especificidade da perversa modernização que por aqui grassa. Progresso cujo dinamismo caminha entrelaçado com o atraso, do qual não é pólo superador, mas antes contraface ambivalente que com ele se estrutura de forma orgânica e constitutiva.

Se a formação da literatura brasileira se completou, com papel fundante na própria formação nacional, conforme a obra já clássica de Antonio Candido, a formação social não a acompanhou. Qual o papel que a pesquisa estética pode jogar, hoje, nesse *imbroglio*? E a forma literária, objeto assim adiantado, quando bem sucedido, para o bem e para o mal, na tradução dessa complexidade, o que tem a propor quanto à atualidade? O ensaísmo de Roberto Schwarz percorre a fundo estas, e tantas outras questões correlatas. Ele próprio uma forma por definição, e execução, aberta, embora rigorosa, opera a dialética entre forma literária e processo social sob o signo da negatividade.

Crítica cultural dialética, homologia estrutural entre forma literária, formação e processo sociais, serão, portanto, temas que estarão no centro desse percurso.

O ceme do trabalho será mapear as mediações teóricas de R.Schwarz e verificar sua ocorrência em sua produção crítica, inserida na tradição crítica da crítica literária e da experiência intelectual brasileira, da qual o autor é, reconhecidamente, expoente com vasta e densa obra já apresentada e em produção.

Reificação à brasileira, forma objetiva, posição social do narrador, situação dos pobres na totalidade realista da literatura brasileira e seus problemas com implicação na atualidade. São apenas alguns pontos, principais, é verdade, demandantes de um verdadeiro programa de estudos literários dialéticos. Sem a intenção de esgotá-los, esta tese tem o intuito de abordá-los de modo que acrescente uma contribuição positiva (por meio de inferências derivadas do entrechoque desse elementos centrais aqui combinados), na senda desse programa tantas vezes instado, mas sobretudo efetivamente trilhado, pelo próprio crítico. Serão algumas dessas questões para análise específica na obra de Roberto Schwarz, sem prejuízo de remissões que se façam ajustadas, face à dimensão e complexidade dos tópicos, que analisarei de modo mais detido no Capítulo 1 (“Os termos do debate”), por meio de comentários a textos escolhidos do crítico. Caberá ao problema da reificação uma acentuação no Capítulo 2 (“Reificação à brasileira”), em especial quanto à sua importância e universalidade em Machado de Assis e sua derivação na seqüência da formação da literatura nacional, se é que ela persiste até hoje.

Ao lado dessa trajetória, analiso embrionariamente, apenas para balizar uma das vertentes do enraizamento do percurso do nosso crítico e de seu campo de referências básicas, as influências importantes de matrizes teóricas. Este balizamento será objeto do Capítulo 2 dessa tese, no qual analisamos alguns conceitos de uso mais freqüente e de conseqüências produtivas na obra do crítico, a exemplo dos fundamentos do pós-colonialismo brasileiro e seu desajuste em relação à ordem das idéias e frente à modernização inconclusa, mas também sobre os influxos do menos estudado, pelo menos na tradição (incluída a do marxismo brasileiro), fetichismo da mercadoria¹ e da função da crítica imanente e sua capacidade prospectiva.

Tal abordagem, é claro, visa alinhar elementos já apontados anteriormente de modo preliminar. O ponto de partida, necessariamente esquemático, é a interseção entre a obra de Candido e a de Schwarz, com ênfase no conceito de reificação e sua peculiaridade brasileira. O ponto básico procede da obra de Machado de Assis, não por acaso alvo dos mais alentados estudos do nosso crítico, por sua vez já constantes com destaque ímpar na vasta bibliografia básica ou clássica especializada sobre o escritor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

No prefácio a seu *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (2000b), título que, reconhecidamente, e não sem lastros metodológicos, parafraseia Benjamin em seu conhecido estudo sobre Baudelaire, Schwarz aponta a importância decisiva do grupo uspiano que se reunia para estudar *O Capital* com vistas à compreensão do Brasil. A iniciativa era demandada como alternativa crítica de estudo do marxismo, à parte do esquadrado do dogmatismo encastelado na URSS e na maioria dos partidos comunistas, e diante do quadro de problemas do desenvolvimentismo, subsumido ao subdesenvolvimento ou à dependência associada que não conseguíamos superar. Em ensaio posterior, “Um seminário de Marx” (*Seqüências Brasileiras*, 1999, p. 86-105), aponta o crítico que

¹ É bem conhecido o conceito de fetichismo da mercadoria, analisado por Marx no primeiro livro *d'O Capital*, e com conseqüências cruciais para a visão crítica da modernidade/contemporaneidade e a ‘composição - autônoma? - do sujeito’. Resta aqui, então, com o intuito de registro, o percurso demonstrado por Marx, em que a produção de mercadorias constitui-se numa relação social entre produtores, o que não deixa de implicar relativização em quantidade e tipo de trabalho, mas em equivalência mútua enquanto ao valor. O fetiche, deriva assim, resumido, do fato de que, de permeio com um certo caráter enigmático, fantasmagórico, ou, de segredo, as relações eminentemente sociais entre (pessoas) produtores, na gênese e circulação de seus produtos, assumem um aspecto de relações entre coisas, ou, algo simultaneamente, entre pessoas e coisas. “Marx, contudo, apressa-se a assinalar que essa aparência das relações entre coisas não é falsa. Ela existe, mas oculta a relação entre os produtores: “as relações que ligam o trabalho de um indivíduo com o trabalho dos outros aparecem, não como relações sociais diretas entre indivíduos em seu trabalho, mas como o que realmente são: relações materiais entre pessoas e relações entre coisas””. (*Dicionário do Pensamento Marxista*, 2001, p.150) Tal conceito, tem, assim, uma relação de imbricação mútua e direta com o de reificação, adiante assinalado.

“A aposta no rigor e na superioridade intelectual de Marx, embora suscitada pelo atoleiro histórico do comunismo, era redefinida nos termos da agenda local, de superação do atraso por meio da industrialização, o que não deixava de ser abstrato e acanhado em relação ao curso efetivo do mundo”(p.88).

Daí a ênfase na gênese e substância original da argumentação crítica fundamental dessa tradição de interpretação social. Como diz ele, na apresentação do livro sobre as *Memórias*: “O grupo chegara à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso.”(Schwarz, 2000b,p.13)

Argumento que teve e tem impacto de fundo, pois destrava todo um campo de dualismos com reflexos nas mais variadas inflexões da vida ideológica nacional, talvez mais marcadamente num certo complexo de tradições de história cultural calcadas em variações de um nacionalismo estreito e politicamente conservador.

Seguindo o registro no prefácio, o autor reconhece: “Devo uma nota especial a Antonio Candido, de cujos livros e pontos de vista me impregnei muito, o que as notas de pé-de-página não têm como refletir. Meu trabalho seria impensável igualmente sem a tradição - contraditória - formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx.”(id.)

Um exemplo sintético, nas palavras do próprio Schwarz, serve como chave para dimensionar a funcionalidade, sempre guardada a peculiaridade do objeto, dos conceitos pensados por esses formadores teóricos. Ao responder a questão feita por Eva L. Corredor (entrevista feita em 1994, para livro sobre Lukács, transcrita em 2001-2), se se sentiria mais próximo dos frankfurtianos em geral do que de Lukács, ele responde categoricamente que sim. Mas reconhece o muito que deve ao húngaro. Particularmente o estudo sistemático do esquema do romance realista europeu. E acentua um dos traços que será mais constante e de importância crucial como meta de seu trabalho: a realidade brasileira, sua forma própria (que está longe de uma autonomia exclusiva, como adiante tratarei de modo mais detido), e o problema de sua identidade. Se a construção lukacsiana não corresponde às realidades locais, a notabilidade de formulação das grandes linhas da história social e literária européia fazia justamente ver os pontos em que a sociedade e a cultura brasileira se *desvia* dos modelos europeus superestimados. Prossegue o crítico,

“Esses desvios eram dolorosamente percebidos pelos contemporâneos, que os viam como falhas nacionais e, nos melhores casos, as transformavam em elementos de crítica social e de produção artística. Como meu interesse era examinar essas questões, os estudos de Lukács sobre o romance entraram de modo substancial, ainda que negativo, em meu trabalho”(p.33-4)

Essas idéias de desvio e de negatividade serão recorrentes na teorização e nas interpretações de Schwarz, como antecipou seu magistral e muito difundido ensaio “As idéias fora de lugar”(*Ao vencedor as batatas*, 2000a, p.9-31), no qual analisa, na escala diferenciada de fatura literária, o desajuste verificado na obra Machadiana, como derivado do impacto das idéias liberais de proveniência européia e a base social escravista. A marca característica dos romances machadianos da primeira fase não deixou dúvida quanto à presença da desfaçatez da classe dominante nacional e várias outras manifestações de nossa matéria cultural, como o favor, a dependência e o capricho. As personagens médias, ou seja, nem submetidas ao trabalho compulsório e longe da condição de proprietárias, esbatiam-se contra o arbítrio, num misto de resistência e busca de ascensão, ou mesmo acomodação social, fadadas ao fracasso. Tratava-se da defasagem entre o molde europeu do grande romance realista, misturado com a tradição romanesca romântica muito presente nos romancistas brasileiros anteriores e no próprio Machado. O drama das referidas personagens era tratado como assunto.

A solução de sua problemática não cabia no enredo, cuja inspiração exigia a heroificação do individualismo burguês, com a correspondente conquista, ou aprendizado, pelos próprios méritos. Ao contrário da matriz formal européia, sedimentada paralelamente a dinamismos reais de mudanças na sociedade, a composição aqui precisava resvalar para um desvio edificante, ou de conduta, incongruente com a ambiência geral da verossimilhança do conjunto. Esta inconsistência valia tanto para o desfecho da organização interna da obra, quanto para sua relação com o contexto histórico, e só seria superada com a inserção, na própria composição, do narrador proprietário em primeira pessoa (em vez da terceira que tematizava a personagem remediada, que lutava idealisticamente por seu mérito e dignidade, e fracassava, inobstante a injustiça moral). À volubilidade e ao desejo de supremacia a qualquer custo desse tipo, a complexa (afinadíssima tanto com a história e com as idéias, quanto com a tradição literária local e universal) figura do autor-narrador antepunha, junto a um grau superlativo de agressividade ao leitor, uma ironia ferina quanto à naturalização versátil com que aquele narrador cometia caprichos bárbaros.

As piruetas morais narradas sem reserva em primeira pessoa vinculavam-se à dupla condição de senhor de escravos e adesista de fachada às idéias liberais e do suposto progresso por elas encarnado na Europa e a ser aplicado canhestramente no Brasil. Essa volubilidade, conformada então como princípio formal, atestava que o realismo enquanto sinal positivo não tinha passagem por aqui. O cinismo e a brutalidade imperantes na classe dominante brasileira perpassava, desde a gênese, toda a estrutura do cotidiano, com efeitos reprodutores “universais”, sem deixar de evidenciar, é claro, a disparidade das conseqüências, sempre resultante, em última instância, ao menos, da brutal assimetria de força. Dessa maneira, como esse narrador defunto, mas atento e minucioso, cínico e sarcástico, poderia dar corpo ao herói autônomo, ainda que problemático, pressuposto tal qual mola propulsora em combate e acomodação com a ideologia liberal do indivíduo que se faz por si?

Mais adiante comentarei como, na opinião do crítico, *Brás Cubas* foi finalmente a solução formal para a detecção da brasilidade interiorizada, inversa mas real, beneficiária tanto da civilização quanto de seu antípoda em tese, a escravidão e o clientelismo.

Voltando ao fio da meada sobre os elementos de análise principais para Schwarz, outra idéia central é a de complementaridade. No caso, sigamos na questão da entrevista já referenciada, no ponto em que o crítico ressalta aspectos específicos estudados pelos teóricos marxistas europeus, e que teriam obrigatoriamente sua pertinência específica no caso da análise da forma brasileira. Segue Schwarz,

“Em suas obras dos anos 30, se deixarmos de lado seu tributo ao stalinismo, Lukács tem coisas interessantes a dizer sobre as relações entre luta de classes e composição literária. Adorno, por sua vez, concentrou-se no avanço do fetichismo, dando continuidade ao capítulo central de *História e consciência de classe*. A meu ver, a descrição adorniana da sociedade moderna é mais esclarecedora que a de Lukács, embora aparentemente menos política. Ele também era mais jovem, é bom lembrar, e participou de um momento posterior da história do capitalismo, do socialismo e da arte. Benjamin, por sua vez, fez a exposição pioneira das conseqüências artísticas do desenvolvimento das forças produtivas. O argumento pode parecer salomônico, mas é verdade que cada um deles tinha um enfoque diferente. Um se volta para o desenvolvimento das forças produtivas, o outro para a alienação, e o terceiro para a luta de classes. Os três aspectos ainda existem, todos mudaram tremendamente e não me parece produtivo escolher um lado.”(p.34)

Esses três aspectos ilustram bem o tipo de amálgama crítico entre várias vertentes que se combinam simultânea e complementarmente no método dialético de Roberto Schwarz. Da contradição brutal das forças produtivas, no Brasil, basta assinalar a escravidão, surgida em função da acumulação do capital mercantilista. Como instituição, ela remanesceu mesmo após a independência política oficial, e só foi abolida em boa parte devido ao ascenso do capital industrial. Seus efeitos desastrosos de esgarçamento e disparidade social permanecem até o nervo

de nossos dias. Da alienação, ao passo em que constitutiva da própria divisão do trabalho entre capital e assalariamento, compartimentalizando as necessidades e possibilidades de liberdade pela condição de sobrevivência na reprodução do capital, temos talvez a sua forma mais violenta que é a passagem do próprio sujeito à condição de coisa, ou de mercadoria. Se tal processo foi e é crescentemente inerente à ascensão histórica da burguesia como classe dominante no centro europeu, logo mais, no século XX, agravada pela hegemonização do *american way of life*, o que dizer de sua versão local?

Tratarei amiúde deste tema, adiantando, contudo, que o grau, o volume e amplitude das camadas populares que nem sequer chegam a ser exploradas pelo capital por estas bandas, ausência esta que incorpora um componente de barbárie, já em si e para si inadmissível, no contraste do ponto de vista declamado pela civilização burguesa e de seu idealismo *ético* pelo trabalho como obrigação e ascese, quase falam por si. A reificação na forma brasileira suplanta este estupor, encravada à raiz na exclusão a que os pobres são levados em escala abissal, entre a miséria absoluta, a marginalidade plena, seja social, como a mendicância ou o vasto cabedal de trabalho precário ou informal, seja na parcela levada à criminalidade, à degradação pelas drogas e pelas doenças, ou ainda a saída por toda a sorte de fundamentalismos, religiosos ou não.

Afora isso, o favor. Ou seja, a condição humilhante de depender do humor, e da força, sobretudo, do *cidadão de bem e posse*, instalado no pólo oficial da ordem ou a ela estabelecido, com o óbvio beneplácito da propriedade e do título pessoal exibido como galardão social. Pelo pólo dos proprietários, ou de seus prepostos bem postos na burocracia, seja estatal, seja privada, no limite, pesa na resolução de conflitos o atávico recurso ao arbítrio, travestido ou não de imperativo legal, conforme manda a circunstância. A reificação aqui assume a característica do privilégio, perseguida pelo medo subterrâneo da insegurança social geral, que leva à racionalização conveniente dos abastados, e mesmo dos remediados, na formulação desobrigante da cisão entre o “eles lá, nós aqui, cada um no seu lugar”.

É verdade que na evolução recente do país houve avanços, e sempre houve experiências pontuais, até pré-revolucionárias, muitas vezes fundamentais para sustentar a pálida democracia nacional. No entanto, estruturalmente, o país permanece dual, e não há conjunção de forças, internas e/ou externas indicadoras de mudanças qualitativas. O limite das forças progressistas, independentemente de governos, parece ser o das taras internas nacionais, aliadas à atual ordem mundial do capital. O esboroamento da experiência do comunismo soviético realmente existente, somado à ascensão hegemônica do neo-liberalismo, com seus ataques ao trabalho, ao Estado, à

integridade dos que não têm competência para competir, e ideologização de uma globalização aberta apenas ao trânsito do neo-imperialismo e seu carro-chefe financeirizado, fez com que a luta de classes restasse por terra. À parte uma ou outra expressão de resistência, seja institucional, seja no tecido social à flor da pele, não se vê indício de um contraponto sistêmico ao avanço, inédito em escala, do fetichismo da mercadoria, passo a passo com o exponencial aumento do desemprego e a decorrente fragilidade tendencial dos trabalhadores. Na sociedade espetacularizada, a própria cultura virou mercadoria, e com ela, a cultura política restou como apêndice em boa parte publicitário.

A cultura se tornou economia, e a economia incorporou a cultura como técnica de reprodução do capital e nova reprodução de identidades a ele subsumidas numa espiral sem fim. Como disse Adorno, o próprio divertimento, ou tempo livre, não cumpre mais que a mera tarefa de propiciar retorno ao capital, capturando o sujeito eo subsumindo ao capital, mesmo quando pensa, ideologicamente subordinado, é verdade, estar em gozo de sua *hora-livre*. E nisso a indústria cultural não tem papel de menor importância, com sua imensa potência de difusão, não só mercadológica, mas valorativa, indutora de costumes, atitudes e desejos sem o mínimo *valor de uso*, senão o de preencher o vazio da “máscara mortuária” da vida reificada, aprisionada em funcionalidade esterelizante de suas verdadeiras potencialidades.

Como vimos já comentando, nosso crítico tem reconhecida inclinação a respeito da produção dos frankfurtianos, cuja importância para o estabelecimento e rendimento do chamado marxismo ocidental brasileiro declara como fulcral. Aliás, tarefa desafiante é pensar o *país do elefante*, ou *ornitorrinco*, sob esse prisma, quando as forças produtivas se dão com o atraso e o arcaico, a alienação das massas passa pela exposição gritante de um hiper-consumismo supérfluo dos de cima, ladeado pela falta absoluta de bens mínimos à sobrevivência dos de baixo, que são impelidos à invisibilidade social ou à regressão da apropriação selvagem.

A combinatória dinâmica de história, economia, ciências sociais e humanas, mais produção e análise estética, adquire uma feição própria, que se caracteriza por uma incompleta junção ao projeto ideológico de civilização ocidental, apesar de organicamente vinculada à ordem presente do capital. Ao par do matiz caricato, a cisão social que perpassa o país demarcando o cotidiano numa convivência lado-a-lado do arcaico com o moderno, acrescenta-se uma deformidade monstruosa. E, o que se torna pior e perversamente complexo, sua naturalização como vida nacional; por exemplo, as concepções ou percepções de *país de contrastes*, mas aberto à integração de todos, à mestiçagem das diferenças, à horizontalidade inter-classista da

cordialidade. Isso não passa sem conseqüências para o *ser brasileiro*, bem como sua parcela intelectual, disposta, ademais da posição historicamente ambígua desta figura do *intelectual*, frente à contradição de pensar a lógica do ilógico, via de regra sob a *missão* de receituário para a nação. Ou seja, dar discernimento à fugaz margem que intermedia os parâmetros de ordem e desordem, numa formação social que não se ordenou, e quase sempre se premiu entre a penosa condição de ser um outro ou de não ser (conforme a fórmula de Paulo Emílio Salles Gomes).

Um outro elemento que converge para a presença marcante de Roberto Schwarz no panorama brasileiro contemporâneo, como apontado em citação acima, até por que vínculo necessário, pessoal, intelectual e institucional, é o assinalável diálogo com a herança, obra e presença pioneira de Antonio Candido. Seja na crítica literária, seja nos estudos histórico-literários de cunho universitário mais rigoroso. Trata-se de linhagem em que se constata a importância de ambos como referências substanciais, e hoje internacionalmente reconhecidos como fontes de produção crítico-teórica autônoma, intensamente produtiva, original e instigante, por seu caráter comparativo específico, concentrado na concretude local, mas simultânea e intrinsecamente integrado no sistema-mundo².

Dessa matéria tratarei mais detidamente adiante, no capítulo 3, espaço em que analisarei, respectivamente:

a) alguns ensaios de críticos nacionais em debate com o crítico, e um outro, de autor norte-americano, que, espero, servirá como amostra da dimensão internacional da realização do método crítico e seu poder de fogo consubstanciado numa teoria da periferia que de forma alguma abre mão da teorização da história e do capital no sistema-mundo. Se isto implica um ponto diferencial, e várias considerações e referencialidades reconhecidas a Schwarz tornam provável a hipótese, fará parte de nosso ponto de chegada;

² Sobre o conceito de sistema-mundo : “Parecia-me urgente ver o capitalismo como sistema histórico, abrangendo o conjunto de sua história como realidade concreta e única. É a tarefa para a qual, em certo sentido, se dirige todo o *corpus* do meu trabalho recente. Assumi então o desafio de descrever essa realidade, tentando delinear o que sempre esteve mudando e o que não mudou (de modo que pudéssemos abranger toda a realidade sob um só nome).

Como outros autores, acredito que essa realidade seja um todo integrado. Mas muitos usam este ponto de vista para atacar terceiros, por seu suposto “economicismo” ou “idealismo” cultural, ou por sua ênfase exagerada em fatores políticos “voluntaristas”. Tais críticas, quase que por natureza, tendem a cair por ricochete no pecado oposto. Por isso, tentei apresentar de forma mais direta e integrada a realidade global, tratando sucessivamente suas expressões nas esferas econômica, política e cultural-ideológica”. (Wallerstein I., *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001; “Introdução”, pp. 9-10)

Uma aproximação que serve como balizadora do entendimento de sistema-mundo, atualmente em curso, no caso aqui estudado, com centralidade na ordem contemporânea do capital, e sua mutação histórica presente, de modos diferentes, mas integrados, mundialmente.

b) trechos de entrevistas importantes do crítico, os quais procuro alinhar com questões e contrapontos surgidos no corpo do trabalho, traçando uma aproximação que pontue eventuais polêmicas ou mal-entendidos.

Mas há uma vasta gama de um acervo de comentário relacionados à sua obra que, na medida do possível, será objeto de estudo, por sua amplitude e importância, efetivamente já presente no cenário editorial e bibliográfico.

Por exemplo, nas “Direções da Pesquisa em Literatura e História”(Aguiar e Chiappini – orgs., 2001), um dos capítulos publicados de Seminário Internacional sobre História e Literatura, e tendo por um dos pilares de debate a obra de Schwarz, é interessante notar o afluxo de potencial crítico. Nas intervenções, o professor de literatura brasileira, Erhard Engler, de Berlin, especifica a visão histórica fundamental de Machado nas *MPBC* e em *Dom Casmurro*, em relação à transição para o capitalismo. “Machado de Assis não fala disso, não fala de história, mas, como escritor genial, consegue incluí-la sem falar diretamente dela. Isso, no meu entender, é o mais impressionante, e é o critério do valor literário da obra machadiana sobretudo dessa fase de mestre.”(p.213) Após apontar certo caráter anedótico da anteriormente chamada transição do capitalismo para o socialismo em escala universal, como agora sendo o socialismo numa fase de transição do capitalismo para o capitalismo, o professor continua,

“Por isso, talvez, Machado nos interesse tanto; para nós, especialmente no Leste, ele entra com nova atualidade, porque também nós entramos nessa fase, digamos, de recapitalização. Os problemas que enfrentamos, nós os encontramos descritos de maneira genial na obra machadiana. (...) e não conheço nenhum outro escritor brasileiro ou latino-americano, do século passado que seja tão atual quanto Machado de Assis. A nós, de Berlin Oriental, Machado de Assis (para falar da função da literatura) nos ajuda muito, com a reflexão que ele oferece, com a apresentação artística, literária, desse problema”(id.,p.214)

Mais abaixo, o professor Flávio Aguiar (USP), tece um paralelo também anedótico, ao se referir ao chiste relativo à escassez provocada pelo Plano Cruzado, em que se dizia termos saído de um capitalismo selvagem para um socialismo idem, com o devido acento para o denominador comum de selvagem. Faz então referência ao índio ainda remanescente, como um ser do passado, frente à ascensão e consolidação do capitalismo, a revolução industrial, o liberalismo e o positivismo. Termina esse trecho por fazer a pergunta, em analogia à presença passada do índio, se, num seminário sobre literatura e história na América Latina, o que paira no fundo é a dúvida de que não seríamos todos homens do passado?

Segue o professor,

“Isso por que o capitalismo se desenvolve no século XIX; nós não éramos então exatamente capitalistas. Depois, durante algum tempo estivemos a buscar uma revolução socialista; não chegamos lá. Agora o socialismo passou; as pessoas voltam para o capitalismo. O capitalismo, por sua vez, vai em uma direção que ninguém sabe exatamente qual é. Resta a impressão de que nós ficamos de fora; quer dizer, o tempo corre lá fora e a questão que está colocada é: onde vamos “pendurar o nosso gancho?” Para onde essa história está indo? A sensação que decorre daí é que, na verdade, existe um discurso parado no mesmo lugar.

E com isso a reflexão chega a um terceiro ponto. Literatura e história são vértices de um indivíduo que tem um terceiro vértice oculto, no nosso caso aqui, especificamente dessas sociedades da América Latina: o vértice do mito.”(id.,p.216)

Já o professor John Gledson (Univ. Liverpool), por sua vez, ressalta o interesse da questão posta por Aguiar, “já que a interpretação machadiana da história sempre leva em conta o imperialismo, isto é, elementos externos a nós, o que talvez explique em parte a “esterelidade” mencionada por Engler e a dificuldade de Machado de construir uma versão da história.”(id.,p.216)

Gledson é estudioso de Machado, e interlocutor privilegiado de Schwarz, de quem é tradutor para o inglês, além de especialista conhecido e respeitado no Brasil, vejamos trecho de sua intervenção:

“Gledson enfatiza seu interesse por Machado e por sua relação com um momento crucial da história brasileira, o da invasão do capitalismo no Brasil; reforça essa idéia com a citação das crônicas machadianas, em que criticamente o autor trata do encilhamento. Em terceiro lugar, com relação à crítica de Roberto Schwarz, Gledson reafirma que o trabalho de Schwarz é fundamental, embora acredite que haja pontos específicos que precisariam ser melhor discutidos – o que só seria possível, em seu entender, com uma pesquisa, também em detalhes, da história do Brasil. Por isso, para Gledson, é crucial que o período que vai da Primeira República ao modernismo seja melhor estudado e se chegue a uma interpretação global da época.”(id.,p.222).

Estes são alguns dos exemplos de questões e problemas, bem como de seu respectivo arco de alcance, a serem levantados e terem alguns traços reforçados ao longo desta tese. Nesse exemplo do seminário internacional, cujas colocações acima foram fruto de debate posterior à conferência de John Gledson, ficam provocadas considerações de fundo sobre a natureza, função, especificidade e atualidade da relação história/literatura nos estudos da forma literária e processo social periférico.

Basta ver a densidade do debate com a dimensão erudita, aqui emitida sem laivo de pedantismo, envolvida em diferença de entendimento ou de pontos de pesquisa entre estudiosos tão identificados, seja em objeto, seja em método, como Schwarz e Gledson.

Como fica, a propósito, a relação direta que o segundo vê na obra de Machado com os grandes acontecimentos histórico-brasileiros (ou propriamente políticos), enquanto Roberto Schwarz enfatiza a ótica do processo social tomando forma na obra machadiana?

Um exemplo dessa polêmica profícua, com conseqüências consideráveis para a interpretação da obra machadiana é traçado por Schwarz em “A contribuição de John Gledson” (Schwarz,1999, pp.106-12). Comentando a evolução da interpretação de *Dom Casmurro*, diferenciada de uma certa tradição que caiu no conto de Machado e tendeu a ver em Capitu o estigma da culpa, bem como, no romance, o brilhantismo intrincado da intriga, que levaria aparentemente à credulidade acerca do narrador, o crítico aponta para alguns saltos que dispuseram a norma pelo avesso.

O livro de Helen Caldwell, *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*, numa leitura shaekespeareana do romance, inverteu a lógica da psicologia individual de Bentinho como vítima de adultério, problematizando a sua identificação facciosa com o personagem induzido a erro fatal. O ensaio de Silviano Santiago, “A retórica da verossimilhança”, no qual se alinhava a tipologia do narrador dentro do sistema social, anota a assimetria e delinea a parcialidade do narrador. Gledson, como já apontado, estudioso, a notar, de Machado, avançou na teorização do realismo do escritor de mistura com sua impostura como elemento de composição. “O narrador sem credibilidade não funcionaria como quebra do universo realista, mas como parte dele”(p.108), portanto, sua dicção romanesca, em confronto com o contexto social, provoca total desconfiança. Ao fundo, o elemento local na trama engenhosa embasada na história de ciúmes e seu desfecho cruel, era o tensionado conflito muito brasileiro entre senhores proprietários e seus dependentes, sendo a trajetória e o destino de Capitu então bastante passível de um mecanismo calcado no preconceito de classe, por mais refinadamente elaborado.

Pela própria relojoaria da narrativa, Machado integrava à composição a complexidade irônica do discernimento do drama de ciúme à brasileira, inscrevendo aí a potência da crítica social mais perspicaz. O sarcasmo exigiria percepção acurada, não por acaso ausente de boa parte da recepção, que não era descomprometida em relação ao autoritarismo paternalista, por sua vez bem enraizado no tecido social.

Outro aspecto mais diretamente vinculado à polêmica enriquecedora, e de mútua colaboração crítica entre Schwarz e Gledson, diz respeito aos apontamentos deste último sobre a circunscrição, mais ou menos elíptica, apesar de bem detectável nos romances de Machado (a referência pesa sobretudo quanto aos da *fase madura*), da alegoria da crônica política como

balizadora da estruturação romanesca. Independência, Abdicação, Regência, Maioridade, Conciliação, Gabinete Rio Branco, entre outros, são marcados como índices. Daí Gledson ressaltar a necessidade de aprofundar o cotejamento com a história política institucional, acrescentando um viés de importância a ser melhor decifrada.

Para Schwarz, entretanto, a constatação desse paralelismo com o realismo europeu, afeito à inscrição no romance da periodização política com consequência sustentável no dinamismo interno da fatura literária, adquirida em Machado, não obstante a sua intenção consciente detectada por Gledson, um resultado literário que não levava à relevância na composição. Ser contemporâneo da Revolução, ou herdeiro próximo, como Balzac, Stendhal e mesmo Baudelaire, era bem diferente de presenciar as mudanças *pele alto*, regidas pela conciliação tão característica das elites brasileiras, ao sabor do alheamento do povo, ao menos em termos gerais. Segue que, para Roberto Schwarz, a presença de datas históricas ou dias memoráveis, se tornaram alegoria invertida de sua própria irrelevância para a experiência social local, inversão que teria efeito na forma literária e também na crítica dialética, detectadora da disparidade entre noções universais e sua inserção no processo local, sob pena de “má-literatura”.

Para ficar por aqui, registre-se a leitura elogiosa de Schwarz sobre esse ponto de pesquisa de Gledson, necessário para ampliar a informação do cotejamento com os acontecimentos políticos da época, mas cujo resultado literário é negativo; isto é, aponta elementos a princípios despercebidos, mas ao final contrários às expectativas de uma leitura paralela de alegoria política como crítica social direta.

Fico num dos aspectos dessa maneira trazidos por Schwarz, o da *irrelevância* das datas históricas como dado decisivo de nosso ritmo histórico (p.112), que vai de par com um traço sintomático: o do *esquecimento* da história das sucessões políticas, com destaque para as inúmeras acomodações institucionais e de personalidades, talvez por sua representatividade tendente à inércia, no plano social.

Para o nosso crítico, um ponto de destaque na discussão com Gledson desse assunto, se apresenta:

“Um tal sumiço do passado, ou, por outra, a ausência da história na consciência presente e na autojustificação dos brasileiros é uma peculiaridade cultural que vale ela mesma um estudo, além de deixar no vazio as alusões sibilinas de Machado a ocasiões nacionais. Para sentir a diferença, basta uma visita sumária aos vizinhos Paraguai e Argentina, com seu debate histórico acalorado, pormenorizado e iludido”(p.111)

Entendo suficientes para esta Introdução os tópicos exemplificados acima. Além de sua pertinência por si, atestam todo um universo para uma análise sob o prisma concreto do âmbito brasileiro. A correlação com a periferia latino-americana (e outras, como a Rússia pré-revolucionária, mencionada pelo crítico) e a simultaneidade conexa com a centralidade da história mundial, tanto no passado, quanto no presente (sob o comando do capital financeirizado e o correspondente alteamento de voltagem da devastação social e cultural), dá continuidade à evidência de uma conformação comum à vida social da periferia, notadamente em seu falso dilema, em teoria, do nacionalismo genérico em vista da disparidade regional de classes, e os conseqüentes efeitos diversamente distribuídos, em ideologia e interesse, ou privação, sócio-econômicos.

Qual a natureza, a função e a forma da literatura brasileira contemporânea, sob a consideração da fortuna crítica dessa linhagem teórica de críticos? Qual a procedência, a diferença, a validade, a amplitude e a atualidade da produção de Roberto Schwarz a respeito da literatura brasileira moderna e contemporânea?

Quanto à literatura brasileira, entendo que a particularidade de conter, desigual e combinadamente, elementos modelares oriundos das formações de literaturas nacionais das metrópoles, amalgamados com sua realização efetivamente diferenciada ao se apropriar da realidade local periférica, alimenta o caminho metodológico privilegiado para estabelecer os marcos e perspectivas da cultura em países subdesenvolvidos e em vias possíveis (a que medida?) de desenvolvimento (dependente), como o Brasil.

Essa trajetória de análise pressupõe uma retrospectiva da história literária brasileira como marca de sua importância singular concreta, ou seja, a de representação ao mesmo tempo em que formadora da nacionalidade. A considerar sua continuidade na contemporaneidade, que parece indicar uma fragmentariedade de precarização social e cultural em vários vetores e sentidos, a nação não se completou. As falhas, suturas, impasses e incongruências, num recorte de materiais subjetivos em pedaços, têm um lado certamente imanente, em parte, ao menos, ao autor de literatura e às projeções imaginárias de seu gesto estetizante, consciente ou não. Também uma outra vertente que se apresenta, a chamada literatura pautada em uma sociologia do cotidiano violento, caracterizada pelo acento da crueldade, mais visível, não por acaso, na tematização da marginalidade das periferias urbanas, em seu sintoma agudo de crime e miséria crua, indica a presença da fratura social. Nos dois casos, entrevê-se que a falha em alcançar

uma dimensão realista que ultrapasse a parcialidade e cumpra com o programa de captar o andamento do mundo na especificidade brasileira não é creditável somente a um déficit de fôlego dos escritores mais recentes. Se procede essa intuição, ela estará ligada à cessação ou ao compasso de espera da formação nacional, que não deixa de ter reflexos objetivos na amplitude da representação literária. Essa barreira explica, mas não justifica, a ausência do surgimento de uma nova obra prima, “implacável”, nos termos definidos pelo crítico, por exemplo, em “Crise e literatura” (1987)³. As limitações da produção literária brasileira contemporânea, salvo erro de conhecimento ou avaliação, teriam a ver também com um limite ideológico, ligado a um complexo de inferioridade em relação à ambição de universalidade, supostamente mais reservada aos autores metropolitanos. Este traço tem também sua origem vinculada ao complexo provinciano, que induz à meia-seriedade, característica de uma cultura ambivalente.

Enquanto não surge uma nova obra de envergadura universal, à altura de um Machado ou de seus sucedâneos, talvez os últimos grandes escritores desta quadra histórica, abrigados nos termos em que Antonio Candido (1989, p. 199-215) definiu e descreveu a “nova narrativa”, o desafio posto ao crítico dialético é fazer a mediação da contingência das obras, mesmo em seu caráter parcial, para ajudar a identificar os problemas, sinais, impasses e eventuais pedaços de utopia, à brasileira, que porventura venham a servir de interpretação como conhecimento crítico ao fim do caminho da leitura “especializada”. É buscar o conceito, como já disse, se e como a obra o sustentar, sem perder de vista a historicidade, suas lacunas e frestas de imaginação prospectiva.

Recapitulando, pela ordem, será essa a trajetória desta tese: no Capítulo 1, “Os termos do debate”, um raio panorâmico por algumas das produções de Schwarz, em particular as mais recentes, sem prejuízo de uma base programática assentada pelo próprio crítico sobre a “presença dos pobres na literatura brasileira”. Nele serão elencados elementos que assumem caráter

³ Lembro aqui, a meu custo, é claro, as palavras de Roberto Schwarz, a respeito dos fatores desvantajosos derivados da má situação social brasileira, como dificultadores da produção literária, e de sua qualidade quando realizada: “Todas explicam, a posteriori, a modéstia de nossos resultados literários, mas não deveriam dar cobertura ao apequenamento da intenção literária ela própria. Uma vez compreendida e dominada, toda condição social negativa se transforma, ou pode se transformar, em força literária, em elemento positivo de profundidade artística, e é de desejar que o conjunto de nossas desgraças nacionais resulte logo, não em desculpas, mas numa implacável obra-prima.”

Mais além, aprofundando a verificação do sentimento de inferioridade:

“Meu palpite, que seria preciso formular com mais precisão, é que este sentimento de diminuição não é de ordem psicológica, e que ele corresponde profundamente à inscrição do país no contexto internacional.”

Enfim, tematiza a repercussão mais especificamente no campo literário:

“É uma ideologia que impede o escritor brasileiro de se tomar a sério, ou que autoriza uma espécie de meia-seriedade.” “Crise e literatura”. In: *Que horas são?: ensaios* (1987, p. 157-63).

preliminar, na disposição de levantar questões e parâmetros recorrentes que apontam para a realização de sua crítica em pleno exercício. Nestes termos, um ponto central é a sinalização metódica de inversões a respeito de pressupostos de um certo senso comum da observação crítica estabelecida. Laços e abordagens que autonomizam a especificidade literária a um ponto de fuga de formalização lingüística em que ela perde consistência – justamente por recair na irrelevância – de sentido ligado ao andamento real da sociedade, são agudamente desatados pelo raciocínio surpreendente com que o crítico formula suas análises e interpretações.

Esses itens constituirão, portanto, um comentário de abertura, calcado no alinhamento desses pontos, com vistas a um aprofundamento no Capítulo 2, com ênfase na “Reificação à brasileira”.

Nesse, será tratado em nível mais concentrado, o travejamento teórico disponibilizado pelo crítico, sempre a partir da matéria brasileira. Atitude que, ao cabo, nada possui de inocente, por revelar a descendência de classe do surfismo cúmplice, conformista, descomprometido ou desavisado, não importa aqui, pois resultante na irrelevância; importa no fechamento de olhos apenas possível a uma posição conformista face à imensa fratura social impregnada na cultura e na subjetividade, a ser relativizada mediante o esforço e a prática críticas com eixo numa sensibilidade político-moral ao menos progressista.

Também será abordada a filiação dessa tradição crítica exponencial do marxismo ocidental brasileiro, seja na correlação com a teoria crítica de origem européia, seja no pioneirismo de Antonio Candido na integração desse arcabouço com a experiência intelectual da formação brasileira, e suas derivações que desembocaram na heterodoxa profissionalização universitária dessa problemática. Um dos conceitos a ser mais detidamente comentado é o de reificação, na sua especificidade brasileira, como também o desdobramento de noções presentes em ensaios de maior fôlego da obra de Schwarz.

No Capítulo 3 (“Diálogos e repercussão”), coligirei, ainda que numa seleção restrita, embora representativa, um apanhado do ensaísmo de críticos locais, dando mostra do grau de admiração mesmo na formulação de divergências. Segue um recorte cuja amostragem dimensiona a repercussão da obra de Schwarz em nível internacional, bem como sua profundidade no debate da *teoria* literária contemporânea, matizando algumas nuances diferenciais do seu método dialético com os chamados *estudos pós-coloniais*.

Acrescentarei uma descrição do seu trajeto por meio de trechos de entrevistas e textos do próprio crítico. Esse contraste visa iluminar o traço de originalidade e peculiaridade, procurando

o sentido do amadurecimento de uma trajetória crítica capaz de sintetizar a complexidade dialética de tantas fontes, ao primar pela ousadia de um pensamento próprio debruçado sobre o poder de novidade da forma literária, ou estética, como forma objetiva. Apresentará, também, traços modulados pelo próprio crítico, em relação a pontos polêmicos levantados anteriormente, cuja finalidade é embasar observações enriquecedoras acerca da substância e alcance de sua teorização.

A conclusão, necessariamente em aberto, será glosar, na parte que me cabe, o tom do crítico, e tecer entrelaçamentos entre o retrospecto realizado no corpo da tese, e as perspectivas apontadas quanto à dialética de forma literária brasileira e processo social, no conturbado andamento dos ponteiros da hora de hoje.

O comentário será, então, regido pelo objetivo de intercalar tópicos de destaque da relação entre a função da crítica materialista de Roberto Schwarz e aquela dialética, tendo por ponto de chegada do conjunto a produção de uma espécie de *retrato em movimento* da trajetória percorrida pela obra do crítico. Um retrato dinâmico, enraizado na reflexão da especificidade do Brasil.

Delimitar fronteiras e tendências parciais do momento, antecipo, e creio que sob acordo do crítico, não anima garantias contra a presença cotidiana e estrutural das taras do país e da atual fase de acumulação do capital. Constatação que, caso confirmada, não deixa ao menos de qualificar o desequilíbrio, na árdua tarefa posta à inteligência de dar sentido ao que não é, sendo estranho, ao mesmo tempo que incomodamente familiar.

Ao buscar dar moldura à investigação desse desconforto particular, necessariamente vê-se implicado um grau de perda na captação do movimento e da estrutura da realidade, como também, em meu caso, em relação ao dinamismo e amplitude da abordagem a uma obra de argumento tão denso e complexa envergadura, estruturada minuciosa e solidamente em torno de uma complexa dialética da especificidade brasileira.

Se a obra literária formaliza-se enquanto auto-consciência de seu mundo, a sua crítica, ao se compor fundamentada, cumpre a tarefa de prover auto-consciência à própria obra, propiciando retorno novo de conhecimento sobre as causalidades, impasses e perspectivas da vida atual.

Obter alguma lucidez em apontar elementos de vibração teórica nesse *vaivém* reduplicado entre crítica, obra e mundo, será, para mim, clique de sucesso no instantâneo da *fotografia* oferecida como leitura *brasileira*, focada sob o prisma da melhor tradição materialista, que é *local* e concreta, sem deixar de ser universal.

CAPÍTULO 1

OS TERMOS DO DEBATE

Neste capítulo empreendo uma incursão na proposição crítica literária materialista de Roberto Schwarz. Busco ressaltar ângulos relevantes, derivados em particular das suas interpretações de obras literárias brasileiras. A centralidade de um ponto de vista de classe qualifica a especificidade da questão nacional e das relações sociais. Acentua-se o caráter sistemático daquele elemento como um dos eixos recorrentes, de modos variados, na interrelação de conhecimento recíproco entre evidência estética de fato social e explicação de fundo sociológico de formas estéticas.

Como já dito, uma tese central da obra de Roberto Schwarz é a problemática de uma negatividade paradoxal na base da formação da sociedade brasileira, vista em totalidade como resultado em processo de uma evolução da perversa mistura de escravismo com verniz ideológico do liberalismo europeu. Distorção que se faz presente ainda hoje, em consequência diversa, mas concreta, no cotidiano de nosso dividido mundo social.

Dessa mescla anômala, ficou estabelecida, a nosso ver decisivamente, a presença da volubilidade como princípio formal estruturante do narrador machadiano (v. Schwarz, 2000b). Da relação conflituosa entre base material e sistema ideológico flutuante, resta, à exceção do autoritarismo aberto mais ou menos dissimulado, a via do favor, e toda a sua sorte de filiações maleáveis em demasia ao imperativo da ética do trabalho, numa versão especialmente assimétrica, para os não-proprietários. Um modo bem brasileiro de exercer a desfaçatez de classe: ou a submissão protegida e paternalista, a hostilidade aberta e perversa, ou o desprezo excludente. Condição esta última em que não haveria exagero em definir, entre nós, por naturalizada, da qual

a vítima, até por sobrevivência, ou seja, falta de alternativa, se vê forçada a escapar. Nesse escanteio forçado, paga-se o preço da anulação ou depreciação de qualquer mérito ou valor do trabalho, bem como das garantias formais de cidadania.

Em brevíssima aproximação, para Schwarz, a obra madura de Machado tem por elemento profundo de composição a simultaneidade desigual de parâmetros ou modelos europeus, realizados na particularidade periférica brasileira. Nela está demarcada com muito engenho e acuidade a relativização mútua e o recíproco espelhamento encarnados, por exemplo, na suspeitíssima e reiterada alternância de critérios díspares com que o defunto autor se compraz em provocar o leitor.

Por essa dupla via desigualmente combinada inferimos a presença de uma reflexão densa, que maximizando o recurso à veia satírica, e mais que isso, sarcástica, pensa e faz pensar, a partir da fratura social feita dinamismo interno na economia do texto, os efeitos brutos e simbólicos de nosso colonialismo genético.

Se na formação do sistema literário nacional, culminante em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, admitimos uma correspondência paralela, ao mesmo tempo social e cronológica, entre o acúmulo da série literária e a consolidação histórica da nação (em particular, quanto à independência política), podemos tomar nessa obra como nota forte o registro como princípio formal, da desafinação, do descentramento e da flutuação incongruente do narrador com lastro na desproporção liberal-escravocrata acima abordada.

Esse despropósito se revela com muita clareza, por exemplo, na estilização da disparidade de limites verificados em contravenções tão brasileiras como: a falsa cordialidade, a ingenuidade interessada, a tagarelice, a estreiteza, o servilismo, a dubiedade, a grosseria, até a brutalidade aberta, entre tantas outras que desfilam pelo romance e, basta olhar com atenção, pelas ruas e interstícios de nosso cotidiano, de ontem e hoje.

O sadismo e o cinismo do narrador volúvel por excelência constitui um princípio de voz articuladora que desencadeia, sob viés de um membro da classe dominante, uma pluralidade bastante indicativa da presença recíproca de diversas posições de classe; valorando-as objetivamente, se se tem em conta a posição secundária, mas essencial à composição, do rol de personagens que servem ao andamento do texto e que são importantes para potencializar as tensões que exponenciam a desconfiança da figura típica do narrador, bem como a discrepância verificada no todo da obra, que não permite ao leitor descansar sob a anedota que se aproxima de uma história cujo riso constrange.

Para além de suas cabriolas retóricas, o tratamento estético dessa diversidade social traduz um realismo intensificado, que objetivamente resulta numa perplexidade incômoda que indaga do grau de cumplicidade e de reflexão do leitor.

Relativizando esse aspecto central de retórica volúvel constitutiva, vemos que perpassa ao fundo do romance a divisão bruta do trabalho, a fundação de uma realidade interna sobre o pilar da violência como definidora de poder político, e, portanto, do lugar social do sujeito.

Isso parece bem provocar a questão da pobreza brasileira como problema presente na própria formulação singular do narrador e como fator decisivo de inquietação do leitor frente à generalidade histórica nacional. Analisar alguns traços e problemas desse centro de gravidade como componente crítica a partir da elaboração de Schwarz, seja a respeito de Machado, seja como chave a ser elucidada na composição de outros autores, será o propósito desse capítulo, cuja intenção está contida no âmbito de exercício exploratório.

1.1) A questão da literatura brasileira diante da pobreza

Em coletânea organizada nos anos 80, *Os pobres na literatura brasileira*, Schwarz levantava na apresentação a situação da literatura diante da pobreza como uma questão estética radical, fundamental aos olhos criticamente atualizados.

Ali, em seu ensaio que enfocava a personagem das *Memórias Póstumas* (prenunciador do capítulo “A sorte dos pobres” no futuro livro *Um mestre na periferia*), Dona Plácida, Schwarz apontava a presença de um nó caracterizado pela falta de garantia para os pobres em nossa sociedade, aos olhos, fatos e atos da elite. Evidenciava o mecanismo de dupla perversidade predominante na hierarquia social: se trabalham, só vem o reconhecimento, e a remuneração, com favor e a muito custo; se não, são mesmo uns desclassificados, e aí é que não merecem crédito.

Barra-se o encarecimento honesto e independente, sob o epíteto de presunção; por outro lado, destila-se desprezo, se não alcança essa condição esperada. É a armadilha ideológica que possibilita a concretude dos modos de exercício cotidiano da desfaçatez de classe: informalidade, dependência, favor. Agregação pelo paternalismo, implicando cooptação submissa, conveniência, conivência ou exclusão. Todos esses fatores pintados com as tintas do pitoresco, da pseudo-cordialidade funcional, mas que não engana o desnível abrupto para o lado dos fracos na hora-da-verdade; ou seja, quando o ônus do trabalho concreto ou o abuso da força exige definição de

objeto, e se evidencia na força o antagonismo de classe, com as devidas tintas brasileiras da brutalidade, da indiferença e da precariedade quase absoluta, em termos históricos, de um sistema público de proteção social.

As idas e vindas, viravoltas, dessa narrativa machadiana alcançam uma função iluminadora ao enfatizar essas piruetas ideológicas sobre e dentro de um fundo material, uma forma social peculiarmente delimitada.

Das tensões existentes, localizáveis na obra, entre a brutalidade pura e as estratégias de adaptação, dissimulação, cooptação e relativa resistência (à parte manifestações não sistêmicas de revolta política popular, resistência esta encarnada no trânsito ambíguo entre ordem e desordem, e nas estratégias de sobrevivência, na “viração” do dia a dia), bem como, pelo inverso, no exercício ao fim taxativo da força pelos de cima, resulta uma prospecção não-dogmática que solicita o debate sobre as classes sociais e sua conformação histórica no Brasil.

Considerando que a volubilidade tão caracterizada no romance de *Brás Cubas* é traço atualíssimo de nossa realidade presente, esse viés de análise assentado na verificação dissimulada (até onde possível) da violência de classe sob casca liberal, possibilita um instrumento valioso de conhecimento pelo confronto, pelo contraste, do qual importa analisar o que sobra e para quem. Ou seja, quando ao pobre não é facultada a possibilidade de autonomia, de qual democracia, de qual liberalismo, se pode falar?

Pelo amálgama da disposição literária em crise dispersiva, num estilo que não se estabiliza na tonalidade clássica de um narrador sincero ou minimamente coerente, soma-se a crise social representada na ausência de lugar digno para o trabalho num ambiente social de origem e modo parasitário. Frente à suposta crise de consciência de um protagonista que tem de racionalizar todo o tempo mesmo quando renuncia a tanto e assume o arbítrio baseado na prática de classe, põe-se o leitor também em crise: sobre quais alicerces ele próprio repousa suas convicções e ações cotidianas, em que é vítima ou beneficiário da volubilidade?

Seja qual for a variabilidade dessa última, contudo, não relativiza a propriedade como valor definidor de poder quanto ao personagem, e ao leitor, implícito ou empírico.

Em “Conversa sobre Duas Meninas” (1999, pp.227-38), Schwarz reforça a análise da estruturação interna como ponto de partida a fim de verificar a proposição de novos conceitos pela obra, postos à atualidade histórica do olhar crítico.

Após ressaltar que considera programática a análise da posição dos pobres e sobretudo da elocução dessa posição na composição, o que se liga organicamente à posição social do narrador,

cuja caracterização e discernimento de conseqüências concretas mediadas pela forma, é uma petição de princípio fácil de lançar, mas difícil de executar. “Seja como for, o passo da generalidade bem-intencionada ao esforço real de conhecimento é difícil de dar.”(id., p. 231).

Ou seja, o problema da relação de classes na situação narrativa passa pela prevalência da forma como evidenciadora de contradições. Como reitera em “Outra Capitu”(1997,p.98), a organização subterrânea da narrativa é traçada pela “pauta secreta” dos antagonismos de classe, independentemente da intenção autoral.

Diferenciado em plano de pretensão de elaboração estética e formal literária, em relação a *Minha vida de menina*, de Helena Morley, o *Dom Casmurro* de Machado trabalha o enredo como “instrumento de prospecção”(id., p.99).

Ao sintetizar essa última composição, a voz descritiva se revela e descortina o narrador atrás do narrador. Pelas resultantes dos elementos de força, tais como a dominação e a exploração, de comportamentos, bens, trabalho e a própria trajetória de existência, o recorte feito por esse último narrador, afinal, determina a hegemonia que predominará no texto. Tanto no caso de Bentinho, como no de Brás Cubas, encontramos membros da elite que dão a sua versão dos acontecimentos e justificam a necessidade de narrar como um ajuste de contas, que no entanto não se sustenta diante das inconsistências perpetradas. Por exemplo, entre sua posição de proprietários e supostas idéias, digamos, humanitárias, de cunho universal.

A manobra falaciosa fica clara na análise schwarziana sobre os dois romances em que o engodo de fidelidade à linguagem, o recurso ao crédito pelo bem executar da fatura e da concatenação da história, exigido como petição de valorização pelos personagens-narradores, cai por terra. Esta derrocada se verifica quando (pelo choque de composição de uma voz narrativa internalizada em contraponto, muito arquitetado, em segunda linha), entre a parcialidade narrada e a malícia demandada pela ironia com que se mostram pistas depreciadoras daquela, se percebe a alegada credibilidade de uma autonomia da história defrontar-se com sua contradição diante da relação social. O narrador não pratica o que diz, e aliás, diz contradições até logicamente incoerentes. O que caracteriza a inquietação de uma ironia incontornável: sarcasmo?

É em boa parte desse choque que se pode mapear como fator decisivo de análise a especificidade das relações sociais na obra de arte literária, como mecanismo social que se estrutura internamente, sistema social implícito que toma a ideologia adaptada pelo narrador oportunista como presença na configuração da forma e mensagem direta dirigida ao leitor crédulo.

Não é, assim, nos conteúdos, que o sistema da boa obra literária se estrutura. Resultados conceituais reveladores decorrem, nos bons escritores, dessa tensão, desse choque constitutivo na e da própria forma como contradição entre o dito e o feito; no caso dos dois romances citados de Machado, na estapafúrdia construção de um discurso racional moderno ou civilizatório de molde europeu, calcado frente ao exercício arbitrário e aleatório da força e do privilégio, que nega a ideologia importada, numa espécie de versão de segundo grau, que se agrava o quanto e quando somada à manobra matreira de induzir a auto-absolvição pela inversão da vitimização.

É destacada essa matriz de traços derivados da tensão entre discurso e realidade objetiva social, muito evidenciada pelo avanço da literatura brasileira, desde sua formação, até hoje. A condição predominante de uma modernização desagregadora parece colocar ao escritor o dilema da dificuldade de totalizar. Ao menos em duas linhas básicas: seja, por um lado, pela fragmentação das subjetividades em um superficial, embora doloroso, maníaco ou espasmódico caos em que qualquer racionalidade parece escoar enquanto referencial do sujeito em sua relação com a coletividade (linhagem *pós-moderna*); seja, por outro, na imperatividade que o tema da marginalização, da violência social e do crime aflora (choque material de nossa modernidade urbanóide). Aquela tensão também se apresenta na tradição crítica, em cujas variantes podemos nos perguntar sobre as proposições ou projeções da acidentada forma objetiva dada no Brasil contemporâneo.

Fica então posta ao estudo crítico de nossa literatura mais que a análise, a responsabilidade potencial em estabelecer traços simbólicos de nossa constituição social de base histórica extremamente perversa, alçada ao presente. Essa potencialidade da crítica literária atenta aos antagonismos de classe na própria estruturação da obra, delimita-se com mais clareza na perspectiva comparativa com as ciências humanas e o pensamento social crítico brasileiros. Talvez não tenhamos até hoje, no campo das ciências sociais escritas, um realizador que, à altura da complexidade e repercussão universal (para nossas proporções) do segundo Machado, galgasse plano semelhante de influência e notabilidade no campo da cultura. Que dizer, independentemente da qualidade da produção teórico-social, da carência análoga em relação à elaboração literária de nossa complexidade histórica singular atual, que não é pródiga em obras de vulto. Sem dúvida, essa qualidade potencial de crítica social embutida, não encontrou seu paralelo intelectual em boa parte dada a própria incompletude e deformação ímpar do andamento do movimento social local, visto como conjunto.

Abro aqui um parêntese digressivo. Arrisco um argumento *econômico* (sem conhecimento de causa especializado, é claro), buscando uma analogia entre o desvendamento da retórica dos economistas, em geral, *vis-a-vis* da vida nacional concreta. Se quisermos, contudo, apor um sinal ao déficit utópico da realidade brasileira, temos de percorrer o caminho dado após a falência do impulso e das esperanças desinvolvementistas nos anos 60, com décadas posteriores de arbítrio, estagnação econômica, seguidos da adesão à abertura neo-liberal, numa aplicação entre o pragmatismo tecnocrático um tanto profético e bastante interessado no rentismo, na abdicação de uma residual soberania, e na tautologia privatista. Fundada em certas acepções *pragmaticistas* da teoria da dependência associada, a falácia da estabilização monetária sem estabilização social, efetivada de forma selvagem e degeneradora, deixou um rastro estonteante. Não é pouco para a mais nova versão da sanha destrutiva das elites sobre os trabalhadores, (classe média e o povão incluídos), o patrimônio de vulnerabilidades econômicas internas e externas do Estado e da sanha do capital transnacional e seus gerentes locais, beneficiários da *business administration*.

Tivemos desta feita mais uma ilusão ideológica do progresso que nos restaria, agora subsumido à modernização do *livre* mercado global. Esse quadro apontou uma passagem intensificada para a pós-modernidade globalista, sem que, nem de longe, tivéssemos base moderna minimamente expandida para o grosso da população. Restou o inchaço das dívidas e a ditadura dos credores, o aumento exponencial do desemprego e a precarização agravada do trabalho, entre outras facetas não retóricas, ou seja, resultantes da história concreta, com que se desnuda e manifesta, em tecido nacional, a canhestra vantagem pós-moderna do “mercado deixado a si mesmo”.

Ressalte-se, “mais do que nunca”, a necessidade da crítica da economia política para realizar a crítica do discurso econômico empirista supostamente *científico* – revelando seus enganosos chamamentos e engodos ideológicos a naturalizar a funcionalidade do capitalismo financeirizado. A sua lógica cultural, ou culturalista-mercantil não deixa de pagar o seu tributo ao *anárquico* às *idéias* tanto da desconstrução filosófica da crítica da realidade histórica, quanto da régua niveladora do neopragmatismo conservador (de fundo economicista) como dogma de um presente regido pelo recalque (ou rebaixamento) da política, menos ainda aquela propositora de mudanças estruturais. A convenção da relativização tendencialmente absoluta torna-se mandamento implícito da *conversação* dos discursos *críticos* como reféns conformistas e confortados como mercadoria circulante ao espaço possível: as conjunturas voláteis ou volúveis.

Vejamos o interessante trecho da economista Leda Paulani, retirado de apêndice a capítulo em que trata das relações entre pós-modernismo e retórica da economia. Registre-se que no contexto imediatamente anterior, a autora comenta a retórica da persuasão utilizada por economistas brasileiros impregnados da macroeconomia (ortodoxa) dos novos clássicos (do neoliberalismo), a serviço, intelectual e operacional, da aplicação de receitas muito mais cobradas nos países periféricos do que nos centrais :

“E temos com isso os sinais suficientes para concluir que trata-se aqui de mais um capítulo das “idéias fora de lugar”, descobertas por Roberto Schwarz no ensaio famoso de 1973. Como lembra ele, aquilo que na Europa seria verdadeira façanha da crítica (descobrir o ideológico no ideário liberal, visto que pelo menos em aparência suas idéias pareciam ali ter vida efetiva), aqui poderia ser a descrença de qualquer pachola. Independência, mérito, igualdade não estavam presentes nem aparentemente na realidade socioeconômica do Brasil do final do século XIX. Reencontramos no nosso caso a mesma facilidade do pachola de Schwarz. Para o cidadão brasileiro comum, é no mínimo bizarra a idéia de que as discussões dos economistas não visam a outra coisa senão girar em torno de si mesmas. Mais do que idéia, concluímos, trata-se aqui de uma faceta da ideologia contemporânea, que, se funciona razoavelmente no centro do sistema-mundo capitalista, enguiça na periferia e põe a nu sua natureza. Não surpreende, portanto, o resultado do capítulo brasileiro do projeto retórico, que objetivamente revela, ao invés de velar, a incongruência que têm, com a realidade capitalista de hoje, essas hipóteses tão na moda. Mais do que as competências persuasivas dos interlocutores e seu suposto déficit de objetividade, as conversas com economistas brasileiros revelam os contornos da história brasileira do século XX, empurrada, de um lado, pela dinâmica capitalista global, e conformada, de outro, pela objetivação das idéias produzidas pelos economistas a partir dessa mesma realidade. Fica aqui, portanto, mais evidente do que no centro do sistema que, se há hoje algum papel para a retórica, ele é o inverso do que advogam seus cultuadores. A análise retórica, em vez de desembocar no vale-tudo relativista, mostra-se instrumento poderoso para fazer a crítica da sociedade existente, no mínimo porque ajuda a desembrulhar, da teia de idéias e ideologias em que ela aparece envolvida, a história concreta.”

(“Retórica: o capítulo brasileiro”. In: *Modernidade e discurso econômico*, 2005, p. 180-87)

Desnudada essa face bizarra de teses econômicas transplantadas *por cima*, podemos entender não só a distância, abissal e vitimada, do povo em relação aos interesses econômicos dominantes e sua forma de gestão, como também a dupla polaridade das classes médias, onde, em geral se produzem e circulam as obras literárias da hora. Por um lado, se aliciam aos interesses dos poderosos, e, beneficiárias de seu auxílio de mão-de-obra *qualificada*, aderem ao mito ideológico, mas rentável, do novo mercado *corporativo-concorrencial*, e dele fazem a apologia vazia. Salvo quando, por outro lado, e em setores diversos, se vêem atingidas na manutenção de seu clássico estado intermediário, e passam, de alguma forma, a acusar o ressentimento pela defasagem entre o discurso do padrão de consumo e sua prática, que aperta o orçamento e a promessa de vida incluída no novo circuito do capital. Obviamente são duas vertentes possíveis, como exemplo, entre outras que não vem ao caso comentar aqui, nem poderíamos.

Se procede, contudo, essa dualidade de pólos, acredito que tenha interferência, ainda que em parte, e indiretamente, na projeção dos problemas literários da produção de hoje, que, como já

me referi com um simples aceno acima, talvez possam se definir como fragmentariedade na situação dos *projetos* existenciais e choque, no confronto da cultura do medo que explode nas periferias urbanas, invadindo o centro e invocando todo um *estresse* a demandar a parafernália de segurança e apropriação reativa. A blindagem, além de literal, dá-se também no plano simbólico, colocando este sujeito conformista e algo cínico, dividido e amedontrado, além de atônito, nos braços de uma sintaxe espiritual entrecortada e rasa, girando sobre si mesma, num rastro de narcisismo, mais ou menos destrutivo, escapista ou defensivo, mas sempre baseado num arquétipo de indivíduo que é muito procurado e nunca encontrado, a não ser com dose de delírio, inobstante toda sorte de quinquilharias de que possa usufruir a soldo de sua capacitação funcional. Da família dos disfuncionais, salvo exceções de praxe como espécie em extinção saudosa da contracultura (sempre à brasileira, é preciso lembrar, com um olho na exuberância tropicalista), também encarapitados nas benesses de ponta, resta glosar a ansiedade, a insatisfação de uma impotência ressentida, as experiências dramáticas só possíveis às tribos que gravitam em algum escaninho da micropolítica, trocando e descontruindo múltiplas identidades, num deslizamento sem fim, mas com parada quase obrigatória na soma zero do niilismo tendencial, descabelado, esotérico, ou *blasé*, que as vezes late, mas não morde o centro da medula.

Da cartola dessa metonímia da ambiência espiritual de certa classe média integrada, o coelho que sai é o do déficit de realismo, ou do seu engodo, travestido de pragmatismo tautológico, análogo ao imperativo neoliberal do mercado porque é o mercado. Com o deslocamento na vida nacional, que em conjunto não condiz com a promessa retórica da ideologia importada da moda tornada parâmetro inacessível ou artificial, parecemos padecer de uma deficiência de realidade tão cambaleante quanto grotesca e imersa num imenso caldeirão de violência estrutural, rasgada, dissimulada ou recalcada. Salvo exceção possível, a média desse fenômeno, no campo literário, parece apontar para a ausência do realismo entendido como capaz de intensidade de captação do movimento do mundo. Entre uma fenomenologia de cacarecos, algo frenética e despedaçada, em que as subjetividades deslizam sem referente racional, e uma ontologia da miséria e da violência, na qual pode ser voz corrente a da multiplicidade de versões da *naturalização* da crueldade, resta ao crítico dialético, diante de formas parciais, a leitura a contrapelo. Aparentemente, a culpa pela decadência e rarefação dos novos heróis desmanchados antes de se levantarem não é plenamente da lavra deles, ou de seus narradores, o mais das vezes informados de sua posição irônica. A própria forma que não se configura em totalidade é sintoma

da pulsão real de um paroxismo esquizofrênico, cujos duros efeitos se fazem sentir nas ondas da fratura social exposta, a que a anestesia inglória da nova onda mercadológica (na verdade financeirizada) é inelástica e escassa para tanto desejo de consumo. No fragmento e na impotência, impregnados na forma contemporânea, de modo genérico, repito, o crítico dialético procura a outra face do mesmo. Encontra a explicação para a queda de voltagem realista da literatura, ou seja, a queda de seu aproveitamento para iluminar contradições e relações antes não visíveis a olho nu na complexidade social em movimento diuturno. Pode perguntar pelo avesso da amplitude de sedimentar tendências e tipos históricos, contrariando a expectativa do prosseguimento da formação da literatura brasileira e do seu próprio sentido formador das disciplinas da nação.

Se há este recuo, pode acusar uma transição, em paradoxo com aquela expectativa formativa, da capacidade prospectiva da forma literária ou estética para a teoria social. que hoje estaria mais próxima de dar forma ao *objeto* descarnado em estado avançado de decomposição. Aquele sinal mencionado acima, só pode ser então negativador. O déficit de utopia não deixa de arranhar fundo. É preciso ler nas formas o componente anti-retórico, isto é, histórico, mesmo que se trate de uma retórica em pedaços. Sem esquecer que essa operação é também retórica com o sinal trocado, mas com os pés fincados no referente. Guarda uma função análoga à da crítica da economia política, mais que nunca necessária, num mundo colonizado pela lógica da mercadoria e pela ideologia mundializada correspondente do mercado pelo mercado. Uma tautologia que não se sustenta perante a voz que retira do concreto sua mortalha travestida de embalagem. Fecho o meu parêntese aventuroso.

E volto ao método do crítico, que certamente supõe a crítica do capital, bem como a crítica da forma, no que completa ou no que mostra ausente a história concreta. No Brasil, uma questão que também ela não pode ser importada sem mediação teórica local e sem remissão às diferentes dimensões de classe.

Daí a importância central de um dos pressupostos de Schwarz, cujo comentário retomo.

É por considerar a extensão e profundidade da especificidade das relações sociais brasileiras, e seus conflitos específicos, como quesito fundamental, que Roberto Schwarz aponta lucidamente a análise da posição social do narrador, e em particular da presença dos pobres na literatura brasileira, como programa de estudos: “A retomada e a exploração literária, em verso quanto em prosa, da especificidade das relações sociais brasileiras até aqui praticamente não foi

objeto de pesquisa. Insisto nisso porque vejo aí um programa de estudos”. (“Conversa sobre duas meninas”, 1999, p.230-1).

Para ele, a invenção da forma é livre, mas não arbitrária.

Formulação que reconhece precedente em Antonio Candido, também como programa executado com destaque em seu marcante ensaio “Dialética da Malandragem”, sobre *Memórias de um Sargento de Milícias*. A propósito, situando essa precedência, cabe, de passagem, a citação de Paulo Arantes, em seu *Sentimento da Dialética* (1992, p. 9), no subtítulo dedicado a Candido, “Sentimento dos Contrários”, onde começa por falar: “Sem muito exagero pode-se dizer que em Antonio Candido há *dialética* por todos os lados. (...) Enumero alguns. Em primeiro lugar, o mais abrangente deles: caso fosse possível estabelecer uma lei geral da nossa evolução mental, ela tomaria a forma de uma dialética de localismo e cosmopolitismo”.

Conforme analisa o procedimento de Candido, conclui tratar-se de 1) captar as peculiaridades de um modo-de-ser; 2) identificar o fundamento histórico-social desse modo; e 3) realizar o confronto comparativo (no caso com formas de vida puritana que a ficção norte-americana correspondente tratava) entre a descolonização incompleta e o ufanismo (“Outra Capitu”. *Duas Meninas*, 1997, p. 134).

Sequenciamento que coloca ao crítico o desafio de procurar “(...) saber o que temos para oferecer ao mundo e o que lhe queremos tomar.”(id.,135)

Pergunta que se transporta como problema de nosso presente mais momentoso, como a seguir veremos ao comentar a análise de ensaios mais recentes do crítico.

Antes, voltando a *Memórias Póstumas*, a volubilidade como constituinte formal ganha vulto como sintoma e artifício adaptativo à ordem, por justamente não poder intervir sobre a realidade materialmente formada, ela própria enrijecida na contradição de assimetria social brutal. Da contingência adversa de que parte o escritor, chega-se, passando pela acumulação estilística e temática da tradição romanesca nativa anterior e pela injunção de formas européias (sejam realistas ou anti-realistas, mas sempre dissonantes), à formalização literária muito própria de contradições ideológicas, culturais e morais (num sentido amplo), lastreadas numa resultante final de variações sobre uma forma objetiva.

O narrador bem sucedido não pode escapar a salientar o ingrediente historicizado do antagonismo social e de todo o seu entorno de ações e reações práticas no cotidiano, e chama assim, pelo choque das incongruências, à premência de posicionamento:

“Não porque a literatura deva tratar de si mesma, segundo hoje se costuma afirmar, mas porque na arena inaugurada em meados do século XIX, cuja instância última é o antagonismo social, toda representação passava a comportar, pelas implicações de sua forma, um ingrediente político, e a ousadia literária consistia em salientar isso mesmo, agredindo as condições da leitura confiada e passiva, ou melhor, chamando o leitor à vida desperta.” (“Acumulação literária e nação periférica”, Schwarz, 2000b, p. 242).

Neste percurso, a ironia e o sarcasmo, bem como a auto-ironia, são ingredientes de peso destinados a inquietar o leitor que procurasse mero alheamento romanesco.

1.2) Uma arquitetura de inversões: narradores pelo avesso no balanço do crítico

Em chave diferente, por não pretender a elaboração literária em grau superlativo superador da tradição canonizada, o diário de Helena Morley, *Minha vida de menina*, analisado por Schwarz no já mencionado ensaio “Outra Capitu” (In: *Duas Meninas*, 1997, p.43-144), assume um tom de um encanto peculiar, de poesia sem aviso prévio, ao mesclar o gênero de diário familiar, redação escolar e conversa alegre.

A comparação com Capitu deve-se, na origem, ao caráter comum de personagens femininas pobres que não capitulam, entram em ação, estabelecendo um contraponto emancipatório na economia do texto, mas não só, pois referem, de modo diferente, aspectos sociais também externos.

No caso do Diário, calcado num interregno histórico de formas de liberdade e afrouxamento da dominação social no interior de Minas Gerais, entre a abolição e a decadência econômica (da mineração, que era, anteriormente à decadência, centro de gravidade), o período possibilitou florescer um grau assinalável de trabalho livre ainda não pesadamente alienado à rotina econômica de acumulação. Condição que levou a uma “harmonia precária”, decorrente da pausa no ritmo da exploração mercantil.

Por uma série de fatores elencados pelo crítico, a narradora alcança uma tensão de racionalidade acima da esperada crônica de província, tecendo a consideração de pontos de vista socialmente complementares num viés anti-segregacionista, revelador de uma capacidade de individuação reflexiva, o que possibilitou uma elocução autônoma e que, segundo o crítico, nos

deixa, sem favor “(...)diante da multilateralidade abundante e diferenciada que distingue o grande romance realista.”(op.cit.,p.87)

Nessa multilateralidade está como diferencial a reflexão singela centrada na prática do cotidiano, no qual pela acuidade e tonalidade da prosa, leve mas séria em suas tomadas de pontos de vista, desperta a atenção para as imposturas da superioridade de classe no arremedo de simpatia aos humildes.

Fica à vista, assim, o otimismo ingênuo da cooptação pelo apadrinhamento, pela anedota sobreposta ao moralismo de fundo autoritário tradicional; também são desmontados o preconceito, o privilégio, o patriarcalismo e a carolagem. Essa visão desassombrada, simples mas revestida de complexidade pelo caráter relacional de tratar o destino coletivo do pobre, e de todos, numa narrativa ágil, irrequieta, indicadora de uma indignação que beira o romântico, sem descambar para o sentimentalismo ou a literatice patrioteira com pitadas de pitoresco local ufanista, leva a um sentimento de solidariedade ativa e abertura a um brasileiro interior, imanente, “diverso e melhor”.

Nesse interregno de afrouxamento do tomiquete mercantil extrativista (traço de exploração colonial), uma adolescente parte também da contingência para elaborar numa forma peculiar a verdade social por meio do contraste. Novamente vemos o estilo, o tom e o ritmo, bem como a matéria social, implicarem-se mutuamente na formação estética imbrincada com a formação social, e na presença desta no interior daquela, configurando obra do mais bem sucedido realismo literário.

Diferentemente de *Brás Cubas*, no qual a alta elaboração literária era fim e conseqüência desde a origem, *Minha vida de menina* guarda um frescor e uma agilidade oposicionista que chegam até os dias de hoje carregados de um certo gosto de utopia brasileira libertária, nada ingênua, mas instigante exatamente por historicizar com graça as determinações da barbárie que predomina entre nós.

Certamente, esse acento positivo e simpático, bem diferente dos narradores Brás Cubas e Bentinho, por meio dos quais muitas vezes da vítima se faz carrasco e vice-versa, deve-se em boa medida ao fato de que “(...) o viés da desbarbarização no caso não é anti-popular.”(*Duas Meninas*, p.129)

Numa viravolta temporal, vejamos outra nuance da pauta popular, em que a graça, se comparece, é só como elemento adjacente. Vestígio nostálgico mas intransitivo, a não ser pela

mão do narrador, que o coloca como traço de uma utopia perdida em meio a uma avalanche de regressão.

No ensaio *Cidade de Deus* (*Seqüências Brasileiras*, 1999), Roberto Schwarz comenta o romance homônimo de Paulo Lins como “um acontecimento”.

O mérito do livro estaria em reunir em mescla particular as pautas clássicas da vida popular brasileira, em chave contemporânea. O contraste entre o sonho algo entorpecido de um futuro prometido (que não vem, ou chega como pesadelo), as contradições entre a boa intenção, a ambição modesta, a busca de conselhos paternais ou paternalistas e de proteção mística, constroem-se *vis-a-vis* as irregularidades e crimes cometidos ao arrepio da lei.

Aliás, no recorte ficcionalizado da favela *Cidade-de-Deus*, espaço no qual circula a quase totalidade da narrativa, a lei é outra, ou não é.

A forma da crueldade impera nas múltiplas modalidades de assaltos, assassinatos, crimes sexuais, mutilações, matança e/ou violência generalizada por disputa pelo tráfico, rixas de quadrilhas, afirmação de liderança de bandidos (e aqui se destaca a positivação da atrocidade pela afirmação midiática, sem, é claro, cachê, mas como ganho de *performance* bandida). Os conflitos com a polícia corrupta ou brutalizada chegam a configurar uma certa monotonia repetitiva, cuja função escatológica cabe ao leitor valorar, mas que faz parte da ênfase pretendida pelo conjunto. A trivialização da morte agudiza a situação de modernidade perversa, jogando na cara a intimidade com o horror.

O tom inicial é perpassado por vezes em rasgos líricos alinhavados pelo narrador, diretamente, ou pela mediação de alguns de seus personagens, e permite confrontar a constelação de um certo otimismo progressivamente esmaecido, frente ao paroxismo de pobreza, desemprego, cadáveres, favela desprovida de ordenamento público legal.

É sintomático que os escalões superiores, como governo e mercado, não aparecem expressamente. A fratura social é constatada com a ausência institucional do espaço público. Um território deserddado da lei supostamente universal.

Ao elemento negativador de perspectivas pela pobreza, soma-se a injustiça flagrante e conflagrada na insistência com que, ao cabo da leitura, o que se depreende é que os “bichos soltos” revelam-se meninos negros mortos. O que não é fator acidental, e faz perguntar qual é a perspectiva histórica possibilitadora de um tal enredo calcado na destrutividade intransitiva e socialmente confinada.

Por reunir todos esses elementos em um longo fôlego, a forma do romance ganha peculiar feição de arte compósita. Agrega cotidiano, imaginação, pesquisa organizada; gênero mesclado entre naturalismo, antropologia, sensacionalismo, crônica da bandidagem e do tráfico, da brutalidade e da terminologia policial ou gíria bandida.

Cabe ainda aduzir a presença de uma nota lírica como recusa: poesia para fazer frente à miséria. Mas mesmo esse traço parece não vingar, pela adversidade face a uma bandidagem de motivação ora anti-social, bem diferente do passado já tantas vezes romanceado sob a ambígua figura do malandro, algo romântica ou nostálgica, versada e versátil, além de *camarada* da comunidade do batente.

Nessa faceta confinada da modernidade degradada e alienada, os pobres aí retratados são um exército de “sujeitos monetários sem dinheiro”(p.171), e o móbile, para o leitor, de sua ação caoticamente destrutiva é o sonho regressivo comum da apropriação direta dos bens de consumo contemporâneos. Esse apelo motiva também o desejo e prática da apropriação direta, mais ou menos criminosa, pelos *de cima*. Desta vez, sob a capa da legalidade e da mesma publicidade anuladora face aos deserdados pela ausência do espaço público e do recurso privado, mas filtrada pela continência à autoridade, à norma da reprodução reificada, e ao alcance material de *status* instituídos aos da ordem, como mediação do narcisismo selvagem.

Como bem anota o crítico, não é o atraso a causa, mas o resultado do progresso, que faz a permanência da clivagem antagônica do escravismo, em sua decorrência moderna de classe, agora abandada ao bruto crime como foco agudo na periferia urbana excluída, na neofavela, lugar em que os trabalhadores libertos se encontraram na modernidade.

Mas qual o leitor desperto que não se identifica com essa selvageria, em parte fetiche da quebra imaginária de limite de nossa impotência e mediocridade de rotina? O que prende a atenção, além da curiosidade alimentada pela mescla composta de tantos fatores dispostos em particularidade singular, é a percepção de que a distância do romance evidencia uma paz de cera, uma violência de pavio curto. Cidade de Deus é Brasil explosivo para todos.

Como vimos nessa trajetória proposta como esquema, as idéias fora de lugar, e seus agentes concretos, implicam a inserção peculiar de mecanismos sociais na estrutura da composição literária, como decorrência da matéria observada e analisada *por dentro*. No caso da obra crítica da qual abordamos alguns pontos referenciados mais diretamente na situação dos pobres como fator da narração em si, ressalta a importância da consecução de uma configuração

de pluralidade na prospecção de conflitos, no modo pelo qual o narrador os elabora e diante dos quais se posiciona.

Como parte integrante, e como inventor autônomo mas não aleatório a trabalhar a forma literária na forma social, o escritor não pode se furtar a objetivar à composição como fatura realista, ainda que pela ausência, deliberada ou relativa.

Do grau de maior sucesso nessa operação, depende o alcance do sentimento da História. Imaginação e composição, ritmo e movimento da sociedade (real e não retórica), portanto, são complementares na felicidade estética da obra literária, considerada também sua nota local.

No conciso ensaio “Um romance de Chico Buarque”(1999, pp.178-81), que analisa o *Estorvo*, Schwarz aponta ao leitor estar diante da “lógica de uma forma”. O narrador, que tanto pode ser um João-ninguém quanto um filho de família desgarrado, encontra-se desacordado numa quitinete. Alguém bate à porta, e diante do olho mágico ele percebe que o desconhecido, que poderia ser conhecido, assume uma presença persecutória. Tanto é que sua reação é a fuga pela escada de serviço.

Segundo o crítico, a narrativa se arma em torno dessa atitude, ambientada de modo ao mesmo tempo assinalado e onírico, na cidade do Rio de Janeiro.

Por esse fio desfilam cenas do cotidiano, ligadas à imaginação bastante excitada e diluída do protagonista, do qual “Pode-se dizer também que se trata de um filho de família vivendo como João-ninguém a caminho da marginalidade”(p.179). O relato seco hesita entre o factual e o imaginário, numa dialética de ausência na presença que transmuta a ficção de consumo em literatura exigente. Categoria esta definida pelo crítico como “aquela que busca estar à altura da complexidade da vida”(p.178).

Os conflitos por que passa o fugitivo não são nada novelescos, apesar da simplicidade aparentemente possibilitada ao enredo. O foco não discerne antagonismos nítidos, mas aponta a fluidez e a dissolução das fronteiras entre as categorias sociais, o que leva o crítico a emendar a pergunta sobre se não “estaríamos nos tornando uma sociedade sem classes, sob o signo da delinquência?”(p.179)

A narração tem algo a ver com a herança libertária de 68, sob uma ótica veterana, de pronto associada a traços possivelmente provenientes do ascenso de lutas populares no Brasil da década de 60, que chegou a esboçar a tomada do partido dos pobres, bem como a esperança de vê-los na rua a defender suas bandeiras. No entanto, no tempo da narrativa, o tom é desfibrado, a sensação é a de estaticidade num atoleiro.

A inversão entre um presumível ponto de chegada da fuga, contrastada com o não-chegar a lugar algum do personagem narrador, denota, entre o circuito da modernidade, seus objetos publicitários e a imensa confusão de figurantes em frenesi autômato na busca do acesso ao espetáculo, a predominância do monstruoso.

A utopia ficou para trás, a consciência desse *filho-de-família* desgarrado não tem planos, que não um empuxo linear desenfreado no movimento de fuga, entremeado com a dispersão propiciada pelo estado permanente de semi-alucinação. No meio da bagunça geral, acentua-se a presença da violência e da degradação. Na percepção algo paranóica e obsessiva do narrador, apresenta-se o grotesco dos outros; mas é de notar a ausência do movimento avesso, a incapacidade de elaborar uma auto-crítica, ou mesmo um auto-retrato: “(...) o narrador não nota a crosta de sujeira, hematomas, feridas e cacos de vidro – sem mencionar a confusão moral – que acumulou e o deve estar desfigurando”(p.181).

Para o leitor, essa narração anômala, inverte a rota tradicional de um ponto de chegada, ainda que violento ou anulado. O narrador segue a viagem estéril, procurando apenas “um canto por uns dias”.

Nessa forma cuja lógica tem premissas nebulosas, apesar de referenciadas, a conclusão é a de um aprisionamento numa confusão tanto insuportável quanto inescapável.

Para o crítico, entretanto, a consequência da leitura é cristalina, não fosse o toque de força afirmativa paradoxal: “Esta disposição absurda de continuar igual em circunstâncias impossíveis é a forte metáfora que Chico Buarque inventou para o Brasil contemporâneo, cujo livro talvez tenha escrito”(p.181).

Em “Aquele rapaz”(1999, pp.189-98), sobre o livro homônimo de Jean-Claude Bernardet, o crítico descreve como tauromaquia a trajetória do rapaz em questão, em chave algo similar a um romance de formação.

De início, a referência a uma terceira pessoa mesclada com a interação com o próprio no percorrido de lembranças crivadas em comum pelo signo da ansiedade, permite ao narrador a incerta mas palpável qualidade de superposição de pessoas, fatos e motivos envolvidos em incertezas vertiginosas, através das quais ele se procura e se expõe (p.190).

Outro elemento de força é a sexualidade, centro do percurso do rapaz, uma vez que em busca da afirmação de sua pulsionante condição de homossexual sujeito às amarras da hipocrisia e do farisaísmo. A ambiência da puberdade é a França, num tempo impreciso situado durante ou próximo à segunda guerra, seguido pela emigração ao Brasil. Mas o drama individual transcorre

sob o convencionalismo repressivo, com toda a gama de preconceitos de raça, classe e conduta, que perpassam as instituições burguesas, com destaque para a família, mas de tabela com a escola e a ambiência de sociabilidade geral.

A relação com os pais, como não poderia deixar de ser, é marcada pela turbulência, acentuada no conflito com a autoridade convencional paterna, e mais ainda na rejeição à legitimidade da madrasta como mãe. Essa oposição leva-o à paralisia, à tentativa de suicídio, e ao gosto por Picasso, Baudelaire e Prévert. No entanto, não se dá a ruptura definitiva.

Segue-se toda uma construção de conflito interior, pontuada pelo acesso estetizado (ou esteticista) a bens culturais *de arte* (cinema incluído) e a drogas psicodélicas, em particular o ácido lisérgico. Substância que, a certa altura, terá função decisiva na auto-revelação de uma independência interior. Fato este, aliás, decorrido da freqüentação a uma Bienal, da qual um dos quadros teria função determinante numa *visão* descortinadora, a servir de ponto de inflexão na angustiada busca de liberdade pessoal. Para o crítico, as visões de rosáceas pulsantes que se organizam na mente do narrador são do ânus (p.194). Tal crueza teria o efeito de confrontá-lo com o desate simbólico da repressão sexual, predominante como enfeixadora de todas as outras barreiras ao livre exercício de sua própria vida.

Não seria temerário dizer que se trata do romance de uma neurose, circunscrita a determinadas condições do âmbito contextual internalizado no texto, de uma formação individual marcada pela obsessão na consciência interna a princípio temerosa, culpada e revoltada, apesar da impotência envolta numa atmosfera abafada. O desenlace é relativamente bem sucedido, como aponta o crítico, evidenciando elementos de estrutura psicanalítica :

“O que era resistência informe adquire contorno e afirma o seu direito de cidade. Nesse sentido há um nexo de emancipação e realização pessoal unindo o momento da revelação aos sofrimentos anteriores. Uma espécie de historicidade interna, com radicalização de conflitos, ponto alto na tomada de consciência e, a seguir, aquisição de liberdade em relação a um mecanismo repetitivo, ao qual a personagem se vira obrigada a oferecer sacrifícios sem fim à vista”(p.195).

Ao considerar como central o episódio acima, o crítico estabelece o achado teórico que coloca o estatuto ficcional como clara filiação ao sentimento estruturalista, de origem francesa, concretizado na associação de “(...)matematização, zonas erógenas, teoria estética e atitude subversiva, tudo ligado ao esvaziamento do tempo(...)”(p.195).

A obsessão da consistência interior teria então uma função orgânica na composição da prosa e na trajetória do personagem. No entanto, delimitada essa correspondência, o que

emprestaria “algo de verdade e de poesia” ao livro é justamente derivado do que escapa ao seu controle.

A meu ver, o crítico menciona correspondências sobre as cenas que se desenrolam ao fundo, correlacionando (apesar do alheamento tipicamente burguês, mesmo na transgressão, da personagem *liberta*) tendências históricas efetivas, visualizadas no embate conflituoso entre a solidão moral e as relações sociais não compartilhadas, tingidas pelas cores próprias da experiência em narração.

Diferentemente, o padrão alcançado pelo rapaz, de conquista da relativa autonomia, dentro da estrutura burguesa de origem francesa, sofre alteração quando da vinda e estabelecimento no Brasil. A *razão aguerrida* do europeu confronta-se com a *descontinuidade* do realismo no novo ambiente, o que faz perder chão, tornando algo maníaco e despropositado o alívio duramente conquistado, bem como a atitude de código rígido de outros personagens familiares em que a *lógica interior* revela sua inadaptação à nova sociabilidade.

Finalmente, vemos o crítico assinalar uma dupla inversão. A primeira, relativa à nova liberdade do rapaz ser realizada dentro do círculo institucionalizado. Algo como, percorrido o acidentado périplo interior, permanecer na esfera privada, a ponto de promover a reconciliação, digamos, do sujeito liberal amadurecido, com a madrasta e o pai, o qual irá ajudar na convalescença de morte. Schwarz qualifica todo o gasto de energia nessa busca da descontinuidade para obtenção de uma suposta autonomia individual como “intranscendente”. Assinala uma série de fatos da história política do século constantes no livro de modo apenas indicativo, e associa esse modo de expor estes assuntos do mundo, à fraca repercussão da tão sofrida emancipação da (homo)sexualidade.

Aqui, a segunda, e principal inversão. Aquilo que poderia ser tomado como um brilhante exercício de uma superação individual, dentro do paradigma da *fibra* perseverante e bastante crispada do *empreendedor* burguês, assume, pelo distanciamento privativo do narrador e do drama d’*Aquele rapaz*, um caráter de redução de todo o esforço a “marcas na vida privada” (p.198). Não passa incólume, ao fundo, a convergência de frustrações de grandes esperanças históricas, com as do trajeto da personagem, cuja auto-libertação em solo baixo, não pareceu encontrar eco para além de um âmbito muito restrito, ao arrepio do domínio de sua vontade.

Essa restrição a marcas na vida privada tem contudo, no plano narrativo, salvo engano, uma vantagem e uma desvantagem em relação ao protagonista de *Estorvo*. A vantagem consiste em que se chega a algum lugar, apesar de intranscendente, mas há uma trajetória percorrida – e o

alheamento insulado permite ainda um traço de poesia e verdade. Traço devido, talvez, a um halo de transgressão vitoriosa, ligada a uma nostalgia de inocência que, se impossibilitada de objetividade além muros, pode remanescer como ponto de norreamento utópico ao leitor, na pergunta pela autonomia interior face ao mundo administrado.

A desvantagem seria a comparação com a fuga suspensa e absolutamente sem saída do personagem do livro de Chico Buarque, pois, como conciliar a restrita auto-construção daquele rapaz frente ao mundo brasileiro metaforizado tão fortemente sob o emblema da confusão monstruosa?

Na radicalidade crítica, permite-se ver nesse exercício de contraste, a diferença de tonalidade que leva a questionar o alcance da validade da cultura formalizada em círculo individual, como índice guia da movimentação do sujeito em meio a realidade tão insustentável. Já as marcas materiais deixadas no corpo e na consciência *semi-lúcida*, *semi-alucinada*, do filho de família despersonalizado são muito menos assépticas, ao passo que a trajetória se coloca à esmo, mas está no mundo, está na rua, degradada. Valeria a pena aprofundar o estudo da geografia e da genética social dessas consciências projetadas na composição literária, bem como a graduação de uma possível interseção, afora as zonas de exclusão, indicativas de disparidades produtivas à análise e à reflexão. Um mais intimista, outro, largado, esses filhos de família desgarrados unificam-se sob a castração da epicidade, cujo trauma, contudo insiste em falar. Um depoimento que nomeia a agonia, ao tempo em que a subverte, lançando-a ao mundo estorvado.

Em “Pelo prisma da arquitetura”(1999, pp. 199-204), resultante de uma argüição da tese de Otilia Arantes sobre o itinerário crítico de Mário Pedrosa, Schwarz delinea com precisão mais um fracasso invertido em relação a perspectivas de progresso, tornadas ilusões abstratas por descolamento da utopia face ao chão social da realidade brasileira. Homem de vanguarda artística e concomitantemente na vanguarda política, Pedrosa representou até certo ponto a junção de expectativas quanto à expressão adiantada das artes, referida a uma evolução correspondente no plano social. Algo como projetos de mudanças caminhando lado a lado. Ponto alto desse ideal foi a construção de Brasília, embalada na projeção arquitetônica e urbanística que realizaria o programa. Não foi o que ocorreu, pois a cidade planejada acabou por ser a expressão do aprofundamento do caráter autoritário e predatório da modernização brasileira (p.200). Aponta o crítico :

“Noutras palavras, a realização mais sensacional e abrangente do programa histórico das vanguardas artísticas incluía entre as suas virtualidades o servir de álibi a um processo de modernização passavelmente sinistro, em cuja esteira ainda nos encontramos, e ao qual aquela realização em fim de contas se integra bem, sem dissonância notável. A revolução nas formas arquitetônicas e urbanísticas não cumprira a sua promessa de revolucionar a vida para melhor”(id.).

Fato que contribuiu para a constatação de Pedrosa, ao fim da vida, sobre a perda de fundamento das vanguardas artísticas. Era o reconhecimento do impasse crítico referido ao destino local, mas sintoma singular de um pêndulo global que levava para baixo “uma das grandes aspirações deste século no âmbito da civilização burguesa”.

Logo depois, passa a comentar novo livro da autora, calcado no debate proposto por Habermas, validando o movimento modernista na arquitetura. O argumento segue perguntando pela adequação ou não dessa tendência no Brasil, passa por uma certa linha de percepção um tanto nacionalista e ideologizada de que a insuficiente industrialização local não comportaria a base para o modernismo arquitetônico, para logo adentrar num raciocínio mais agudo: o de que, longe da insuficiência da expansão industrializante, o influxo global modernizante tinha condições, como efetivamente foi, de aportar por aqui, de modo teratológico característico ao terceiro mundo. “Assim, longe de ser um desvio sem significado, a combinação monstruosa e desconcertante de modernismo e miséria está na lógica do processo”(p.201).

O passo adiante será na formulação da modernidade arquitetônica como projeto de funcionalidade, mas que aos olhos locais imbuídos de vistas para a contemporaneidade mundial, assumia um mero traço de consumo, vez que desprovido da base social de se esperar. Com o já mencionado descenso da utopia vanguardista moderna, ficou no ar o impulso para uma continuidade da experimentação, desta feita consistentemente descolada de viés político, como que elevando a revolução a um plano de paroxismo meramente estetizante, ao lado do andamento transicional da passagem da sociedade de consumo à aceleração do consumismo, tão aleatório e eclético quanto *livremente* subsumido à lei da mercadoria e do espetáculo⁴. Ingredientes

⁴ Para efeito de situação conceitual, não obstante o relativamente vasto uso do termo *espetáculo*, aproveito aqui trecho elucidativo pinçado do capítulo “Retórica da economia, Marx e a crítica do discurso econômico”(Paulani: 2005, p. 189-206):

“Num livro polêmico, escrito em 1967, e só recentemente publicado em nosso país, Guy Debord vai afirmar a tese de que vivemos atualmente na sociedade do espetáculo. Parafraseando Marx, ele inicia seu texto com o seguinte aforisma: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”(1997, p.13). E continua mais à frente:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real (...) é o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos --, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade.(p.14)

fundamentais ao que pode ser chamado de *pós-modernismo*, conforme o gosto. A arquitetura a ele correlata, criada no centro *civilizado* e espraiada na parte suscetível ao modismo nos países periféricos, surge “do simulacro, do espetáculo, da multiplicação das imagens, escandalosamente oposta à sobriedade funcionalista e a seu ânimo de reforma”(p.203).

Está decisivamente em jogo aqui a própria situação atual da arte e o dimensionamento entre vínculo estético e dinamismo da sociedade.

De acordo com uma reflexão de Adorno sobre as ideologias, assinalada pelo crítico, elas não são mentirosas pela aspiração, mas pela afirmativa de que esta tenha se realizado. Nessa perspectiva, cabe a indagação sobre o significado entre nós da importação da pós-modernização sem propriamente ter acontecido a modernização. A incorporação, na restrita parte nacional capaz de base econômica (em particular o Estado, as grandes empresas, *griffes* imobiliárias e *shoppings*, etc.) suficiente para consumir e ostentar a aspiração de realização daquele paroxismo, tem sua cota de influência na divisão compartimentada do imaginário urbano.

Para o mínimo senso materialista de percepção, a disjuntiva entre o *avanço* estético arquitetônico, ora desprovido da promessa funcional, e muito menos de qualquer compromisso de uma funcionalidade popular, coloca, para além da constatação bastante óbvia da órbita da reprodução do frenesi consumista em monumento, a pergunta pelo sentido atual contido no espaço restringido entre a aspiração e a versão de realização.

Qual será porventura o resíduo crítico da modernidade que ainda resista na realização estética da arquitetura em âmbito local?

Em “Orelha para Francisco Alvim”, o crítico apresenta as *Poesias reunidas* (1988) do autor, já alertando para a composição peculiar, que não atende por palavras ou versos, mas apresenta *falas*, cuja reunião em contraste tira um efeito complexo que mimetiza a própria vida, interior e exterior. “Em muitos poemas é como se houvesse um microfone circulando”(Schwarz,1999, p.206). A contracenagem dinâmica dessas vozes diversas dispõe, em chave descontínua, o incerto estatuto da identidade, bem como das subjetividades nela residentes.

Sobre o fetichismo, Debord diz:

o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por coisas supra-sensíveis, embora sensíveis, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens, que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência. (p.28)

Segundo Debord, a primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está, para ele, completamente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo ter efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Falando de um modo mais trivial: mais importante do que ter é mostrar que se tem. (*Modernidade e discurso econômico*, p.198)

É a “fragmentária comédia nacional”(id.), a instalar a miríade de dúvidas cabíveis entre um leque de leitura que pode ir do senso de pertença comum à nação, à completa desorientação, em todos os sentidos, do sujeito exposto à impossibilidade de mínima coerência ou seriedade nos percalços do cotidiano local.

Por sua precisão sintética, que fala por si, transcrevemos abaixo o trecho conclusivo da “Orelha”, alinhavando toda uma gama mesclada de fontes do poeta, o que gera o efeito ímpar ao final resultante na força prospectiva do paradoxo a sondar, em termos novos de acumulação estética, a experiência brasileira.

“A limpidez da composição, lidando com matéria tão impura, deve-se ao enlace com a tradição, sobretudo a modernista, cujo relacionamento profundo com a realidade brasileira proporciona ao continuador uma espécie de justeza decantada. A fonte, além de Bandeira, é Drummond: o auto-exame do pequeno-burguês, que através da culpa individual descobre vícios de classe e um passado histórico, possibilita as unificações a que aludimos. A técnica da notação mínima, com intenção de alegoria nacional, obviamente vem de Oswald. Por fim, o clima de desbunde pertence aos anos 70 e à geração dos poetas marginais, cuja experiência no entanto é tratada com disciplina intelectual e vocabular mineiras, de raiz neoclássica setecentista, o que paradoxalmente transforma a dissolução em clarividência”(p.206).

Voltaremos, no próximo capítulo, à análise do crítico sobre o novo livro do poeta, *O Elefante* (2000), bem como a algumas linhas de comentário sobre as míni-formas que eles assumem, condensando em alta densidade essa mescla de vozes intercaladas na fusão do sujeito com o objeto da matéria brasileira.

Por ora, é de ressaltar que o paradoxo, ou a inversão de dissolução em clarividência, à parte a forma própria que assume em Chico Alvim, possui uma linhagem comum, como pudemos ver, com o programa dialético do crítico, sempre de olho na simultaneidade da particularidade local combinada ao andamento da história mundial.

Ao lado da degradação da malandragem configurada na feição pueril dos meninos negros tornados bichos soltos em *Cidade de Deus*; do narrador dissolvido no *Estorvo* e o incômodo da situação de desconforto e deformidade tão perceptível quanto não superada, da clarividência tornada mera marca privada na vida ficcional *D'Aquela rapaz*, somada a queda da promessa funcional de modernidade frente à exarcebação esteticista pós-moderna da arquitetura diluída no seio do consumismo, quero terminar por ora este capítulo, agregando a esta coletânea, o caso da transformação da técnica do distanciamento épico do teatro brechtiano em dispositivo publicitário.

Fenômeno este, com cujos efeitos produzidos julgo poder sintetizar, ao menos em parte, o tamanho do estrago em que estamos metidos, sem contar, como sempre, a costumeira

deformidade entre caricata e brutal do recanto nativo, a mostrar que o presente não esquece o paraíso futuro.

Em “Altos e baixos da atualidade de Brecht” (1999, p. 113-48), Schwarz traça um longo e denso comentário acerca da presença do autor, como teórico e como produtor dramaturgico, e dá bem a dimensão ao mesmo tempo panorâmica e dialética concreta entre a evolução no contexto da cultura universal moderna e sua repercussão no Brasil. Aqui, é claro, só tomarei alguns traços básicos, como mola propulsora da conclusão que julgo a mais grave e radical.

O texto foi motivado em leitura pública da peça *Santa Joana dos Matadouros*, pela Companhia do Latão. Partindo do pólo dialético inicialmente absoluto, ou seja, suposta a chave em que Brecht não teria mais importância alguma, o crítico lança o seu desafio: em nome do próprio autor, um reconhecido dialético alemão da *república democrática*, que viveu intensamente e com influência geral, no centro das grandes polêmicas do modernismo europeu, em meio às turbulências catastróficas das guerras, de epicentros de cataclismos econômicos, e da realização e degeneração do socialismo da *realpolitik*, a qual acompanhou por dentro.

Como se sabe, a marca teórica talvez mais em cena seja a proposição da prevalência do teatro épico, ou narrativo, sobre o dramático. E a componente de composição fundante e fundamental, a técnica do distanciamento. Era pressuposto brechtiano que as condutas da vida comum se desenvolvem em plano de representação, assim como os funcionamentos sociais não poderiam ser excluídos do andamento das obras dramáticas, e literárias em geral, sob pena de, em exemplo por excelência antinômico, circunscrever-se a veículo da artificialidade burguesa. O teatro dramático burguês passaria assim a produzir seu público numa educação passiva, além de passar, na encenação, a centralidade dos conflitos para um plano meramente individual ou restrito à esfera privada, como se alheio às tensões sociais e naturalizado num resultado afinal conservador: cuja substância seria talvez, no melhor dos casos, a impotência dilacerada (marcas da vida privada, sem viés de *bildungsroman*?), e o efeito de purgação, com a re-identificação de um equilíbrio precário diante da atemporalidade dos *problemas humanos*.

O que se assinala, na estética brechtiana, é a dimensão modificadora da arte, o fato, tornado técnica, de que os papéis e as conseqüências poderiam ser diferentes.

Reduzindo, o que Schwarz tece é a correlação desse distanciamento narrativo, com função de envolver o espectador na fluência da peça, mas também na interligação com a realidade circundante em que se encontra como cidadão, com viés elucidador da diferença e da luta de classes.

A transposição da proposta e das peças para o Brasil deu-se sobretudo no clima cultural anterior à ditadura, quando sopravam ventos de mobilização e transformação social, vinculando a política sob influxo de esquerda, os estudantes e intelectuais, em associação efervescente ao movimento popular e dos trabalhadores. Havia um caldo de fermentação que propiciava intervenção, depois cortado, em 64, na sua fatia orgânica que lutava no plano social e político, com a continuidade consentida da agitação e postulações de esquerda preponderantes entre os agentes de cultura e os intelectuais. Depois de 68, quando estas idéias infletiram na opção da luta armada – derivada em boa parte da conjunção do movimento estudantil com células de organizações da *esquerda revolucionária* – como resistência, nem isso. Foi o período de chumbo da ditadura militar.

Há uma variável exponencial nas linhas gerais desse processo de recepção e adaptação de Brecht e suas teses. Muito do seu teatro e da técnica correlata eram devidos à presença histórica do operariado, da classe trabalhadora em marcha pela construção do socialismo/comunismo. Superada essa experiência histórica derrotada, as reapropriações de Brecht assumiriam muito mais o caráter de denúncia dos mecanismos de exploração e domínio, com uma nova graduação: a inversão do foco na possibilidade de modificação, para o de esclarecimento acerca do horror das classes proprietárias do capitalismo e dos desumanos interesses e expedientes do grande mercado e estados imperialistas.

No Brasil, o debate político congelara por efeito da citada fase da ditadura, enquanto o mundo e o país mudavam.

Cito o crítico:

“Ora, por mais que a nossa crítica literária diga o contrário, os procedimentos artísticos têm pressupostos que não são artísticos eles próprios: a derrocada do comunismo, que havia começado, bem como as novas feições do capitalismo, afetavam também a técnica teatral de Brecht na sua credibilidade. Entrávamos no mundo de agora.”(p.125)

Aproveito essa referência ao “mundo de agora”, para avançar no que julgo conclusivo, ainda que, obviamente, muito simplificado em relação a toda a trajetória traçada pelo crítico no ensaio em pauta.

O conceito básico da técnica do distanciamento sofreu deslocamentos justamente em relação aos pressupostos extra-artísticos. Com a derrocada do muro de Berlin, se configurou, como ícone, toda uma queda no influxo histórico da revolução sob pretexto da classe trabalhadora.

A mutação no capitalismo foi avassaladora, tendo o fetichismo da mercadoria alçado a condição de primazia quase que absoluta. Isto possibilitou, entre outros efeitos, o paradoxo da assimilação do distanciamento pela publicidade, antecedido de perto pela inoculação, dentro da indústria cultural, dessa técnica crítica, que, sem lastro social-histórico, sofreu uma reviravolta na sua proposta genética de pedagogia *objetiva*, emancipadora e esclarecedora.

Talvez se possa dizer que a referida técnica se tornou cultura, mesmo avançada, apropriada enquanto espetáculo. Teve assim, o seu arco de crítica a respeito da deletéria ação do consumismo publicitário universalizado, em particular quanto à reprodução do capital, cinicamente reconhecido e metabolizado, assumindo o resultado neutro, tendencialmente naturalizado, de *um produto a mais*. A constatação de um mundo tendente à absolutização da mercadoria e da reificação da cultura na esfera da circulação (e da culturalização da reificação econômica) paralela ao agravamento da dissociação trazida, em grau superlativo, pela mundialização financeira ascendente (depois propriamente *neo-liberal*) sobre o plano opressivo da produção, produzia um mais estranho *Frankstein*.

A precarização genérica da força de trabalho, e com ela a redução histórica do poder de luta dos trabalhadores, por sua vez divididos entre os integrados à exploração e os excluídos em escala crescente, era reconhecida como desgraça social. Ao mesmo tempo, era saudada ideologicamente com um *slogan* cínico a misturar: o reconhecimento da situação, o *direito* a nela buscar sobreviver, e um autêntico *salve-se quem puder* de cambulhada com um *quero o meu e pronto*, signo de uma esperteza regida pela redução da política à cooptação e à capitulação frente ao avanço da economia aculturada em espetáculo e de seus suportes na geo-política.

Tudo isso levou a perguntar pelo resíduo crítico por acaso ainda vigente do distanciamento narrativo. Se o presente se uniformizou (diz certa retórica) na esfera da circulação, a cultura inclui-se organicamente na indústria e na mídia, enquanto o horror bruto da produção é problema dos que não se estabelecem competentemente na acumulação da nova escala de (des)identidade do consumismo, como narrar um procedimento de mudança de ordem?

“Noutras palavras, o capital chamou a si as alternativas e os destinos que eram o assunto da literatura e, correlativamente, transformou em mentira barata a literatura que insistia em desconhecer esse esvaziamento dos pobres diabos que somos” (Schwarz, 1999, p.148).

Na atualidade dessa transição, as reencenações de Brecht serviram talvez muito mais a uma escatologia dos mecanismos perversos embutidos na hierarquia de poder econômico e social,

numa figuração, contudo, cujos textos já não ecoam exatamente como contraponto ao movimento contemporâneo do capital.

O resultado máximo da apropriação de sua tradição épica, no que ela tem de conexão com a crítica dessa grande espetacularização de maquinaria tecnológica com fetichismo da mercadoria a colonizar qualquer tônus remanescente de alternativa à ordem dessa desordem (cuja prova basta buscar focando o olhar na produção ou na exclusão de grande massa do próprio cadinho espoliador da exploração pelo emprego assalariado ou ocupação mais ou menos informal), além de não mais dizer do processo pedagógico de reforma ou revolução, transmutou a focalização na denúncia do grotesco das estruturas de fundo das práticas das classes dominantes e corporações operadoras e operadas pela nova fase do capital. A constatação veemente (ainda que residual) da grande aporia a que somos submetidos enquanto sujeitos saudosos de uma liberdade que, se nunca existiu, insiste em sondar o presente e desenhar as linhas de um futuro que, ao contrário da história moderna, a qual teve lá os seus momentos em que havia janela histórica para avanço, se propõe como desafio negativo.

Como diz o crítico, na conclusão do ensaio: “Assim, a vizinhança escaminha do presente, com as glórias peremptas da ordem burguesa segue nos interrogando, não porque proponha uma volta atrás ou uma solução, mas pela evidência de fraude que proporciona” (p.148).

Dessa forma, a pedagogia épica dos trabalhadores pereceu, a violência dos mecanismos de mercado no capitalismo foi denunciada no tocante às classes operadoras e acumuladoras, e foi reconhecida e incorporada como naturalização do mundo *como ele é*. Com o imenso torniquete da mundialização do capital ao fundo, a crescente e paroxística coisificação dos sujeitos em reféns do consumismo, seja pela razão cotidiana, seja pela falta que se traduz em toda sorte de perversidades sociais, assume, diante da definhada herança dos tempos de consciência, o estatuto universal da *fraude*.

Poder-se-ia levantar com mais argúcia a permanência da crítica, mesmo de viés, na função de investigação paródica que se constitui, paradoxalmente, num dos ramos em que é possível enxergar, esfregando os olhos, que o “desastre em permanência” (expressão de Benjamin, apud. Schwarz, op. cit., p.147) do capital ainda não eliminou totalmente a distância de uma memória que traz em si a marca histórica indelével do rastro de destruição social e cultural, e faz permanecer teimosa a pergunta sobre a possibilidade do retorno ou permanência da contradição.

Enquanto encravados nesse *imbroglio*, estamos mais uma vez sob o crivo do antecipador *pessimismo* machadiano, e do bifrontismo anômalo, estático e esfacelado sob novas

circunstâncias impossíveis, absurdas mas concretas, que pretendi ilustrar com os casos de inversão e paradoxos postos pela crítica materialista de Roberto Schwarz.

As produções estéticas por ele criticadas e a reflexão lúcida têm por viga comum a análise do sentimento local de descasamento entre a promessa de utopia, oriunda da mescla da civilização burguesa com seus antípodas contraditórios de superação pela esquerda ou da universalização da *democracia*, e o mergulho no novo obscurantismo retórico da ampliação avassaladora do fetichismo da mercadoria e da financeirização da economia, em novas formas fundamentalistas que tecnificam a história e a racionalizam sob o relativismo da ausência de fundamentos e totalidade. O capital, na velocidade *pós-moderna* globalizada, continua a “empilhar vitórias”.

Isso posto, como fenômeno global, dá o que pensar. Machado não brincava, nem Schwarz deixa por menos na insistência em pensar a contrapêlo do senso comum, convencional ou academicista sob qualquer matiz. É de assinalar, como índice da matéria periférica que obriga ao comparatismo, desde a colônia combinado e desigual com o movimento do centro, que o Brasil nunca teve o seu Brecht. E quando o teve, já não era possível, em vista de que a epopéia da classe trabalhadora brasileira nunca apontou a revolução, mesmo a burguesa clássica, soldada a movimento social e experiência intelectual estruturados. Pelas especificidades dos personagens e da evolução, esvaziada de tensão modificadora da vida, dos objetos estéticos face ao grau de desfuncionalização que a razão administrada tomou na modernidade, vemos que a condição de “pobres-diabos” é realçada, por aqui, pelo espectro de uma formação (épica e ufanista?) que não se completou, antes de ter começado prá valer.

O programa que eleva a generalidade da crítica ao conhecimento é, então, derivar dessas especificidades novos conceitos. Agregar valor de análise ao problema estrutural da cultura brasileira *letrada*, afora seu restrito âmbito de acesso social: da possibilidade e dos meios de tratar a ferida aberta pela economia colonial e reforçada pela evolução cindida do progresso modernizante soldado ao atraso, no mundo fetichizado nos termos acima abordados, que no Brasil assume feição peculiar.

De diversas formas Machado, na viravolta das *Memórias póstumas*, anunciava, com conhecimento de causa, a percepção da ideologia desconexa em relação à desestabilização da argamassa social, como fator da falência universal do mito burguês da independência individual e do pensamento espontâneo, e do valor prático de fachada das idéias apregoadas pelos donos do mando e da propriedade. Ao passar o foco narrativo à primeira pessoa de um membro típico da

classe dominante brasileira, ele superava toda uma série de experiências literárias anteriores, incluída a sua primeira fase. E como se dava essa superação?

Na perspectiva do romance, fiquemos com o seu antecessor canônico, José de Alencar, que, particularmente em *Senhora*, operava uma transposição dos moldes realistas europeus para o drama dos sentimentos e valores morais *verdadeiros* e dispostos conforme a etiqueta burguesa, vencidos na luta contra o poder corruptor do dinheiro. O tema do casamento por interesse ou conveniência, realizado na intriga entre pessoas *da sociedade*, transpunha um conflito que pressupunha a integridade dos indivíduos, sua senhoria de si a defender a honra pessoal, a fidelidade à convenção e a sinceridade *pura* do amor.

Tingido por um tom romântico-liberal que lhe inscrevia uma afetação de idealização “fora de foco”, o romance de Alencar apresentava uma falha. Uma fratura que acusava o caráter postiço, *importado* e risível da pressuposição da liberdade individual, que fazia figura duvidosa frente à lógica local das relações paternalistas. De outro lado, a notação social, “a sociedade efetivamente observada”, desacreditava a interação com o núcleo do drama de amor conspurcado pela reificação do dinheiro e do prestígio hierárquico do medalhão, pintado com as cores de um romantismo que era demandado pelo público mais informado como expectativa romanesca. Expectativa esta que não se cumpria, uma vez que a ideologia das liberdades individuais e do direito à auto-realização não se encaixava às condições brasileiras do progresso, o que gerava uma sensação de falseamento da inteireza dos caracteres a arremedar o ajuste ao molde europeu. O mérito aqui não era empreendimento, mas delegação.

O Machado da primeira fase percebeu o vício do foco da adaptação alencarina, e tratou de romancear um novo ponto de vista, desta vez o da personagem remediada (agregada ou de assalariamento precário), livre mas dependente de família abastada, que, no contexto paternalista, não invocará o direito *natural*, de si inexistente, mas sua reivindicação virtuosa e comportada, embora pungente, quase sempre pusilânime. Essa percepção do progresso como deslocado e numa dimensão diminuída, leva a personagem protagonista a um movimento de convencimento e persuasão, que passa pelo próprio exemplo de bom comportamento, dirigido aos senhores na tentativa de chamá-los ao cumprimento moral da norma proclamada mas desmentida pelo trato objetivo da realidade.

Justamente o tamanho da incongruência dos vícios de classe efetivamente levados a cabo nas relações de poder e propriedade, a que o crítico nomeia de “desfaçatez”, colocaram ao escritor o grau de incoerência remanescente na estratégia de obter o amparo civilizatório de modo

civilizado. O privilégio arraigado como herança colonial não abria mão de sua vantagem em nome da ideologia que ostentava, por um lado, enquanto, por outro, exercia o capricho arbitrário de cobrar a fatura da relação real de exploração e apadrinhamento.

Ao compreender e assimilar a armação do problema em seu arco complexo de incidência, Machado trazia para as *Memórias* a inversão completa da abordagem.

“De agora em diante Machado insistiria nas virtualidades retrógradas da modernização como sendo o traço dominante e grotesco do progresso na sua configuração brasileira.(...)”

O tipo social do proprietário, antes tratado como assunto entre outros e como origem de ultrajes variados, passava agora à posição (fidedigna?) de narrador.”

(“Acumulação literária e nação periférica”, 2000b, p. 226-7)

A viravolta implantada na assunção de Brás Cubas como narrador representante típico da classe dominante brasileira implicava a adoção por Machado de uma perspectiva negativa, decididamente desconfiada de intenções declaradas. A disposição passou a ser a mudança da ótica da vítima para o beneficiário. Mudança que, se de um modo atestava a impotência e a inconsistência do ideário do liberalismo frente à realidade das relações sociais eivadas de barbárie e clientelismo, de outro, desnudava a falácia dessas próprias idéias e apontava, ao fundo, para a necessidade de um discernimento independente, colado à negação determinada, isto é, concreta, dos disparates nacionais. Chamava o pensamento ilustrado e coetâneo do universalismo *em tese* à especificidade política local, desmascarando a caricata versão de segundo grau da ideologia do progresso, que, longe da modernização superadora do atraso, tinha-o como fundamento constitutivo. Machado antecipava, de certo modo, a radicalização crítica da modernidade, acentuando o colossal impasse de classe que até hoje nos impacta em perplexidade superlativa.

Por meio da mudança de foco para o narrador-proprietário, o escritor escancarava um universo de arbítrio, capricho e perversidade, travestido na ambivalência oportunista com que o narrador invoca tanto o padrão civilizado e seu estatuto de igualdade perante a lei, quanto o seu antípoda, o uso bruto da força (incluída a naturalização do escravo) e do privilégio de classe, conforme a conveniência, que não se faz de rogada.

A volubilidade internalizada no narrador, inscrita como princípio de composição, e não mais como assunto, enseja uma leitura com malícia, sob pena de inocência crédula ou identificação com o agressor. Fica por terra qualquer dúvida relativa à transformação do domínio pela via edificante do compromisso moral, da coerência ideológica, e mesmo simplesmente lógica. Pelas piruetas com que justifica suas alterações de humor, de teorias e digressões *racionais*, suas especulações sentimentais, e de toda uma série de comportamentos e atitudes

dísparos entre si, Brás Cubas atesta sua condição de parasitismo, sempre pautada, no limite, pelo cálculo do melhor proveito e da busca e manutenção de uma “supremacia qualquer”.

Essa conduta em zigue-zague, típica da disposição abastada do ócio e do descompromisso com qualquer projeto ou trabalho, a não ser o do usufruto do privilégio e a perseguição mirabolante do preenchimento da “sede de nomeada”, atesta todo um inventário de frivolidades e cabriolas retóricas, temperado com uma fachada de cinismo em dose cavalara.

Ao longo de suas peripécias sem sentido, mas com direção certa, a manutenção da supremacia e o caminho mas curto para a consecução do capricho, desfila toda uma variedade de tipos pobres ou dependentes do favor, invariavelmente subalternizados, desprezados e relegados à condição de objeto, com a qual têm de cumprir, para fins de sobrevivência, sem poder de reação à vista. Os ricos, desfiam sua dubiedade entre o interesse financeiro e patrimonial, o de posição social convencional acima de qualquer intriga não-ordinária entre si, e a racionalização humanitária, a ornamentar a desfaçatez.

Pode-se ressaltar a ironia sarcástica de Brás Cubas a desfazer, em tom escarminho, distante de qualquer recato de responsabilidade edificante, de toda a credulidade em torno de suas *agruras*, sarcasmo que se explicita quando se dirige diretamente ao leitor, para enxovalhá-lo e dele tirar vantagem.

Mas, justamente na vivacidade borboleteante com que o narrador descreve e alinhava toda essa tipologia que engloba a totalidade em conjunto da sociedade brasileira em sua dinâmica perversa, ele se expõe. É o instrumento sacado como salto, viravolta, por Machado: o sarcasmo se reconverte em denúncia, peça de acusação com longo memorial de infrações. A precisa coerência narrativa, que mistura elementos técnicos os mais variados, conjuga um certo ar de excentricidade, desmiolada mas arguta, racional ao seu modo, que, se configura, exatamente, na reiteração sistemática da incoerência.

O leitor desperto é levado a consultar as suas próprias convicções, bem como a quem se dirige o sarcasmo que acaso venha a dispor.

Tanto para Machado, quanto com sucedâneos entroncados hoje em dia, estava armado o problema da importação das idéias, cuja aplicabilidade ou adequação à ordem materialmente estruturada da realidade local esbarrava na artificialidade com sinal de classe. O horizonte da história contemporânea indicava à representação realista a tarefa crítica de, ao lado da mimetização do típico social, em suas várias contradições, debater o papel da ciência como elemento propulsor universal na condução do progresso moderno. Muito desse mito científico

derivou em ideologia funcional, que buscava explicar e justificar o enquadramento do indivíduo, cuja liberdade espontânea de pensamento era meramente ilusória. Nessa funcionalidade naturalizada como hegemônica mundialmente, a prospecção realista acusava a equiparação do trânsito de idéias à circulação das coisas, apontando para um acúmulo teórico que evidenciava a chegada do século XX. O fenômeno era detectado e tratado por Stendhal, “que reduzia o discurso conservador a uma engenhoca”(Schwarz, 2000b, p. 167) e por Flaubert, a tratar da “banalização sistemática do pensamento” (id.)

“Algo semelhante ocorre na ficção machadiana, onde as idéias também são concebidas de fora, sem inocência, como fundamento brasileiro desta coisificação, e o recurso literário mediante o qual ela foi recriada: nada mais distante do mundo e do estilo de Flaubert. Não obstante, a precisão técnica com que os dois montam a ratoeira mental em que vivem as suas personagens autoriza a aproximação. Seja porque a disciplina científica é uma referência indispensável ao trabalho de ambos, contemporâneos neste sentido, seja porque o esvaziamento espiritual da burguesia já formava um horizonte planetário, ainda que tomando forma diversa em diferentes lugares.”(2000b, p.168)

Esse horizonte planetário Machado captava, dando-lhe a feição diversa nos transbordamentos de liberalismo teórico de Brás Cubas, de par com suas especulações flexíveis e impertinentes, ao mesmo tempo em que exercia o arbítrio prático do rico brasileiro que pode tudo, a desmoralizar a razão supostamente objetiva e constante. Em negativo, o sarcasmo e o ridículo dessa posição agravava de modo peculiar o esvaziamento espiritual. Sem ignorar sua universalidade, decorrente de uma modernização até certo ponto orgânica nas sociedades metropolitanas, Machado tratava de dar forma a sua incidência refratada pelas insuficiências internas do país periférico.

E não prescindiu da atividade teórica embasada em captar e dar forma sistemática à internalização bifronte do brasileirismo abastado, cujos efeitos reprodutivos e deletérios cifravam a dimensão da evolução das seqüelas da condição colonial. Movimento cognitivo que dava a ver o paradoxo histórico caracterizando como tão necessária a independência de considerar a contradição fundamental do país em esforço de conhecimento e solução, quanto no reconhecimento patente da sua impossibilidade. Como se qualifica a analogia com o nosso andamento de hoje?

Após ter percorrido esse itinerário imanente, na passagem por várias estações que apresentam algumas questões e parâmetros com importância de peso na obra do crítico, passo a tratar mais detalhadamente do complexo problema da reificação à brasileira, sempre buscando a

pauta pelo método de Schwarz, realizado no fio condutor da dialética forma literária e processo social. Fio que ascende, com diferenças de plano e caráter, é verdade, a uma dimensão de história mundial, objetivamente indescartável ao pensamento que faz frente ao desafio de articular o particular concreto ao universal. Nesta perspectiva, quais as amarras do Brasil, se é que procede perguntar assim?

Qual a possibilidade do pensamento dialético em apontar saídas, ou dele *só* se pode esperar negatividade, práxis teórica como reserva de energia crítica ou depoimento da catástrofe?

Terá a literatura brasileira ainda a capacidade do realismo intensivo de Machado?

E a cultura feita mercadoria no bazar camaleônico é capaz de auto-consciência na sondagem do jogo de espelhos quebrados entre a irrealidade do herdeiro do pitoresco local feito *show*, da publicidade da identidade arreada, e do espetáculo da miséria e da violência que coloniza todos os poros?

Se o capital reificou o mundo, como isso se dá, na especificade truncada que é a nossa, cotidiana, e qual as conseqüências que podemos disso extrair e ofertar?

CAPÍTULO 2

REIFICAÇÃO À BRASILEIRA

O propósito específico deste capítulo é identificar linhas que caracterizem a reificação⁵ à brasileira, pontuando alguns de seus aspectos derivados da formação do país e de sua cultura, considerando como chave proposta pelo próprio crítico estudado a questão da modernidade e seu modo peculiar de progresso imbrincado com atraso.

Um termo central será a categorização de precariedade, volubilidade, informalidade, como veremos no desenvolvimento a seguir, bem como o papel e a perplexidade exigente de providências do crítico diante do quadro problemático correspondente.

Antes, traçarei um pequeno contorno, para estabelecer as bases diferenciadas dos pressupostos de método da teoria crítica, em especial, o antológico ensaio de Horkheimer, um dos expoentes da Escola de Frankfurt.

Essa pequena inserção tem caráter de orientação preliminar sobre uma das fontes primordiais do acúmulo crítico da obra de Roberto Schwarz.

Adiante, também será inserido um comentário sobre Antonio Candido, talvez a fonte mais direta de nosso crítico, bem como da tradição crítica literária na esteira do chamado marxismo ocidental brasileiro, como bem anotou Paulo Arantes em seu *Sentimento da dialética na*

5 Como registro, dado o vasto uso e importância teórico-crítica do conceito, anoto aqui uma necessariamente breve definição, que, obviamente, possibilita o vínculo direto com os conceitos correlatos de fetichismo da mercadoria, alienação e coisificação. É também assinalável a ampliação do uso do *conceito de reificação*, sob o enfoque do fetichismo, dado por Lukács, na tradição marxista, em particular a partir do seu livro *História e consciência de classe*. Cito, então, o *Dicionário do pensamento marxista*, no verbete Reificação: “É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginados originalmente como independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.” (2001, p.314)

experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade na experiência intelectual brasileira (1992).

Transcrevo abaixo passagem notável, que, apesar da extensão, justifica-se, creio, pelo seu caráter de síntese, a juntar tanto a nota metodológica que especifica a experiência e a tarefa crítica dialética no Brasil, proporcionando uma clara visão da chave envolvida na empreitada teórica de organizar, com proveito de ganho conceitual, a articulação forma e processo social, chave esta que será de importância capital para a definição aqui intencionada, dos parâmetros que desenham as linhas marcantes da referida reificação, no que ela traz de singular.

O processo de desenvolvimento envolvido na estilização do ritmo geral da sociedade brasileira é regido pelo senso de contrários. Não é indicação de menor estatura a remissão imediatamente anterior, quando Arantes alude a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, como um dos vértices fundamentais em que Antonio Candido aufere subsídio integrador para a análise da circulação dos personagens entre as duas esferas sociais, da ordem (o Brasil burguês) e da desordem (o pólo negativo do Brasil pré-burguês). Dito isto, vamos à passagem, que intercala indiretamente a menção ao antológico ensaio de Cândido, bem como cita expressamente sua glosa crítica, nos “Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”” (Schwarz, 1987), ressaltada uma linhagem muito concentrada de reflexão crítica em continuidade, da qual este último autor não hesita em se registrar como devedor, em sua própria formação, como é sabido, mas em particular, para chegar ao alentado estudo sobre o Machado de Assis de *Memórias póstumas*. Vou à citação anunciada, de Arantes:

“Uma operação em dois tempos cuja complexidade Roberto se encarregará de expor, resumidamente da seguinte maneira: a pedra angular do raciocínio é a noção de forma, princípio mediador responsável pela junção de romance e sociedade; assim entendida, ela é parte dos dois planos, organizando em profundidade os dados da ficção e do real; vem daí o alcance mimético da composição, que não existiria se ela não fosse imitação de algo já organizado e não reprodução documentária de eventos brutos; assim o que a estrutura literária “imita” é por sua vez uma estrutura; noutras palavras, mas exatas, “antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela”(…) Como no plano da realidade a forma que a sintetiza, embora literariamente intuída, não está disponível, o crítico tem de construir o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística. Esse o conhecimento novo que depende exclusivamente do crítico – e de modo muito mais dramático se for brasileiro. Aqui pesaram os conhecimentos extra-literários de Antonio Candido. Mas tais conhecimentos precisam ser reconsiderados e refundidos à luz do problema posto pela unidade formal do romance, a qual representa uma possibilidade de totalização descoberta pelo romancista (...) No caso das *Memórias* foi preciso localizar o setor da totalidade social cujo movimento a forma do livro sintetiza. Ocorre que este setor não havia sido unificado em teoria ou na consciência corrente como tendo uma problemática própria, de modo que assistimos, em Dialética da Malandragem, à cristalização conceitual e à promoção histórica de seu ponto de vista:

assistimos à passagem de conhecimentos variados a respeito da vida dos homens livres e pobres do Brasil a um conceito que os unifica sob um certo aspecto formalizado na intriga das *Memórias* e nomeado pelo crítico a dialética da ordem e da desordem”. Entre parênteses, esse o trabalho de localização, estruturação e denominação que aguardava a escrita dialética de um ensaio de interpretação de Machado de Assis.”(p. 42-43)

Em seqüência, dada a centralidade de Machado de Assis na formação da literatura brasileira, entrarei de modo mais aberto e ostensivo sobre alguns aspectos que me parecem decisivos na obra de Schwarz, como avanço sobre um crivo em que a crítica dialética materialista brasileira atinge o seu mais alto grau na percuciência com que engloba, a partir da análise da estruturação e composição literária, a totalidade da movimentação social, seus recuos e perspectivas, ritmo e paridade com a história mundial, desta feita, com base na obra de um escritor que figura entre os primeiros, senão o maior, dos nossos que atingiram uma dimensão, sem favor, universal.

Em plano interno e externo, essa movimentação crítica com grande poder iluminador estabelece conceitos em circuito aberto, mas que não deixam de se imbricar mutuamente, os quais envolvem a atenção para a necessária negatividade do analista que pondera o passo do momento presente sobre a armação da tradição, seja literária, seja crítica, nacional anterior.

No país ex-colônia, montado depois de vários séculos sobre uma inorganicidade de origem, essa tradição implica diretamente a dialética comparativa com as formas e idéias das metrópoles e do centro, uma dialética, afinal, do local e do cosmopolita. A linha diferencial que permite um equilíbrio lúcido nesse dinamismo comparativo, linha em que nosso crítico representa expressão de ponta, reside na faixa em que se desvia do nacionalismo tanto quanto do xenofobismo, acolhendo o que de melhor se comprova na concretude do andamento das contradições do país, sua cultura, e as formações, mais ou menos deformadas ou malformadas, que vão constituindo o sistema geral que permite que nos chamemos Brasil.

Para este ponto de vista local, sem descuido do compasso mundial, as mediações e os filtros são de importância crucial, pois que a transposição dos influxos externos de toda sorte, não se dá de modo mecânico, nem muito menos deixa de influenciar a vida nacional. A questão então é visar o percurso do conjunto, sem perder de vista, ou aliás, tendo como mote, a estratificação interna extrema entre as classes e os demais recortes de diversidade e pluralidade local. O denominador comum, à parte a modernização perversa derivada da acumulação do capital em termos presentes, só pode ser, para a sensibilidade político-moral de espectro de esquerda ou progressista, a expansão da integração do processo civilizatório burguês (de parâmetro europeu),

ou, na constatação de sua provável inviabilidade, a difícil construção de um projeto próprio. Para onde se move, ou se imobiliza, a imensa camada do povo que remanesce pobre e dependente, como também uma classe média matizada, mas que no geral sofre a oscilante condição do desnorteamento, frente a um amálgama de elite que, de modos e graus diversos, converge para a associação subordinada da vasta tradição da ordem conservadora que faz piada, coopta ou manda aplicar a *lei* sobre a discordância que ousa se constituir?

Do potencial analítico da representação literária daquela mescla que podemos reprisar como a “comédia ideológica nacional”, terei como um ponto central de referência avançar na caracterização do que seria uma visão da reificação na formação social brasileira, e as implicações mútuas com pertinência teórica na interação com a tradição crítica cultural. Outros elementos conceituais ou de âmbito representacional surgirão, e serão glosados à medida de sua pertinência na obra do crítico.

2.1 - Situação do método crítico dialético e sua prática

O crítico materialista da cultura caminha sobre o fio da navalha. A cultura que aí está hegemônica (fetichismo da mercadoria e indústria cultural no capitalismo tardio) é instrumento do aprisionamento da liberdade. Justifica, além de produzir e reproduzir, a ideologia da normalidade calcada no sujeito enquanto produtor funcional domesticado (ou excluído) e contemplador (consumidor) cultural passivo; mas ele sabe que, paradoxalmente, sem ela, a cultura (ou o que resta a resistir), salteia-se arriscadamente para a barbárie, não para a revolução.

Como pensar este paradoxo?

Em seu conhecido ensaio escrito ainda em 1937, “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Horkheimer traçou em termos bastante definitivos, referenciadores até hoje, a diferenciação clara demarcada pela crítica dialética da economia política de Marx e seu prosseguimento no séc. XX, *vis-a-vis* os desdobramentos instrumentais do racionalismo analítico cientificista-positivista (herdeiro a certo ponto de Descartes), depois conjugado ao pragmatismo empiricista do mundo

tecnológico moderno a serviço do capital; e dos idealismos, ainda que críticos, e em si diferenciados em grau significativo: de Kant, com ênfase em sua ética da auto-determinação para deixar a *menoridade*, ou seja a dependência do outro, mas centrada na ficção burguesa de uma razão derivada da autonomia moral do indivíduo; e, de Hegel, cuja dialética captou a astúcia da razão como determinada para além da consciência individual, oriunda de contradições presentes no todo social historicamente determinado, mas prevendo na evolução um ponto de pacificação (absoluto?), advindo da supremacia final do Espírito sobre o remanescente irracional do real.

Em sumariíssimas linhas, poderíamos resumir essas três últimas posições num feixe comum que permite o entendimento do sujeito racional como externo à história. Capaz de abstração neutra e proposição, portanto, distanciada, para ajuste ou melhoramento do curso evolutivo naturalizado da ordem da realidade ou do espírito humano universal. Claramente, temos aqui uma mistura da concepção de ciência social embasada na causalidade mecânica e supostamente universal das ciências naturais como então conhecidas (e até hoje vigentes ao senso comum), com o complexo de onipotência (desigualmente distribuído, não por acaso, entre dominantes e dominados) do sujeito histórico burguês. Seu imperativo era, e é: basta a vontade e o fazer bem feito aquilo que tem de ser feito, para cumprir com a sua parte(e receber seus frutos) na economia do mundo como ele é.

O pensamento teórico tradicional assenta-se, portanto, num conceito universal conservador, pois pressupõe o mundo como objeto pragmaticamente dado. Para ele, é natural a direção do progresso. Cabe ao sujeito, no máximo, com o auxílio da ciência neutra e da vontade, remendar a aparição concreta de aspectos e problemas inconvenientes à generalização da ordem da troca e da mercadoria.

Para a teoria crítica, o problema se inverte e a contradição se torna incontornável para o sujeito. É a organização estrutural dessa sociedade, em sua totalidade, que deve ser transformada por via de uma razão emancipadora historicamente possível, teorica e materialmente (administrativa e tecnologicamente, posta aí a questão central da valoração entre o sentido da valoração de meio/fim, envolta na dialética do esclarecimento e no problema por excelência moderno do destino concreto em nome do debate razão/ razão instrumental). A autonomia concreta do homem é barrada pela divisão do trabalho e pelas diferenças de classe. Enquanto se verifica a contradição e a dependência econômica simples, e por isso mesmo, fundamental, entre propriedade e lucro frente ao trabalho, não cabe falar em mundo humano uno, mas sim em mundo do capital, produto, em fim de conta, do trabalho humano, e de sua degradação. Este

mundo não é dado, mas resultado da dominação de classe, e por isso condenado de início, diante do vislumbre da utopia de liberdade contida na máxima da desalienação como capacidade de exercer sem coação a livre potencialidade da vida humana e dos recursos civilizatórios, ao menos em tese.

Para a teoria crítica não cabe, então, considerar *a priori* o trabalho profissional como socialmente útil, nem a especialidade compartimentada da ciência, uma vez que é preciso perguntar: a serviço de quem? Constatado que a situação dada não é, portanto, natural, mas historicamente formada (em processo) por um jogo de contradições da luta social entre classes (por mais variadas suas formas e raio de alcance), temos que a auto-determinação do sujeito, na busca do livre exercício de suas potencialidades, é vinculada concretamente à emancipação social. Não se pode ser livre por si só, e o próprio conceito de liberdade é relativo, tensionado pela contradição manifesta da vida cotidiana reificada e pela própria projeção de seu contrário, o que não raro leva ao drama drástico, imensa coleção de sofrimento humano: posições e imagens da mudança, e seus fracassos, frente à opressão, exploração, dominação.

Ao considerar a, no limite, absoluta historicização do sujeito, a teoria crítica, na perspectiva da inseparabilidade entre pensamento e ação, afirma em relação à atividade intelectual que : “Sua própria condição a leva à transformação histórica” (Horkheimer, 1980, p. 154).

A filosofia crítica já nasce política. Ao crítico cultural cabe considerar a cultura no interior do todo. Essa formação cultural em totalidade é função, dinâmica e complexa, da formação social-econômica. No entanto, nela intervém como refluxo que se torna material ao moldar atitudes, seja como reprodução, seja como tensão a contra-fluxo. Neste último caso, como exceção na cena atual, cabe ao crítico denunciar a cultura da mercadoria em nome da cultura da civilização para todos. Cabe-lhe a deformação, portanto, da cultura do consumo, num mundo cada vez mais povoado de “sujeitos monetários sem dinheiro” (Schwarz, 1999: p.171).

Não cabe a ele herdar o beneplácito da posição neutra (epistemologia positivista) legislativa, nem o abrigo do relativismo culturalista (na seção *cultura à parte em micropolítica*, em que valha pontualmente o acerto de problemas reais, mas cuja solução em foco restrito pode tender à setorização diluída como força política de massa, todos os gatos podem ser pardos), ou o refrigério do consolo idealista (eternidade e recorrência fatal dos problemas humanos em universalidade genérica do raio de ação espiritual do indivíduo).

Carne-a-carne com o objeto, resta-lhe o aguilhão de perseguir a autonomia emancipadora, sabedor de que ela depende fundamentalmente da transformação social. O sujeito está dentro da história, não pode saltar deste mundo que lhe cobra caro a renúncia e o sacrifício justamente à condição de agente.

Ao crítico, as armas, pois o seu esquecimento é condição maior da dominação. Sua tarefa é, ao menos, despertar a incômoda lembrança para que, mesmo enevoadas nas brumas da ideologia, e de sua materialização (quase?) inexpugnável enquanto versão hodierna do mundo-da-vida dado em seu cotidiano, seja certa na reação que causa aos incautos e aos interessados, condição, entre outros elementos em que navegamos, talvez passível de contraste vívido pela teoria crítica, nos momentos em que conjuga um lucidez dificilmente refutada sem nuances ideológicas.

Para os primeiros, alojados na produtividade que lhes é cobrada e aceita como capacidade profissional mecânica (independe aqui, como ponto de chegada, a diferença abissal entre profissão como reprodução e emprego como sobrevivência), é sintomático o alarmismo acerca da falta de pragmatismo tão deletério quanto raso, mas, a seu modo, eficiente, contido no sub-ideograma que poderíamos tentar assim mimetizar: *vamos à prática, à prática, à prática, pois o resto é conversa fiada de intelectual!*, por exemplo. Diante desta fórmula, no que ela pode proceder, cabe à crítica ao mesmo tempo demonstrar e exercer o pensamento como trabalho no real, como operador que não por acaso suscita o temor prático da mudança: a resistência à dor, mas também ao trabalho, de perder a ilusão de normalidade dada, que não se nomeia aleatoriamente como conformismo, variável menos consciente, mas mais disseminada em múltiplas versões da vida social, compreendido, por vezes, seu caráter defensivo, mas que nem sempre impede a regressão, digamos, democrática em sentido laico, do que se entende no espectro político como conservadorismo (ou suas versões reacionárias). O que, resalto, não é uma questão unilinear, uma vez que o corporativismo e a nucleação narcísica em grupos relativamente fechados, não excluem, necessariamente, a busca de uma “experiência compartilhada”, sequestrada pela norma geral da reificação capitalista. O que não deixa de marcar a cicatriz do recalque social, em sua versão *selvagem* e ao mesmo tempo ofertada como válvula de escape para a fuga a toda sorte de fundamentalismo, não obstante sua abertura para a ponte do favor com as estruturas do mando e da propriedade, institucionalizadas na *legalidade* e em seu *avesso*, não raro associados, pelas bandas da barbárie sem disfarce aparente.

Nem a reação dos que dominam, e lucram, com o estado de coisas ordenado pela divisão do trabalho é objetivamente despropositada, sob seu ponto de vista de classe objetivo, quando eles promovem ou fazem coro com a desqualificação ideológica do pensamento teórico. Em tom maior, é claro, quando este pensamento *ameaça* a generalidade da rotina administrada e não só a ornamenta, sob a forma de reparo ou adesão. Diante do *fato* da ameaça, o discurso ideológico preponderante daqueles tende a acusar a desestabilização irresponsável ou inconseqüente, o que torna inadmissível o questionamento, que dizer a constestação, de seus negócios da realidade de mercado e posições de poder. Conflito, que, não raro, é sabido, é levado ao campo da força.

O crítico não pode se descuidar do trabalho alienante, nem da diversão consentida (entretenimento), em que pese seu inarredável aprisionamento na ambiência tendencialmente onipresente da indústria cultural e de seus desdobramentos incorporadores de eventuais contrafaces logo naturalizadas como resíduos que têm lá o seu charme, apesar de *inoperantes* ou adaptáveis ao comum da lógica da acumulação capitalista, com a etiqueta de *estilo de contestação* ou *marca de transgressão* imaginária, mas funcional e rentável.

O esclarecimento ainda não mitificado em progresso exige pensar a prática a partir de um sujeito ativo. A iniciativa de emancipação passa pela consciência política, não como acessório, mas como centro, o que exige o horizonte de totalização dos efeitos deletérios e anuladores do capital, bem como o esboço e pressupostos para uma práxis de sinal negativo. O tempo, em que valha o exercício da individuação possível e desejável, tem inexoravelmente uma dimensão determinada pelo espaço histórico aberto ao desejo. Para o pensamento crítico, a livre manifestação das potencialidades do ser humano não é função restrita do indivíduo, por mais esclarecido que seja, mas determinada ao fim pela contradição na formação objetiva em que se desenvolve.

Ninguém pode se assumir, portanto, integralmente como detentor do seu tempo. Há uma variável de teor político inescapável na consciência temporal, e nela, dos sentidos do fluxo da vida. Uma variável coletiva, múltipla, é verdade, mas cuja condição primeira é ser percebida pelo sujeito para ser acionada, mesmo a contrapêlo, isto é, sem primariedade de fundo positivista ou empiricista, contra o que oprime: o modo de vida geral reificado; a *máscara mortuária* do automatismo da vida administrada sob a aliança do capital e das burocracias feitas fim, e não, meio.

A negação dessa resistência, dessa tensão negativa, a dominância da passividade sobre a prática do pensamento e da *práxis* da vida, bate o sujeito ao nível do objeto comum, coisificado, e

reforça a instituição do *roubo* estrutural de sua vida em potência, sua consciência e seu desejo: a redução do existir, predominante ou integralmente, enquanto peça de um passatempo funcional, fantasia de realidade feita ideologia real, na medida em que provoca a aspiração materializada, ainda que precária, de enquadramento nos moldes identitários de consumo, ora da espiral consumista açambarcadora não só dos produtos feitos necessidades, como da própria geração de *identidades*. Por outro lado, pela própria natureza da estrutura de reprodução, ao mesmo tempo retira a promessa de utopia, e captura o sujeito como refém dos meios, frustrando sua renitente ilusão induzida de alcançar o fim, ou seja, o sonho de autonomia que se esvazia, enquanto se reproduz como espectro, de quando em quando ressurgido como colapso, ou catástrofe, se se pensa na promessa de civilização como antagonista à barbárie. É o custo específico, concretizado em sua contingência, do mal-estar da repressão e da renúncia libidinal em nome do princípio da realidade e em detrimento de laços sociais não reificados, transformado em mera aparência prometida pela mercadoria como apenas acessível pela lei de ferro da compra-e-venda e imagem espetacularizada como regra. O que não passa sem as chamadas novas mazelas das psicologias do narcisismo vazio, que sem renunciar ao núcleo recalcado da neurose, ultrapassa-a, ou a requalifica, na direção, por exemplo, da destrutividade vazia das depressões, desidentificação volátil (ausência de vínculos referenciados), drogadicções, narcisismo exacerbado para compensação da outrora nomeada solidão a ser trabalhada como falta e incompletude, hoje feito profissão de fé na performance a qualquer custo ou quebra dos limites dados ao eu na busca desenfreada de uma soberania tão ilusória quanto perversa, no sentido de alimentada na aniquilação do outro.

Nem mesmo o ativismo, ainda que de oposição à ordem conservadora, impede o risco de apenas atestar ao adepto a incapacidade de trabalhar as tensões internas ao indivíduo passível de tratamento ou a seu confronto com os condicionamentos externos. Não raro, impele-o ao expediente fácil de tentar eliminá-las pela homogeneidade aparente de uma militância *prática*, ou praticista, algo fundamentalista ou corporativista, rendida ao grupo ou à opinião coletiva dada como norma, no fundo autoritária; quando não imerso na atividade mais ou menos frenética de cunho paranóico ou (auto)destrutivo.

Cabe ao crítico insistir no déficit da negatividade necessária para fazer do fio da navalha, caminho; ainda que, quase sempre, marginal, *não-profissional*.

O que fazer para não sangrar na paralisia de uma má-ambigüidade?

“Pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis.” diz Adorno em suas *Notas marginais sobre teoria e práxis* (1995) reforçando a concepção da tarefa crítica como determinada a dotar a práxis de conceito. O mesmo autor pontifica em seu conhecido e fundamental ensaio “Crítica cultural e sociedade”(1998, p. 7-26) que “Aceitar a cultura como um todo já é retirar-lhe o fermento de sua própria verdade: a negação. (...) O que distingue a crítica dialética da crítica cultural é o fato de a primeira elevar a crítica até a própria suspensão [*Aufhebung*] do conceito de cultura.”(p.19).⁶ Mais adiante, enfatiza de modo quase didático, não fosse a profundidade e a extensão de degradação do espírito cioso de livre-pensamento e densidade de intervenção na esfera pública, ou seja, que encontra na contradição o movimento de negação da sua fetichização. A ideologização da cultura não advém apenas da objetivação da vida social em sua repartição da divisão estanque de funções aos indivíduos interpelados como sujeitos operacionais, mas invade a pretensa e divulgada autonomia da subjetividade em seu *tempo livre*, tomada como reduto de importância particular e individualidade privada. Espaço na verdade, genericamente subsumido objetivamente como “apêndice do processo social”.

“A vida se transforma em ideologia da reificação, em máscara mortuária”.(idem, p.21)

Neste sentido, o saber da emancipação passa necessariamente pela educação política e vice-versa, entendidos sob o prisma daquela negação metódica que avança pela afirmação da não-identidade. Ao pensamento crítico cabe radicalizar no conceito e na intervenção (anti) culturalista, anti-barbárie, o que pode ser feito (para além das instituições de cultura algo permeáveis), por exemplo, pela práxis direta na ocupação de todo espaço disponível para debate. Horkheimer, no ensaio referenciado, acentua a atuação junto a pequenos grupos potencialmente receptíveis nas camadas de classe ou setores sociais explorados, como matéria concreta de constestação e sinal simbólico de resistência. Esses pequenos grupos serviriam como propagadores, colaborando para a retirada das inibições aos movimentos políticos radicais, ou radicalizáveis, conforme a conjunção de pressão social. Válido para a hora?

⁶ Em “A carroça, o poeta e o bonde”(1987),“Nacional por subtração” (id.) e “Cultura e política-1964-69”(1978), Schwarz aborda o equívoco de considerar a peculiaridade da cultura nacional como vantagem em si. Referindo-se tanto aos elementos antropofágicos de Oswald de Andrade, quanto ao tropicalismo e às versões locais da desconstrução filosófica francesa, identifica uma linha comum que parte do elogio de uma originalidade genuinamente brasileira, pautada pela flexibilidade lúdica e capacidade de sintetizar elementos díspares, que seria em si uma qualidade diferente a ofertar ao mundo. O “triumfalismo do atraso” seria uma reação culturalista, de fundo reativo nacionalista, visando contornar, sem resolver ou tratar em toda a sua extensão, a dimensão grotesca, tanto da realidade nacional, quanto de dar sinal positivo à sua “cultura”, como se fosse homogênea, seja em consistência e alcance de elaboração, seja em perspectiva de classe.

Numa visada mais histórica e ao mesmo tempo restrita, o trabalho da teoria tem por pressuposto a independência de qualquer ordem, direta ou indiretamente autoritária. Esta condição é importante por, para e em si, mas pode viabilizar papel de proa quando advém uma crise material real e se apontam circunstâncias para efetivos rumos novos, com a transformação e/ou destruição de velhos paradigmas ou parâmetros institucionais.

Outro exemplo imanente do trabalho do crítico é a análise da obra de arte, em seu potencial de imaginação utópica negativa⁷, dada, é claro, a possibilidade de sua (da análise) difusão. Sabemos que a autonomia estética é proporcional ao afastamento imaginado em relação à realidade, na medida em que, tanto maior quanto o retorno para criticá-la – isto é, assinalar contradições, apontar (des) identificações ou quebras de preconceitos, valores, comportamentos historicamente genéticos – faça-se forma em combate paradoxal com a sua própria capacidade de representar sentido racional quando a racionalidade instrumental inverteu a promessa moderna do esclarecimento em irracionalismo colonizador do mundo-da-vida. Trabalhar conceitualmente essa memória, percepção e proposição, bem como traduzi-las provocativamente em matéria para reflexão é a proposta referencial do crítico. Assim, também apontar pelo negativo um novo conhecimento em relação à realidade naturalizada em contingência, assinalando e compartilhando brechas, fissuras, fraturas que possibilitam à consciência, seja teórica e/ou concreta, vislumbrar a utopia da esperança sob a razão desencantada feita estrutura dominante de vida: a inquietação sistemática do leitor, a mobilização de seu desejo, como medida da validade da obra literária destituída de sua portabilidade de *beleza*.

No Brasil, é preciso contextualizar o ritmo diferente: lento, acidentado, diverso, negativo, complexo. Aqui, a social-democracia clássica (por assim dizer, num viés republicano efetivamente universalizado) poderia ser tomada como revolução social, mesmo guardada a sua viabilidade intrinsecamente dependente da modernização capitalista e de seu progresso como aparência ideológica. O grau superlativo das necessidades de sobrevivência coloca à consciência da negação dialética da estrutura social uma dupla dificuldade à presença, ausente em superação concreta, da contradição: diante do imenso déficit de trabalho, democracia e cidadania em seu

⁷ Tenho em mente aqui a conhecida formulação de Adorno, em seu ensaio “Posição do narrador no romance contemporâneo”(Notas de literatura I, 2003): “Se o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas a auxilia na produção do engodo.”, cuja seqüência imediata vem a propósito “A reificação de todas as relações entre os indivíduos, que transforma suas qualidades humanas em lubrificante para o andamento macio da maquinaria, a alienação e a auto-alienação universais, exigem ser chamadas pelo nome, e para isso o romance está qualificado como poucas formas de arte”(p. 57)

sentido mais básico, como pensar, sem a sensação de abismo indissolúvel, na radicalização cultural? Pergunta que tem o seu contrapeso, pois não invalida, antes, exacerba, a necessidade e oportunidade quase desesperada de uma intervenção teórica capaz de definir rumos políticos, ademais matéria de longa tradição, com desfecho majoritário até hoje no campo retrógrado do conservadorismo.

Diante desse impasse tipicamente característico das nações periféricas face ao capitalismo moderno e tardio, a cultura, agora em sentido corrente, de acumulado do dia-a-dia, na impossibilidade de resolução imediata dos conflitos e lacunas, se flexibiliza em algumas evidências destacadas na interpretação do Brasil.

É o que penso, a propósito, da teorização bem conhecida de Antonio Candido, na já referida dinâmica da “Dialética da Malandragem”(*O discurso e a cidade*, 2004, pp.17-46). Na gravitação entre ordem e desordem, a mobilidade sem culpa do malandro, enquanto tipo social sociologicamente embasado na classe média semi-livre (dependente mas ciosa de autonomia), e personagem que alegoriza o intervalo entre classes efetivamente antagônicas em nossa história (escravidão *versus* grandes proprietários tradicionais da herança colonial e do império), apresenta-se como sinal singular para a crítica: a ironia e seu derrisório parentesco com a sátira das posições estabelecidas sobre o manto da circunspecção dos institutos da ordem por argumento de autoridade.

A expressão dessa ironia aliada à prática do concreto histórico (luta pela sobrevivência e ascensão social, memória e trauma dos expedientes para remediação dessa condição anfíbia ou ambivalente), rumo à cobrança da expansão da civilização, ainda que média (nos termos em que falamos acima) apresenta também, entre outros fatores singulares, uma polaridade, situada no intervalo na em disputa entre fatores de transformação/conservação ou reação, tradição/crítica, etc. Polaridade que não deixa de ter repercussão na produção estética e sua análise de prospecção que a articula com o extra-literário, potencializando o ganho de conhecimento formal.

Olhando de panorama o conjunto, marcando mais uma vez (desta feita na visada da evolução contemporânea da realidade Brasileira) a abordagem da cultura como imersa na totalidade, vemos que, neste momento, diante do imenso déficit de mediações institucionais, culturais e de políticas públicas de toda sorte, querer mais do que o avanço democrático das instituições e dos atores e movimentos sociais concretos, impondo-os um método que contradiga, amargo, os fins, pode levar os intelectuais críticos à reserva.

Em que pese a novidade na evolução da institucionalidade democrática após a ditadura militar, não me parece estar colocado para o Brasil nenhum movimento de massas capaz de mudar o pêndulo e agregar materialidade à teoria, a não ser em seu ritmo próprio, diverso, difuso, que passa pela refuncionalização do Estado-nação, em particular para as camadas pobres ou miseráveis. Mas o acúmulo de taras atávicas na canibalização entre a idéia do público e a sua apropriação privada, relembra um teor de improviso e disfuncionalidade que não permite prognóstico garantido, para o bem e para o mal. Aliás, esta hipótese, para além de um acompanhamento orgânico no movimento social como um todo, dependeria diretamente de um fenômeno semelhante articulado internacionalmente, que não há, apesar de sinais de contraponto à esquerda à degradação social superlativa do neo-liberalismo (e todos os seus conectivos ideológicos), em particular exarcebados na década de 90, como sucedâneo da derrotada experiência moderna e revolucionária do século XX e da financeirização do capital no sistema-mundo atual, a qual os acertos e desacertos são matéria de bibliotecas inteiras, sem contar o horror da escala de milhões de mortos e aviltados, por conta das guerras sob o imperialismo do capital e da disputa inter-nações correlativa pela sua apropriação; ou, por decorrência da burocratização degeneradora da experiência do socialismo sob a *realpolitik* da burocracia de estado feita fim auto-centrado.

Pela própria situação política interna dos interesses de classe entrecruzados, as tensões com viés popular não parecem se materializar com coesão nacional. A desordem não se organiza em conjunto, e espouca em todo tipo de violência e contra-violência social, de conjunto com a pauta popular da vida rotineira em ritmo de batente, viração, crime, fundamentalismos e medo. A ordem permanece no comando interno da grande propriedade, ao tempo em que se beneficia na gerência do capital e dos interesses geo-políticos dos donos do mundo, hegemonia norte-americana, e dos mercados ditos transnacionais, à frente. Nesse quadro, permanece de pé, no plano da política prática, o horizonte da ampliação da democracia institucional civilizatória às massas pobres, enquanto que se assiste ao desempenho secular da delinqüência dos *de cima*, a esgarçar, juntamente com o tecido social, a teia simbólica da combalida esfera civil, tecnificando a volubilidade e a desfaçatez de classe em formas de *up-grades* inusitados dos velhos vícios do patrimonialismo, golpes e fraudes, escândalos financeiros, sejam ou não em nome da agressividade e caráter especulativo dos mercados, numa transversalização que imiscui a corrupção e a leniência como um tumor degenerativo a ironizar, às avessas, o esforço civilizacional que ainda nos resta. Mas há contradição que permite identificar a promessa, pelo

menos em latência. Um exemplo, talvez, resida na motivação com que essa malha de mazelas, e seu combate institucional, não obstante o grau de simulação e histrionismo, além da proverbial hipocrisia, vem ganhando visibilidade pública e gerando conseqüências em certa parte inéditas na história recente da república.

No entanto, a sombra do retrocesso não deixa de pairar, incorporando efeitos concretos do obscurantismo de taras atávicas no tecido desagregado do dia-a-dia. Para dezenas de milhões, não faz sentido essa discussão entre progresso/atraso, uma vez que incrustrados na concretude da sobrevivência. Para essa massa do povo brasileiro herdeira do genocídio dos índios, da escravatura, dos homens livres sem ajuste social, a política possível passa pela luta pelo trabalho formalizado, por acesso a bens e políticas públicas básicas e a eventual abertura que encontre entre os que operam as instituições para a mudança de prioridades da riqueza e do poder historicamente concentrados. Luta concreta, resultado incerto, agravado pela permanência do paternalismo, do patriarcalismo, do patrimonialismo e do clientelismo, das várias demagogias, e da brutalidade e da delinqüência transversal e generalizada.

As classes médias, historicamente hesitantes, dividem-se entre o acesso aos bens de consumo, magnetizadas pelo brilho ofuscante de grande parte de seu apelo supérfluo, mas tornado referência acrítica concreta, e à indústria cultural, contrabalançadas por uma certa porosidade à ascendência e contato popular, ao lado do tônus alternado entre o arroubo de revolta e de reivindicação (a depender do grau de politização e organização coletiva) e a precaução do conformismo, quando não o adesismo sem mais ao conservadorismo, por vezes tingido de toda sorte de tipos de solidariedade piedosa, ou histerismos do ressentimento parente das teses de higienização social.

Por outro viés, para os intelectuais, querer menos, ignorar esse quadro, e dar ao humor a dimensão cínica de adaptação ao esdrúxulo espólio da velha hierarquia excludente, interna e internacionalmente, coloca à inteligência brasileira o problema-limite da má-fé. E haja má-fé, confusão e desonestidade, sob os auspícios de uma boquinha, um cargo, um provento, um lugar social respeitável, nem sempre obtido por competência independente, ou mesmo, e tanto, o hoje proverbial *minuto de fama*, ou visibilidade midiática que dá realidade à projeção de um narcisismo compensatório ao vazio de compreensão (correlação possível do estado mínimo com o “eu mínimo”⁸), que não constituiria pecado em si, salvo o oportunismo ou a desorientação

⁸ “Incluimos nesta rubrica as personalidades narcísicas ou as representações do indivíduo na cultura narcísica. Este último termo, criado por Christopher Lasch, foi discutido em seu sentido e implicações, num trabalho anterior de

valorativa, mais ou menos consciente, do rendimento da pusilanimidade frente à banalização da perversidade social do país, a qual não deixa de apresentar ao indivíduo a deletéria fatura da psicopatologia clínica, envolta em todo um cortejo grotesco de suas versões da psicopatologia cotidiana, caracterizando o quadro de “dias difíceis”, de “uma atmosfera social sombria”.

O texto do autor referido na nota anterior, e abaixo citado, é de 1988. Apesar das várias mudanças de conjuntura política, e da possibilidade de evolução em vários indicadores ao longo do período, em particular, a meu ver, frente à eleição inédita na história do país de um líder de extração operário-popular, simbólica por si, a condicionalidade do sistema-mundo pelo capital e as taras intestinas continuam estruturalmente a determinar a nação, na realidade estrutural, em pedaços: a armadilha rentista da dívida, numa macroeconomia cujos fundamentos não privilegiam a economia popular, o recorte excludente do aparelho produtivo e sua zona de influência restrita face ao enorme contingente de precarização e informalidade do emprego, os impasses da questão agrária, a degradação da vida urbana e da ecologia como um todo, a criminalidade assustadora das grandes cidades, o empobrecimento da classe média enquanto um outro seu setor se digladiava no vale tudo para se acoplar a novas formas de exploração da empregabilidade *nômade*, a atrocidade da disseminação da mendicância e das crianças abandonadas, a impunidade sistêmica da corrupção política, dos altos burocratas e empresários; tudo isso serve de exemplo, me apoiando na lista de Freire Costa (1988, p. 128), da crise moral que se agrega ao quadro em que grassa o incentivo à *cultura narcísica da violência*, caracterizada, brevemente, pela decadência social e pelo descrédito da justiça e da lei.

A pergunta do ego por sua mínima integridade adulta, nesta ambiência, torna-se dramática. Como formula o autor em seu ensaio de repercussão assinalável e grande perspicácia na teorização, de base psicanalítica, da condição patológica egóica em nossa sociedade gravada pelo fenômeno do “Narcisismo em tempos sombrios” (In: *Tempo do Desejo: sociologia e psicanálise*, 1988, p.109-136).

nossa autoria (*Violência e psicanálise*, Rio de Janeiro: Graal, 1984). Hoje, definiríamos cultura do narcisismo como aquela em que o conjunto de itens materiais e simbólicos maximizaram real ou imaginariamente os efeitos da Ananké, forçando o Ego a ativar paroxisticamente os automatismos de preservação, em face do recrudescimento da angústia de impotência. Ou, visto pelo outro ângulo, é a cultura onde a experiência de impotência/desamparo é levada a cabo a um ponto tal, que torna conflitante e extremamente difícil a prática da solidariedade social. Lasch chamou esta cultura de cultura da sobrevivência, e o Eu que nela subsiste de “mínimo Eu”, denominação bastante apropriada ao fenômeno.” (Costa, Jurandir F. “Narcisismo em tempos sombrios”. In: *Tempo do desejo – sociologia e psicanálise*. Fernandes, Heloisa R.(org.), Brasiliense, 1988, p.127)

“Neste clima de desorientação e ansiedade, os indivíduos tendem a perder, em maior ou menor grau, o sentido de responsabilidade e pertinência sociais, por si já precários nas sociedades burguesas, particularmente naquelas subdesenvolvidas como a nossa.”(id., p.128)

Laminado em aço cortante, ou em arame enferrujado, como se queira, o fio crítico permanece atado em nó cego. Seu desate não está à mão única do pensamento: a cultura é autônoma, embora relativa e restrita, diversa, mas fragmentada, e anda a tempo vário, com defasagens vertiginosas neste Brasil “ornitorrinco”(Oliveira, 2003).

Sem a sua teorização, contudo – [e cabe aqui a atenção à sua função indireta de intervenção, sem descurar de todo o acúmulo dos que, durante séculos, pensaram e atuaram para um Brasil formado (o que não se fez totalmente em vão ?)] – muito pouco resta aos agentes feitos sujeitos políticos concretos, e aos indivíduos à procura de sujeito histórico e um ego elaborado, para contornar o instinto fetichista, mesmo que oposicionista, dessa meada desfibrada em que estamos todos enredados. A saída, se é que seja viável, é matéria de vida e morte há tantas gerações: o que não permite muito descanso.

2.2) Antonio Candido : dialético brasileiro

Passo a algumas observações em torno da primeira parte de *Seqüências Brasileiras*, como comentário à interligação de parte da matriz teórico-crítica presente na obra de Schwarz, ligando-a a uma sua contraface crucial: o trabalho pioneiro de Antonio Candido – enquanto postulação metodológica de síntese histórico-estrutural entre forma literária e processo social brasileiro.

De modo geral, a primeira parte do livro “Seqüências brasileiras”(SB) de Roberto Schwarz (São Paulo, Cia das Letras, 1999), é “dedicada à recapitulação das posições de Antonio Candido”. Menos do que fazer um resumo sistemático, uma análise ponto-a-ponto dos quatro textos ali envolvidos (a saber : “Saudação *honoris causa*”, “Sobre a Formação da literatura brasileira”, “Adequação nacional e originalidade crítica” e “Os sete fôlegos de um livro”), minha intenção é traçar um panorama parcialíssimo, a partir de certos conceitos-chave, entrelaçando em caráter absolutamente preliminar elementos seminais a essa tradição crítica brasileira.

Trata-se, na verdade, de um exercício didático, exploratório, numa tentativa de fixação da lógica (dialética) sistematizada por Antonio Candido, a partir do marco acentuado da *Formação da Literatura Brasileira*, e notoriamente desenvolvida por Roberto Schwarz.

A exposição girará em torno de eixos temáticos básicos, que se combinam como categorias necessárias ao entendimento da dialética entre forma literária e processo social não só como central, mas irrenunciável, ao menos como um parâmetro principal, se se quer avançar no conhecimento crítico da nossa realidade. Assim, a problematização da construção nacional brasileira encontra prospecção crítico-teórica nas obras literárias produzidas e reconhecidas como tal, sendo o método dialético em questão pautado por uma posição de equilíbrio entre os extremos do formalismo da letra descolada do referente e o sociologismo da conformação analítica da obra *a priori*, ao amparo da tese sociológica externa. A novidade e a força teórica ainda pouco estudada e expandida do *método de filiação a textos e fidelidade a contextos*, reside na inflexão que permite articular, como derivada constituinte do plano estético, a presença demonstrada do componente histórico-social, em sua potencialidade de descoberta. Deduz-se, assim, a presença da reflexão social como proposição imanente já contida no poder esclarecedor da forma literária, o que propõe, à tarefa crítica por excelência, sua vinculação, como ponto de chegada, às diversas esferas reunidas na dimensão histórica contemporânea da realidade.

Vinculação esta, no caso de Candido e Schwarz, pautada por uma tomada de posição que tem por divisor de águas o limite entre o pensamento conservador e aquele que milita em favor da emancipação, sem concessões timbradas por qualquer voluntarismo. No contexto do sistema literário brasileiro, um fator que dá imediata concretude a esse divisor reside no acompanhamento do interesse das elites, com pauta na pretensa formação de uma identidade nacional, *vis-a-vis* a constatação do resultado histórico efetivo para as classes trabalhadoras, desde a escravidão de ontem, à violenta exclusão de hoje.

Cabe à posição crítica desmistificar as confusões ideológicas entre nacionalismo *versus* democracia, e tradicionalismo conservador *versus* experiência da concepção materialista da tradição (em seus desníveis, contrastes e vínculos complexos com o sistema historicamente operante).

A necessidade e a justificativa política dessa postura crítica fica muito clara com a consciência da clivagem de classe, especificamente violenta em nosso país, mesmo considerada sua posição de periferia no sistema de mundialização do capital, o que se por um lado a relativiza, por outro, não deixa de absolutizar o absurdo. O direcionamento crítico não pode se afastar desse problema crucial em nossa história geral, sob pena de cair no artificialismo, passo provável para a irrelevância da pesquisa desperta da realidade nacional. Esta queda e contaminação pelo privilégio talvez só possa mais interessar, como se em parâmetro de matriz estrangeira (*metropolitana*), o sujeito que tem acesso direto ou socialmente viabilizado a um modo e a meios de vida, ainda que em parte ou no todo ilusório, calcado efetivamente no alheamento que tem por fundo a exploração de classe e, portanto, a esterelização crítica.

A não ser que tratemos de espectros *globalizados* vagantes pela *mãe-madrasta-europa* ou os *e.u.a* potência hegemônica, em se tratando de literatura produzida, distribuída, lida e criticada no Brasil, ontem e hoje. Só o fechamento de olhos com a pálpebra do alheamento poderá eximir a presença da percepção, mais ou menos distanciada, da disparidade brutal. Precariedade que constitui problema incontornável para o narrador, na estrutura do texto, e, portanto na estruturação de sua recepção.

Cabe à orientação da crítica, nesse contexto, aliar ao estudo e à circulação de valores literários, uma dimensão de cidadania, uma sensibilidade político-moral, como define Candido a caracterizar o *ato crítico*⁹. Mesmo porque na formação nacional incompleta, ou interrompida, foi a formação do sistema literário a única que se completou, com a síntese de caráter original do acúmulo e superação literária representada pelo Machado de Assis de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, na segunda metade do séc. XIX.

⁹ “O ato crítico é a disposição de empenhar a personalidade, por meio da inteligência e da sensibilidade, através da interpretação das obras, vistas sobretudo como mensagem de homem a homem. O ato crítico se beneficia com a sistematização teórica, mas não se confunde com ela, nem um substitui o outro.”(Candido, 1989, p.129-30). Citação que se complementa com a passagem de Schwarz no ensaio “Adequação nacional e originalidade crítica”(*Seqüências Brasileiras*, 1999, p.24-45): “Dito isso, é claro que o essencial do ato crítico, na parte que vimos até agora – a fixação e anatomia do tipo social atrás da prosa –, não depende só da erudição literária e histórica, mas também da sensibilidade político-moral.”(p.32). Como exemplo de pontuação, um dos aspectos diferenciais do ato crítico posto em formulação exemplar no conhecido ensaio de Candido acerca de *O cortiço*, pode ser visto no fato de que “Não se trata da descrição distanciada de uma ideologia, *mas de seu desmascaramento em pontos cruciais*, com indicação dos motivos de classe atrás de preconceitos eficazes.”(p.33)

À diferença de tradições européias, por exemplo, a tradição crítica brasileira (particularmente na figura de Antonio Candido), elaborada a configuração histórica do sistema literário, continua a prover, como ingrediente em busca de sua plenitude atual e como matéria transdisciplinar, uma história, uma sociologia e uma psicologia social.

“Formalização estética de circunstâncias sociais; redução estrutural do dado externo; função da realidade histórica na constituição da estrutura de uma obra : de diferentes ângulos são formulações do que interessa a Antonio Candido neste ensaio.” São palavras de Schwarz nos “Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem””(1987, p.142) sobre elementos metodológicos centrais na articulação da precedência da forma literária como propositora de problemas cujo enfrentamento, neste sentido, valoriza a dimensão cognitiva do bom romance como caminho de novo conhecimento teórico acerca da realidade histórica e seus desdobramentos de explicação e interpretação.

Entre os conceitos operativos fundamentais pioneiramente enfatizados pelo método dialético imanente de Candido, e desenvolvidos por Schwarz, estão os de: 1) filtro, 2) mediação, 3) relação local x mundial (periferia/centro ; colônia/metrópole), 4) acumulação literária e 5) sistema literário. Serão tomados como referências para o desenvolvimento do comentário proposto, sempre lembrando que são intercambiáveis dentro da concepção da correlação estrutural entre processo literário e desenvolvimento (evolução) histórico-social, em particular nos termos nacionais.

A função básica da categoria de *filtro* evoca a posição periférica da nossa evolução histórica no capitalismo. Também pressupõe tanto a formação, no passado, quanto a existência amadurecida desde o segundo Machado e até os dias atuais, da literatura vista como sistema, numa dupla face. Ao mesmo tempo em que constituía o desejo dos brasileiros de ter uma literatura própria, a formação instituiu uma identificação simultaneamente fundadora nos planos cultural e político-social. Como até hoje o Brasil permanece numa posição (predominante) cultural de atraso, apostar nos universalismos das modas, sejam literárias ou intelectuais, é índice de ilusão, tanto mais porque restritos a pequeníssima faixa de acesso, o que conduz o *ventríloco* a um efeito caricato, ou à condição de mercadoria exótica, cujo melhor destino é, forçando a nota, ter uma ponta midiática de destaque, não raro, como regra, efêmero, mas capaz de *estrago*, ou eficiência, conforme o interesse desigual em questão. Talvez seja de se perguntar, se não é fugindo ou se alheando num suposto tronco de cultura universal ou pós-modernista do patrimônio da essência humana, que o leitor irá suprir o desconforto oriundo das desigualdades sociais

nacionais e da constatação de contradições e problemas irrenunciavelmente locais, instalados no cotidiano e na subjetividade por mais cônica que se pretenda acerca de suas derivações de identidade. Por outro lado, não se pode nem se deve evitá-las unilateralmente, sob pena de um isolacionismo ingênuo.

Assim, a filtragem dos componentes simbólico-ideológicos advindos de fora constitui-se enquanto instância mediadora confrontada à experiência da vida local. A importação de modelos estrangeiros do mundo *desenvolvido* aloca-se aqui sob um prisma singular, uma vez que por mais europeu, norte-americano ou *globalizado* que seja o ângulo narrativo, ele não pode, por um ato de vontade, descolar-se do contexto histórico vivido, sofrido, observado, reformulado como matéria propulsora da ficcionalização.

A própria literatura periférica, aquela que busca a sua singularidade, tem como motivação constante e profunda a mescla, então, de matéria local, forma mundial filtrada. A produção de significado e de valor literário agregada será proporcional ao grau de complexidade e realização em nível de fatura, de artefato textual singular. É justamente na qualificação estética da obra assim heterogênea e própria que residirá sua potencialidade crítica, sua originalidade enquanto produto cultural capaz de revelar, para além da intenção pessoal do autor, o balanço estético da vida social presente no ponto de vista e na construção narrativa, cuja lógica não é gratuita e tem valor de analogia com o movimento da sociedade mimetizado em especificidade pela mediação localizada, ainda que não localista, pelo escritor.

Mais valor crítico terá aquela obra que reunir indicações diversas, evidenciando a tensão decorrente de um diálogo dilacerador para o escritor entre as formas produzidas em países que já realizaram as reformas básicas do liberalismo burguês e da economia concorrencial de mercado, e o Brasil, onde nenhuma delas foi completada, se algum dia por aqui estiveram de antevéspera, em margem de presença equivalente. Com muito custo, o progresso tem sido perverso para as classes oprimidas, e para a problemática formação nacional vista em conjunto e em relação ao mundo classificado como desenvolvido, ao menos em termos relativos, que, convenhamos, implica diferenças de substância, quando não de todo em proporção material, na aproximação do grau de aparência da ideologia.

A própria realização no ideário e nas ações práticas do dia-a-dia dessa clivagem é causa da inserção dos problemas do processo social brasileiro na imaginação narrativa. Ao mesmo tempo em que deve narrar, o ficcionista brasileiro questiona, até porque não pode contornar, a iniquidade que mora a seu lado, quando não nele mesmo. Essa característica de contradição mais

ou menos volúvel, presente como marcos em ensaios desbravadores como “De cortiço a cortiço” e “Dialética da Malandragem”, de Antonio Candido (ambos em *O discurso e a cidade*, 2004), e com um fôlego teórico materialista talvez mais concentrado e explícito, extenso e expresso no livro de Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo : Machado de Assis*, denota a problemática posição do narrador brasileiro, via de regra bem intencionado na tarefa de discernimento da vida brasileira, ou, pela sua posição de letrado (portanto, em certa proporção, beneficiário do estado de iniquidade a que procura dar voz), culpado, irônico, indiferente ou cínico, quando não apresenta tais qualidades, ou combinações, reunidas. Condição de mistura que cabe ao leitor, em desafio de malícia, decifrar.

Ao mesmo tempo em que ele insiste no esforço narrativo, demonstrando um ânimo emancipador, pois, apesar de tudo, supõe um sistema de recepção e leitura inteligente, o narrador não tem como se desvencilhar, mesmo se quisesse, da contingência e do reconhecimento da realidade de base classista, em que pese toda sua problemática nuance sociológica de definição detalhada, da fratura brasileira.

Da formulação marxista sobre a prevalência, ou relevância necessária, da economia enquanto infra-estrutura social e da luta de classes como motor da história, depreende-se que a própria reprodução da sociedade assume formas culturais determinadas pelo trabalho, tanto na produção, quanto na reprodução. E as relações sociais de base, assim institucionalizadas, inscritas na tradição e instituídas no cotidiano, assumem marcas que vão repercutir nos esquemas, nos comportamentos, na visão e prática espiritual da vida concreta.

Para Schwarz, então, a tarefa crítica é discernir a variabilidade mais ou menos falsa ou falseada, da incorporação e transformação do trabalho das formas literárias enquanto resultado problematizante da estetização de forças por sua vez formadas na dinâmica social, em sua especificidade que permite atualizar conhecimento. Diz ele textualmente, que, “Do ângulo dos estudos literários, o forte dessa noção está no compacto heterogêneo de relações histórico-sociais que a forma sempre articula, e que faz da historicidade, a ser decifrada pela crítica, a substância mesma das obras.” (Em “Adequação nacional e originalidade crítica”, 1999, p.31)

Na suposição de uma autonomia do escritor diante de uma literatura mundial e de um (sistema) mundo, com a licença da redundância, mundializado pelo capital, pode-se perguntar pelo que impediria a confecção de uma obra livre, aberta, universal.

Realmente, a vocação da arte moderna parte de uma aspiração à liberdade; da busca de um estranhamento capaz de balançar o aprisionamento da vida sob a forma-mercadoria; no

entanto, na hora de verter o acúmulo de elementos contrastantes em choque com uma liberdade real incompleta, para não dizer negativa, o escritor depara-se com os limites incontornáveis da necessidade.

Sua matéria, seu tempo, seus tipos personificados, suas influências textuais acumuladas, literárias ou teóricas, enfim, suas relações enquanto artista, cidadão e pessoa socialmente localizados, estarão presentes, com maior ou menor consciência, na composição da forma produzida.

É verdade que a questão do nacionalismo, tão presente como distorção ideológica pró-elite, embora não sem repercussões significativas em todo o tecido social, seja na ilusão ideológica de pertença comum, seja na formação incompleta do que seria a identidade brasileira, constitui-se como limitador oficial. No entanto, a simples empreitada de ultrapassar voluntariosamente essa condição supostamente por si redutora conduz a um duplo limite.

Em primeiro lugar, por mais cosmopolita, erudito ou descolado que seja, o escritor com origem brasileira estará escrevendo em algum lugar, sobre algo, para alguém, identificando-se como portador de tal programa estético. Pela lógica, o máximo que conseguirá, no extremo de se abstrair da condição de egresso de país periférico, será, na melhor das hipóteses, o de ser mais um, entre tantos, de uma outra literatura nacional que tem tradição. Tenderá a ser um *exilado*. Ou, o que é pior, e mais corrente, um *deslumbrado*. Pois escreverá no, ou sobre o Brasil, correndo o perigo de parecer um trânsfuga afetado, herdeiro do bacharelismo ilustrado de ontem ou de hoje, em suas versões *neo* ou *pós*, assumindo ares pedantes, arrogantes ou artificiais, destinado a uma inserção apenas pontual no sistema literário, quando menos por sua excentricidade.

A polaridade oposta é a mais ocorrente na tradição literária brasileira. Escritores locais tentando incorporar, sintetizar elementos e formas estrangeiros com feição e material local. Em cada obra singular caberá então encontrar as formas, os problemas, os pontos de vista e os tipos presentes na construção do mundo social interno à obra. À exemplo do que fez brilhantemente Candido em “De cortiço a cortiço”, uma chave, um sinal, um dito compartilhado entre personagem e intriga mostrarão o enunciado como elo entre a estruturação literária e sua correspondência com o contraditório e vivo ritmo histórico-social.

Pela própria característica de amoldar substâncias díspares sob uma enunciação também ela impossibilitada de se colocar *fora*, pura, eclética ou alheia (atitude que tem a contrapelo a sua explicação materialista), a obra literária reconhecida como tal pelo sistema, comportará assinalável e assimilável grau de contradição; configurará, aos olhos do crítico as bases de onde

partiu e os limites que referenciaram o autor na execução da fatura. O fundo de necessidade contido na própria composição da obra indicará o nível de mediação para a avaliação crítica de identificação expressa, indicação tácita, fundamentação e explicação de elementos ideológicos de classe, bem como sua vinculação à problemática da atualidade, passada ou remanescente no presente, como índice que justifica a produtividade de seu estudo.

Tudo isso, como já indicamos anteriormente, depende da capacidade do crítico em correlacionar a estruturação estética da consequência social resultante ao cabo da leitura densa da obra. Nesse ato crítico não é indiferente a sensibilidade político-moral, como já assinalamos, e mesmo a afetiva, que assumirão papel definidor na apropriação do que na obra literária está como princípio latente e solda narrativa, ainda que comunicante com o leitor médio via identificações empíricas, induzidas pela moda ou sensíveis em estado primário. No caso dos críticos em pauta, expoentes da tradição crítica brasileira, esta sensibilidade tornada ato fundamenta-se na recusa à desfaçatez das elites, e, por consequência à apropriação que a elas interessa ideologicamente dar ou promover, numa certa suposição, digamos, ideológica, de que o plano estético fosse apartado dos gravíssimos problemas sociais; como se fosse uma zona neutra destinada ao descanso das mentalidades e à exaltação de uma brasilidade patrioteira. Se tal problemática nacional já não for, em termos decisivos, coisa do passado, em vista da ascensão, por exemplo, da transnacionalização das finanças e da mercadorização da cultura, com seu indefectível cortejo de lixo travestido de novos padrões ou sinais, ícones, confundíveis com a espetacularização das imagens como novos produtos de si.

Em segundo lugar, o exercício imaginativo do escritor *exilado*, ou *insulado*, coloca a questão da relação centro/periferia e suas consequências para o nosso debate, para a função crítica, particularmente na perspectiva de uma brasilidade desmitificada, efetivamente empenhada no desmascaramento da brutalidade de classe e na busca da democratização, esta sim a ser meta universal, dos elementos da cultura vistos com olhos críticos emancipadores.

No entanto, a condição dramática do escritor brasileiro, tensionado entre a produção nacional e o cânone ocidental, e com a própria agonia que perpassa o ato de escrever literatura num país de iletrados, exponencializa-se com a percepção de que a formação da literatura brasileira não foi/é garante da formação do Brasil enquanto país soberano e desenvolvido sob parâmetros da modernidade estendida ao laço social como regra.

O fato é que, se a drenagem econômico-financeira é condição da inserção subordinada, com a consequência do acesso absolutamente privilegiado de pequena parcela social a padrões

materiais ou espirituais mundializados, a vida social e cultural continua, em larguíssima escala, no âmbito local. E assim será por muito tempo, dada a falácia da globalização como máscara ideológica para a mundialização, esta sim, dos interesses do capital.

Neste contexto, a formação da nação continua em plena ordem do dia, como projeto incompleto e, estruturalmente, vistos a cena mundial e os atavismos internos, sem muita possibilidade de avanço emancipador. De toda sorte, ao observador minimamente agudo, a realidade social do país (e do bloco de vários outros subdesenvolvidos) fala por si : a violência é grande em todos os sentidos, e há, dentre a tradição crítica, nomes abalizados que duvidam mesmo da possibilidade da construção de uma identidade nacional, sendo mais provável a desidentidade, tamanho o grau de deterioração a ditames neo-imperialistas e à velha acomodação autoritária e subordinada da conciliação por cima das classes dominantes brasileiras e do conservadorismo reativo de grande parcela das classes médias, afora o resíduo não insignificante do alheamento “bestificado” do povo ou sua dependência substancial do favor, em que se relativizam as estratégias de sobrevivência no cotidiano, que, se por um lado significam a resistência à uma entropia absoluta, por outro, a não ser como exceção, apontam a falta de politização de massa que poderia indicar acúmulo para uma tolerância menos folclórica e corrosiva, rumo ao avanço na conquista de direitos básicos do mundo moderno.

Neste contexto de impasse e inércia de resultante destrutiva, que não deixa de assinalar o estigma do dilema da representação literária em captar essa complexidade negativa, Schwarz, em chave realista e, não, saudosista, alerta para o estado em que “o sistema literário parece um repositório de forças em desagregação.” (“Os sete fôlegos de um livro”, *Seqüências Brasileiras*, 1999, p.58). Resta à tradição crítica, então, a desencantada lucidez de saber que, ter consciência da possível perda de um projeto civilizatório é, paradoxalmente, em si mesma condição necessária para manter acesa a atenção histórica civilizadora; posto que, bem mais que novíssimos paradigmas estéticos ou esteticistas, internacionaliza-se avolumada a brutalidade que nunca faltou, com grau de perversidade característica, como constituinte social do Brasil.

O que parece impor à teoria, para além e não necessariamente ao largo da margem de manobra da política prática, o resgate do método marxista em seu legado de utopia anti-capitalista. Nesse sentido, a reflexão estética pode ser vital para delimitar, no horizonte sombrio em que as obras atuais, via de regra, apontam o raio catastrófico do estrago, as novas chamadas de uma imaginação cujo projeto é tão inexistente quanto sua presença imprescindível parecem reclamar que o silêncio ainda não virou destino.

2.3) Mensagem ao futuro: Machado de Assis, conflito e reificação à brasileira

No seu “Esquema de Machado de Assis”(in.: *Vários Escritos*, 2004, pp.15-32), Antonio Candido elenca algumas das características básicas do escritor, e aponta a complexa mescla em que se imbrincavam a ironia fina, a intervenção recorrente do autor-narrador, por meio do repetido negaceio, bisbilhotice, piruetas argumentivas configurando uma atitude de riso ou escárnio dirigido à cara do leitor. Assinalou também o caráter aberto da prosa, que, de par com a perplexidade gerada por este modo de contar e romancear, possibilitava uma dupla leitura.

Se por um lado o escritor compunha inserindo tiradas do narrador passíveis de uma recepção moralizadora, por outro, construía também a técnica do espectador, cujo distanciamento agregava espaço para a imparcialidade presumível, deixando ao leitor uma margem ampla para o esforço próprio de auto-localização.

Muito por alto, somada a essa ironia de mão-dupla, de acordo com a perspicácia do leitor, o tema da identidade pessoal, premeida entre a divisão da personalidade e a relatividade do ser, pautava o questionamento dos limites entre razão e loucura, fato real e fato imaginado, e buscava sondar as bases para o assentamento do sentido nos atos do sujeito submetido a esses conflitos.

Na relatividade radical do duelo entre fantasia e realidade anunciada na obra machadiana, ficou marcada em chave cética a impossibilidade de uma moral única para os atos de conduta, bem como a impossibilidade da obra perfeita e a implausibilidade de harmonia.

O “tom machadiano” tinha o “(...) seu modo próprio de deixar as coisas meio no ar, inclusive criando certas perplexidades não resolvidas”(p.22).

O leitor ficava então frente a uma situação de absurdo e gravidade.

Machado teria o “senso profundo das contradições da alma”, reforçado pela percepção da transformação do homem em objeto do homem.

Relativizando certa visão crítica que entendia a doutrina do *humanitismo* como sátira ao positivismo, ao naturalismo filosófico, em especial à versão corrente do darwinismo, Candido propõe que, para além da sátira, há uma denotação em que a devoração do fraco pelo mais forte torna-se em caso particular.

“Essa devoração geral e muda tende a transformar o homem em instrumento do homem, e sob este aspecto a obra de Machado se articula, muito mais do que poderia parecer à primeira vista, com os conceitos de alienação e decorrente reificação da personalidade, dominantes no pensamento e na crítica marxista de nossos dias e já ilustrado pela obra dos grandes realistas, homens tão diferentes dele quanto Balzac e Zola.” (p.29)

O escritor não tratava dos aforismos do desencanto nem das ambigüidades psicológicas inerentes à condição humana. Na figuração da devoração geral visualizava-se a presença do “fio social” particularizado numa dinâmica de proprietários (categoria diretamente econômica).

Machado trabalhava sua compreensão profunda das estruturas sociais, soldada imaneamente junto aos “sigilos da alma” e à presença da paisagem, da ambiência e das contradições das personagens, do narrador e de suas investidas de provocação à integridade do leitor; tratava da alienação psiquiátrica, mas também de sua coexistência no sentido social e moral.

O escritor subterrâneo, a fim de armar “situações ficcionais” com um tom de neutralidade que gerava o encantamento gratuito do jogo por prazer literário, também era mestre na percepção e no tratamento estilístico peculiar da manifestação de conflitos. Não só os do Eu dividido, psicológica e moralmente, mas as tensões, mais ou menos rasgadas, entre homens, classes e grupos.

Machado realizava a ida ao Real Brasileiro, deixando na altura de sua complexidade descompensada, uma armação de perplexidade que permanece até hoje no âmago de nossa conflituosidade tão cordial quanto brutalizante.

Sobre esse timbre singular de perplexidade, vale a pena registrar a nota de Celso Furtado em seu *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil* (1999, pp.103-9), quanto ao contexto histórico de Machado de Assis.

“As singularidades do imaginário de MA são reflexos fragmentados do horizonte histórico de sua época. (...) Sua vida foi uma longa caminhada para ascender numa sociedade rigidamente estratificada, sem fazer concessões no que se refere aos valores fundamentais do homem. Lendo sua obra, particularmente os romances da maturidade, tem-se a impressão de estar diante de alguém que construiu suas próprias referências para proteger-se do contexto social. A mistura de ceticismo e humorismo que constitui o cimento dessa obra revela um pensador subterrâneo que enviase mensagens ao futuro”(p.103).

Um amostra do impasse que tornava o contexto social adverso seria a posição dos mais lúcidos brasileiros na época da juventude de Machado, a respeito da escravatura: “A grande

maioria estava convencida de que essa instituição era anacrônica, mas essa mesma maioria estava longe de saber como livrar-se dela”(id.,p.106).

Tomado em dimensão histórica, o impasse da deformação social crônica do país, assume feitiço vário, e dá margens a tantas metáforas dessa estranha situação de percepção do malfeito, e, ao mesmo tempo, de impossibilidade de saída.

Daí um elo fundamental com uma certa dialética da ambigüidade que impregna o cotidiano da vida nacional e da energia das relações pessoais, e sua interação com as instituições, que têm, como já dito, por nossa mediação mais universal, o favor.

Uma das razões econômicas, um dos eixos centrais da disparidade configurada em todos os âmbitos da sociabilidade brasileira, é o traço de subdesenvolvimento marcado pela alocação direcionada da riqueza bruta para investimento no alto padrão das elites, e não para a “produção”.

E isso não é de hoje, pois mesmo com o fim formal da escravidão o progresso não deixou o seu caráter cosmético de moda de importação. Há uma deficiência crônica na defasagem entre base tecnológica de produção, um dos motores do desenvolvimento econômico, e a penetração da tecnologia no estilo de vida das classes alta e média.

Tendo processado, antecipadamente, essa conjuntura de um progresso que não se afirmaria enquanto projeto nacional, e sem horizonte utópico à disposição, Machado teria optado pela postura de amargo ceticismo, o que certamente não foi dos menores motivos que o levou a refinar a agudeza da escrita.

Legou-nos a chave de entrada nesse quadro de perplexidade, que se constitui no que “(...)ainda é o retrato mais fiel da alma do brasileiro”(id.,p. 109).

Numa combinação do registro de Candido (literal acerca da antecipação de Machado sobre a reificação da personalidade, sem prejuízo da lucidez na percepção do imbrincamento entre conflitos do Eu e conflitos interindividuais, de classe e de grupos no quadro específico brasileiro), com a nota de Furtado a respeito da estratificação rígida que não abre concessão aos valores fundamentais, e do encapsulamento distópico de Machado ligado a sua “mensagem ao futuro”, tem-se aberta a porta para uma reflexão central deste capítulo : a especificidade da reificação à brasileira, visualizada nos termos recolhidos como referências na obra de Schwarz.

A presença da modernidade no Brasil é uma questão em aberto. Evidencia várias feridas de corte profundo no tecido social. Comparativamente, não há embasamento estrutural para o estabelecimento de um modernismo de vanguarda, ainda que dentro dos limites do projeto burguês nacional, com possibilidade mínima de vingar para além de ilhas de consumo e dos

modismos setorizados em segmentos de elite, ou ensaios de radicalização de setores médios urbanos. A má-formação estrutural continua a impedir transformação emancipatória no plano da cultura, para nos restringirmos a esse campo, sem entrada direta na análise estritamente mais material (história, economia, sociologia, política).

Os problemas e sua dimensão radicalmente esgarçada não são de hoje. A própria dimensão de uma hegemonia cultural brasileira de amplitude predominantemente popular nunca se deu, a não ser como momentos pontuais e localizados.

Coube à literatura um papel crucial nessa construção inacabada, como principal elemento formador de uma característica peculiar resultante da dialética originária do país: cravado entre uma possessão acidental predatória que levou a uma nacionalidade (colônia) inexistente ou virado quase que absolutamente para a metrópole estrangeira (herança colonial).

Roberto Schwarz (2000b) colocou o problema em termos reconhecidamente referenciais, ao analisar a forma profunda daquela que seria a mais complexa e bem elaborada obra literária brasileira: as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Ao apontar a grande transição na evolução da produção literária de Machado de Assis, relativamente a seus romances da chamada primeira fase, que teria sido a passagem para um foco narrativo expressamente derivado de uma posição social dominante (proprietário caprichoso, desocupado e arbitrário), o crítico inscreve o mecanismo da volubilidade do narrador não só como assunto, mas como princípio estruturador da composição. O que põe por terra quaisquer ilusões edificantes da concessão dos direitos de cidadania e autonomia individual pelo caminho civilizado da reivindicação de padrões civilizatórios, ou seja, pela persuasão ou convencimento bem comportados, a solicitar o compromisso moral com a coerência em relação à ideologia liberal-européia professada, mas aqui exercida apenas como conveniência. Uma capa que, quando confrontada com o interesse privilegiado dos detentores de poder de propriedade e mando, se desvestia em arbítrio e uso da força bruta. A convivência algo *cordial* com a escravidão, e seus sucedâneos, confrontada com o discurso moderno das liberalidades e instituições que nos países de centro eram questionadas com efetiva mobilização social-política e formulação teórica a desnudar a aparência formal de liberdade e a ilusão da autonomia universal do sujeito de direito, sob o núcleo de fundo da exploração capitalista do trabalho assalariado, entrava em choque com a realidade atrasada e grotesca do país. Daí a conhecida formulação da ideologia de segundo grau, dimensionada no referencial ensaio “As idéias fora de lugar” (Schwarz, 2000a).

Da complexa mescla que compõe as *MPBC* resultou nossa mais emblemática obra prima, entre outros motivos, mas não menos importante, pela inversão já assinalada da posição social do narrador, potencializando em grau de alto realismo as inumeráveis viravoltas do narrador em suas várias facetas, capitaneadas pelo cinismo e pelo sarcasmo, a novidade residindo não numa suposta opção moral, mas na internalização de uma prática social calcada na perversidade de classe.

E essa façanha não seria possível sem uma analogia alinhavada com alto grau de mediação entre a prosa narrativa (e o universo fechado por ela delimitado) e a forma objetiva, forma profunda, do funcionamento do processo social brasileiro.

A arte de Machado nas *Memórias* conteria, assim, caráter pioneiro não só na formalização estética, mas no grau de análise crítica da própria formação brasileira, como observador privilegiado e objetivamente enredado no mecanismo social estruturador da desfaçatez de classe. Além dos instrumentos técnicos (principalmente a acumulação literária, externa, com transplante da ironia aberta ao leitor, e, como traço diferencial, a interna, suplantando atavismos de corte moralizantes), a presença destacada da ironia sarcástica como operador narrativo constituiu um marco que até hoje gera interpretações ingênuas a ponto de localizar ali uma generalidade universal de uma cética condição humana, quando, segundo o crítico, ao contrário, evidencia e ao mesmo tempo critica impiedosamente o traço brutal fundante do ser social brasileiro, agravado pelo seu peculiar travestimento em capa civilizatória importada e postiça.

Além da síntese acumulativa e superadora que Machado teria operado por meio da conjugação de técnicas literárias exógenas (desde matrizes de nuances clássicas ou eruditas até as mais avançadas e originais, como os recursos da “forma livre” de um Sterne, a piparotear sem meias o leitor desavisado), num sentido desbancador do narrador tradicional, aliada à prática da crônica cotidiana, dividida entre o assunto sério e a amenidade, e sobretudo à atenta leitura dos precursores nacionais (e como tal, dos temas, assuntos e tentativas de solução literária daí derivados). Outro ponto que se impõe é o da nação periférica desmistificada. Ficariam ali decisivamente desbancadas as ilusões ideológicas de exotismo, a querela redutora do nacionalismo contra xenofobismo, ou elogio do meio pitoresco.

Se a ascensão conflituosa do capitalismo na Europa desde antes, e mais, por conseqüência dos descobrimentos, tinha levado, na modernidade, à expansão do estado de direito e, com ele, das garantias formais, ainda que reificadas sob a forma do direito civil, mas com extensão social real; aqui, no Brasil, as idéias, de matriz liberal, no plano da cultura política, e ainda românticas,

na tradição literária, estariam desfocadas em relação à ausência de progresso moderno (uma desgraça, enquanto o atraso seria uma vergonha, na afiada frase postulada também no ensaio acima indicado).

O atraso aqui seria uma constante, derivado do fato incongruente da aplicação de idéias liberais sobre uma base social escravocrata. A situação de nação periférica colocaria assim uma nova condicionalidade à recepção de idéias : a volubilidade, a dialética entre ordem e desordem, a constância da inconstância. Com os paradoxos de vermos idéias civilizatórias ou progressistas servirem de álibi à mais brutal violência sobre os de baixo, seja na brutalidade expressa da escravidão e seus substanciais resíduos, seja no plano do trabalho assalariado e de suas difundidas variantes de precariedade, geneticamente dependente do assentimento dos proprietários, ou seja, das práticas senhoriais do favor clientelista. Liberdade consentida, até o ponto em que respeitosa, ou subserviente.

Essa peculiaridade das classes proprietárias brasileiras, então, estaria em princípio ligada à sua umbilical relação com os potentados imperialistas. Condição até hoje pertinente, por depender o país em grau estrutural do jugo estrangeiro predatório e especulativo, às custas de um projeto soberano, mesmo burguês.

Assim, se a acumulação literária, conforme Schwarz, atingiu um grau máximo em Machado, por conta mesmo do processo interativo e de dupla face do papel da literatura na formação nacional, o mesmo está longe de se dar no plano da cultura, menos ainda no da cultura política. Pelo menos em parâmetros modelares e hegemônicos ao capitalismo.

Ditos esses pressupostos, que fincam enraizamentos emaranhados até o cerne do nosso presente, torna-se imperativo perguntar sobre a pertinência problemática da especificidade da reificação social à brasileira.

A preferência das classes proprietárias por arranjos políticos para mero remanejamento de atores sem mudança estrutural no padrão civilizatório, ou nos momentos de *crise*, pela revolta social dispersa ou a desordem institucional não raro agilizada com desfecho autoritário e repressivo, passando pela subordinação internacional para não perder a pose e a posse, é índice desse progressismo cosmético.

Exemplo patente dessas formas de reificação singulares no seio do cotidiano do país é a centralidade das relações de informalidade reinante no emprego, na institucionalidade e nas próprias relações pessoais, configurando numa visão de conjunto uma tradição que não seria

obstáculo ao progresso, mas sua condição, por sustentar as bases da dominação interna e seu vínculo por sua vez dependente das metrópoles, e hoje, da mundialização financeira do capital.

Esse emaranhado de paradoxos, ao qual o escritor não escapa e até, quando bem realizada a obra, exacerba, por perseguir a “solução” das tensões numa busca de sentido, espelha o viés predominantemente fragmentário e a ênfase na presença de elementos de barbárie na contemporaneidade do ser social brasileiro, permeado de um modernização mais funcional que orgânica.

Com o arrefecimento da hipótese da saída desenvolvimentista, aí pelos anos 50/60, e a opção de elite pela distorção de suas eventuais possibilidades e sua derrota a graus deterioradores talvez inéditos culminantes na década de 90, restam alternativas ao nosso déficit civilizatório peculiar?

A obra literária brasileira contemporânea não tem como não aludir, sob pena de alguma variável de idealismo escapista (e por contraste, da volta ao tema justamente por uma tentativa de fuga fadada à inconsistência com o processo real da formação do país), à ambigüidade de uma condição de sociabilidade precária sobredeterminada pela dependência nacional do concerto das nações adiantadas, com o acréscimo de que, nestas, o fenômeno da desagregação social ganha novas formas e sensível densidade crescente. O que, em retrocesso, mutadis mutandis, Machado também percebeu com notável argúcia: a desfaçatez nativa não se desvinculava do curso da história mundial, como de resto a história do Brasil já nasceu sob o signo da predação pelo colonizador europeu, num rastro de dizimação, trabalho escravo e expropriação dirigida ao mercado externo. Uma feira de crimes estruturais, e não uma distorção condenável como oposta ao que se possa afinar como uma chaga contrária ao espírito da civilização do capital.

Ponto alto da sintomatologia da ambivalência e da sociabilidade precária é a análise traçada por Schwarz, em seu longo artigo “O País do Elefante”(2002), a respeito do livro de poemas de Chico Alvim, *O Elefante*(2000), em que vê nas míni-formas poéticas um mimetismo exato na elocução dos contrastes fraturados e sua manifestação nas vozes sociais, precisamente por seu caráter contrastivo entre discurso e posição do outro social, ou de classe. O crítico conjuga a afiada captação do poeta, entre outros fatores, à pergunta sobre se tratar de preferência temática, diagnóstico involuntário, ou fidelidade ao cotidiano da língua viva. O caráter extremamente elíptico dessas formulações revelaria uma acuidade que joga na ironia entre a flutuação das vozes enunciadoras do significante informal em contraste com a falta de significado conseqüente e ao grau de violência, que passa ao desavisado por naturalidade, ao passo em que

imiscuída até a medula na falha de interações sociais universalmente regradas. Vejamos dois desses poemas:

“HOSPITALIDADE//Se seu país é assim/ tão bom/ por que não volta?”

e

“ARGUMENTO// Mas se todos fazem”

Quanto ao primeiro, a simpatia pressuposta no emigrante forçado, ou turista nostálgico, choca-se frontalmente com a condição objetiva da superioridade efetiva de quem tem o que escolher e pode dizê-lo sem constrangimento, ou com o orgulho sobranceiro que tanto pode demarcar sobriedade quanto aproveitamento da apropriação histórica dos vencedores, com travo de humilhação a preço de oportunidade. Para o interlocutor, o sarcasmo se duplica na colocação de um valor negativo a supostas qualidades da informalidade *cordial* mitificada, *vis-a-vis* a necessidade que ela não pode satisfazer concretamente. Uma hospitalidade inóspita, então, seria a resultante por aqui.

Já no segundo, o argumento é a plena falta de argumento. Não há autonomia nem de fachada, e a graça se desfaz em incongruência da consciência do sujeito, mais ou menos reprovável conforme o desempenho do arco do modelo de atitude a reproduzir, desde a repetição das gracinhas festivas, passando por infrações ou contravenções de ordem vária, até os atos mais horrendos envolvendo coerção ou vias de fato de quem, para além da palavra, ocupa o lugar do poder real de mando.

O leitor que se reconheça como agente-paciente, vítima, algoz ou crítico.

Conforme Schwarz, numa de suas inferências sobre o caráter polifônico mas assentado objetivamente no limite da fratura social e seu código linguístico, a que os poemas, por meio da contradição dissonante, apontam a ironia ideológica, podemos acompanhar que “(...)a regra da irregularidade é um paradoxo que condensa a condição moral e intelectual do país periférico, onde as formas canônicas do presente, ou dos países centrais, não são praticáveis na íntegra, sem prejuízo de serem obrigatórias como espelho e de darem a pauta”.

Dessa forma, a matéria local, bem como o *locus* linguístico sobre o qual o escritor realiza sua própria pesquisa, sendo nele irremediavelmente inserido como produtor e como produto, portanto mediante uma consciência também ela reificada enquanto subjetividade, já dá por si muito pano prá manga.

À parte, mas não isoladamente, os condicionamentos de origem colonial, ou dependente, continuam a exercer os influxos da história mundial no dia-a-dia do subdesenvolvimento, ou sua variante atual de dependência associada e subalterna. O que coloca um ingrediente complexificador ao escritor local periférico, uma vez que bem elaborada a tensão que dá forma à obra, tem que dar conta (ativa ou passivamente) da reificação capitalista clássica do modelo, para o qual o país periférico foi e é condição de formação, sem prejuízo, aliás, com o agravante de que a condição geral anfíbia local implica um assinalável grau de precariedade nessa reificação já de si mal-formada de origem. Pelo menos quanto a padrões clássicos do modelo burguês europeu. Uma vez que, por contrastes mesmos em que se polariza o grau de atrito, apontam-se modalidades utópicas que dariam sentido novo derivado justamente da informalidade exercitada, em seu pólo por assim dizer de interação irreverente cimentando a institucionalização de uma cultura de flexibilidade, ou “tolerância corrosiva”, acaso imantada por acento democrático e popular. Pode-se daí divisar frestas como ambiente para uma utopia de formação característica em aberto, diferente da rigidez elástica da convergência burguesa, caso fosse possível a construção de um modelo próprio, autônomo, de nacionalidade hegemônica.

O escritor brasileiro não-tradicional, ou seja, que tem pertinência para a análise da substância de nossa atualidade, pergunta então, sem poder fugir, pela formação incompleta da nação. Qual o papel que cumpriu e pode ainda cumprir na ativação de uma transição cultural frente à reificação das condições de produção e de código estético da obra? Dificuldade intensificada pela evolução da indústria cultural sem lastro no mercado interno, de resto fraturado em si entre uma esfera de consumo e consumismo restrito, entre sofisticado, banalizado e predatório, e uma carência massiva de bens materiais, que dirá intelectuais e morais no sentido de um padrão médio homogêneo de consciência da modernidade.

Tudo isso colado ao fato simultâneo de que esse conceito, aliás, já alvo de intensa disputa na contemporaneidade, em seu momento mais presente demanda a radical problematização de mutações históricas predominantemente regressivas, quando o choque da naturalização da precedência global dos mercados sobre a “esfera política” provoca novas e agrava velhas exclusões sociais aliadas a mutações inter e intra-classes. Abalos que não raro assumem dimensão cataclísmica, permeada pela degradação quase geral, muito porosa nos interstícios de uma conflituosidade cotidiana aletoriamente submetida à lei da insegurança, ou, de modo mais seletivo, à insegurança da lei.

Nesse quadro da reificação do irregular como regra sobre e dentro da reificação clássica da herança colonial da divisão internacional do trabalho, do poder e da riqueza, e de quebra, da mercantilização da cultura, como pensar a possibilidade de resistência e contradição, frente ao inventário de um progresso que tem por condição o atraso, e diante do fracasso da promessa de modernização.

Cabe à crítica pensar com o paradoxo, e se a revolução brasileira não teve passagem em seu modelo burguês (não se completou nem mesmo o ciclo da circulação da mercadoria), e caso não tenha prognóstico como fruto da acumulação truncada que não permite base para a massa de reivindicação por trabalho e cidadania (o processo produtivo ainda guarda exponencialmente formas pré-burguesas de trabalho)¹⁰, será possível pensar ainda uma sua viabilidade passiva, combinada a uma inserção internacional não-subordinada?

Em todo caso, o conhecimento de sua impossibilidade e dos condicionantes materiais presentes na anti-forma cultural, ou na forma objetiva de vida cotidiana, constituem já um fator de desassossego para o escritor, e seu leitor não estará mais longe da civilização se da leitura da obra sair inquieto como uma labareda à procura de lenha intelectual.

A correta pergunta é a primeira condição para botar as idéias na fogueira, ou no lugar: demarcar algumas linhas-base dessa função foram o propósito pelo qual procuramos indagar a quantas anda o contraste entre projetos em disputa, estética/ideológica, na condição moderna/contemporânea da literatura brasileira, bem como se seu resíduo traz ainda força de balançar a ambígua reificação periférica.

2.4) Anomalia e promessa de progresso-modernização, o lugar em que estamos. Cultura, nação e reificação.

Na dialética do atrito (pólo que dá a ver o conflito social concreto) e da permanência do mesmo (pólo conservador da literatura como afirmação da visão ilustrada ou como bem de consumo fruível), alguns problemas centrais se apresentam como acréscimos configuradores da reificação à brasileira.

Da correlação estrutural com a forma social, em seu dinamismo mais complexo do que o fragmento ou a contingência cotidiana sob olhar menos incauto, complexidade esta, por sua vez,

¹⁰ Parte dessa formulação é derivada da leitura do “Prefácio com Perguntas” de Roberto Schwarz, bem como, indiretamente, do ensaio de Francisco de Oliveira, “O ornitorrinco”. In: Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

a contrário de um certo senso comum, que se dá a ver em ângulos inesperados justamente pela capacidade exploratória da forma estética que sustenta a tensão de captar a realidade em movimento, é que ela pode apontar, em negativo, o realismo potencial de limites imaginários como *solução* para problemas mais que reais. É conhecida a fórmula em sua acepção na teoria da ideologia, mas do uso que lhe dá, de várias maneiras, o método da crítica dialética de Roberto Schwarz, transposta em acepção da sondagem artística à altura da complexidade da vida, procedem mecanismos mutuamente iluminadores das novidades do conhecimento materialista da peculiaridade brasileira.

Passei acima por alguns deles, que me parecem recorrentes como eixos de densidade de pontuação teórica, como firme continuidade de uma tradição crítica de esquerda.

A matriz liberal das idéias deslocadas frente à escravidão constituiu efeitos de barbárie imanentes à cisão social decorrente de um sentido da colonização que exigia a formação da nação como sujeita à função colonial. Uma nação rarefeita e penosa, a demandar fundamentos ideológicos para amalgamar sob um mesmo título uma massa pobre que não tinha o mesmo direito. Ao contrário da Europa e mesmo do processo de descolonização Norte-americano, onde havia base social e de idéias (em confronto), mas que, afinal de contas, assumiram, não sem suas próprias contradições e mazelas, a posição referencial da moderna ordem histórica do capitalismo.

No Brasil, recapitulando, esses efeitos permanecem até hoje, com mudanças e entonações novas, porém que não desfiguram a face feia e difundida da pobreza e da dependência do favor, isto é, do condicionamento ideológico-cultural que esfacela a reserva escassa de energias disruptivas. Energias descontínuas, mas detectáveis, na acumulação dispersa e insuficientemente orgânica de busca da validade efetiva do discurso republicano e de um espaço público além da farsa mais ou menos cínica ou trágica.

O dilema civilizatório passa pela condição de perplexidade entre o reconhecimento do *desajuste*, bem auferido pela crítica da cultura que vimos a glosar, derivada de vários planos, entre os quais, com destaque peculiar, a literatura e seu acervo de comentários e interpretação direta e indireta, mas sistematizado, que possibilita a ascensão de uma ontologia da miséria e da violência, bem como uma epistemologia (chamemo-la assim, embora passível de várias nuances) do *deslocamento*. Falha esta que não deixa de atingir o cerne das subjetividades, em particular, as integradas materialmente, cujo traço diferencial parece se definir numa fenomenologia da divisão de personas, que, longe de escolha de cunho filosófico da desconstrução (ou suas modalidades

abastardadas na prática, entre a família do cinismo ou da adaptação demasiado flexível), da flutuação experimental de identidades, tem os seus efeitos calcados na dura barreira de constrangimentos históricos postos às instituições do cotidiano, aliados à absorção internalizada da contravenção e auto-contradição dilacerantes. Condição não de prazer plástico, mas de sofrimento e custo psíquico, muitas vezes físico, à revelia das vontades. Se essa conjuntura não é entendida em recepção universal, dado um conservadorismo arraigado e a reação defensivo-reativa pulverizada na luta selvagem pelo *status*, ou sobrevivência adversa, tem certamente bases sólidas de conhecimento.

A falta de parâmetros de uma substância ética como cultura dramatiza drasticamente essa situação ao sujeito brasileiro, mesmo encarado em algo perigosa generalização, resultante do andamento histórico. Despedaçado no dia a dia, ele se percebe na contingência dolorosa de uma perplexidade multifacetada, mas que esbarra sobre a impossibilidade de mudança, com a grave ameaça concreta de regressão lado a lado com o “progresso”, também à brasileira. Ou seja, apesar de óbvias demarcações diferentes conforme classes e setores de classe, espacial e temporalmente, reunindo o amontoado de arcaico, moderno e pós-moderno, vemos que o contraste entre o sonho de uma *casa arrumada* esbarra na perversão exacerbada que desanda à solta na rua e na mente. A seriedade de um projeto de vida coerente se torna piada ou caricatura, e, em geral, hesita fantásticamente entre a depressão, a mania e uma embolia revestida na mixórdia de valores incongruentes, que pedem lucidez. Demandada ao menos àqueles cuja sensibilidade política resiste à indiferença conformista, ou à cumplicidade desabrida do privilégio, e situados à esquerda no espectro político, ou em seu raio progressista, salvo exceções de conduta *moral*.

Mas também neste campo de idéias a confusão e o deslocamento são grandes. As considerações de nosso crítico, que procurarei demarcar abaixo num esforço necessariamente redutor, visam enfatizar as complexas relações entre a modernização, o entendimento conflituoso da nacionalidade e da cultura. Fatores centrais, como já apontado, mas que aqui complementarão, em chave mais histórica, o esboço que venho buscando em caracterizar aspectos elucidadores da reificação à brasileira.

As posições de análise marxista não-dogmática, e seus pontos de realização em textos referenciais como produtos da experiência intelectual brasileira, colocam os três fatores acima mencionados na perspectiva de uma saudável ironia prospectiva, salutar por sua argumentação densa e concisa a seu modo, a reunir em textos curtos a intrincada teia de problemas históricos

brasileiros. Veremos que, à direita e à esquerda, esses problemas não se resolvem, ou têm suas linhas definidoras clareadas, se não desvencilhadas as miragens ideológicas. Operação que, por sua vez, só avança na explicação da múltipla complexidade das forças concretas que movem, e imobilizam o ser brasileiro, na aplicação da justa forma a qualificá-lo como intrínseco à história contemporânea do mundo. A *negação* teórica reafirma que o sentido de pensar as representações da realidade só tem rendimento na medida em que projeta no horizonte a sua transformação radical.

No meio do caminho, já é grande ousadia nomear objetivamente as pedras e as ignomínias da grande catástrofe, que também atende por desenvolvimento, ou progresso problemático.

No capítulo do pensamento brasileiro debruçado sobre as razões pelas quais nem mesmo chegávamos ao desenvolvimento tão propalado sob a referência do padrão civilizado, a injunção propriamente marxista ganhou assento universitário, com projeção extra-muros que vieram a repercutir, inclusive politicamente, no destino da questão do subdesenvolvimento e seus encaminhamentos de superação, não-completada.

O grupo que se reunia a partir do final dos anos 50, nucleado na USP e contando com a participação de jovens professores afinados com a teoria social e disciplinas afins, empreendia a leitura sistemática de *O capital*, buscando articular sob a ótica da especificidade nacional os problemas da crítica da ideologia e da economia política. Entre os alunos interessados e agregados ao grupo, estava Schwarz, que relata a problemática ali desenvolvida, e as conseqüências advindas para a tradição crítica intelectual assim renovada, em seu “Um seminário de Marx”(1999, p. 86-105).

“Sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem.”(id.,p. 93)

Passo que exigia malícia diferencial, na análise sob a imparcialidade dialética da articulação de modernização e desagregação herdada da condição colonial.

Na esteira de Caio Prado Jr., em seu pioneirismo vigoroso em combinar as categorias marxistas com ênfase rigorosa na formação econômica da história do Brasil, os estudos de F.H.Cardoso sobre a relação entre escravidão e capitalismo como materialmente funcional, contribuíram, segundo o crítico, para relocalizar a questão do atraso como mera excrescência ideológico-moral a ser extirpada por ato de vontade da modernização.

Assim,

“(...) as taras da sociedade brasileira, objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial, nem como *desvios* do padrão moderno (coisa que também são), mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como *resultados* funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país. Contra as miragens ideológicas, cabe à crítica elucidar as relações de toda ordem, em especial as regressões, de que se compõe o progresso (aliás, progresso de quem?).”(id., p.95)

A aplicação direta de categorias européias, inclusive as marxistas, eram passavelmente equívocas, apesar de inevitáveis e indispensáveis. “Noutras palavras, faria parte de uma inspiração marxista conseqüente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que os serviam de modelo, incluídas aí as de Marx.”(id., p.96)

Cabia a essa autonomia de pensamento trabalhar a especificidade sob o funcionamento de um “travejamento sociológico diferente, *diverso mas não alheio*”(id.,p.95), tanto em virtude do atraso colonial e seus efeitos nocivos, quanto por causa do pertencimento simultâneo à imantação da gravitação mundial do capital.

“À distância, essa meia vigência das coordenadas européias – uma configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador – é um efeito consistente da gravitação do mundo moderno, ou do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, para usar a expressão clássica. Já na perspectiva das ex-colônias, mais ou menos melhoristas pela força do ponto de partida, esperanças e empenhadas na generalização local dos benefícios do progresso, a articulação inevitável de modernidade e desagregação colonial aparece como *anomalia pátria*, uma originalidade nos momentos de otimismo, uma diferença vergonhosa nos demais, mas sempre um desvio do padrão *civilizado*.”(id., p. 96)

O vínculo entre modernização e desagregação social, em sua forma brasileira, assume essa característica marcante de *anomalia* como condição reificada da pátria, e gera toda uma matriz de idéias que variam no arco ideológico em torno da particularidade da vida e do desejo de superação do destino da nação. Às vezes de forma esdrúxula, por reunir em uma confusão, que fala por si só, de valores díspares de variada origem, pouca profundidade e efetividade.

Há exceções, é claro, que movem no dia a dia a reivindicação política de direitos e dignidade pessoal, bem como variada sorte de agregação coletiva, via de regra ausentes na normalidade da reprodução social como pensamento consciente e não tradição herdada.

No entanto, mesmo entre os setores politizados, entre os quais os declarados de esquerda, pemeia a idéia de nação, matizada por seu cunho nacionalista. Ou seja, tingida pela esperança semi-mágica de que o Brasil é em bloco um país de oportunidades dadas, de um futuro promissor, e que basta empenho, seriedade e honestidade para alcançar o paraíso local.

Seriam até ingredientes necessários, mas hoje comprovadamente insuficientes, se se pauta a visão pela objetividade na observação do panorama da divisão internacional do trabalho, bem como nos ásperos limites das distorções sociais internas.

Entender a nação sob a miopia de sua configuração como um todo coeso em evolução, por mais patriota que seja, não é garantia de progresso, a não ser como ingenuidade, oportunismo ou interesse ideológico. Ainda mais no momento em que a promessa de modernização contida no ascenso desinvolvementista, se modificou o auto-conceito nacional, esgotou-se diante da hegemonia do neo-liberalismo, curiosamente adotado e aprofundado tendo como mandatário o eminente sociólogo que fazia no *Seminário* o diagnóstico da relação intrínseca entre atraso e capitalismo.

Pode-se falar, em linhas gerais, claro, que a referida análise transitava da superação do subdesenvolvimento para a constatação da dependência associada, a designar a necessidade de um choque de capitalismo com a abertura escancarada e a aplicação selvagem das teses privatistas e desregulacionistas no país, o que, para variar, teve agravamento na distribuição assimétrica dos impactos. Talvez não seja abuso lembrar a paridade com o momento ascendente do desenvolvimentismo, que poderia ter sido uma solução redistributiva, se concretizado.

O referido choque modernizante também não veio, e pelo contrário, exponenciou a desagregação, como se sabe.

Voltando à memória do Seminário, na voz do crítico literário: “Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas “atrasadas” de trabalho, das relações “arcaicas” de clientelismo, das condutas “irracionais” da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias.”(id.,p. 98)

Garantir trabalho e sobrevivência para milhões, desconstruindo a expropriação de ontem pela apropriação popular de políticas e bens públicos, entre os quais, a cultura, é questão que parece permanecer concretíssima. A solicitar, talvez, um outro lado da herança marxiana, o da crítica da ideologia do capital e o método concreto da práxis política da revolução.

São questões (também) teóricas que estão na ordem do dia, considerada a adoção do Marx cientista-economista, ou economicista, em menor escala o economista político, em espectro bastante generalizado, incluídos aí os insuspeitos *naturalistas* da retórica econômica, tecnocrata-financista, dos mercados como fins em si.

E se a forma de superação do subdesenvolvimento realmente caducou, não parece descartada a graduação política prática e sua incidência naqueles vexatórios problemas concretos. Mesmo na presença histórica da inserção dependente associada aos rumos transnacionais do capital, o Estado ainda não faleceu, o que problematiza o destino atual de sua convalescença local e dos rumos que possam advir da graduação possível de subalternidade aos interesses externos e *de mercado*.

A usar os conhecidos termos do insuspeito desinvolvementista-estrutural Celso Furtado, a título de exemplo de autoridade de difícil contestação aberta, a internalização das decisões políticas ainda é questão de vulto na regulação do tipo de inserção mais ou menos subordinada que se abre ao país, em linha com a expansão da economia e da renda interna.

Digo isto, tendo em vista que mesmo as formas passadas ou em vir-a-ser das *soluções* para nossa inorganicidade atávica enquanto nação, e não como mito ideológico-cultural imantado pelas elites dominantes, são contrafaces constitutivas da reificação à brasileira, emprestando ao caráter anômalo sua disfuncionalidade mesmo quando se pauta o viés desbarbarizador e popular do *progresso* econômico.

A miscelânea ideológica, na ausência da revolução burguesa brasileira completada, que mantém camadas volumosas da população na pré-história política, agrava-se na nova conjuntura internacional, marcada pelo passo *globalizante*.

Disso já dava notícia o nosso crítico, seguindo em sua glosa sobre o seminário marxista, numa de suas conclusões que alocam sentido de longo alcance na visualização do problema do (sub)desenvolvimento:

“De outro ângulo, essas anomalias são o arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, e nada mais *normal* do que elas, portanto. Noutros termos ainda, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não leva ao desenvolvimento senão em aparência, pois assim como, chegado o momento, estes repõem o seu trajeamento social “arcaico”, o capitalismo visto no todo e em plena ação modernizante também repõe a situação subdesenvolvida, que nesse sentido faz parte do trajeamento arcaico da própria sociedade contemporânea, de cujo *desenvolvimento* então seria o caso de duvidar.”(id.,p. 101)

Se bem entendido, a *reificação arcaizante* ganha foro geral, sendo legível sua especificidade brasileira como apenas uma variedade.

A nossa diferença retrógrada ganha substância na desmistificação do seu entendimento como *falha* a superar em direção ao modelo canônico, como *entrave* para o caminho do desenvolvimento. Mas a nova conformação do subdesenvolvimento assume dimensão sistêmica,

embora afete desigualmente o concerto das nações de industrialização atrasada ou incompleta, com a correspondente agravante similar no plano social interno.

A elevação da abstração teórica difunde o universal da dependência da reificação, e a *saída* que o Brasil (e a *periferia*), eventual e relativamente, venha a ter na *superação* das anomalias parece impor ao pensamento crítico, para além das respostas parciais porventura em curso na dinâmica da hora histórica, a (re)elaboração radical de novos conceitos que superem, por sua vez, as referências teóricas da modernização burguesa (e mesmo de sua crítica reformista, distributivista ou anti-capitalista), invertendo radicalmente a mitologia do percurso do atraso para o progresso como uma tópica restrita à dimensão *administrativa* do capital. Os limites e obstáculos da história concreta *falam* na demanda por novos fenômenos, arranjos e sintomas, necessariamente em aberto, e portanto não passíveis de garantia de conceitualização definida, mesmo provisória. O processo objetivo em curso parece *pedir* a sua forma. Há notícia, a verificar, que essa formalização pode se esboçar, na escala de décadas, em torno de numa variedade de contradições contidas na movimentação pendular da tensão entre os extremos de uma projeção distópica, o acirramento generalizado da entropia econômico-social, e outra de viés utópico: a irrupção de uma articulação política mundial capaz de influir racionalmente no descenso da destrutividade sistêmica do capital em seu estado atual.

Um alerta no mínimo instigante está contido no trecho abaixo, indicando como pista possível o paradoxo que agregaria uma definitiva desprovincianização da idéia de considerar o atraso como ida ao primeiro mundo e não como resultado de sua marcha, por si já entrada em nova fase, a do divórcio exponenciado entre economia e nação. Ao ter em mente, ao contrário do *slogan* ideológico, que “o mercado não é para todos”, como também que a analogia possível entre o desinteresse material dos países industrializados (afora suas próprias catástrofes e epifenômenos derivados da *exploração clássica* e seus novos subprodutos) pela industrialização em grau correspondente dos atrasados, com o descaso objetivo das elites internas brasileiras em integrar, por vontade política ou volume da economia e da administração financeira, acentua-se o grau de afluência que sobra à lembrança da modernização nacional.

Isto posto, afora o desafio metodológico de logicizar em crítica específica, mesmo dialética, a ordem da desintegração da *anomalia*:

“Um estudioso alemão da modernização, Robert Kurz (...), chama “pós-catastróficas” as sociedades que se mobilizaram a fundo para o desenvolvimento industrial e não o conseguiram viabilizar. O “colapso da modernização”, que consiste exatamente na seqüência de arregimentação e fracasso, para o autor já é um fato nestas sociedades, ao passo que a normalidade passou a não ser mais que um verniz. Noutras palavras, a falência do desinvolvementismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. Se for assim, o que está na ordem do dia não é o *abandono* das ilusões nacionais, mas sim a sua *crítica especificada*, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo.”(Schwarz, “Fim de século”, 1999, p.160)

Alia-se a este ponto de chegada em que um certo horizonte da realização periférica do moderno e do, então mais controvertido, *pós-moderno*, é definido na pontuação universalmente negativa da *pós-catástrofe*, um outro tópico. Dá sentido conclusivo sobre os limites teóricos do Seminário de Marx que aludem à sobreposição do motor modernizador da superação do subdesenvolvimento, sintomaticamente comprometido com a análise histórica e a proposição econômica como móbil ao progresso administrável, em vista da devida assimilação e respectivas conseqüências teóricas da posição contemporânea do fetichismo da mercadoria:

“A parte da lógica da mercadoria na própria produção e normalização da barbárie pouco entrava em linha de conta e ficou como o bloco menos oportuno da obra de Marx. Pelas mesmas razões faltou ao seminário compreensão para a importância dos frankfurtianos, cujo marxismo sombrio, mais impregnado de realidade que os demais, havia assimilado e articulado uma apreciação plena das experiências do nazismo, do comunismo stalinista e do *american way of life*, encarado sem complacências. Daí também uma possível inocência do grupo em relação ao lado degradante da mercantilização e industrialização da cultura, consideradas sem maiores restrições. E daí, finalmente, uma certa indiferença em relação ao valor de conhecimento da arte moderna, incluída a brasileira, a cuja visão negativa e problematizadora do mundo atual não se atribuía importância.”(“Um Seminário de Marx”, 1999, p. 104)

Na formulação do crítico, ao seminário faltou a negatividade da crítica da cultura a analisar os efeitos também anômalos, em modo próprio, da invasão em escala industrial inédita dos produtos culturais na esfera da *cultura nacional*, matéria cuja natureza sociológico-ideológica já era historicamente, em linhas gerais, mantenedora, mesmo com contradições específicas em que se destaca o alcance de massa da difusão, dos interesses das mesmas elites beneficiárias do progresso à brasileira.

Quanto à crítica estética, coerente com a sua formação e produção teórico-crítica, ele mesmo já representava, como um dos expoentes, o seu potencial de atualizar a complexidade da vida por meio das iluminações profanas colhidas nas formas que fixavam em *vai-e-vem* de modo sensível, relações entre mecanismos sociais e personagens-tipos de classe, de outra maneira difíceis de captar e organizar dinamicamente na contingência fragmentada, coletiva e individual, do cotidiano, da pesquisa empírica, ou mesmo no ensaísmo sociológico ou histórico; dada, entre

outras razões de ordem da teoria da literatura e do poder de pesquisa da forma estética, pela tônica da história da literatura como fator de papel fundamental na formação social do país.

Neste sentido, a outra componente da conclusão ausente do Seminário,

“Ficava devendo outro passo, que enfrentasse – na plenitude complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais – as relações de definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias, termos e realidades que se tem de entender como a precariedade e a crítica uns dos outros, sem o que a ratoeira não se desarma.”(id.,p. 105)

Por fim, neste capítulo em que procurei percorrer algumas balizas da feição *em negativo* da formação dissonante como elemento definidor de nossa reificação, não poderia passar despercebido o elemento tendencial da variante de nacionalismo ao fundo triunfalista quanto ao futuro do país, cuja tradução ideológica polariza para as elites o uso interessado da cultura.

Tomada como válvula de escape ideológica, a dimensão cultural teve ampla repercussão na neutralização tendencial de conflitos sociais via construção de uma identidade brasileira como se uma composição orgânica universal nacional (mas sempre fictícia como tal). O problema da cópia e do original importado está na origem desse *desvio*, que soma, à miragem da ideologia transplantada, mas *inadequada* à estrutura perversa da realidade do país, a figura esfumada do nacionalismo feito patriotada. Figura esta, culturalmente justificada em seu desejo ideológico de *unidade*, ou suposta homogeneidade, apesar, óbvio, de contradições inerentes à altamente desigual composição de classes sociais e ao gume de atrito presente tanto no entrechoque das idéias, quanto na representação letrada do país real, seja na literatura, seja na tradição crítica em sua variabilidade, de cuja parte *disparatada* cabe acento.

No conhecido ensaio “Nacional por subtração” (1987, p.26-48), Schwarz analisa em extensão a problemática dessa relação. Pontua apenas algum tópico, visando chegar ao argumento central, que a meu ver empresta à relativa, mas efetiva face reificadora da função da cultura em sua especificidade ideológica conservadora, como parte importante somada ao conjunto que busquei delimitar como reificação à brasileira.

“A denúncia do transplante cultural veio a ser o eixo de uma perspectiva crítica ingênua e difundida” (id., p.47). Em linhas gerais, o denunciamento da importação, da falta ou da perda de originalidade cultural, era sintoma de um mal maior: a insuficiência da cultura nacional não era culpa de uma artilosa rendição às modas das metrópoles. Nem se devia à ineficiência de um resgate, retorno ou acesso bem sucedido às origens locais supostamente autônomas por natureza. Não era a cultura que estava mal colocada, nem cabia à crítica, por mais esforçada e nervosa, pô-

la no lugar de direito. Não era a operação de subtração ou eliminação do elemento estrangeiro que legaria ao país seu posto de madureza no plano da cultura, entendida como ostentação de identidade própria. Na verdade, o que faltava, era a própria construção nacional em sua materialidade, lacuna que, por sua vez, não dependia de uma vontade de afirmação, por si inexistente como bloco unitário. Aliás, os usos nacionalistas que demonizavam a imitação aprisionavam o leitor, ou o agente que tinha contato com a dimensão cosmopolita, num falso problema.

A vontade de nação, derivava, ao fundo, do interesse ideológico aplicado ao ufanismo cultural como meio de tornar difuso o mal-estar da classe dominante, em seu empenho para conciliar as vantagens do progresso e do escravismo ou sucedâneos.

Não era de se estranhar que a errância nervosa, onívora, de um crítico como Sílvio Romero, atualizadíssimo com as fontes cosmopolitas, e enfático na depreciação do caráter postiço, macaqueador, arremedante, da recepção no Brasil, assumisse um aspecto disparatado. Essa tonalidade desajeitada, contudo, não pertencia, com reserva de domínio, ao plano cultural. Antes, o *desvio* da cultura encontrava amparo na condição de horror que tornava disparatada, sim, a própria realidade do país, cuja gênese e estádio presente à época e transposto até a nossa contemporaneidade, nem de longe se devia a uma defasagem de atraso ou defeito na imitação do padrão civilizado europeu, mas à concomitância de desenvolvimento desigual do progresso capitalista em nível mundial:

“Assim, a má formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados. Os “disparates” de Sílvio – na verdade as desarmonias ciclópicas do capitalismo mundial – não são desvios. Prendem-se à finalidade mesma do processo, que, na parte que coube ao Brasil, exige a reiteração do trabalho forçado ou semi-forçado e a decorrente segregação cultural dos pobres. Com modificações, muito disso veio até os nossos dias. No momento o panorama parece estar mudando, devido a consumo e comunicação de massas, cujo efeito à primeira vista é anti-segregador. São os novíssimos termos da opressão e expropriação cultural, pouco examinados por enquanto.” (“Nacional por subtração”, 1987, p. 45)

Dessa forma, ficam claros os termos em que se relativiza bastante a questão da cópia (ou imitação) cultural. A inquietação real não advém da *falha* imitativa na produção de bens culturais, mas sim, da problematização do próprio conceito de cultura, descolado de um ambiente em que a circulação das idéias acompanhasse o movimento real do conjunto social. Desloca-se, assim, a ênfase na cultura hipo-suficiente para o foco no problema da própria formação da nacionalidade.

“Noutras palavras, o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito, e que entretanto já na época não era tão estéril quanto os argumentos de Silvio fazem crer.” (id., p. 46)

Nessa transição de ênfases, Schwarz assinala bem o inconveniente de se tomar a dualidade cópia/original como principal na definição de nacionalidade *autêntica*. Está em jogo aqui, como matéria precedente, a problemática do nacionalismo, que pede valoração política. A quem serviria uma cultura original, num país que reproduz internamente a assimetria do imperialismo colonialista e seus efeitos posteriores?

Ao contrário do que induz certo ideograma de elite, ou como ferramenta de classes locais dominantes, ao lutar por manter o foco no raio da sua iniciativa *cultural*, cujo bom desempenho, após ajuste de curso, seria garantidor de autonomia nacional, o problema passa sim pela cultura, mas não sem proeminência anterior para o campo da política. Neste, ao constatar a iniquidade congênita ao país, está expressa a contradição de classe e a questão da democracia por construir, como alicerces necessários para um verdadeiro campo de debate cultural: o de idéias enraizadas na dinâmica da vida social como um todo.

“A solução implícita está na auto-reforma da classe dominante, a qual deixaria de imitar; conforme vimos não é disso que se trata, mas do acesso dos trabalhadores aos termos da atualidade, para que os possam retomar segundo o seu interesse, o que – neste campo – vale como definição de democracia. Quem diz cópia pensa nalgum original, que tem a precedência, está noutra parte, e do qual a primeira é o reflexo inferior. Esta diminuição genérica frequentemente responde à consciência que têm de si as elites latino-americanas, e dá consistência mítica, no plano da cultura, sob forma de especializações regionais do espírito, às desigualdades econômico-tecnológico-políticas próprias ao quadro internacional (o autêntico e criativo está para a imitação como os países adiantados para os atrasados). Nem por isso adianta passar ao pólo oposto: as objeções filosóficas ao conceito de originalidade levam a considerar inexistente um problema efetivo, que seria absurdo desconhecer.”(id.,p.47)

Aqui se percebe também a ênfase na complexidade da relação cultura e nação, ainda sob o influxo de modas teóricas metropolitanas, cuja aplicação sem maiores mediações e sem uma tradição de continuidade e acúmulo imanente à vida cultural do país, mesmo em sua evolução acidentada, ganha ares de artificialismo. Sobre alguns pontos que me parecem principais para ressaltar acerca das falsas soluções que um certo culturalismo propõe ao problema real do papel da cultura na reflexão da especificidade brasileira, bem como na pesquisa de sua identidade incompleta, ou indeterminada, ou ainda inexoravelmente ligada ao andamento da história

mundial, tratarei mais amiúde no capítulo seguinte, ao comentar a repercussão da obra de Schwarz e sua situação metodológica no *binômio* centro-periferia.

Por ora, é salutar o entendimento de que, para análise conseqüente do destino brasileiro, em suas possibilidades transpassadas pelo impasse, é justamente a falha, a fratura, que reclama ser levada em conta. A visão negativa, afora qualquer ilusão que desloque a responsabilidade histórica para uma saudade de um triunfalismo cultural, seja localista, seja cosmopolista, é condição para enfrentar o desafio de pensar o país, no qual não há mistura pura, nem muito menos homogeneidades. É de assinalar, precisamente nessa solda de elementos díspares, ou disparatados, no fio complexo de um cotidiano regido pela manifestação do deslocamento entre modos contraditórios, em todas as esferas da vida, que se dá a ver, à crítica da cultura, a pergunta radical pela existência do Brasil, que parece não se conter em si. Nem muito menos reger-se por belezas inteiriças ou maravilhas exóticas, mesmo aprumadas pela condução de um progresso modernizador que reproduz, internamente, as violentas relações assimétricas de fundo colonial ou imperialista. A integração não se encaixa, e o problema caminha, menos do que para a promessa de harmonia no futuro, de transposição ou alcance do modelo, no rumo de um esforço de diagnóstico concreto da mescla muito particular em que nos vemos enrodilhados. Impõe-se o inventário de causas e sucedâneos atuais, passo necessário, embora, sem dúvida, não suficiente, para a utopia da *saída*, que não larga as mãos da recalcitrante paralisia pautada por uma perversidade estrutural. Assim, a visão dialética encara a *impureza* e a incongruência como constitutivas do objeto nacional, do qual a cultura, ou as culturas, não se exerce(m) como setor autonomizado, a não ser como casca.

Para se aproximar do que se trata, como particular, de expressão cultural da anomalia sócio-histórica generalizada no mito da nação completada, aquela visão busca atualizar contradições universais: mostrar sua face de mistura compósita, com sinal que talvez justifique a singularidade da condição cultural remanescente cuja originalidade possa advir de um saldo original de perplexidade, baseada no contraditório movimento simultâneo de progresso e retrocesso.

“Visto do ângulo da cópia, o anacronismo formado pela justaposição de formas da civilização moderna e realidades originadas na Colônia é um modo de não ser, ou ainda, a realização vexatoriamente imperfeita de um modelo que está alhures. Já o crítico dialético busca no mesmo anacronismo uma figura da atualidade e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico.”(id.,48)

A essa associação de promessa e catástrofe, tingidas pela constatação do mal-estar causado pela herança de manifestações horrendas, soma-se a aceleração histórica da chamada pós-modernidade (fase contemporânea, sob hegemonia pragmática do neo-liberalismo, da expansão do capital no sistema-mundo). No quadro de mercantilização da cultura e culturalização quase absoluta da economia, provocados pela atualização de interesses metropolitanos do neo-imperialismo, agrava-se o sentido de se perguntar por quaisquer laivos de originalidade estética, numa cultura nacional que antes de se universalizar para a nação, se torna, em reincidências recorrentes de descontinuidades anacrônicas e deslocadas, invadida pela surpreendente condição de produto que simula a um si mesmo que não se completou – ou o fez como fraude, salvo resíduo de resistência que configura lugar por excelência do paradoxo e da aporia.

“O divórcio entre economia e nação é uma tendência cujo alcance ainda mal começamos a imaginar. A pergunta não é retórica: o que é, o que significa uma cultura nacional que já não articule nenhum projeto coletivo de vida material, e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros? Essa estetização consumista das aspirações à comunidade nacional não deixa de ser um índice da nova situação também da ... estética.”
(“Fim de século”, p.162)

Na forma contemporânea do Brasil reificado, a que resta definição e prognóstico em profundidade, a cultura e seu lapso permanecem imbrincados com a realidade em nó indissolúvel. Para a crítica da cultura, em sua função de mediação negativa, cabe aliar ao diagnóstico cognitivo, a proposição considerada como dimensão política da construção da nação, nos termos do acesso dos trabalhadores à atualidade, que, no mundo da estetização consumista, leva necessariamente à indagação do andamento e perspectiva da história mundial e dos termos próprios que o país desenvolverá.

CAPÍTULO 3

DIÁLOGOS E REPERCUSSÃO

Neste capítulo examinarei aspectos da posição própria, na elocução de Schwarz, e da repercussão decorrente de sua obra, em relação ao comentário de outros críticos. Cabe dizer que é vastíssimo o acervo. Dessa forma, a seleção será necessariamente por amostragem, e o critério, longe de pretender qualquer aproximação sistematizadora global, rege-se por procurar ressaltar pontos férteis no tocante ao debate e às questões despertadas. Inicialmente, abordarei três críticos de peso no cenário intelectual da crítica literária nacional. Seguirei anotando algumas considerações pertinentes, derivadas de elementos propostos por dois psicanalistas em afinidade ou bastante proximidade com as idéias de Schwarz. Depois, observações de um crítico internacional, de trânsito *metropolitano*, âmbito no qual derivarão outras considerações e referências acerca da inserção no cerne da problemática contida entre a diferença de plataforma de partida e ponto de *chegada* de uma cognição crítica centrada na abordagem da especificidade periférica. Também abordarei os desdobramentos e resultados de método que, ao cabo, proporcionam uma visão de conjunto, de totalidade, embora não esquemática, mas palpável em pressupostos históricos; os quais, certas vertentes teóricas que tomam os chamados estudos *pós-colonialistas* como índice, subsumem num relativismo culturalista não isento de injunções políticas, mais ou menos conscientes.

A intenção é elencar alguns fios condutores que, embasados na posição dialética de Schwarz, indicam questões e problemas que vinculam forma e matéria social brasileiras ao andamento do mundo, sem prejuízo de nossa especificidade como plataforma assinalável, a qual também estará em foco no meio dessa teia de contrastes. Ainda que as injunções daí derivadas, em sua maioria, não se posicionem contra o crítico, mas levantam concordâncias aproximativas, parciais ou complementares, que de modo algum invalidam a interrogação acerca de seu mérito, muito menos a posição da obra como fundamental e rigorosa.

Como ingrediente que ilumine as posições teóricas em jogo, intercalarei neste capítulo de “diálogos”, tópicos de questões retirados preponderantemente de entrevistas concedidas por Schwarz, sempre que servirem como contraponto elucidador e enriquecedor dos aspectos diferenciais em jogo, mesmo polêmicos e até antagônicos. Procedimento, aliás, já realizado anteriormente, de modo pontual, no corpo deste trabalho, mas que neste capítulo será acentuado de modo complementar.

3.1) Alguns colegas brasileiros – comentários sobre questões estético-literárias obra do crítico, e sobre o *sujeito ornamentado*

Neste item procuro demarcar alguns comentadores da obra de Schwarz que me pareceram desafiadores. Muitos outros poderiam entrar na lista, entre os quais nomes de peso no cenário crítico nacional, como Alfredo Bosi (a dialética da colonização e um certo voluntarismo católico; Machado de Assis: intertextual, existencial ou sociológico?), Silviano Santiago, Augusto e Haroldo de Campos (formalismo *versus* sociologismo?)¹¹. Para o primeiro e os terceiros, além de farta abordagem na bibliografia em geral, há, no entanto referência direta em polêmicas ao longo da obra do próprio Schwarz. Também é o caso do segundo, mas que neste trabalho aparece implicitamente, particularmente nas remissões quanto ao papel assumido pela desconstrução filosófica, e seus sucedâneos pós-estruturalistas, em nosso ambiente intelectual.

Ao abordar os nomes, e ensaios correspondentes escolhidos, adotei, entre uma busca algo aleatória mas seletiva, o critério do menor volume de referências expressas, dentro do horizonte que é de meu conhecimento.

No ensaio de Bento Prado, temos uma crítica que vai ao cerne da teoria da literatura, pontuando a inefável natureza literária frente à onipotência racionalista que Schwarz operaria em seu primeiro livro, reduzindo a prosa à prosa do mundo. Em Sérgio Rouanet, a volubilidade entendida como princípio formal não seria uma peculiaridade brasileira captada por Machado,

¹¹ Ver, em Schwarz, por exemplo, respectivamente: Discutindo com Alfredo Bosi. In: *Seqüências Brasileiras*, 1999, p. 61-85; Nacional por Subtração. In: *Que horas são?*, 1987, p.29-48, e *Entrevista: Roberto Schwarz. Um crítico na periferia do capitalismo*. Revista Pesquisa Fapesp, edição 98, abr./2004; Marco histórico. In: *Que horas são?*, p. 57-66, e a mesma entrevista retomada. Em Bosi, mais recentemente: Brás Cubas em três versões. In: *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*, 2006, p. 7-52. Obra da qual acentuo, para constar como interessante contraponto crítico, o traço da posição do autor acerca da “sobrestimação” por Schwarz da “chamada norma burguesa” na construção da conhecida tese das “idéias fora de lugar”, provocadora de uma série de desdobramentos e polêmicas mais ou menos veementes.

mas sim uma condição universal da modernidade formalizada em várias, senão em todas, as literaturas *elaboradas*. O acerto da tese materialista de Schwarz, a que Rouanet chama *sociológica*, não seria devido, em preponderância, a uma característica nacional. Não caberia a hipótese de uma reificação à brasileira, mas sim, somente, a reificação do mundo moderno. Assim como Machado, Schwarz teria estatuto de mestre universal, o que pressupõe o paradigma de uma modernidade bastante normativa e centrípeta à homogeneidade, algo que dá o que pensar, para um lado e para outro, quando se enfoca a peculiaridade material da cultura e da realidade do país. João Luiz Lafetá questiona Schwarz não pelo alcance dos conceitos, mas por uma contradição no próprio método. Se não me engano, aponta que a análise do crítico sobre José de Alencar, apesar de correta quanto à discrepância do enredo e da composição, teria sido injusta ao ignorar a questão do gênero romanesco, o qual, nas circunstâncias do escritor, demandaria menos implacabilidade e mais justificativa para a presença na prosa de elementos metafóricos hoje vistos como *artificiais*. Em resenha a livro de outro psicanalista, Freire Costa põe em questão, sob outro viés, o tema das idéias fora de lugar. O ornamental presente na caprichosa variância volúvel não deixa de ser internalizado, objetivamente, na *pessoa* social do indivíduo brasileiro. Deste modo, mesmo reconhecido o matiz disparatado do comportamento, qual seria o sentido e o alcance da crítica em tese da anomalia feita substrato subjetivo constitutivo?

Como se vê, o fio condutor dos quatro colegas passa pela aceitação crítica, vistas em relevo, mais ou menos parcial, discordâncias ou observações que estabelecem a dimensão profícua da obra de Schwarz na pauta geradora de diálogos e debates. O grau e a qualidade da repercussão atestam a solidez e a profundidade da argumentação materialista schwarziana, englobando questões estéticas, por sobre e ao lado de linhagens teóricas de fundo.

Vamos às matérias de fato.

3.1.1) Bento Prado Jr. – a literatura e a autonomia inefável

Em “A sereia desmistificada” (Bento Prado Jr., 2000, p. 201-217; obs.: 1ª ed.: 1968), ao comentar o primeiro livro de ensaios de Schwarz, *A sereia e o desconfiado* (1965), o autor acentua o paradoxo de uma crítica profícua, mas invalidante da autonomia da literatura. Pontua que naquela crítica haveria uma certa perda do arabesco literário para a sociologia materialista. Uma predominância do realismo como categoria central, que levaria a um certo reducionismo.

Em linhas breves, salvo engano, a desmistificação da Sereia levada a termo por Bento Prado Jr., pode ser tomada como um jogo de dupla acepção. Por um lado, Schwarz teria uma conduta excessiva, ao tornar demasiado materialista a análise crítica, e terminar por um trabalho invalidante de uma dimensão que passa pelo misterioso e insondável, ao fim, próprio à literatura e não passível de redução ao conceito, um tanto *maligno*, racionalista. Uma das chaves da *desmistificação* é suscitada pela pergunta sobre a prática então estreante do jovem crítico: tratar-se-ia de comentário, explicação ou interpretação? Ao lembrar da “onipotência” da crítica de Pierre Macheray, como analogia possível para o gesto de Schwarz, o comentarista lança um tom irônico ao referenciar a semelhança com um platonismo menos conseqüente e efetivo, por trocar a autoridade de *filósofo da pólis* propositor da ancestral e tão comentada *expulsão dos poetas da cidade*, pela condição de ... crítico literário. Vejamos o exemplo: “Se Dostoievsky fosse capaz de abandonar a prisão do finito (cujas contradições explora) e reconstituísse a gênese dessas contradições, ele tomaria posse plena do sentido de sua obra e se tomaria seu próprio crítico, metamorfoseando-se em Roberto Schwarz.”(Prado Jr., 2000, p. 214).

Dessa forma, alude à qualidade do crítico para quem a gramática geral, como a linguística para Barthes, seria a economia, tomada em sua causalidade externa, como infra-estrutura universal tanto para o ser como para a sua expressão. Uma intervenção como espécie de verbo divino laico ou dialética da razão infinita, lembrando indicações de um saber global do espírito, de inspiração também hegeliana.

Para a questão da pergunta sobre a tradição epistemológica trilhada por Schwarz, o comentador caracteriza seu desenvolver crítico como mediação, trânsito, movimento contínuo que passa pelo comentário, explicação e interpretação, sem deter-se em nenhum. Um *logos* historicizador que opera uma “passagem interna da certeza à verdade, da subjetividade à objetividade”. Reconhecida uma verdade própria da obra literária – constituída pela sua

“coerência” ou por sua “profundidade”, em última instância a autonomia dessa verdade *setorial* se dissolveria sobre o horizonte da *prosa do mundo*. A análise científica da realidade, alegada como mote último schwarziano, providenciaria a interrupção da cotidianidade circulante de modo singular na obra literária dissolvendo o seu *plus*, de outro modo indizível, no objetivo último da iluminação dos significados na vida social.

O pressuposto dessa dialética regressiva, “tão semelhante à de Sartre”, carrearía, da descritividade formalizada dos conflitos intersubjetivos e do que seriam, ao cabo, mitos psicológicos privados, o saber embasado nas estruturas da *produção*.

A razão crítica traçaria a tradução da voz solitária do escritor, da obra literária como fenômeno relativamente autônomo, em aparência, à conexão coincidente com a práxis coletiva, e sua série de desdobramentos que, por mais elaborados em linguagem estetizada, não poderiam fugir à causalidade material, por sua vez detectável pela posse plena do crítico dos instrumentos da ciência do real e da historicização levada à radicalidade. Esse movimento derivaria então da tarefa crítica, em princípio, como psicanálise existencial, que, contudo, “não vê, nos símbolos que decifra, a manifestação de uma liberdade originária, nem “qualidades do Ser”, mas as cifras que indicam uma forma local e histórica de convivência humana”(p.210), e cambiaria, assim, para o terreno de uma psicologia social.

A meu ver, o sentido do comentário de Bento Jr., numa formulação sofisticada, é verdade, põe em discussão a análise científica, no modo como ele realiza, atentamente, o cotejo com a especificidade *desconfiada*, vista no primeiro livro de Schwarz como um tipo de deus aniquilador. Entendo que não se possa deixar de reconhecer aspectos procedentes de uma contra-crítica a certas versões de crítica literária ou cultural assumidamente pautadas pelo marxismo, em chaves mais ou menos reducionistas ou vulgares, de maior ou menor ortodoxia ou mecanicismos. No entanto, o quociente de felicidade na mediação crítica, em ambas as vertentes (por exemplo, o materialismo de Schwarz e o *humanismo refinado* de Prado Jr.), por sua vez, não está isento de componentes ideológico-políticos dos quais as causas, efeitos e polêmicas apenas assinalamos, ressaltando que, peneirados os sectarismos, não podem padecer de inocência na teoria do conhecimento.

A perspectiva levantada por Bento Prado coloca uma questão de fundo sobre o lugar da razão no tratamento da chamada inefabilidade da literatura. A análise, como gênero misto entre comentário, interpretação e explicação da mensagem luminosa da obra literária, mesmo fugaz, a descredencia, ou a faz encorpar-se? Trata-se de teleologia dogmática, ou avanço em pesquisa

imane? Neste último caso, a crítica, longe de destruir ou denunciar a literatura, estaria a emprestar-lhe conseqüência, a proporcionar e instigar o leitor no complexo movimento que passa por entre a estética da história e a história da estética.

No entanto, esse caminho certamente não reúne unanimidades, como atesta claramente o filósofo comentarista, em argumento de autoridade, digno de nota pelo fio de contradição passível (e desejável?) de exploração, constituída por uma voz que se posiciona enfaticamente contrária ao que chama *prescrições*, impeditivas da liberdade intrínseca (de matriz essencialista ou egressa de teses do romantismo ilustrado?) enquanto estatui a defesa algo irrestrita da autonomia ou independência da literatura. Vejamos esta ênfase abalizada no libelo combatente do *autoritarismo* cerceador que, a seu ver, padeceria da limitação no âmbito da denúncia social e do didatismo esquemático:

“Daí esta crítica aparecer como *denúncia*: ela não se conforma com a figura atual da literatura e com a consciência que ela tem de si mesma. Ela descreve – assim como Lukács — a sua história mais recente como a história de um *esquecimento*, de um desvio progressivo a partir da boa fórmula encontrada, no século XIX, por Balzac. Estranho Saber, esse que não se contenta com seu objeto e que lhe contrapõe a imagem do que ele deveria ser! O paradoxo dessa crítica é que, voltada sobretudo para a literatura moderna, só se reconcilia (para além do realismo) com a obra de Brecht e com alguns manuais de natureza didática. O que ela ignora é o projeto próprio da literatura – a idéia de uma verdade que apenas ela sabe dizer e que é a contestação de todas as demais formas de discurso.” (Prado Jr., 2000, p. 216-7)

É altamente interessante esse trecho, pelos vários aspectos teóricos que suscita. Para começar, cabe perguntar pelo sentido de uma crítica que critica, veementemente, uma crítica que se afirmaria sobre um objeto inacessível, posto que alheio ou intransitivo aos dizeres que não o seu “projeto próprio”. A considerar esta incongruência lógica, o discurso de Prado seria pura perda de tempo, inseqüência também racionalista ao fazer a *defesa* da literatura, que fala por si; ou então, a crítica de Schwarz não contém, de fato, tanta estranheza.

Para além de eventuais excessos ou desvios de dosagem em prescrições ou normativismos rígidos já mencionados acima como interseção ou manifestação expressa do materialismo mecanicista (o que não quer dizer que esta qualidade seja propriedade exclusiva do *discurso* materialista), lembro aqui as palavras de Adorno, em sua “Palestra sobre lírica e sociedade” (2003, p.76-7):

“Não apenas o sujeito incorpora de modo decisivo o todo, quanto mais adequadamente se manifesta, mas antes a própria subjetividade poética deve sua existência ao privilégio: somente a pouquíssimos homens, devido às pressões da sobrevivência, foi dado apreender o universal no mergulho em si mesmos, ou foi permitido que se desenvolvessem como sujeitos autônomos, capazes de se expressar livremente. (...) Uma corrente subterrânea coletiva é o fundamento de toda lírica individual. Se esta visa efetivamente o todo e não meramente uma parte do privilégio, refinamento e delicadeza daquele que pode se dar ao luxo de ser delicado, então a substancialidade da lírica individual deriva essencialmente de sua participação nessa corrente subterrânea coletiva, pois somente ela faz da linguagem o meio em que o sujeito se torna mais do que apenas sujeito.”

Então, a estar coerente Adorno, o próprio acesso a essa natureza recôndita não é desprovido de contingência social e histórica.

Embora o livro em pauta de Schwarz não trate destacadamente de lírica, e seja permeado por alguma ênfase lukacsiana, já assinalada em citação de Bento Prado acima, acredito que o argumento da inefalibilidade, analogicamente à constatação da ligação da lírica com a “corrente subterrânea”, se aplique bem ao âmago da questão colocada quanto à autonomia plena da literatura.

Em *Duas meninas* (1997), Schwarz traça o paralelo – ao qual já nos referimos de passagem no item 1.2 – contido entre a *poesia* que flui simples, singela e clara, do diário de Helena Morley (*Minha vida de menina*), com desfecho em pauta popular, comparada com a elaborada construção literária da Capitu de *Dom Casmurro*, no qual o narrador proprietário tenta se passar por vítima, quando na verdade é algoz caracteristicamente assentado na assimetria de classe, travestida por um sentimentalismo maroto e de dúbia fachada.

Ao fundo, ressalte-se que a ousada aproximação das duas obras (e personagens) pelo crítico, com variações de tom, complexidade de composição e estilo, tem por base a relação das narrativas com a forma objetiva da sociedade brasileira na transição para o século XX. Com diferenças de contingências conjunturais histórico-econômicas, que têm incidência básica na elocução das narrativas, a mesma estrutura social proporciona material para construções formais diversas, mas que têm um fio em comum. A ressaltar, aqui, contudo, vale referir que a forma simples resulta mais poética, ao fixar o interregno de “harmonia precária”, mas alegre, da vida da menina de ascendência inglesa no interior de Minas Gerais, a um tempo em que o afrouxamento dos laços de exploração econômica propiciou uma janela de convivência cotidiana interclassista e de certo modo, horizontal. Enquanto que a obra tecnicamente elaborada à perfeição por Machado, inclusive, como já demos notícia, num plano intertextual em nível da mais alta tradição literária *universal*, não logra tal *pureza* prática, antes, desemboca no conhecido travo amargo do ressentimento misturado ao apego iníquo do proprietário brasileiro a seu privilégio de classe,

capricho e arbítrio no trato com os dependentes. Uma hierarquia com sinal inverso, vertical, como a *regra* de Brás Cubas.

Sobre a referida aproximação, vale a observação de Maria Elisa Cevasco:

“Ao encontrar forma no relato desprezioso da menina que não se diz artista, constata-se que a lógica da forma, e sua virtualidade estética, só podem vir da realidade prática, e é na interligação entre forma estética e forma social, dois aspectos da mesma estrutura, que reside o trabalho da crítica. A capacidade de captar essa estrutura prática, que dá feição à densidade da identidade social, configura a beleza dessa vida de menina, que encanta gerações de leitores. Com essa constatação se comprova que a “beleza é deste mundo”, que não está necessariamente, como quer uma certa crítica literária, no inefável e no sublime, no âmbito da alta elaboração da tradição literária.”(2003, p. 185).

É interessante notar que, afora as peculiaridades, entre grotescas e caricatas, apontadas por Schwarz na prosa de Machado – de quem não se pode dizer faltar sofisticação literária –, mesmo a alta elaboração que alcança um grau superlativo de *poesia*, ou beleza *sublime*, não pode deixar de pagar o preço da cumplicidade. Preço mais ou menos incômodo (grau que se define na medida do compromisso em visar o todo ou permanecer na parte), relativo ao benefício da posição diferencial quanto à “corrente subterrânea”, ou lógica prática da vida social, que exclui como “reserva de classe”(id., p.186) o acesso à produção e à fruição literária.

Mas o comentador de nosso crítico não se mostra assim tão fechado em seu ensaio, refinado que é nas artes da subjetividade privilegiada. Refuta, mas reconhece expressamente o valor da crítica *realista*, para logo em seguida recair na positiva afirmação de uma consciência que nega o mundo porque pode trocá-lo pela verdade fugidia, opção que não se esgota na disciplina estética, e demanda conexões no plano da ética e da política.

“Criticar o livro de Roberto é fazer a partilha entre o que lhe devemos e o que ele deixa de nos oferecer, o que ganhamos e o que perdemos na leitura de seu livro. O que se ganha é evidente: o escritor de densa prosa, a fina análise e, em cada linha, a idéia nova. O que se perde é a consciência da natureza própria da literatura, o paradoxo de sua essência, palavra silenciosa e verdade que não é do mundo: -- somente um arabesco no ar e (efêmera) estrela que arde apenas um instante, mas que pesa, no entanto, e que ilumina.” (Bento Prado, id., p. 217)

Tive oportunidade, em evento ocorrido na USP (agosto de 2004), em homenagem à obra de Roberto Schwarz, de ouvir a palestra de Bento Prado Jr., na qual abordou, entre outros aspectos, que se tivesse de reescrever “A Sereia Desmistificada”, faria hoje uma *revisão* mais “compreensiva”. Mesmo na impossibilidade de acesso à transcrição, entendo que vale, tanto quanto a pergunta pela intenção precisa do homenageador, a indagação sobre se,

independentemente de uma ironia elaborada e ambígua, a assertiva teria como foco um sentido de hermenêutica acolhedora e tolerante (fenomenológica e de alto humanismo?), sofisticada e trans-historicista, ou uma revisão teórica, conceitual e metodológica, quanto à *perda do literário* pela crítica materialista; ou mesmo, ainda, um espaço disponível para uma combinação de ambos.

Uma outra observação plausível para a revisão, diria respeito ao dinamismo do estilo; o primeiro Roberto primaria pela linguagem cerrada, elíptica, demasiado retorcida e propositalmente desafiadora ao leitor como mensageira do enigma e do fato de que a operação da destruição da identidade da ilusão exigiria uma frase conscientemente posta em “curto-circuito”. A desconfiança em relação à sedução da *serela*, sofreria assim uma tensão inversora, terminando o acirrado torneio de estilo desafiador a se constituir como sedutor ele próprio, para fins de, ao cabo, obter a Verdade como resultado. Numa analogia ao método (e estilo) de Macheray, o comentador reforça a pretensão desse processo acusador da obra literária e dessa modalidade de busca suprema da verdade pela razão: “O que a obra não diz é signo de sua impotência, da cegueira e da finitude de sua sabedoria, e aponta para onipotência da razão crítica, *capaz de dizer tudo*” (id., p. 216, grifo do autor).

De qualquer maneira, é profícua a margem de desenvolvimento contida potencialmente entre a evolução da sua crítica aberta daquele primeiro Schwarz de “maligno ar imaturo”, acrescida da consideração sobre o extenso desenvolvimento de sua obra posterior, creio, com destaque para a alta literatura brasileira, em particular, os estudos sobre Machado. Consideração esta, vista, obrigatoriamente, como problema, cuja autonomia reivindicada, em tese, da singularidade literária, por melhor exercida, não retiraria o peso e a gravidade de sua dimensão inegável de capacidade de prospecção da realidade, em termos de novidades atualizáveis, justamente pela análise racional e dialética da força própria da forma capaz de uma linguagem cifrada, como ponto de partida.

Ademais, o alcance da sofisticação, delicadeza e agudeza de espírito, na recepção da obra literária, como já dito, não me parecem entrar em choque com o seu poder prospectivo, não inerente apenas ao realismo como estilo de época. Área em que a crítica de Schwarz, numa longa apropriação de tradição marxista, dialética, e de estudos brasileiros, empresta força ao pensamento e, também, à fruição qualificada, num modo lingüístico também próprio. Modo que, por sua vez, autônomo, mas não alheio, à especificidade enlaçada entre sofrimento material e *sonho* literário, sem apagar seu brilho, traz a estrela, e o seu fugaz fulgor, para bem perto do chão.

Acredito que, na evolução e na amplitude das obras posteriores de Schwarz, o grau de linguagem cerrada permaneceu, e se, anteriormente, cometera excessos no retorcimento da frase dialética visando a denúncia como pressuposto metodológico e numa postura centrada na teleologia da verdade última da prosa do mundo, o acumulado de análises críticas sobre, por exemplo, a ironia, a catástrofe e a discutível promessa de problemas concretos brasileiros contidos no discernimento rigoroso entre forma e processo social (elementos, alguns dos quais, busquei comentar mais especificamente no Capítulo 1) tornaram a desconfiança menos suspeita.

Não é descabido, mesmo incipientemente, inferir que na compreensão revisada do Filósofo, a desconfiança como método e estilo pela força e consistência dos resultados obtidos pelo crítico, como também o elemento literário como matéria de estudo para chegar a verdades, ou contradições, concretas, não tenha sido de menor importância na cessão de espaço ao recuo do preconceito quanto ao autoritarismo da razão. Razão exercida no percurso de Schwarz, em sua forma e substância, e em sua capacidade de se aproximar da verdade como resultado possível, ainda que processual, sem primar pelo objetivo maldoso de aniquilamento da simpática aparência e aparição efêmera da inefabilidade. Intangibilidade, diga-se de passagem, passível de bastante problematidade, a tomar o argumento de Adorno, integrado à observação de Cevasco, sobre o privilégio da beleza e a corrente subterrânea que entre nós sustentaria, por ilustração, a *virtú* de um Brás Cubas.

3.1.2) Sérgio Paulo Rouanet – a volubilidade como universal cosmopolita?

Em seu ensaio longo, “Contribuição para a dialética da volubilidade”(1991), Rouanet enfatiza, entre vários aspectos, a centralidade do debate teórico sobre a prevalência da tese sociológica sobre a tese propriamente estética. Numa abordagem em que não aponta explicitamente discordâncias antagônicas com a análise de Schwarz sobre *Brás Cubas*, aliás, é enfatizada a concordância, é reconhecido expressa e reiteradamente o nível, a importância geral e a originalidade, este comentador destaca algumas observações, que, em sua opinião, constituiriam contribuições complementares à trajetória da análise *sociológica*.

Especialmente, elenco três fatores: o da psicologia como universal, incluída a do autor empírico. A matriz estética, marcadamente em relação à relativização das razões de qualificar como particular brasileiro o uso do *deslocamento* por Machado. A postura do narrador deslocando-se desabusado frente ao leitor teria vigência, em grau similar, senão idêntico, e anterior, nos autores europeus, como Sterne, De Maistre, Garret. Por último, a propriedade da definição do escritor como mestre da periferia constituiria, na voz do comentador, algo impreciso, uma vez que se trataria de tão somente um *mestre*, qualificativo cuja acepção integral seria bastante em si.

A diferenciação entre mestre e mestre na periferia do capitalismo não é uma indicação isenta de profundas implicações teóricas e do debate intelectual sobre o país-nação. Constitui o Brasil, um universal cultural como vantagem específica para pensar-se, e, ao mundo, a partir da periferia?

Avançemos sobre o grau de acerto da *tese sociológica*, como evidenciadora da identidade da realidade e consciência locais, internalizada como especialidade de Machado de Assis:

“Com todos os seus malabarismos, *Memórias póstumas* é pois um verdadeiro romance realista. A realidade que o livro recria é a de um país composto de dois países. Os dois Brasis são postos no interior dos personagens. Brás Cubas é por um lado um cavalheiro esclarecido, mas por outro um charlatão e o discípulo de um doido. Cotrim é um comerciante respeitável e um flagelador de escravos. Lobo Neves é um político arguto e tem medo do número 13. Virgília é uma senhora mundana e tem medo de trovoadas. O país arcaico e o moderno coexistem em todos os personagens, que no conjunto compõem seja uma galeria de pessoas relativamente normais, se o ponto de vista for o da realidade local, seja de excêntricos, dementes e bandidos, se for o europeu.

Com isso, o Machado que seus críticos acusam de ter negligenciado o pitoresco e a cor local mostra ter sido muito sensível a uma forma *sui generis* de cor local: a que se manifesta, não no caboclo ou no índio, mas na psicologia dos personagens ditos civilizados. Que há de mais exótico que Cotrim, Lobo Neves, Brás Cubas? Na perspectiva do europeu, existe algo de mais pitoresco que um traficante de escravos que se dedica a atividades de beneficência? O mandonismo e o castigo de escravos, que não aparecem em primeiro plano no livro, se tornam internos na vida psicológica dos personagens. A cor local se interioriza, e Machado passa a especializar-se no pitoresco das nossas questões de consciência.”(Rouanet, 1991, p.181)

Ao assinalar a perspectiva européia, Rouanet aponta para um erro na recepção mais conhecida da tese de Schwarz. A tese das “idéias fora de lugar” seria a decorência básica da tese sociológica ter ampla repercussão, em parte considerável, pelos motivos errados. Não raro, teria sido tomada pelo antigo *topos* dualista que denuncia a inadequação das idéias importadas, quando o problema grave era justamente a desconjuntada e singularmente perversa realidade brasileira, fora da recomendável norma européia. O que dá margem a um rol de variantes distorcidas de nacionalismos culturais (mas com correspondentes efetivos na história política do país), que relativizam, por sua vez, a questão do deslocamento narrativo.

Segue o autor:

“Imagino o sofrimento de Schwarz quando a expressão é usada com esse sentido, pois a verdade é que ele quis dizer exatamente o contrário. A expressão não significa nenhuma denúncia da cópia cultural; o que ela denuncia é uma constelação interna, uma forma de inserção do Brasil no sistema internacional, que faz aparecer como exótica e inautêntica a cultura importada. Quando as relações sociais internas se baseiam na escravidão e no clientelismo (ou seus sucedâneos contemporâneos), é evidente que as idéias européias, que supõem o igualitarismo e a universalidade dos direitos, assumem aspecto impróprio. Mas a impropriedade deriva das características de um sistema de dominação interno, e não da atitude mimética e “inautêntica” das elites – mestiças ou alienadas, conforme os modismos intelectuais vigentes. O que Schwarz mostra é que a tese da imitação, parecendo crítica, é na verdade uma ideologia, que confunde causas e efeitos e escamoteia as relações de poder das quais emana. A miséria brasileira não está no transplante cultural, está na denúncia “ideológica” do transplante cultural, está na ideologia da autenticidade cultural. Essa ideologia torna invisíveis as iniquidades locais e funciona segundo o mecanismo de defesa que Freud chama de *Verschiebung*, pelo qual a atenção é desviada de um tema central, conflitivo (as relações de poder) para um tema periférico, inócuo (a compulsão imitativa de nossas elites).” (id., p. 182)

Prosseguindo em sua argumentação, Rouanet elenca que, ao lado de um desajuste espacial, nacional-estrangeiro, dá-se também um desajuste num eixo temporal, entre tradição e modernidade, “e nada impede que o fenômeno ocorra dentro da mesma sociedade”(id.,p.184).

Adiante, sem deixar de dar o devido crédito ao mérito da tese sociológica desenvolvida com brilhantismo, por ele reconhecido expressamente, na tese de Schwarz, Rouanet estende o risco presente naquele dualismo. Operação nacionalista em sentido formativo ou orgânico, como já vimos, mas ideologicamente interessada em encobrir as relações internas assimétricas de poder.

Mas o dualismo mediatizado pela teoria do imperialismo e da dependência, que, somado à herança na esteira teórica lukacsiana da missão revolucionária unicamente passível de ser levada a cabo pela classe operária, por não ter nada a perder, e ser assim a única capaz de romper com o jugo da reificação e da falsa consciência, tornaria o país periférico como agente privilegiado do desarme da dominação pelos centrais. Assim o desajuste patente das idéias liberais no Brasil poderia levar à busca de novos caminhos. Teríamos uma plataforma privilegiada de cognição, pela condição mesma de periféricos. Acontece que, segundo o autor, a inquietação sobre esse descompasso não passava, no plano das elites culturalizadas, pela crítica das idéias européias, como por exemplo Marx empreendera sob o viés da crítica do capitalismo, mas pelo oportunismo de demolir sua viabilidade interna no país. Assim, se beneficiavam em duplo grau: pela manutenção de uma estrutura social iníqua, e pela desobrigação de transpor politicamente os marcos civilizatórios, o que envolvia ainda menos o balizamento de sua crítica viva.

A nuance crítica a ser enfatizada seria então o universalismo do deslocamento. Mesmo de dentro da cultura política européia, o narrador à altura de um grau de sofisticação como Machado,

também não estaria desobrigado dessa navegação ambígua entre pertencimento à elite e construção narrativa da ironia relacionada à iniquidade de classe no funcionamento prático, e suas mazelas definidas, no pólo oposto, pela face da subalternidade, da pobreza e da miséria. Condição que, ao lhe proporcionar acessibilidade de recepção ao leitor (também ele premido pela ambivalência, desta vez não apenas formalizada ou estilizada, mas real), induziria ao tratamento deslocado do *chamamento provocativo* caracterizado por um tom de sarcasmo mais ou menos desabrido como modo de operar universal à tensão literária, no fundo de um didatismo tão sofisticado e complexo, como impiedoso.

A peculiaridade do desfecho da modernização brasileira em processo, que traz o mecanismo do deslocamento como anunciante substancialmente informado da disparidade, não seria fenômeno técnico de uma originalidade apenas brasileira, mas universal. Na Europa, primou o pólo moderno, predominante. No Brasil, a acomodação do pólo arcaico com o moderno, numa relação perversa de coexistência e complementaridade. Resta ver o quanto isto, se confirmado, reverte em conseqüências que permitam ganho peculiar na interpretação do país e na personalidade ou identidade brasileira..

Num outro traço apontado por Rouanet, é apontada, na tese sociológica schwarziana, a forma social como matéria da mimese machadiana, não como confirmação, mas como crítica maliciosa e certa. Em certo ponto, auto-incriminadora. Embora fique atestado a sua condição de não justificadora do estado de coisas, pelo contrário, sendo certa em evidenciá-lo.

O perigo, ou o risco estaria em fazer do discernimento sociológico critério de valor. Novamente, em chave diferenciada, poder-se-ia invocar a herança de Lukács, na suposição de que a sua teorização, em sentido lato, do realismo como captação das grandes tendências históricas e tipos sociais, incorreria na precipitação de uma configuração totalizante que passa a servir como critério estético limitado.

Apesar do acerto do crítico comentado, e até mesmo de sua refinação consumada com destaque, aparece aqui uma nova relativização quanto à ênfase, ou exclusividade, do “método sociológico”. O que, por sua vez, serve como entrada para a sugestão de mais uma das contribuições à dialética da volubilidade, sem prejuízo de seu substrato social como fundamento sólido. Trata-se da apresentação da dimensão psicológica, com o possível e desejado intuito de alargar, no plano da reflexão, qualquer resquício de estreiteza no empreendimento crítico ao qual o comentador visa agregar novos aspectos, não obstante o respeito demonstrado pelo mérito direto.

“O método sociológico não explica tudo. O proposto por Schwarz é de longe o mais refinado, mais toda rede, quando única, tem sempre malhas muito largas, que deixam de fora aspectos essenciais do que ela pretende captar. O que fica de fora, quando aplicamos a Machado de Assis uma rede exclusivamente sociológica? Com risco de dizer o óbvio, eu responderia: a dimensão psicológica. Como Schwarz em momento algum pretendeu que somente uma chave sociológica seria legítima, os comentários que se seguem não devem de modo algum ser interpretados como críticas, e sim como reflexões à margem, só indiretamente relevantes para o livro de Schwarz.”(p.188)

Ao enfatizar a legitimidade de uma leitura psicológica das personagens, e, sobretudo, a abordagem da psicologia do autor, incluído o empírico, Rouanet reforça o caráter complementar da dimensão psicológica com a sociologia. Complemento que Schwarz teria deixado escapar, mesmo que não tivesse fugido ao ponto central alegado de seu método *sociológico*. Entendo que, ao citar a importância analítica da presença da dimensão comum do humano na obra literária, e, logicamente sua importância para a crítica ampliada, Rouanet está a demandar, sem intento de polêmica aberta, alguns sintomas de universalismo, que ele exemplifica ao se referenciar no conceito de trabalho, para Marx, e no de pulsão, para Freud.

Claro que o trabalho e a pulsão são universalidades determinantes no campo do laço social, assim como aspectos psíquicos no campo dos afetos e da dinâmica mental também possam ser generalizados. A questão que se coloca aqui é relativa ao quanto e ao como, bem como à ordem de prioridade, que a própria composição de Machado e o funcionamento de Brás Cubas valorizariam ou solicitariam, como matéria formada, o instrumental da disciplina psicológica em detrimento, ou em convivência, com a ironia do tipo social brasileiro, na medida em que haja o reconhecimento de personagens marcantes das Memórias como particulares de um dinamismo social muito próprio.

Sigamos o argumento de Rouanet:

“Ora, para Schwarz essas explicações se dão no “âmbito ilusório da biografia”, e é preciso retomar a questão no “terreno objetivo”, que bem entendido exclui o percurso de um indivíduo, em particular sua evolução psicológica ou doutrinária. Por que estamos num âmbito “ilusório” quando lidamos com a biografia e por que é “objetivo” um procedimento que exclui o indivíduo e sua psicologia? Não vejo por que a passagem da primeira para a segunda fase não possa ter sido sobredeterminada por uma variedade de fatores, entre os quais a doença e o encontro com a morte. Esses fatores individuais, inclusive, são os únicos que oferecem alguma explicação, por discutível que seja, para o “corte” de 1880; o enfoque sociológico se limita a dizer que a ruptura ocorreu e a afirmar que ela resultou de uma mudança de ponto de vista, segundo a qual o autor passou a identificar-se com os proprietários e não com os dependentes. A explicação psicológica não somente não está em contradição com a sociológica como fornece os elementos materiais que faltavam para que esta última se tornasse mais verossímil.

A legitimidade dessas chaves alternativas, de caráter psicológico e não sociológico, pode ser ilustrada precisamente com a categoria fundamental de Schwarz: o capricho. Ele pode ser visto como algo de inerente à natureza humana (primeira perspectiva) ou como um reflexo da personalidade de Machado (segunda perspectiva).”(p.189)

Ao rememorarmos o dito de Antonio Candido, citado no item 2.2, sobre a qualidade machadiana de percepção profunda do senso das contradições da alma humana, somada às variações limítrofes entre loucura e normalidade, na detecção aguda da devoração do homem pelo homem, acatamos com certeza a propriedade e a pertinência da referência à importância da perspectiva da natureza humana e da personalidade do escritor enquanto homem.

Dessa forma, o rodízio de máscaras e almas contraditórias destilado literariamente da observação machadiana, certamente é ponto apresentado ao leitor na tradição de chamá-lo ao vivo às dimensões da hipocrisia e das motivações mais ou menos inconscientes. Mas o que me parece como alvo da interpretação de Schwarz, apoiada detalhada e densamente na composição e no modo de movimentação do foco narrador, é a especificidade dessa ambigüidade demasiado humana em sua generalidade universal, como o modo de ser predominantemente característico das classes dominantes brasileiras.

Se por um lado é válida a asserção de Rouanet para o aspecto complementar e enriquecedor da psicologia, por outro sua implicação no plano histórico enseja diferenças de ênfase, que passam pela sensibilidade político-moral direcionadora do ato crítico. Estamos num terreno que, além de objetividade, demanda um matizamento de foco no poder analítico da razão. Sabemos que Rouanet representa com erudição assinalável uma tradição da Razão Iluminista. Seria muito, e fora das proporções aqui pretendidas, arriscar qualificá-lo em qualquer tipologia reducionista, ou do autoritarismo racionalista semelhante ao já apontado por Bento Prado Jr., ou de algum resvalo metafísico esclarecido.

No entanto, se considerada, por exemplo, a porção de psicologia passível de caracterização que fuja tanto da região comum da natureza humana, quanto do âmbito estritamente pessoal do escritor, podemos perguntar pela identidade própria trazida pela psicologia textual na forma em que se sedimentou. Justamente pelo texto ter alcançado um padrão literário, ou seja, reconhecível enquanto formulador de tipos socialmente compartilháveis e de conflitos e *soluções* em potência, é que se justifica o propósito crítico de procurar na esfera de sua autonomia até certo ponto auto-centrada, problemas e evidências cujas peculiaridades complementariam, sim, a dimensão genérica difundida na contingência da realidade corrente.

É interessante notar, por uma das alusões expressas que Schwarz faz a Freud em *Um mestre na periferia*, o papel prefigurador que Machado faria, justamente pela capacidade da representação estético-literária apreender e *sistematizar* em modo próprio a desfaçatez brasileira,

em conexão com algumas das mais relevantes teses freudianas. É passagem na qual comenta o efeito “realista” pelo contraste dos vários modos da fome interior de reconhecimento e grandeza do narrador volúvel esbatidos contra a mediocridade “externa”: “Estamos em clima preparatório, a vinte anos de distância, da descrição freudiana do devaneio e do sonho – que segundo a fórmula célebre são sempre “satisfações de um desejo”, em presença de um censor, à custa do real e mediante utilização imaginária de elementos deste último”(Schwarz, 2000b, p.198). Em nota à mesma página, refere-se ao destaque que Freud atribui à busca imaginária da supremacia.

Com este exemplo da supremacia, tão buscada “a qualquer custo” por Brás Cubas, a injunção psicológica como característica compensatória intrínseca ao psiquismo, em suas nuances historicizadas para a etapa do mundo burguês, pode tomar o ângulo de visada sobre o modo de seu exercício, seja no imaginário, seja, especialmente, no caso, nos meios brutalizados com que se leva a cabo o desejo de onipotência na “realidade” do proprietário à brasileira. É amplo o campo que me parece explorado por Schwarz na internalização do próprio mecanismo psicológico na estilização realista que perfaz a especificidade nacional ou periférica desse desencontro com a mediocridade, ou, conforme a preferência, a vida reificada à brasileira.

Se há uma dimensão psicológica comum, e disso não se duvida, a pergunta que me ocorre como derivação dessa contribuição à dialética da volubilidade, é quanto a conclusões críticas, mesmo provisórias, mas demarcáveis, sobre a intensidade da mediação das estruturas sociais, especificadas por país ou nação, em seu alcance de sucesso ou amplitude em ofertar à vítima paciente meios institucionais, culturais e políticos para recorrer ao arbítrio universal em nome da lei impessoal do Estado de Direito moderno. Talvez nessa perspectiva, aqui apenas esboçada, a *tese sociológica* já contenha em si grau considerável de psicologia, o que não passa incólume ao problema da presença do *terreno objetivo* na própria subjetivização.

Em relação à importância da incidência da contribuição do elemento biográfico, em que pese Rouanet explicitar que não seria esfera declarada de atuação teórica de Schwarz, julgo oportuno assinalar trecho em que este último aborda o item. Sobre a transição completada do ponto de vista ressabiado do dependente para o enquadramento escarminho do proprietário como narrador, ele anota: “Em âmbito biográfico, talvez se pudesse imaginar que Machado havia completado a sua ascensão social, mas não alimentava ilusões a respeito, nem esquecia os vexames da situação anterior. Esta reorganização literária do universo literário é profunda e carregada de conseqüências (...).”(Schwarz, 2000b, p. 228)

Entre estas conseqüências destacava-se um movimento geral de desprovincianização literária, combinado à ampliação na esfera político-institucional-social do grau de explicitação e naturalização das disparatadas práticas ideológicas dos mandatários e seus satélites de remediados.

Se o homem Machado de Assis, em vida pessoal, apresentou contradições beneficiárias desse estado de coisas, pode ser tomado como indício da dimensão em que a forma que seu notável trabalho de elaboração literária estava em acerto objetivo, inclusive quanto à dinâmica psicológica social.

Reduzindo, e a considerar a tese biográfica de que Rouanet acentua a ausência na circunscrição de Schwarz à materialidade brasileira da obra machadiana, a questão que se apresenta é a de que, mesmo homem de letras de estatura universal, Machado não pode escapar à estatura local. Propondo de outro modo: ainda que tivesse escrito com brilho sua auto-biografia, ela não seria tão psicológica a ponto de resvalar num déficit de *objetividade*?

Uma outra contribuição que Rouanet agrega dá-se num plano mais restritamente estético, sob a alegação de que a volubilidade como categoria do narrador não seria exclusividade brasileira.

Citando Sterne, Diderot, De Maistre, e Garret (salvo o segundo, referidos expressamente no texto das *Memórias*), aproxima seus procedimentos volúveis com o indicativo da chave universalista antes referenciados tanto para a contribuição psicológica, quanto para a biográfica.

“O narrador volúvel de *Tristram Shandy*, de *Jacques le Fataliste*, de *Viagem em volta do meu quarto* e *Viagens na minha terra* está tão longe da verdadeira subjetividade quanto o de *Memórias póstumas*. Em todos os casos, há um rodízio de posições, uma inconseqüência sistemática nos atos e opiniões, inteiramente incompatíveis com as exigências de um Eu estável. Não há nenhum indício de que nos autores europeus a volubilidade seja menos autoritária que em Machado. Também neles a forma volúvel é assinalada pela presença constante do narrador, por sua intervenção ininterrupta na narrativa, por sua onisciência escarvinha, por sua onipotência sobre coisas, sobre pessoas, sobre o tempo, sobre o espaço, sobre as leis da lógica e as convenções da narrativa, e sobretudo pela tirania exercida sobre o leitor, com o qual o narrador realiza diálogos simulados cuja única função é acentuar o caráter caprichoso da relação.”(p. 192)

É sintomática a nomeação da “verdadeira subjetividade”, como também a comparação niveladora de parâmetros de autoritarismo. São indícios de uma posição teórica que parte de um racionalismo universalista, privilegiado, na medida em que prescreve ou pressupõe o distanciamento ilustrado da autoridade normativa.

O questionamento que se coloca reside não tanto no acerto da análise sobre os valores que deveriam reger a razão iluminista, mas no modo pelo qual tanto a subjetividade quanto a presença

comum da volubilidade como mecanismo narrativo são exercidas e obtêm resultados literários em sua especificidade de combinação de elementos externos e sua configuração estética.

A forma que a especificidade brasileira assume em Machado tendo como base fundamental a volubilidade, mesmo frente a uma filiação de família da literatura mundial, aponta identidade de fenômenos e problemas. Examinar o mecanismo do deslocamento volúvel, sem levar em consideração a busca de soluções com poder de prospecção na realidade sociológica, seria exercício de alta erudição fundamentada no comparatismo interno, estritamente literário, mas qual o ganho de conhecimento para além da Verdade da alta Razão humanista?

O comentador é cauteloso quanto a descartar completamente a validade da *tese sociológica*, mas no entanto insinua uma de suas indagações centrais sobre a originalidade estética da concepção da dialética da volubilidade como vinculação à singularidade brasileira.

“Não seguirei essa linha, porque na essência concordo com Schwarz em que sem prejuízo de outras dimensões a volubilidade literária guarda uma relação de correspondência com o mecanismo social do deslocamento. O que ponho em questão é a tese de uma diferença de fundo entre a volubilidade brasileira e a européia, a qual nem se sustenta pela análise dos textos nem precisa ser postulada pela hipótese sociológica. É claro que os dois sistemas sociais são totalmente distintos, mas a volubilidade literária não é a mimese de uma sociedade, e sim a mimese de um dispositivo estrutural, de uma forma histórica, a forma do deslocamento.”(p.194)

O deslocamento do narrador volúvel teria correlação com a discrepância oriunda também em países europeus, com anterioridade na história literária, e seria também assentado na defasagem entre idéias e práticas sociais efetivas. Ou seja, no efeito satírico engendrado entre as pantomimas da sociedade institucionalizada em convenções superficiais e a verdade do deslocamento assimétrico das relações de poder.

Assim, Machado teria importado a forma européia da volubilidade calcada no deslocamento, e aplicado às nossas relações de subordinação características. O que, por exemplo, para os escritores europeus se configurava pela relação patrão e servidor, amo, ou criado, aqui se davam com escravos.

Creio que, com isso, Rouanet, na esteira de suas contribuições, está a assinalar, no fundo, a predominância da universalidade da forma literária volúvel como mecanismo apto a expressar, com particularidades de matéria, uma forma histórica global já dada como centro irradiador tanto na matriz européia quanto nas periferias.

Relativiza assim, a face crítica da relação traçada por Schwarz tendo por foco a forma machadiana como experimento crítico ao mesmo tempo detector, sistematizador e de notação

política antecipadora na prospecção do alcance da iniquidade e a desfaçatez de classe em sua especificidade marcada de formação objetiva.

Estamos, então, diante de mais um reparo, ou discordância, elegante e erudita, é verdade, do método materialista levado a termo na *tese sociológica*, desta feita pelo lado da Razão senhora da alta tradição literária.

O ponto crucial que se impõe como caminho teórico é a determinação do valor de verdade e de suas conseqüências práticas: se a argumentação *sociológica* tão cerrada de Schwarz não explica tudo, de que ponto arquimédico se pode tomar trincheira para desvendá-la e pô-la no devido lugar não-periférico. Corresponderia ela também a mais uma aplicação de uma forma, desta feita, teórica, universal? Ou, por outro lado, a originalidade do método materialista acrescido das especificidades concretas da vida social brasileira demandaria a deselegância de constatar, no princípio da realidade local, formas de um deslocamento algo superlativo em suas deformidades e idissincracias alheias aos ditames da profecia confortável da bem comportada herança iluminista?

Para clareamento da questão, faço uso aqui das palavras de Paulo Arantes, indicadoras dos matizes diferenciais de fundo entre o universalismo ilustrado e o materialismo, presente na fecundidade incômoda da crítica literária de Schwarz, nada inimigo do universal, como se sabe, mas ciente da complexidade das mediações diferenciais e sem garantias de partida no confronto entre especificidade histórica e formalização estética.

Alude Arantes à contribuição crítica de Rouanet a Schwarz:

“Sem convertê-lo propriamente num ideólogo das *vantagens do atraso* – à maneira dos populistas russos do século passado ou dos nossos modernistas dos anos vinte – o argumento procura puxar Roberto para o campo do velho mito nacionalista do privilégio cognitivo das nações periféricas (uma espécie de sexto-sentido para a irrealidade das idéias metropolitanas), sem falar na insinuação de que alinharia, mau grado seu, com a versão conservadora do contraste entre o país real e o país oficial. Mas agora o ponto de apoio da denúncia do pecado dualista não é mais a homogeneidade sem brecha da expansão capitalista (embora a pressuponha), mas uma outra espécie do mesmo postulado universalista. Se a famigerada realidade brasileira compromete o universalismo da cultura moderna, pior para a dita realidade pois a universalidade do processo civilizatório não tolera desvios, o que é verdade na metrópole também deve ser na periferia.”(1992, p. 51)

Por aqui passa o centro do eixo que norteia as contribuições de Rouanet em adendo à insuficiência, embora qualificada, da *tese sociológica*. Apesar de complexa e bem articulada, padeceria do mal de separar periferia e centro, dividindo a supremacia em influxo ascendente e pressupostamente inexorável da modernidade racional, além de supervalorizar o nacional, ou a especificidade brasileira nesta modernidade. Trata-se, como bem apontado por Arantes, de

reprimenda que se converte em (auto) ironia e contradição teórica, uma vez que trocaria a alegada e restrita dualidade, superável pela boa cultura, por outro dualismo contido na passagem da tradição à modernidade. Um “cosmopolitismo ilustrado” que na verdade seria variante mais ou menos otimista da “velha sociologia funcionalista do desenvolvimento”.

A chave que diferencia o arco de alcance do programa materialista da crítica literária, no caso de Schwarz, seria então o enfrentamento da negatividade, diante do reconhecimento e da pesquisa da singular recalcitrância, que não é de hoje, de uma modernidade que insiste em chegar capenga, ou não chegar, não obstante o destino racionalizado pelo dito cosmopolitismo; isto não constitui motivo de menor relevo no desconforto manifesto com a *limitação* da tese da crítica da realidade embasada no senso material das mediações históricas.

Talvez a nostalgia, ou a racionalização de uma modernidade que nunca chegou por aqui, e, aliás, apresenta sintomas de desmoronamento em todo o mundo, motive a resistência de encarar, em toda a sua extensão, a totalidade deletéria do desequilíbrio entre peculiaridade local e padrão hegemônico de origem européia. Desequilíbrio do qual a fuga, tanto para o cosmopolitismo universalista, quanto para a impossível satisfação endógena, constitui uma solução apressada, ilusória, ou restrita.

Nas palavras atualíssimas do *mestre* Schwarz, a tensão presente na forma machadiana não poderia ser totalizada como tradição literária universal sem mais. Na verdade ela qualificou a fundo uma coleção de anomalias cuja melhor probabilidade de solução é um impasse intransponível, muito menos com sinal de dualismo – tanto no caso da saída nacionalista, quanto no da prescrição dos modelos metropolitanos para as ex-colônias. Salvo se o signo da peculiaridade de seu universalismo não represente, exatamente, uma modernidade promissora:

“Machado de Assis, que era avesso à unilateralidade, não só não tomou partido no caso, como tomou o partido de assumir e acentuar as decalagens, fazendo delas uma regra de sua prosa, que é mais tensionada do que se diz. Para ele o dilema não comportava solução imediata, mas tinha possibilidades cômicas e representatividade nacional, além de funcionar como caricatura do presente do mundo, em que as experiências locais deixam mal a cultura autorizada e vice-versa, num amesquinamento recíproco de grande envergadura, que é um verdadeiro “universal moderno.”” (Schwarz, 2006, p. 78-9).

3.1.3) João Luiz Lafetá – historicidade interna e convenção do gênero romanesco

No ensaio “Batatas e desejos”(2004, p.103-113), Lafetá comenta a questão da ausência, no argumento de Schwarz (no capítulo do livro *Ao vencedor as batatas* dedicado à importação do romance e suas contradições em Alencar, no caso especialmente em relação a *Senhora*) sobre o significado (social e estético) e a importância do romanesco em José de Alencar. Pergunta pela análise de gênero, e enfatiza a preocupação não com o enredo, mas com o “estilo metafórico do romance”(p. 110), para além dos limites da descrição realista. Haveria no romance um substrato mítico que foge, de alguma maneira, às regras da verossimilhança. Acentua a oscilação entre o modo romanesco e o realista, este último, chave da leitura crítica de Schwarz.

“O objetivo crítico de Roberto Schwarz é detectar “a espinhosa passagem” do social ao literário, descobrir, por trás das articulações internas da forma, a matéria pré-formada onde “imprevisível dormita a história”.(...) O que submeto à reflexão não é a teoria, e nem mesmo a sua aplicação brilhante que, com certeza, não sai abalada pelas restrições feitas. Proponho a inclusão de um dado diferente: o estudo da forma, relacionado ao estudo do processo social, deve levar em consideração o problema do gênero, em sua história interna. Diz Northrop Frye que “um grande escritor de histórias romanescas deveria ser examinado nos termos das convenções que escolheu”, e acrescenta que “não é boa crítica cuidar apenas de seus defeitos como romancista”.(p. 112-3)

Schwarz não poderia ser atacado pelo segundo ponto, uma vez que considerou Alencar como um momento forte da evolução na história do romance brasileiro. Mas, quanto ao segundo, alega que “não o tomou nos termos das convenções que Alencar escolheu”. E lança a pergunta crítica que dá o que pensar: “E estas convenções, o modo romanesco, não terão também alguma relação com o processo social que ocorreu no Século XIX, no Brasil?”(p.113)

Posso inferir que Lafetá alude a instâncias ideológicas presentes no romance, e na análise de Schwarz, que pediriam referência a aspectos presentes no mesmo *chão social*, embora não devidamente levados em conta. Haveria assim uma prevenção, ou parcialidade, contra uma certa herança passadista romântica, concreta em forma e processo social correlatos na obra em pauta? Relembre-se que Schwarz alia como eixo da análise cerrada à luz do realismo como epopéia burguesa, a impossibilidade, ou a incoerência dos moldes europeus, com a organização social brasileira (o cotidiano fluminense, no caso, impedindo o drama individual de valores conspurcado pelo dinheiro e a degradação do sonho de amor).

Dessa maneira, para Lafetá, e desta vez não se trata de ataque ou reparo ao *método*, mas de questionamento alegado como pertinente em relação ao esquecimento de elementos que deveriam ser coerentes, internamente, com sua própria articulação baseada na incongruência do enredo.

Manifestações de nostalgia, como atuação do imaginário do romantismo corrente à época na própria tradição e recepção literária, estão presentes na prosa. Dessa forma não seria *falha* do escritor, mas concessão obrigatória ao nível de assimilação e expectativa do público, ou do sistema literário em andamento e funcionamento concretos.

Vem à baila a nuance crítica, questionadora, que relativiza, aponta em parte a necessidade de “revisão”, sem, contudo invalidar.

“Esta constatação teórica complica um pouco o esquema de Roberto Schwarz (embora, como é evidente, não o invalide). No deslocamento e na absorção do liberalismo pelo “favor”, como explicar a “insidiosa presença” da representação idealizada? Talvez exatamente pelas características do sistema paternalista, que tende a criar para si uma esfera ilusória de auto-estima e de brilho, e que pode buscar também num passado imaginário o lustre de que necessita. Mas, se são verdadeiras essas colocações, torna-se necessário rever um pouco a cerrada leitura dos inícios do romance brasileiro, feita pelo crítico.”(p. 113)

A questão posta por Lafetá não é passeio de pétalas. Suscita como nos situar diante dessa questão de gênero, analisada sob o prisma de sua mediação histórica efetivamente presente como elemento internalizado. Ao ignorá-lo, Schwarz estaria pendente a uma postura demasiadamente severa para com o escritor. O limite da convenção literária da época, além do limite social em comparação com a ausência do dinamismo e do ambiente burguês-europeu, a atestar o atraso e a desconexão do molde à realidade articulada, era também elemento concreto a levar em consideração. O efeito de incongruência entre personagens protagônicos e situação local como foco privilegiado da crítica do favor, se teria acertado por um lado, não estaria a cometer injustiça, errando a mão na proporção do julgamento do desajuste romanesco, por outro?

Ao desconsiderar a limitação da convenção posta a Alencar, Schwarz poderia, então, forçar a mão a exigir o mesmo diapasão que o realismo novecentista europeu, no qual a herança do romantismo era componente importante na transição para o caráter forte do empreendimento do herói burguês como indivíduo na busca de vencer as convenções do dinheiro como valor regente.

A seriedade da crítica não corresponderia à frivolidade algo romântica, mas real, efetivada em convenção literária, de um saudosismo muito brasileiro, um outro lado do paternalismo, que leva a supor um modo diferenciado (mais inocente?) de incorporação de um lirismo tanto estéril,

quanto presente na sociedade brasileira. Saudosismo talvez sob um modo derramado, que, contudo, mal ou bem, veio a fazer parte, por assim dizer, material, da incorporação do lirismo à subjetividade e sua particular expectativa de relação com a materialidade manhosa da reificação ascendente nos moldes de cá.

Será que a cerrada análise não cobraria ao escritor do romance mais do que ele poderia dar, uma espécie de elevação acima da própria sombra, no que se refere aos limites socialmente dados à própria convenção da literatura em processo formativo de nosso realismo? Ou ainda, permitiria o ambiente sistêmico literário, àquela altura do processo de consolidação do gênero, o abandono pelo escritor do ingrediente da metaforização afetada, cujo descarte direto acarretaria o desinteresse e o descolamento das balizas da recepção na convenção literária e no público?

Como disse, não se trata de uma questão fácil. Pensar o alcance da revisão do esquecimento de Schwarz frente ao acerto de seus próprios pressupostos, na observação de Lafetá, leva, ao menos, a duas linhas de inferências. A primeira, a do futuro do desajuste do enredo como modo de acumulação realista que seria equacionado em termos pelo Machado de *Brás Cubas*, teria implicações estruturais nos vários modos de manifestação das anomalias da realidade brasileira ao longo do tempo. A segunda, a da evolução da marca metafórica da estilização romanesca daqueles aspectos não enfrentados, aspectos compensatórios, pois ilusórios, mas *objetivos* na diferenciação do paternalismo com seus lampejos de brilho de amor-próprio ou ilhamento lírico afetado. Sem prejuízo da constatação da presença dessa linhagem de família *poética* num certo sentimentalismo muito peculiar, inclusive com rastros na atualidade da recepção da idéia e da leitura do *literário* até a nossa atualidade, é de se perguntar sobre se a mencionada *falha*, se devidamente revisada, não se constituiria em relíquia, como caricatura de remanescência ingênua na vida moderna do romance e do Brasil, de ontem a hoje, sob pena de ingenuidade ou, o mais provável, do cinismo possível dos lirismos de ocasião. O respeito ao gênero, na justiça romanesca a Alencar, teria conseqüências tão importantes como as derivadas da crítica realista no discernimento da passagem do social ao literário?

O espinho da questão bem colocada por Lafetá permanece como pergunta fecunda. A meu ver, decidir da magnitude do seu valor exige também um esforço ativo e atualizado de valoração, seja interna, seja externa, seja na severa e complexa passagem entre ambas.

3.1.4) Modos de subjetivação no Brasil: sujeito, ornamento e perversão

Em resenha ao livro do psicanalista Luiz Cláudio Figueiredo, *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos* (1995), sob o título de “Sujeitos em busca de um lugar”(2006)¹², o também psicanalista Jurandir Freire Costa aborda uma faceta que muito interessará. Contextualiza os conceitos de indivíduo como “mero indivíduo” e “indivíduo como pessoa”. No primeiro, o indivíduo busca ou é obrigado a orientar suas condutas segundo leis abstratas e impessoais, a princípio válidas para todos. No segundo, a pessoa age ou decide de acordo com o peso do estatuto e da hierarquia social. O trânsito mútuo entre as duas esferas é fator de importância na definição das subjetividades na cultura brasileira. Importância que aumenta, para os efeitos pretendidos aqui, quando o autor da resenha refere-se ao uso diverso, pelo autor do livro, da metáfora inventiva de Roberto Schwarz, “as idéias fora de lugar”, em vários domínios de acontecimentos. Ressaltadas as várias mediações necessárias para a passagem do plano sociológico ou da literatura para o plano da história da subjetividade, são lançadas questões que dão o que pensar. Vejamos as palavras do resenhista :

“Mas, no que concerne à subjetividade, certas questões merecem ser melhor investigadas. O que significa dizer, por exemplo, que “uma idéia fora de lugar” pode funcionar como ornamento para a construção do sujeito? O sentido da palavra ornamento torna-se impreciso. Se a palavra “ornamento” quer dizer algo de acessório, dispensável, etc., como explicar a “realidade subjetiva” de quem se sente, se diz ou se define como liberal, embora escravagista, ou como “indivíduo”, embora comportando-se como “pessoa”?

Uma vez que certas crenças, desejos ou intenções foram internalizados e constituem subjetividades, a idéia de “idéia fora de lugar”, atribuída a certos predicados subjetivos, dificilmente se justifica. A impressão que pode ficar é a de que existe uma identidade subjetiva, onde o atributo responsável pelo que existe de fundamental na identidade é descrito como ornamental.

Mas como alguma coisa pode, ao mesmo tempo, ser ornamental e marcar tão decisivamente o sujeito, a ponto de levá-lo a crer que é o que não é? A menos que se tenha a idéia de que o sujeito está “alienado de sua verdadeira identidade”, a distância entre o que é ornamental e o que não é ornamental perde grande parte de sua importância.”

A meu ver, a proposição da palavra ornamento como constitutiva, no mínimo, de uma ambigüidade real na base da formação do sujeito brasileiro, em dimensão genérica, coloca problemas instigantes no confronto com a razão dialética de Roberto Schwarz. Como fica o

¹² Resenha originalmente publicada no Caderno *Mais!*, da Folha de São Paulo, em 06.ago.1995.

estatuto crítico da volubilidade, se ela passa a ser considerada como elemento orgânico transposto para o sujeito? Se há a fusão objetiva entre indivíduo e pessoa na vida social cotidiana brasileira, como encarar Brás Cubas qual depoente que possibilita a denúncia da sua própria desfaçatez? Em nome de que valores seria realizada essa operação?

O trecho de Costa é fundamental. E coloca como questão profunda, como vejo, o problema da possibilidade de mudança do indivíduo subjetivado por elementos decorrentes de sua inserção concreta numa teia de relações sociais em que se confundem a capacidade operativa de auto-reflexão do indivíduo e a impossibilidade de realizá-la artificialmente, desincorporando-se da identidade socialmente herdada como pessoa.

Quanto à referência às idéias fora de lugar como tematização conceitual de Schwarz, vou me ater ao mecanismo da volubilidade. Como exemplo, serve com destaque à problemática da internalização do ornamento como sua própria anulação, uma vez que constituinte fundante da própria identidade, e não elemento externo a ser intelectualmente extirpado ou corrigido.

Penso em duas chaves de leitura. Uma, seria crítica a uma certa postura prescritivista de Schwarz, resultando, não obstante o poder de fogo da constatação do problema da volubilidade em suas causas, num viés *autoritário*, ou simplesmente racionalista. Condição que tenderia à inocuidade, uma vez que o sujeito brasileiro já seria, de fato, volúvel. Outra, que me parece plenamente mais condizente, é a leitura de que a constatação da volubilidade como princípio formal literariamente problematizado em complexidade de variações, sob o entendimento sólido de sua causalidade estrutural como mecanismo social objetivo e universalizado no cotidiano, vai justamente ao encontro da formulação de Costa.

Assim, as idéias fora de lugar constituem um novo lugar. Como pessoa transposta à personalidade social, sem no entanto se desfazer totalmente da lembrança do indivíduo como viajante de volta ao lugar de origem, que existe na ideologia e na história da cultura, e não existe como forma capaz de contrapor-se, materialmente, à objetificação do ornamental.

Não vejo oposição entre a teorização schwarziana e a do psicanalista, antes, parecem complementares que suscitam perguntas atualíssimas.

Uma delas, central, passa não pelo diagnóstico ou constatação, mas pelo destino futuro e pela possibilidade de transformação desse indivíduo ornamentado que reside no âmago da vida brasileira em geral.

Esta possibilidade passa pela capacidade de intervenção teórica, não obstante seu poder de fogo tender à inoperância, tão mais quanto se aproxime a identidade lógica e prática entre

ornamento, ou volubilidade (seguindo *meu* exemplo), e seu suposto pólo diferencial, o indivíduo definido em sua autonomia da persona social, ou um parâmetro sério e coerente de conduta ético-moral nos moldes doutrinários do direito igualmente aplicado para todos.

Mas o limite dessa intervenção se dá no modo como a exterioridade do pensamento pode servir à inquietação em ato no sujeito formado objetivamente.

Já vimos acima dois exemplos de tipos de exterioridade (não os qualifico aqui, é claro, em termos absolutos): o refinado idealismo filosófico-literário da inefabilidade citada no texto de Bento Prado Jr., e o cosmopolitismo ilustrado pretendente a guardião da inevitabilidade da modernidade sobre a tradição.

Como ficariam as considerações a respeito dos dois, na esteira do argumento da interiorização da objetividade nos modos de subjetivação *brasileiros*?

Acredito que a presença sintomática da referência à tese das idéias fora de lugar já fala por si, na formulação do psicanalista, que a convergência com o materialismo *sociológico* indica objetividade, embora nuançada por aquelas duas asserções sobre a leitura de Schwarz como prescrição ou como afinidade tendencial da pessoa com o mecanismo social brasileiro.

Para resumir, não vejo contradição entre subjetivação do ornamental ou da volubilidade e a identificação da especificidade da forma objetiva brasileira, em sua pletora de formas simbólico-culturais amparadas na materialidade de um modo de ser peculiar.

Nesse sentido, a intervenção teórica exterior, como é de se esperar, passível de contato vivo com os dilemas identitários do sujeito brasileiro, só pode ter mesmo passagem em nível de generalidade nacional ao mesmo tempo em que se movimenta, na dimensão lenta da história, ou na variabilidade apressada e conflituosa do dia a dia, o ser social brasileiro.

Um ponto a observar, que demandaria longa consideração, de resto como todo o potencial de análise deste tópico *psicanalítico*, além do recomendável aprofundamento na argumentação do tema apenas resenhado por Costa, seria assinalar as especificidades de classe. Ao lado da generalidade da presença do ornamento e da volubilidade, bem como do favor, como mediadores do universo brasileiro, certamente rende resultados concretos a pesquisa de verificação de suas particularidades e singularidades conforme a posição social do indivíduo-pessoa. A apropriação da objetividade da identidade tornada congênita ao sujeito, não rende, por exemplo, aos brasileiros pobres, equidade nas proporções quantitativas e qualitativas dos benefícios e dos malefícios concretos de se encontrar em seu lugar. O ornamento pede mais beleza ou feiúra, conforme o gosto do cidadão e o seu lugar social dado como naturalmente brasileiro.

A assimetria política talvez seja um indicador de que o indivíduo-sujeito não esteja tão à vontade com sua pessoa, o que, de certo modo, reivindica a pesquisa segura sobre o lugar de sua alienação, e se, e quanto ela ainda é capaz de desidentidade tensionadora, como pessoa vivente do drama subjetivo e material brasileiro.

A essa assimetria política, liga-se, no plano da cultura e da formação da subjetividade, uma outra nuance que assume aspecto estrutural. Dada a objetividade do *ornamento* na configuração do sujeito brasileiro, e lembrada a teorização de Freud (baseada no caráter eminentemente neurótico do sujeito europeu de então), abre-se uma hipótese fértil para perguntar sobre o caráter dessa internalização e sobre o que ele implica em termos do traço definidor de nossa patologia mais generalizável.

Para o psicanalista Tales Ab'Saber, a obra de Machado de Assis, bem como sua leitura feita por Roberto Schwarz, formulam em conjunto uma subjetividade própria ao Brasil, definida como essencialmente perversa, e que não passa sem conseqüências de fundo que levam ao questionamento substantivo das teses do próprio Freud. Isto, num sentido (especificamente complementar ou integrador) não excludente, mas num viés em que o estudo concomitante da forma literária (machadiana, no caso) e da sociedade, mediadas pela crítica materialista de Schwarz, levariam a novas conclusões sobre o funcionamento da própria psicanálise na detecção e possibilidades de *tratamento* do Eu brasileiro.

“Num texto que fará parte de livro ainda em preparação (...) sobre a obra do mais importante crítico literário – e leitor de Machado – do país, Roberto Schwarz, Ab'Saber defende a idéia de que é possível, seguindo as idéias do homenageado, concluir que Machado já falava de um tipo de sujeito, próprio ao Brasil, que não se encaixa nos padrões do neurótico europeu descrito por Freud.”

É o que diz trecho da reportagem introdutória à entrevista com o psicanalista (Ab'Saber, 2006), na qual vai colocar como mola propulsora da definição do sujeito brasileiro o paradoxo de um indivíduo sempre em xeque, ao menos enquanto pessoa que se pauta por um comportamento regido pela integridade. A situação brasileira seria traçada, preponderantemente, por um padrão entre amalucado e perverso, em que a *oscilação* seria o elemento central que conduz a atitude e o modo de se relacionar do sujeito nas trocas com o outro, com a sociedade, e, sobretudo, talvez, consigo mesmo.

Estamos aqui muito próximos, colados à problemática da volubilidade, do capricho e do favor, como formulada por Schwarz em sua leitura de *Memórias póstumas*. A argumentação de Ab'Saber é precisa, e agrega à dialética entre forma literária e processo social a necessária

conexão com uma forma de sujeito. Neste sentido, há uma convergência com a observação de Freire Costa sobre a internalização objetiva do ornamento.

Se este último ressaltou, como vimos, a relativização implícita do conceito de “fora do lugar” aplicado à subjetivização, uma vez que diante deste processo concreto não haveria espaço para um modelo, em tese, apenas referencial, Ab’Saber parece reafirmar uma outra leitura do corolário schwarziano. O problema, a meu ver, não seria tanto refutar o apontamento da inviabilidade da prescrição de um pressuposto sujeito “no lugar”, mas o de constatar que, na objetivação mesma do que foi chamado de *ornamental*, apresenta-se uma nova face. Tudo estaria de acordo se o modo de subjetivização à brasileira levasse a um outro lugar. Mas a questão se aprofunda e se agrava, uma vez que o dito por Ab’Saber, com base forte em Schwarz, é que leva a abalar a posição do ornamento como fato pacificado. Na verdade, o problema é o de que a internalização não leva o sujeito a um novo lugar, mas sim, coloca-o em direção a um *sem-lugar*. É este sem-lugar, entre o insólito, o caricato e o grotesco, e agora, o perverso, que nomeia predominantemente o sujeito concreto brasileiro.

A trajetória desse sujeito é motivo de tema, forma e debate na literatura brasileira, bem como na conceitualidade de nossa teoria social e, evidentemente, literária. As noções familiares entre si de cordialidade, flexibilidade (clientelismo, jeitinho, jogo de cintura, esperteza), e volubilidade, para ficar por aqui, são apropriadas tanto de modo positivo, quanto negativamente, em relação à noção de civilidade e espaço público. No primeiro caso, temos uma linha que vai de Gilberto Freyre, passa por Mário de Andrade e o modernismo *deglutidor*, para chegar até ao tropicalismo. A mestiçagem, o “herói sem nenhum caráter”, a fusão desbragada de novas técnicas importadas da indústria cultural com o elogio fulgurante da genuinidade do atraso, seriam alguns dos elementos que pretenderiam expressar a ambigüidade do sujeito local como uma qualidade lúdica. A desestruturação, como nossa contribuição algo anárquica ao processo civilizatório global.

O que Ab’Saber assinala, contudo, é a presença da violência nessa *contribuição*. Entre o lúdico e o perverso, a lei se define por sua ausência, ou transgressão, como norma. Não estava na intenção dos modernistas tupiniquins, e seus herdeiros, o elogio em si da violência, mas sim o alçamento da exuberância da mistura muito brasileira entre arcaico, moderno e pós-moderno a um patamar de originalidade utópica. Se fosse plausível, seria uma linha de fuga interessante.

No entanto, a ornamentação do que é díspar em si próprio, como estilização de uma suposta originalidade, esbarra em dois grandes obstáculos superpostos. Primeiro, se vale o

enunciado da psicanálise de que é a lei que posiciona o sujeito, pergunta-se como se constitui o sujeito no lugar em que não há lei, ou ela não vale como tal. Segundo, se fosse viável para o próprio sujeito, seria um projeto utópico até simpático como desmontagem irreverente ao ascetismo inerente à sociedade funcional ao capital, mas o problema e o destino desse espaço lúdico defronta-se, com violência, contra o outro.

E aqui estamos de volta a um novo lado da objetivação do ornamental, nas palavras de Ab'Saber na entrevista referida:

“Porque o homem cordial é muito interessante, mas ele impede que haja direitos objetivos do outro. Essa cordialidade é problemática. Esse espaço afetivo tende ao favor, e este ao controle, que é oligárquico e pessoal. É sempre o mesmo raciocínio que o Machado já pegou.(...) A grande questão é que a lei não tem eficácia simbólica forte. Nós sabemos disso. O produto é um mundo que em parte se anuncia como lei, em parte como astúcia, como para-além da lei. Essa tensão não deixa de ser louca.”(2006)

Nesse ambiente de *loucura*, em que “não precisamos ir até à esquina para saber que a situação brasileira é diferente” quanto à *pega* da lei, o reconhecimento de um *quantum* admissível, correlacionado à impertinência de um “fora de lugar”, pode mesmo ser constatado; para, logo em seguida, cair na aporia de lugar nenhum. Se o neurótico europeu sofria seus conflitos de adaptação à lei, no Brasil, a conflituosidade segue a famosa inversão freudiana da perversão como negativo da neurose. O perverso é o que goza transgredindo a norma. Aqui a *adaptação* dar-se-ia *fora da lei*.

“Em termos gerais, poderíamos colocar a situação brasileira no lugar do perverso. Numa categoria muito ampla. Quando nos aproximamos, chegamos a coisas mais interessantes, a uma formulação mais propriamente brasileira: oscilação entre não-ser e ser outro, fragilidade de uma integridade do eu. Essa diferenciação de jogos simbólicos tem uma determinação histórica. Não é nenhum Édipo geral e abstrato, é o lugar específico no jogo do presente que põe essas equações. Somos sujeitos insólitos, que tendem à perversão. Sim, esfera de direitos, “para mim, mas não para meu vizinho”. E a coisa vai ficando mais radical: “Para mim, mas não para meu irmão”. Ou amanhã, “para o meu filho, não para mim”. Todas imagens que eu já vi no consultório.”(id., ibid.)

É compreensível que essa ampla categoria da perversão como ambiência geral do sujeito brasileiro tenha repercussão na apropriação do debate ideológico-cultural. Afinal, o trabalho de aceitação de uma identidade determinada pela falta de integridade, e mais, tingida por essa desidentidade calcada na concretude de um funcionamento perverso, é bastante passível de ferir o narcisismo: uma ferida que não é fácil de tratar, nem tem garantias, justamente pelo grau atávico de conformação *ornamental* do sujeito brasileiro. Mas sem o seu conhecimento levado a sério, o

amadurecimento pode converter as energias de uma vida inteira, e de várias gerações, numa *persona* clivada em caricatura.

Não será demais aproximar a imagem desse sujeito à personalidade do país, em sua dupla face de originalidade aspirada e sentimento de inferioridade inventariado pelas colonizações, sem prejuízo de permanecer impávida uma terceira via, a via real e até certo ponto contingente, que constitui monumental impasse interno no qual o rancor – não isento de sinal de classe – suspira travestido de cordial.

Registro, por último, que usei o argumento contido no texto citado de Freire Costa exponenciando sua leitura em foco miúdo. Enfatizo que o autor, certamente, ao dizer do ornamento como constitutivo, relativizando bastante o raio de *ação* de uma consciência esclarecida o suficiente para por ordem na casa, não incorre em simplificar a crítica do sujeito resultante. Aliás, sua outra citação anotada no corpo do Cap. 2 (Reificação à brasileira), autoriza nominalmente a particularizar o modo brasileiro do *eu mínimo*, esgarçado pelo sombrio narcisismo. Em outra parte do texto do qual retirei a citação relativa à *função ornamento*, ele próprio elogia a inventividade de Schwarz, enquanto reconhece que não estaria apto a emitir juízo de causa sobre a pertinência e o valor do “fora de lugar” quanto à realidade da cultura e da literatura brasileiras. O que ele ressalta é que, no campo da formação da subjetividade, aquela noção necessitaria de investigação mais mediada.

Assim, tomo a responsabilidade de minha leitura talvez excedente, mas que me levou a indagar, por um momento (longo, é verdade!), se a racionalidade rigorosa de Schwarz não poderia ter sido tomada como um pouco intervencionista, tal qual algo longinquamente aparentado à prevenção da crítica à *onipotência da Razão consciente* (uma herança hegeliano-lukacsiana?!), de que deu notícia Bento Prado, do lado do racionalismo supostamente prescritivista. Por um outro viés, ao alegar a necessidade de mais mediações no tocante aos modos de subjetivação brasileira, Costa estaria distante de qualquer pretensão de universalizar o ornamental como constitutivo homogêneo, embora isso seja perfeitamente possível e desejável, além de condição genérica do sujeito reificado. Entendo que, ao constatar a objetivização na formação intrínseca do sujeito brasileiro, Costa está longe de naturalizá-la, nem muito menos celebrá-la como ideologia do *non-sense* tropical. Antes, pelo contrário, delineia um terreno minado de problemas, tanto de diagnóstico, quanto sobretudo de *tratamento*.

Com os argumentos que retirei de Ab’Saber, contudo, creio que há avanço na faixa de *mais mediações* quanto ao sujeito, no que tange às idéias fora de lugar e ao papel cabrioleiro do

ornamento. Se o “fora” é efetivamente demasiado, ao permitir a ilação de que prescreve fórmulas, a questão da oscilação enquanto constitutiva remete a pelo menos duas barreiras concretas: o direito do outro e a ausência de norma, ou sua ambigüidade, como regra. Neste sentido, vemos que a moeda tem dois lados, e o que não *encaixa por cima*, retorna por baixo, na forma de um *sem-lugar*, por sua vez referenciado na condição perversa.

Dessa maneira, acredito que não será demais inferir que não há desencontro, mas forte convergência. Pois a dialética entre forma literária, sociedade e sujeito poderá contribuir, de modo nada ornamental, para a pergunta comum sobre uma ética da psicanálise, brasileira.

Sem termos propriamente o direito à história da neurose, definimo-nos pelo negativo da perversão. Tornar conscientes os constrangimentos materiais à lei, talvez não seja uma tarefa menor da crítica literária dialética, enquanto aproxima a atmosfera do sujeito, no fundo também fóbica, contraída entre o não-ser e ser um outro, do lugar profilático em que ao menos se evita, provisoriamente, a eclosão em larga escala das pulsões psicóticas. Não é pouco para o estado do lugar.

Finda esta parte, em que busquei configurar diálogos teórico-críticos de colegas brasileiros com a obra de Schwarz, passo agora a item cuja intenção é dimensionar a repercussão e dar índice ao alcance teórico-metodológico dessa obra no plano internacional. Fica, por suposto, que a repercussão interna é consistente e ampla, ao menos entre os colegas de *campo*, independentemente de preferências. Nem se dá que não haja diálogo internacional, embora dadas as diferenças de grau e fontes de elocução, que não se dão ao acaso, como veremos.

3.2) Dimensão internacional, breve panorama

Nesta seção comentarei alguns aspectos que ressaltam a magnitude da crítica de Schwarz, em uma sua dimensão internacional, como agregadora de conhecimento crítico desmistificador e inserida organicamente no seio de um imbrincado debate, e combate, da “Teoria”.

Abordarei pontos relativos a textos fundamentais de Roberto Schwarz, por via de sua recepção e disseminação ativas no estrangeiro, que é tão nosso e não é. Aparecerão remissões a “Cultura e Política” e “Nacional por Subtração”, entre outros textos, seja em relação a conseqüências políticas advindas da análise dialética das formas culturais, seja em relação à postura metodológica e sua realização a partir da análise do Brasil, em sua vida política e cultural, permeada por conclusões intermediadas pela crítica de obras literárias.

Em seu ensaio “Hegemony or Ideology? Observations on Brazilian Fascism and the Cultural Criticism of Roberto Schwarz” (1995), Neil Larsen observa um fenômeno comum, até certo ponto, às conjunturas políticas pós-ditaduras militares no Sul, mais especificamente na América do Sul. Tecendo um comentário a partir da constatação de Schwarz em “Cultura e Política – 1964-69”, de que a esquerda teria, até o advento da linha dura, uma hegemonia cultural, a qual, por sua vez, nunca teria ultrapassado decisivamente marcos populistas de referência e contato com o povo, mas teria induzido, com papel importante, a fermentação de movimentos armados (principalmente entre os universitários alinhados em organizações de esquerda revolucionária, que por sua vez, teriam motivado em parte considerável a adoção do período mais duro e macabro da ditadura).

Durante este primeiro período (64-68) – precedido de um caldo de fomento cultural desde a década de 50, lado a lado com movimentos sociais que cobravam reformas democráticas e populares, à primeira vista, de fundo, e após a abertura política, entre meados e fim da década de 70 – a relativa hegemonia cultural de esquerda cumpria, na verdade, um papel de *homeostase* frente à hegemonia política da direita radicalizada, fascista, nas palavras do autor. Homeostase que tinha por contrabalanço o discurso da democracia burguesa, pelo menos em termos formais, ao garantir o exercício de liberdades democráticas, direitos humanos, sociedade civil; elementos que permitiam, no genérico, a sensação de retorno à normalidade. A componente que faltaria às

formas culturais que se pretendiam democrático-populares, com ênfase, é a componente de classe. Seria uma espécie de hegemonia permitida, pintada com tintas *democráticas*, desde que mantida intacta a transferência de poder, de fato.

Neste sentido, a referida hegemonia cultural levaria à estabilização, a certa medida, legitimadora, da verdadeira hegemonia política, propulsora e sucessora da cisão reforçada pelo golpe militar. Levaria ao arremedo de mudanças, e sucedida, por novas nuances, é certo, mas estruturalmente perpetuada, no pós-abertura política que vivemos até hoje, numa democracia ainda cindida em grande desigualdade, violência e miséria, bem como a permanecer a falta de acesso dos trabalhadores aos termos da atualidade.

Dessa forma, é enquadrado tanto o cinema novo (e a estética da fome), em linhas gerais, quanto o tropicalismo (este, mais auto-consciente), dentro de um universo, ao cabo, populista. Interessante a visão do teatro de arena, com sua apropriação local de Brecht, ainda a tomar o povo como virtual herói do futuro, numa associação assimétrica (paternal?), apesar dos esforços didáticos ou aproximativos, que têm o seu mérito, mas nunca atingiram, por exemplo, a materialidade das greves do fim dos 70.

A homeostase seria uma estratégia da hegemonia antecedente ao ser questionada pelas reivindicações de extensão dos benefícios prometidos pela modernização capitalista, para se tornar hegemonia consentida, sob viés *democrático*, sempre na *normalidade* baseada em parâmetros médios ideologicamente determinados.

A conclusão vem em dois tópicos assinaláveis:

1) para além da validade, algo cética mas certa, da análise de Schwarz em “Cultura e política”, o autor acentua a falta de um esboço, pelo crítico, à época, de um novo realismo, novas formas, capazes de agregar potencial estético e crítico para além dos limites amplos do populismo.

“É curioso, e talvez, a seu próprio modo, também sintomático do que ainda representa a poderosa atração ideológica do populismo, mesmo diante do ceticismo radical de Schwarz, que “Cultura e Política” não se refira expressamente a um novo realismo capaz de tornar social e emotivamente palpáveis (concretos ou “típicos”, no sentido lukacsiano) os níveis ainda encobertos em que as ilusões e fraudes do populismo preparam involuntariamente o terreno para a “dissidência” fascista.”(p.99)¹³

Finalmente, e este parece ser o ponto central da conclusão, Larsen termina por associar a condição geral do populismo, ou do nacionalismo genérico, à manutenção autorizada do capitalismo. É claro que hoje (o ensaio é de 1988), as circunstâncias são outras, mal ou bem a

¹³ Nesta transcrição, e doravante, traduzo livremente os trechos provenientes dos originais em inglês.

democracia eleitoral se alargou. Cabe, no entanto, perguntar se “o tempo passou e não passou” (parafrazeando Schwarz em advertência aposta em 1978 a respeito do texto em questão, escrito em 1970), e o quanto e como permanece a cisão. Veremos que o autor considera essa hegemonia derivada da abertura política como uma ideologia da ideologia, colocando combustível na complicada relação entre democracia para os trabalhadores, ideologia homeostática populista (e desde 90, acrescento, neo-liberal, com pitadas simbólicas, em maior parte, da social-democracia num sentido fraco), poder político no Brasil, transferências inter-classistas, função e alcance da produção e circulação cultural.

“A crítica conjuntural de Schwarz, entretanto, leva vantagem sobre análises mais recentes e ambiciosas acerca da realidade entendida como *conteúdo* principal de uma hegemonia particular – e não apenas sua estruturação *formal* enquanto articulação dos diversos componentes sociais do campo “democrático-popular” – que determina seu valor estratégico. Por não excederem, no todo, os limites implícitos do populismo; por manterem a ideologia básica do nacionalismo, que provê as demandas gerais do capitalismo, senão sempre as particulares; por passarem longe de mostrar os meios com que o populismo desarma os trabalhadores física e ideologicamente; e finalmente, por não ultrapassarem, de fato, os limites da *ideologia* burguesa em seu *conteúdo* essencial, as formas culturais e práticas analisadas por Schwarz coexistem com o fascismo ou no máximo gozam de uma autonomia consentida e limitada. De acordo com os conceitos de homeostase e hegemonia, virtualmente desprovidos de sinal de classe, nenhum elemento dessa determinação *política* permanece na leitura e nas projeções da cultura anti-fascista. A “hegemonia”, assim entendida, vem para deslocar, por si, a verdadeira categoria de “ideologia”, destituída então de qualquer conteúdo classista.” (p. 99)

Esta leitura glosa a relevância ainda atual da crítica cultural conjuntural que ligaria, entre outras conseqüências, a ausência de um novo realismo a uma hegemonia inorgânica politicamente, cujo papel, apesar das intenções, seria o de uma função ideológica para amenizar, ao invés de explicitar o conflito ideológico. Em outro texto, abaixo comentado, o mesmo autor aborda a obra de Schwarz no plano de seus achados teóricos, da propriedade e do estilo “quieto” e rigoroso com que o crítico brasileiro trabalha o método dialético em chave específica, representando novidade substancial e notável. São consideradas algumas das razões que condicionam a difusão “metropolitana” da obra, não por fatores de mérito ou acerto teórico, mas por evidências que não são inocentes à própria matéria da mediação concreta entre específico e universal.

Em “Roberto Schwarz: A Quiet (Brazilian) Revolution in Critical Theory” (Larsen, 2001), o mesmo autor relata, a partir de experiência como professor visitante na USP, em 1995, num curso intitulado “a teoria literária e o “postcolonial””, a barreira que condiciona a difusão da teoria entre norte e sul. Expõe que, na bibliografia, constavam os “suspeitos usuais”, tais como

Said, Jameson, Spivak, Bhabba, Fanon, Ngugi (e outros), que, não obstante sua condição de “metropolitanos” estabelecidos nos centros europeus e americanos, bases da difusão *algo* colonialista da teoria pós-colonialista, eram razoavelmente conhecidos. Constavam também vários teóricos e críticos latino-americanos, os quais não eram tão conhecidos, em parte devido a barreiras que ainda separam o Brasil dos países vizinhos de língua hispânica.

Aponta que os alunos teriam profundo envolvimento com Antonio Candido, a quem reputavam, acertadamente, como fundador dos modernos estudos literários brasileiros. Cita o exemplo de Ángel Rama, como um dos mais proeminentes críticos sul-americanos, que, no entanto, não teria, ao contrário de outros egressos do sul, passado a *muralha da China*, ou se passou, não teria voltado com a “autoridade” metropolitana.

O autor contextualiza, assim, as estruturas neo-coloniais da indústria de distribuição e consumo intelectuais, dando como exemplo o surto nortista de estudos latino-americanos, numa perspectiva de oportunismo ou imperialismo cultural. Prossegue, ressaltando que não se trata simplesmente de absorver a potência da crítica oriunda do sul, e muito menos, de não entender que ela participa com autonomia e contribuição própria, no processo da difusão da “teoria”.

Chama a atenção para a necessidade, tanto quanto a oportunidade, do que seja a real relação, num senso rigorosamente material, entre norte e sul. E alerta para a permanência da “dependência”: “Boa parte dessa relação sofreu mudanças na desigualdade econômica e política que herdou do que era a chamada “dependência”; desenvolveu-se de modo mais complexo e dissimulado, mas não menos essencial.”(p. 76)

Alerta também para a demasiada excitação e interesse pela novidade das culturas híbridas e fronteiriças, que estariam levando a uma perda da distinção dos contornos próprios. Anota o hibridismo como movimento acadêmico que, embora salutar ao relativizar velhos paradigmas euro-centristas ou de nacionalismos culturais generalizados, corre o risco de recair no provincianismo imperial, apropriando-se da alteridade herdada de um certo teor autêntico do chamado “terceiro-mundismo”, e relegando a segundo plano aquilo a que o autor quer dar relevo: a possibilidade e a pertinência de o Sul produzir rupturas crítico-teóricas tanto quanto, ou mais que o Norte. “Um diálogo genuíno com o Sul deveria, e deve, começar por re-credenciar o Sul não só para falar a nós sobre si, mas para falar ao Norte sobre teoria – isto é, para falar-nos também de nós mesmos – exatamente no próprio movimento em que fala de si.”(p.77)

Passa então a comentar o trabalho de Roberto Schwarz, reforçando a centralidade deste para o seu próprio, e apontando o fato de o crítico não constar entre os primeiros da lista dos

latino-americanistas e pós-colonialistas do norte, quando perguntados sobre os mais importantes críticos do sul. Frisa que os estudantes na USP, quando de sua estada, embora todos tivessem ouvido falar de Schwarz, o reconheciam mais como importante estudioso de Machado de Assis e discípulo de Antonio Candido, do que como teórico original e de envergadura global.

“Mas a abordagem crítica de Schwarz aos problemas da cultura e da sociedade brasileiras tem, a meu ver, e apesar de ainda relativamente pouco exploradas, profundas implicações para os estudos latino-americanistas como um todo, e talvez não menos importância em relação à teoria da cultura e da sociedade “pós-colonial.”(p.77)

Larsen acentua a presença da visão teórica contida em, por exemplo, “Idéias fora do lugar”, como passível e desejável de ser expandida a contextos que não o brasileiro, por trazer questões fundamentais da teoria crítica, feitas com acréscimo novo e enriquecedor, tais como, em particular, sobre a estrutura da mediação enquanto conexão entre a totalidade sócio-histórica e os seus níveis políticos e culturais. Essa transposição, contudo, não deve ser encarada mecanicamente, nem com o estatuto virtual de mais um oráculo da Teoria. Para o autor, a modesta e minuciosa insistência do crítico em trabalhar com as condições concretas do Brasil, dadas inclusive as circunstâncias intelectuais e políticas, é justamente o que possibilita a resistência ao apelo de um globalismo abstrato e vazio, postura que capacita a sua crítica a alcançar implicações de relevância global.

Ao rememorar a filiação de Schwarz à tradição do marxismo, como um verdadeiro descendente da crítica dialética européia, nas figuras de Lukács, Adorno e da Escola de Frankfurt, como também de seus expoentes brasileiros ou latino-americanos, o autor lembra, contudo, que mesmo aí, o crítico está em posição atípica. Mencionando a ainda polêmica proposição de Lukács, em *História e consciência de classe*, sobre a factibilidade de erros nas teses políticas e históricas, sem, contudo, fazer concessão quanto ao acerto do método, enfatiza a contribuição de Schwarz para a teoria social e cultural da condição *pós-colonial*, que, para além de desvios ortodoxos quanto a teses dogmáticas, vigentes tanto lá como cá, seria rigorosa em seguir o método de Marx.

Para ressaltar, por contraste, o alcance dessa “quieta revolução”, passa a comparar o conceito de *catarse*, formulado por Gayatri Spivak, como *metáfora* sem adequado referente histórico, em relação ao espaço pós-colonial, confrontado por demandas legadas pelo código imperialista, tais como: nacionalidade, constitucionalidade, cidadania, democracia e até mesmo diversidade cultural, frente à herança de exploração, colonização e descolonização sob

predominância de fórmulas da Europa ocidental. Nesta acepção, a catacrese se torna um caso de Desconstrução.

Em contraste, a teorização de Roberto, em, por exemplo, “Um seminário de Marx” (1999), ao assinalar o espaço periférico como “diverso, mas não alheio” – diverso, por não ter a colonização resultado em criar sociedades similares aos países imperiais, nem a divisão internacional posterior do trabalho veio a permitir igualdade de meios; “não alheio”, uma vez que pertencente à mesma ordem envolvente da dinâmica mundial do capital, que padroniza e dá a pauta.

Um questionamento do conceito de *catacrese* e sua posição na problemática pós-colonial, que Larsen ilustra com a pergunta sobre a possibilidade de, na Índia, por exemplo, a desconexão entre ideologia de segundo grau e referente social, dar margem a uma solução via fundamentalismo hindu, nativo e “híbrido” a seu modo, mas avesso a idéias estrangeiras tais quais a democracia “ocidental” e a constitucionalidade. Um outro modo de questionamento correlato decorre, com certa ironia, da pergunta sobre a possibilidade dos países imperiais se auto-desconstruírem.

Na leitura materialista de Schwarz não há, portanto, espaço para uma abordagem da catacrese como jogo de quebra-cabeças a ser resolvido por uma desconstrução filosófica – local? – das idéias de origem européia, mesmo na defesa em tese de mais “democracia”.

Pelo contrário, o autor acompanha a formulação materialista de Schwarz como diferencial. As idéias européias não servem nas realidades que as desmentem cotidianamente, mas não podem ser descartadas, uma vez que, justamente pela inadequação constatada, não há caminho autóctone para a constituição de uma norma geral. Não há origem absoluta, nem tampouco se pode partir de uma suspensão filosófica ou discursiva do referente histórico (ou sua falta), cujo reconhecimento pelo conceito-metáfora lograria desnudar.

Trata-se, então, nem de entender a catacrese como jogo montado enquanto quebra-cabeça, nem do retorno a um suposto culturalismo terceiro-mundista, nem da rendição a universais eurocêtricos.

É por isso que a análise materialista, ao privilegiar o constrangimento material, histórico-social, ao mesmo tempo inserido e determinado pela história mundial e, num paradoxo sombrio, impedido de sê-lo plenamente, aponta que o problema não está na libertação da cultura, num retorno à origem ou na livre expressão do subalterno. A questão é que a cultura, seja ela heterogênea e mesclada como for, não encontra expansão frente a barreiras da estrutura social

deformada, tornando, assim, o acesso à atualidade, numa visão de conjunto, uma restrição político-econômica.

O mérito e a novidade do trabalho de Schwarz consistiria na aplicação certa do método marxista, no desenvolvimento e aplicação concreta à dúvida, porém partícipe, condição do país periférico pós-colonial, apontando que, apesar da dissonância de grau significativo, o lugar tem uma base comum de universal concreto, e as idéias, cujas conseqüências só podem ser pensadas a contrapelo do impasse com a realidade histórica concreta, só podem proceder na medida em que assumem a sua inviabilidade, lado a lado com a inescapável necessidade. Condição real que implica uma abordagem mediada concretamente da dialética progresso/retrocesso da modernidade.

Julgamos auto-explicativo o trecho citado abaixo, acerca da opinião do autor sobre a importância e originalidade da obra de Schwarz:

“Parece-me dolorosamente típico de nosso momento político e intelectual presente o fato de que os mais empobrecidos aspectos teóricos dos “estudos pós-coloniais” sejam agora agressivamente exportados das metrópoles para regiões como a América Latina, enquanto o genuinamente produtivo e rigoroso trabalho teórico de um Roberto Schwarz ainda se encontra sob relativa desatenção fora do Brasil. Nesta posição, como já acentuei, vemos um certo colonialismo ainda em funcionamento, para não mencionar uma hostilidade universal e insistentemente mantida contra o pensamento marxista. Na verdade, até os marxistas devem aprender, às vezes, a olhar para o Sul. A introdução de Schwarz nas vanguardas da “Teoria” metropolitana provocaria, certamente, muitos efeitos colaterais benéficos, mas teria, em última análise, um resultado auto-decepcionante. De qualquer modo, não é um cenário provável. A ambiência acadêmico-literária pós-estruturalista que ainda predomina e que rapidamente encontra um nicho para um Néstor García Canclini, ou um Nelly Richard, não encontrará muita sedução em trabalhos tais como “As idéias fora de lugar”. Antes, deverá ser o trabalho dos latino-americanistas, e outros mais, que extrapole o norte e se dissemine. O que nós precisamos, exatamente, não é apenas reproduzir o espaço teórico desobstruído pelo trabalho de Roberto Schwarz, mas também reproduzir, no interesse de nossos próprios propósitos intelectuais e da política cultural local, os Estados Unidos tomados em si como um equivalente conceitual do “Brasil” de Schwarz. “Brasil” que não se confunde, bem entendido, com um simulacro globalizado, nem com uma catacrese sem fim, mas corresponde ao espaço, “*diverso mas não alheio*”, de nossa própria versão milenária do concreto universal mediado.”(p.82)

Com tal declaração, Larsen pontua, claramente, a importância e a magnitude do trabalho crítico de Roberto Schwarz, definindo todo um arco de extensão envolvido na tensão incontornável entre o andamento da realidade do mundo e o método marxista das mediações a discerni-lo, juntamente com suas manifestações ideológicas. A medida do debate envolvido entre as várias vertentes do debate e da disputa teórica em torno dos chamados estudos pós-coloniais implica, necessariamente, a crítica do capital. Neste sentido, um divisor de águas se põe entre a versão histórica de hegemonia a predominar sobre a atualidade ou não de conceitos e referentes

cuja valoração, na teoria e na prática, se pauta pelo posicionamento em relação à dialética centro/periferia do capitalismo.

No âmbito da teoria, e mais precisamente, no campo da teoria literária, o marco se dá, como um aspecto central, tanto no diferencial situado entre a tradição materialista e o pós-estruturalismo (em suas vertentes mais em moda, a desconstrução e o culturalismo), quanto na difusão das fontes a partir dos centros metropolitanos ou no chamado terceiro mundo. Sendo que, neste último caso, entram diversos cruzamentos sobre o modo de ver, e propagar, o valor político das diferenças de enfoque, desde o modo militante à esquerda anti-capitalista e anti-colonialista até aquelas que propositadamente desconhecem a questão ou mesmo a subordinam à indiferença.

Aijaz Ahmad, em seu *Linhagens do presente* (2002) aborda, com a autoridade de intelectual de trânsito internacional de ponta, politicamente comprometido, a relevância inalienável do tratamento teórico dado a conceitos como império, nação e nacionalismo, cultura, como instâncias históricas sem as quais a Teoria não passa de discurso dos integrados à falácia da globalização e às ilhas de privilégios culturais e materiais que obrigatoriamente dão sustentação aos propagandistas do circuito mundialmente *aberto* da pós-modernidade.

Vejamos trecho indicativo do amplo espectro de questões implicadas no ascenso da Teoria enquanto elocutora da perda da validade do marxismo enquanto crítica da cultura, da ideologia, e sobretudo do capital e suas formações e instituições.

“Meu ponto de partida no presente livro, expresso de maneira breve, é que as grandes mudanças que testemunhamos na(s) situação(ões) da teoria literária ao longo do último quarto de século ocorreram dentro do contexto de câmbios monumentais e extremamente rápidos nas ordenações econômicas e políticas do mundo e que a rendição, em rápida sucessão, primeiro a um tipo terceiro-mundista de nacionalismo e depois à desconstrução – ao pós-estruturalismo em geral, de fato – por parte daquele ramo da teoria literária que está mais ocupado com as questões de colônia e império esconde, em vez de explicar, as relações entre literatura, teoria literária e o mundo do qual essas últimas parecem ser a literatura e a teoria.”(Ahmad, 2002, p. 46)

Particularmente na segunda metade do século passado, e em especial nas nações-colônias que ainda buscavam libertação do jugo imperialista direto, o papel que a desconstrução jogou teve dinamismo político efetivo. No Brasil, apesar da independência oficial já ter idade quase secular, o fenômeno de dimensão de época conjugava-se com o ciclo das ditaduras militares latino-americanas, não por acaso fomentado pelo imperialismo norte-americano na disputa com o comunismo soviético pela hegemonia ou polarização dos desfechos político-ideológicos das lutas com caráter nacionalista. Já abordei tangencialmente o tema, enquanto formulação adensada de

Schwarz. A desconstrução foi um importante contraponto ao impulso da reação autoritária às lutas de libertação terceiro-mundista, que teve na América Latina, e no Brasil, o seu valor de resistência presente na cena local no andamento das liberdades democráticas até certo ponto durante, e após a abertura política subsequente ao ciclo das ditaduras militares, mas que seguiu a direção orgânica dada em boa parte do mundo *descolonizado*, privilegiando posteriormente a abertura para a culturalização da política – basta assinalar a passagem ao largo da composição de classe interna, que continuou em seus enormes constrangimentos não propriamente de experimentação e trânsito cultural. Mais à frente, voltaremos a algumas palavras de Schwarz sobre a localização dessa corrente e seus derivativos em nossa cultura política.

Por ora, voltemos a Ahmad:

“Sabemos que esse ramo da teoria literária privilegiou o nacionalismo cultural como uma forma ideológica definitiva de resistência contra a cultura imperialista dominante ao longo do decênio de 1970; mas depois, cada vez mais nos anos de 1980, o próprio nacionalismo, em todas as suas formas, passou a ser descartado como um mecanismo coercitivo, opressivo.”(id., p. 46)

É claro o fundo político contido nessa rude, mas não ideologicamente desinteressada, guinada da função de resistência do nacionalismo. O giro vem acoplado à transição da hegemonia econômica de modelo multinacional, instalado em boa parte no manejo dos interesses estratégicos, empresariais e comerciais, por via da influência imperialista na condução político-administrativa dos países “em desenvolvimento”, para uma hegemonia transnacional, por sua vez apoiada substancialmente na influência dominante agora dirigida pelo garrote neo-liberal. Para as nações *democratizadas* a livre opção era a abertura econômica ultraliberal, embora unilateral, a fim de entrar no circuito dos mercados mundializados, sob pena de obsolescência ou definhamento ainda maior. O resultado atesta o estado de emergência em tratamento intensivo da maioria dos doentes, muitos terminais, sobreexplorados, para além dos fluxos comerciais, pela transferência direta de excedente de capital advinda pela exponenciação da armadilha das políticas de ajuste (monetário, fiscal, privatista, desregulamentador dos direitos sociais e dos trabalhadores, etc.).

Antes, e no meio do *tsunami* neo-liberal, iniciado sob a égide dos EUA de Reagan e da Inglaterra de Thatcher (com seus raios espalhados na periferia), a democracia ocidental conquistada pelos, ou concedida aos nacionalismos, internamente, mesmo que de modo relativo com traços comuns, mal ou bem abria espaço para a expressão diversificada do atávico ressentimento aos gringos metropolitanos, a seus reprodutores locais, e pela exigência das anteriores forças de resistência a solicitar o cumprimento na prática do programa nacional.

Aí a dimensão nitidamente política dos cortes interiores de classe e relações de poder e riqueza. Em paralelo à escalada avassaladora da mercantilização da cultura, quem tinha acesso estava bem, e já houvera cumprido o seu papel: democracia ofertada. Cabia aos insatisfeitos a luta dentro das regras, ou o degredo na familiar condição de opressão e miséria. Para todos, contudo, o novo agente político ganhava os ares poluídos, e espertamente diluídos, do *big brother* férreo da economia: se não se pode avançar é devido à gestão da economia, por sua vez subordinada à ditadura dos mercados, que, contra a aparência de mundializados, continuam concentrados nos interesses metropolitanos.

Quem invocar a antiga solidariedade na convergência de forças políticas para o projeto nacional estaria a coagir e a cercear os novos integrados.

O balizamento deste movimento, que aqui ousei improvisar, é, claro, sujeito a muitas relativizações, contradições e nuances, além de não eximirem as formas clássicas da repressão pelos aparelhos de Estado e da espoliação das forças produtivas – mas sem perder o sentido geral, contudo! –, não poderia deixar de cobrar sua fatura na justificação teórica dos novos descolados do referente, lançados à livre flutuação dos lugares e não-lugares disponíveis para quem tivesse acesso a tanta sofisticação!

Continua Ahmad, anotando, ao lado das modificações das referências *de ponta*, conforme o ponto de vista, no seio da Teoria, sua inequívoca ligação com o reconhecimento ou não do estado mundano da história:

“A mudança inesperada nos destinos da ideologia nacionalista no interior da teoria literária nos anos seguintes – à medida que passamos, por exemplo, de *Orientalismo* para o trabalho posterior do próprio Said, ou de Fredric Jameson para toda uma plethora de críticos menores e posteriores como Homi Bhabba – precisa, naturalmente, ser rastreada em relação aos desdobramentos internos à própria teoria literária. Mas os termos exatos em que ocorreu esse afastamento do nacionalismo cultural seriam ininteligíveis sem se levar em conta a ascendência do pós-estruturalismo, com seu desmascaramento de todos os mitos de origem, das narrativas totalizantes, dos agentes históricos coletivos e determinados – até mesmo do Estado e da economia política como espaços-chave para a narrativização histórica.”(id, p.46)

Como conciliar, numa ética que se pretenda sob qualquer pretexto libertária, a questão da desreferencialização dos agentes histórico-sociais, com a condição material das maiorias trabalhadoras, que, às vistas com os problemas concretos herdados da modernidade incompleta, não podem arcar com a *saída* do deslocamento de identidades ou sua convivência plural (nos casos em que o podem, desde que apartados de uma estratégia comum de resistência com desdobramentos práticos sobre os interesses estabelecidos), com o esquecimento do passado e a dívida nada retórica dos benefícios do progresso.

A *virada linguística* das narrativas realistas para os discursos e jogos de linguagem, a desconstrução, e toda sorte de variantes pós-estruturalistas que atacam a razão forte e seu enraizamento na realidade cotidiana do mundo (pautada eticamente pela exponencial sobreoferta de dor e destruição desnecessárias pelos pressupostos e recursos da modernidade), obtiveram uma vitória predominante na marcação de um campo intelectual que, paradoxalmente, prima pelo charme do irracionalismo (em suas modalidades contidas entre o engajamento conservador, a ingenuidade interessada, os niilismos de cátedra, e o cinismo desabrido mais ou menos belicoso).

Irracionalismo que, politicamente omissivo ou malicioso, mas ideológica e materialmente aparelhado pelas grandes máquinas de poder material, institucional e de produção simbólica e publicitária, colocou na retranca o pensamento comprometido com o conhecimento para a transformação da perversidade estrutural do capitalismo.

É parcela do que entendo conter na seqüência do balanço de Ahmad:

“Para esses desdobramentos mais recentes na “teoria”, especialmente para aqueles setores da teoria literária que estabeleceram os termos para lidar com questões como império, colônia e nação, essa situação geral teve efeitos particularmente desorientadores. Em um tipo de pressão, a política sofreu graus notáveis de diminuição. Qualquer tentativa de *conhecer* o mundo como um todo, ou de sustentar que ele está aberto à compreensão racional, sem falar do desejo de mudá-lo, deveria ser descartada como uma tentativa desprezível de construir “grandes narrativas” e “conhecimentos totalizadores (totalitários?)” (Ahmad, 2002, p. 79)

3.2.1) Situação metropolitana e posição latino-americana dos *estudos pós-coloniais*

Problemas teóricos de fundo se impõem quando se considera a validade e o valor da definição de *pós-colonialidade*. A partir do entendimento de que a nomeação e a delimitação deste paradigma emanaram dos centros ocidentais como apropriação dos rumos da crítica cultural depois da queda dos imperialismos e colonialismos diretos, várias genealogias se inter cruzam para os chamados *estudos pós-coloniais*.

Em meio a várias contradições e ramificações complexas, a própria definição do termo já encerra um questionamento crucial: sem entrar no vasto leque de especificidades dos processos específicos, internos e geo-políticos, como se deram nos diversos países e nos blocos do terceiro mundo, uma pergunta básica refere-se ao caráter efetivo de sua repercussão na soberania das

nações e, sobretudo, de seus povos. A generalidade da descolonização, em sua centralidade, constituir-se-ia em real libertação das massas populares e setores médios, ou numa operação hegemônica por suas elites enfeixadas desde sempre com as concepções e interesses metropolitanos?

Tendo por substrato essa dimensão política, o olhar sobre o referido paradigma reflete, no campo da teoria literária, a demanda pela atenção no lugar e modo de elocução das vozes que se erguem como autoridade no debate. De resto, é preciso não perder de vista o quanto de relação imediata da posteridade pós-colonial está imbrincada com o pós-moderno e o pós-estruturalismo. A medida da legitimidade da autoridade em pautar a multiplicidade dessas vozes está no grau em que se leva em conta o poder de conhecimento racional da integração mundial e na conseqüência que se extraia como conclusão (ou *desconclusão*) da necessidade e providências teóricas no sentido de resistência e transformação, onde inevitavelmente se encontrará, no limite da Teoria, seu pendur para uma transição e superação do capitalismo em seu estado neo-liberal, num sentido socialista, ou sua conservação e agravamento dos fenômenos de barbárie.

Neste limite, a própria capacidade de se auto-localizar no diferencial do tempo de sua formulação, alcance e disseminação, frente ao mapeamento do espaço e do momento e ritmo do andamento histórico, se lança ao debate teórico pós-colonial como incontornável desafio meta-teórico.

No caso particular da posição da América Latina no cenário da generalidade da descolonização e do pós-colonialismo, a tendência dominante é a marginalização, embora imersa em formulações contraditórias.

Alguns sinais e causas emblemáticas dessa situação são apresentados no ensaio de Fernando Coronil, “Latin American postcolonial studies and global decolonization”, na coletânea contida no *The Cambridge companion to postcolonial literary studies* (2004), editado por Neil Lazarus.

Referindo-se a alguns das mais reconhecidas antologias produzidas como *guias* dos textos pós-coloniais, o autor constata a reprodução da exclusão da América Latina em sua grande maioria. Um fator especial está no livro *Relocating Postcolonialism* (Goldberg and Quayson, 2002), em que, num diálogo entre John Comaroff and Homi Bhabha, que lhe serve de introdução, é provida por eles “uma moldura histórica para a “pós-colonialidade” em dois períodos básicos: o processo de descolonização do Terceiro Mundo, marcado pela independência

da Índia, em 1947; e a hegemonia do capitalismo neoliberal, assinalada pelo fim da Guerra Fria, em 1989.”(id., p.227)

Mas há contrastes inclusivos.

Tomo duas posições de autores recentes no campo do pós-colonialismo por ele comentados.

Conforme Bill Aschcroft (que em livro anterior co-editado em 1989, sobre teoria e prática nas literaturas pós-coloniais, basicamente excluía a América Latina), em artigo para livro sobre o debate pós-colonial na América Latina (1999), as nações da região já seriam formadas como primogênitas da modernidade (“modernity’s first born”), portanto não teriam necessidade de seu discurso teórico se definir como anti-colonialista. Já seriam naturalmente pós-coloniais.

“Ele define o discurso pós-colonial compreensivamente como “o discurso do colonizado” produzido em contextos coloniais; o qual, nesta condição, não tem que ser “anticolonial”. Ele apresenta os livros de Rigoberta Menchú e Juan Rulfo, *I, Rigoberta Menchú* e *Pedro Páramo*, como exemplos reveladores de que as “estratégias transformativas do discurso pós-colonial, estratégias que implicam as mais profundas rupturas da modernidade, não são limitadas às colonizações recentes”. Enquanto sua definição compreensiva do campo inclui os discursos latino-americanos desde a conquista (conquest), seus exemplos sugerem um campo bem mais estreito, definido por um critério mais discriminador, embora bem menos investigado.”(p.227)

Uma visão inclusiva *compreensiva*, cujos termos de definição, porém, não ficam muito claros, além do paradoxo sobre o discurso *pós* em contexto colonial, e da problematicidade de dupla via da consideração sobre a origem já moderna da região.

O segundo autor mencionado por Coronil é Robert Young, cujo livro anterior, *White Mythologies* (1990) servira para sacralizar Said, Bhabba e Spivak como a trindade fundante dos estudos *pós*. Em seu novo livro *Postcolonialism: An Historical Introduction* (2001), esta ênfase “fundacional” é aplicada à América Latina e ao Terceiro Mundo, a ponto de ele preferir nomear o campo como “tricontinentalismo”.

“Young reconhece que o pós-colonialismo tem longas e variadas genealogias, mas ele acha necessário restringi-lo ao pensamento anticolonial desenvolvido posteriormente à obtenção da independência política formal: “ Muitos dos problemas que afloram podem ser resolvidos se o pós-colonial for definido como subsequente ao colonialismo e ao imperialismo, tomados em seu sentido original de dominação diretamente regulada.”(p.227)

Prosseguindo, no reconhecimento do critério histórico como divisor centrado na independência política formal para definição do campo teórico em questão, o mesmo Young

admitirá tanto o pensamento anticolonial como sua distinção entre as periferias marginalizadas e os impérios, cuja hegemonia intelectual e acadêmica dos últimos, em sua pretensão de demarcação do *conhecimento objetivo*, só seria contraposta pelos primeiros quando da sua evolução de experiência política e cultural, a ponto de permitir um amadurecimento teórico que se aproximasse do grau daquelas potências como requisito para combater no mesmo nível.

No entanto, mesmo no caso de movimentos anticoloniais bem sucedidos, o resultado desse combate não era pleno: fazia-se necessário lutar teoricamente também dentro do coração dos poderes coloniais.

No reconhecimento dos autores latino-americanos, em sua diversidade e fecundidade teóricas originais, dentro da linha supracitada, a das independências formais, Young dedica dois “breves” capítulos ao pensamento latino-americano pós-colonial, onde lista alguns nomes selecionados como destaque.

Interessa-nos de perto a seção “Cultural Dependency”, na qual dispõe

“um olhar panorâmico sobre as idéias de alguns críticos culturais que, para ser breve, reduzirei a poucos nomes e aos conceitos-chave associados a seus trabalhos: a “antropofagia” do brasileiro Oswald de Andrade (a formação da identidade latino-americana pela “digestão” de várias formações culturais mundo afora); a “transculturação” do cubano Fernando Ortíz (a transformação criativa das culturas, à parte as confrontações coloniais); as “idéias fora de lugar” do brasileiro Roberto Schwarz (a justaposição nas Américas de idéias provenientes de tempos e sociedades diferentes); e as “culturas híbridas” do argentino Nestor García Canclini (a negociação do tradicional e do moderno nas formações culturais Latino-Americanas.”(Coronil. In: Lazarus, 2004, p. 228)

No contexto da seleção, e mais, de projeção da produção teórica desses pensadores anti-colonialistas, Coronil ressalta que:

“A despeito do significado que ele aloca às reflexões teóricas dos centros metropolitanos, Young não menciona os muitos Latino-Americanistas que, ao trabalhar a partir destes centros ou em posições cambiáveis entre eles e a América-Latina, produziram críticas monumentais do colonialismo durante o mesmo período em que Said, Babba e Spivak – por exemplo: Enrique Dussel, Anibal Quijano, e Walter Mignolo, entre outros”(id., ibid.)

Assim, nesta segunda posição, inclusiva quanto à relevância dos teóricos latino-americanos (entre os quais, a referência explícita a Schwarz) no pólo anti-colonialista, permanece, contudo, o problema do critério de seletividade e aprofundamento detalhado da amplitude da produção de conhecimento latino-americana.

Pelo contraste da *exclusão* da América Latina dos estudos pós-coloniais, e pelos contrastes verificados entre as duas posições inclusivas, são ressaltadas as dificuldades de

definição do âmbito desse campo na região e na sua difusão e recepção nos centros metropolitanos.

Uma terceira posição, derivada de aspecto conclusivo do próprio Coronil servirá bem de fecho para este tópico, em que busquei dimensionar, ainda que em brevíssimo recorte, os marcos, a complexidade, os sinais e contradições, presentes na encruzilhada do debate entre teoria/história ou entre teoria e história. Trata-se, simplesmente, de uma posição de bom-senso, sobriedade e abertura intelectual quanto ao tema:

“Tanto se adotada uma definição aberta ou restrita dos estudos pós-coloniais Latino-Americanos, o que é fundamental, contudo, é tratar similarmente, com a mesma honestidade intelectual, todos os pensadores e discursos incluídos no campo geral do pós-colonial, sejam eles produzidos nos centros metropolitanos ou nas várias periferias, escrevendo ou falando em inglês ou em outras línguas. De outro modo, a avaliação do pensamento pós-colonial corre o risco de auto-reproduzir a subalternização de povos e culturas contra a qual ela reivindica se opor.”(id., p. 229)

Se feita a aproximação desta declaração de princípios sem preconceitos intelectuais, mas eticamente posicionada contra a “subalternização”, com a de Neil Larsen, acima citada, na qual enfatiza expressamente a importância e a extensão da “quieta revolução” promovida pela realização do método marxista, tendo por chave a especificidade brasileira no mundo, obtém-se, creio, uma interessante e substancial convergência quanto à amplitude e profundidade da obra crítica de Roberto Schwarz.

Neste intervalo sobre a repercussão mundial e apropriação ideológica do *pensamento periférico*, ao lado e além da posição interna na experiência intelectual do Brasil, vejo mais uma vez indicada a situação de Schwarz enquanto solidamente fincada no cerne do debate teórico contemporâneo mais elaborado, sem dever nenhum argumento à disputa da hegemonia ou da qualificação da resistência, tanto no plano ideológico e cultural, quanto na desmistificação de que literatura não se conjuga com realidade. Afinal, são muitas e criteriosas as evidências de que a palavra *catástrofe* não pode ser reduzida a um jogo de linguagem, ser submetida à inspeção da culturalização de seu significado, nem ter pesos diferentes no império ou na colônia (a diferença pode estar na mensuração das causalidades caso a caso), por mais descolonização que esta tenha logrado.

Ao contrário do que postula, ideologicamente interessada, a família dos *pós*, tanto no plano da teoria e da teoria literária, quanto no da herança e do balanço da realidade histórica da herança das colonizações, bem como da prospecção de que sentido político venham a tomar, não há como avançar racionalmente sem considerar a questão da dimensão do conflito de classes, nas

formas específicas que assume nacionalmente, dentro da divisão internacional do trabalho, material e imaterial, em suas variações atuais e para o futuro, bem como a permanência central da polaridade centro/periferia como assimetria material de poder que nenhum discurso, por radical e sofisticado que seja, poderá dissolver. O que não deixa de ser também um problema teórico, a que a Teoria, daqui algumas décadas, emprestará o devido valor no curso das coisas e da *civilização* do capital.

3.3) A FALA DO CRÍTICO

Traçado esse contexto de críticas procedentes, ao menos em parte, e que atestam desdobramentos e repercussão muito vivos às posições de Schwarz, deixemos o crítico falar por si, e, baseado em citações de entrevistas por ele concedidas, como apoiado em alguns trechos escolhidos em seus textos, passo a algumas questões de fundo que o identificam como pensador materialista e brasileiro, ao sê-lo justamente por vincular a experiência do país ao andamento da história mundial contemporânea e à crítica do capital, e vice-versa, numa síntese tão original quanto carregada de voltagem que incendeia, calma e seguramente, um quantitativo muito grande de ilusões tropicais, *ma non troppo*.

Ressalto que a intenção é apenas pontuar possíveis correlações e inferências derivadas de polêmicas cuja profundidade e atualidade são patentes, como vimos acima, seja no campo da pesquisa dialética estético-literária, seja no domínio do dinamismo social. Uma espécie de retrospecto que ativará a memória interessada em particular a algum, entre tantos, dos problemas para os quais este trabalho pretende ter, em sua escala, contribuído para instigar.

3.3.1) Desajuste, imitação cultural, nação e colônia: presença de Lukács

Para seu livro *Lukacs after communism: interviews with contemporary intellectuals*, Eva L. Corredor entrevistou Schwarz em 1994 (“Entrevista com Roberto Schwarz”, *Literatura e Sociedade*, nº6, 2002).

Reproduzo aqui um recorte mínimo de suas perguntas, bem como das respostas, sobre pontos focais na obra schwarziana, em particular no que possui de assimilação da obra de Lukács. “Quando comecei a ler o seu livro (*Misplaced ideas*), fiquei imaginando o que você queria dizer com “fora do lugar”. Mais adiante encontram-se outras expressões do mesmo tipo, tais como “desajuste”, “deslocamento” etc., e em cada caso o termo negativo se transforma em uma noção positiva. (...) O que você pretende com tal dialética? Ela é bem diferente da de Lukács, que é a hegeliano-marxista, particularmente no sentido em que você parece não dar tanta ênfase à síntese e claramente critica as abordagens normativas, do tipo a que Lukács aderiu.”

RS - “De acordo. Termos como “fora do lugar” e “desajuste” apontam para um desvio da norma europeia (a norma que Lukács critica, valoriza e representa), e nesse primeiro sentido eles são negativos. Mas são também positivos, no sentido em que apontam para realidades estruturais que precisam ser examinadas a título próprio ou assumidas como materiais artísticos.

Todos os países da periferia do capitalismo têm culturas extremamente dissonantes. A dissonância resulta da necessidade histórica de incorporar o que é novo nos países modernos e avançados e da não menos histórica necessidade de ser fiel às relações sociais locais. É isso que produz o torcicolo, a permanente falta de organicidade na vida cultural. Os escritores melhores descobrem que as dissonâncias não são simples erros artísticos, que são ao contrário muito substantivas, que a substância do processo nacional está aí. Então eles começam a elaborá-las desenvolvendo um senso de humor que depende dessas dissonâncias.”(p.24-5)

A ressaltar, aqui, a presença concomitante do pólo negativo e do positivo do desajuste, bem como sua gênese na dissonância entre modelo europeu, até mesmo num teórico dialético como Lukács, e realidade social interna. Dessa tensão em torcicolo, decorre a característica da dissonância detectável na matéria estética não como erro, mas como caminho para o conhecimento específico e irônico em modo singular que revela, bem entendido, o ganho de novidade na autonomia de avaliação identitária.

Segue a entrevistadora: “Em suas tentativas de imaginar alguma ajuda ou mudança para o Brasil, você também diz para tomar cuidado com as ideologias alienígenas. Você alerta contra a imitação. Identifica como um dos maiores problemas do Brasil, que você considera trágico, a necessidade de imitar. Você diz: “Brasileiro e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *posticho*, *inautêntico*, *imitado* da vida cultural que levamos” (Nacional por Subtração, in Que horas são?, p.29). Você fala de uma “cultura reflexa”. Você também diz que “historicamente não existe isso a que se chama repetição” (Cultura e Política, 1964-69, in O pai de família, p.86). Há bons modelos?”

RS - “O ponto é que não sou contra a imitação, muito pelo contrário. Parece que isso não ficou claro no livro. Os alertas contra a imitação eram irônicos, são paródia das preocupações conservadoras com a integridade nacional. O que estou tentando explicar é outra coisa: *por que* a cultura moderna é *percebida* como imitação no Brasil. As razões estão profundamente ligadas à estrutura de classe e à história mundial e não têm nada a ver com uma via nacional “autêntica”, que precisa ser preservada.

Imitação é uma palavra traiçoeira, desde que assumiu os tons românticos e lamentáveis de recusa a tudo o que não fosse original. Esse tipo de sentimento entrou numa aliança confusa com a situação ideológica em nossos países de independência recente e “complexo colonial”. Qual era o contexto do argumento, que em certa medida e com algumas modificações ainda hoje está vivo? Havia um extrato superior ligado ao mundo moderno que se atribuía a missão histórica e nacional de mudar as relações sociais herdadas dos tempos coloniais de modo a transformar a massa colonial em cidadãos livres e modernos. Entretanto esse extrato superior, que de muitas formas se beneficiava da iniquidades anteriores, rapidamente se oporia a essas mesmas mudanças modernizantes, além de ter sentimentos contraditórios que muitas vezes chegava à histeria, refletia essa espécie de ambivalência dos educados. E no entanto ocultava os verdadeiros problemas do progresso social, que nada têm a ver com a alternativa entre imitação e originalidade e obviamente supõem uma combinação das duas, assim como a ausência de progresso social. Em si mesma, a imitação não é boa nem ruim, e deve ser examinada em seus resultados, que podem aparecer como diferentes para as diferentes classes sociais.”(p.19)

O foco na percepção interna da cultura moderna, e não na imitação em si, é primordial. A histeria ambivalente das elites alterna-se entre a culpa pela independência moderna, mas sem alcance, interno e externo, capaz de alterar a condição colonial, e o exercício operacional do privilégio e do arbítrio. A linha de fuga compensatória transita para a mistificação da cultura como defesa supostamente universal dentro da nação, quando na verdade ideologicamente interessada, mesmo na forma peculiarmente desajustada de expressão. Os sentimentos contraditórios, levam à inversão da dimensão cultural como civilizatória para o lado do nacionalismo, e sem passar por uma intenção real de soberania, imputam à imitação os males que na verdade alimentavam.

Eva L. Corredor: “Seria interessante verificar o que um dado país fez do modelo, como modificou. Isso revelaria a especificidade e a ideologia do país. Tal investigação seria bem lukacsiana: a análise de uma forma se desenvolvendo num contexto histórico e social. Não vejo nisso nenhum conflito com o método lukacsiano. A análise seria histórica, social, situacional, estrutural...”

RS – “Em certa medida pode-se dizer que a análise de Lukács pressupõe, especialmente os ensaios dos anos 30, uma espécie de unidade da nação. Ele fala, por exemplo, do povo alemão, do povo francês e de desenvolvimentos nacionais. Isso pode ser um tributo ao socialismo – ou capitalismo – num só país. Em países como os nossos da América Latina, a unidade significativa não é nacional. Como provêm de uma matriz colonial, eles pertencem a uma unidade que é transnacional desde o início e, para entendê-los direito, é preciso entender também aquele outro pólo; um pólo significativo de todos os países latino-americanos é externo. As formas culturais vêm de fora, e a dependência econômica tem um pólo externo por definição. O contorno nacional não se completou e provavelmente não se completará. Até certo ponto, essas experiências são mais verdadeiras que as européias, porque as nações européias também não são unidades fechadas, embora pareçam. Aquele tipo de necessidade interna, orgânica, que Lukács expõe tão bem para as nações européias, sua luta de classes e sua cultura foi um modelo atuante e inevitável para a construção das nações latino-americanas. Mas como essas nações estão se desagregando antes de terem completado o processo, elas nos obrigam a reconhecer o que havia de ilusório no modelo. Se dermos só mais um passo adiante, conforme a autonomia nacional também vai perdendo a força nos países avançados, as perplexidades latino-americanas sobre ela começam a soar mais verdadeiras do que a confiança que ainda pode existir no Primeiro Mundo.”(p. 23)

Aqui é necessária uma atenção especial, uma vez que se trata de ponto muito controvertido por envolver tanto a desmistificação desencantadora dos países latino-americanos, Brasil incluído, quanto a suposta vantagem diferencial em entender o atraso como condição a solicitar a equiparação à modernidade completa, ou ao primeiro mundo, o mundo desenvolvido. Se há um privilégio cognitivo nessa condição de uma unidade ambígua e em desagregação antes de se completar, será o de tornar a perplexidade mais instada a ir ao encontro de um impasse

insolúvel, ao menos nesta hora histórica? Aliás, é forte a afirmativa de que o contorno nacional provavelmente não se completará. Um enunciado sensível a ouvidos mais tentados ao patriotismo ou à patriotada, que não se equiparam ao sentimento nacional, ao qual, para efeito diagnóstico e prático de realidade, cabe cautela quanto a ilusões.

3.3.2) Desconstrução, matriz brasileira e forma desagregada

Seguindo na entrevista de Eva L. Corredor, é perceptível a diferença de análise entre a construção e trajetória materialista e os postulados da desconstrução filosófica, quando lançados a partir dos, e sobre os efeitos da desagregação como processo mundial. Processualidade dada em graus e aparências diversas, mas não desconectadas.

“O que me impressionou em sua análise de Machado de Assis foi que você tentou, em certo sentido, desconstruir o modelo europeu, a “originalidade” da Europa, dizendo que ela não funciona no Brasil. Se a Europa for uma “origem”, ela não funciona aqui. Parece-me que essa idéia não é lukacsiana, mas derrideana, apagamento e desconstrução da origem. Derrida ajudou na formulação dessa idéia?”

RS – “O que me ajudou foi perceber que o modelo lukacsiano estaria fora de lugar no Brasil.”

“A presença de Lukács é básica no meu trabalho – como termo diferencial. Acho muito produtivo explorar em que sentido a sua construção é inadequada para a América Latina. E isso não é uma crítica. Lukács construiu um modelo para a história européia das idéias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo. É uma construção poderosa. Ele mostra como esse desenvolvimento funciona ativamente na obra de filósofos e romancistas. Se nos voltarmos para a América Latina, observaremos que essa seqüência não existe aqui e que, portanto, ela não é universal. Aqui a seqüência vai do colonialismo para uma tentativa de estado nacional. É um erro amplamente disseminado a tentativa de fazer esses termos coincidirem com feudalismo e capitalismo. Todos sabemos que o colonialismo e a escravidão colonial não vêm antes dos estados mercantilistas e que são um fenômeno inteiramente moderno. Por isso a relação é de ordem diferente.”(p. 21)

Há vários aspectos capitais em jogo. A análise da história da América Latina implica um percurso diferencial em relação à história da formação européia. No entanto, o método de Lukács, assim como o do próprio Marx, exigiria aqui novos desenvolvimentos conceituais. O fato de colonialismo e escravidão já decorrerem dentro do capitalismo moderno invoca duplamente as concepções de pós-colonialismo. De um lado, o pólo sempre moderno, ligado à

dominação externa, respalda a visão compreensiva dos estudos pós-coloniais ou até a exclusão da América Latina, uma vez que desde sempre suas elites estariam vinculadas às potências dominantes. Por outro, o pólo da inclusão das massas na cidadania vibrou na corrente dos nacionalismos de terceiro mundo, por sua vez amparados nas lutas de classes européias e na referência da construção de uma unidade nacional orgânica, o que se correlaciona com a visão de peculiaridade ou até originalidade crítica da função latino-americana na Teoria. Uma alternativa, contudo, é a percepção, baseada na materialidade dos danos, de que a dimensão realmente integradora – o que não quer dizer unificadora – em nível internacional, tanto do que se completou moderno quanto do que ficou inconcluso, é o processo de desagregação. Processo este que é teorizado, pela desconstrução derivada das teses de Foucault e Derrida e apropriada por aqui, no terreno da crítica da cultura e da filosofia, como uma “seqüência infinita de transformações, sem começo nem fim, sem primeiro ou segundo, pior ou melhor.” (“Nacional por subtração”, Schwarz, 1987,p.36)

Nesta série sem finalidade e sem fundamentos totalizantes, perderia sentido qualquer busca racional por uma referência lógica, mesmo uma lógica histórica, o que possibilitaria a abolição da origem e da ordem de causalidades dos fatores estruturais, com a conseqüente perda de referencialização dos sujeitos sociológicos, do sujeito político de fundo iluminista, e das subjetividades, que gozariam, então, o prazer da desidentificação como experiência de liberdade alivante dos tensos compromissos com programas e instituições falidos. Já pontuamos que essa perspectiva teve o seu papel flexibilizador com função política, tanto nas lutas de descolonização, quanto na sua vertente, que inclui o Brasil, de questionamento da persona rígida imposta pelo ciclo de ditaduras militares.

No entanto, o tempo passou, e com a ascensão do neo-liberalismo, com a hegemonia selvagem da especulação dos mercados e do predatório fluxo de capitais, essa desidentificação entre desenganada e paroxística parece ter transitado para uma esfera estéril de contestação, apesar de sua radicalidade proclamada, e é conveniente ressaltar, gerada com ênfase nos centros do capitalismo. Sua promessa de realização não se deu, a não ser como circulação acadêmica nos circuitos globalistas, ou, como mercadoria de preço restrito, não raro tomada reforço de uma mistificação da economia turística do entrecruzamento das trocas culturalistas, supostamente horizontalizáveis entre centro e periferia.

“Resta ver se o rompimento conceitual com o primado da origem leva a equacionar ou combater relações de subordinação efetiva. (...)

Contrariamente ao que aquela análise faz supor, a quebra do deslumbramento cultural do subdesenvolvido não afeta o fundamento da situação, que é prático.”(Schwarz, 1987, p. 36)

Com o acento histórico próprio contemporâneo das circunstâncias mundiais do capital, abraçadas localmente à decomposição do projeto nacional-desenvolvimentista, que, mal ou bem, vinha sendo aplicado até a transição dos anos 70/80, o que se manifestou na década de 90, com agravante agressivamente destrutivo foi o ataque, induzido pelo sectarismo do Consenso de Whashington e suas agências internacionais de coerção e monitoramento ortodoxo, ao já precário campo social, ao trabalho, às estruturas de estado, etc., tudo em nome de uma verdadeira libertinagem financeira. Em decorrência, a dissonância, o desajuste, se elevou a um grau exponenciado de desagregação, levando os sentimentos contraditórios das elites e das, por definição, oscilantes, classes médias (compelidas a um angustiante salve-se quem puder se adequar ao mercado e manter o status, enquanto a ameaça real era o fator de proletarização), sem falar no esgarçamento entre as massas, pelo aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da informalização, da pobreza, da indigência, da criminalidade e dos fundamentalismos de toda sorte, a evidenciar o bisonho misto de desespero com estratégia de guerra pela sobrevivência. Tudo isso, na realidade prática, levou ao acirramento da ambivalente segurança, seja no sentido identitário, subjetivo e objetivo, seja no tecido da vida cotidiana, ou ainda, na concepção literal de uma paranóia realista cuja distribuição dos efeitos deletérios, apesar de geral, tem sinal efetivo de classe social.

“Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias – especialidades enfim do exercício de leitura pós-estruturalista – adquiriu uma dura vigência prática.”(Schwarz, “Fim de século”, 1999, p.158)

Esta quadra incontornável à análise minimamente encadeada e serena dos fatos permite verificar que o erro artístico do escritor brasileiro, que não era erro, mas complexa tradução e experiência irônica da posição do narrador diante da falha dissonante, antes volúvel, hoje talvez volátil, tenha se transformado, em boa parte, como causa do esvaziamento da literatura, ou em sua cisão degradada, embora não mutuamente excludente, por exemplo, entre uma vertente de subjetividades fragmentárias, decadentes, e intransitivas, e uma outra mais visceral, em que o vetor da violência é a tônica, cuja passagem em forma dá-se em vários tons, desde o

sensacionalista, ao sádico, ao narcisismo perverso, à denúncia e ao depoimento sociais, mais ou menos articulados, entre outros.

Se isso for pertinente, pode ser lido como sintoma de que a linhagem das grandes narrativas como forma de conhecimento objetivo, descartadas como infundadas e condicionantes do sujeito, um tanto ironicamente pedem o seu desrecalque: a abolição da razão aprisionadora, das injunções históricas do passado, do movimento real da especificidade brasileira e da destrutividade desigualmente combinada, mas sistêmica, do mundo contemporâneo, estranhamente se inverte numa metáfora, ou mais especificamente, numa catacrese, positivista.

Assim, a forma pós-estruturalista, em sua errância exploratória e vertiginosa, não deixaria de apontar, pela negatividade de sua literariedade, a estilização da desestabilização, cujo sujeito fraturado, mais do que demandar liberdade no fluxo do caos, parece solicitar o retorno do princípio da realidade, a qual, por mais dura, não deixa de ser. O que pode exigir novas sínteses conceituais, mas não indicar a supressão de qualquer mediação da teoria com o conjunto da matéria prática, numa excitação relativizante que beira, tendencialmente e contra seu eventual potencial crítico desierarquizante, a angústia do absoluto.

É o que delineia, salvo engano, o balanço de Schwarz sobre o “conjunto impressionante de ilusões” que “a desintegração do projeto desenvolvimentista deixou por terra”:

“Procurei indicar a afinidade que existe entre essa desautorização maciça de uma experiência histórica e o teor de ambigüidade que a nova crítica injetou nas categorias históricas tradicionais. Tanto que a desconstrução filosófica, apesar do esoterismo, chega a parecer uma descrição vulgarmente empírica de notórios equívocos e desenganos contemporâneos. Contudo, basta pensar um pouco mais concretamente naquela desintegração para lhe notar a materialidade prática, um peso de catástrofe real que não se compagina com o estatuto apenas discursivo da crítica filosófica e de seu objeto.”(159)

3.3.3) Adorno, Candido, sondagem local e mundial, e o “pessimismo”

Em entrevista concedida à revista *Cult* (2003), perguntado sobre o contato e a influência de Adorno, Schwarz traça um painel centrado nas primeiras leituras dos textos do autor e numa certa ambiência universitária, que buscava conjugar a pesquisa empírica à reflexão teórica exigente e à crítica de esquerda. Combinação para a qual, no Brasil, não havia modelos. No âmbito estético, ressalta a importância das *Notas de Literatura* e dos ensaios do teórico sobre música, cujo conteúdo e clareza de exposição permitem extrair, ou agregar, pressupostos fundamentais “sobre o funcionamento da forma, de sua substância social-histórica, de sua

revolução moderna, de seu caráter construído e exploratório, e sobretudo de sua lógica objetiva”(p.11).

Nota também que, naqueles mesmos anos (início da década de 60), Antonio Candido

“estava elaborando uma noção materialista da forma literária, que ia no mesmo sentido. Em vez de opor a invenção formal à apreensão histórica, segregando estas faculdades e os respectivos domínios, ele buscou a sua articulação”. (...) De outro ângulo, tratava-se de explicar como configurações externas, pertencentes à vida extra-artística, podiam passar para dentro de obras de fantasia, onde se tornavam força de estruturação e mostravam algo de si que não estivera à vista. (...) Tratava-se também de explicar como a crítica podia refazer este percurso por sua vez e chegar a um âmbito através do outro, com ganho de conhecimento em relação a ambos. O vaivém exige uma descrição estruturada dos dois campos, tanto da obra como da realidade social, cujas ligações são matéria de reflexão.” (p.11-2)

Restam claras as filiações de método histórico estrutural que, atento à capacidade singular de prospecção da substância social-histórica sedimentada na forma estética, alia ao percorrido crítico de sua composição uma fecundidade mútua que permite à reflexão extrair novidade de conhecimento. Justamente por se configurar como trabalho de captação, a forma objetivada explicita potencialmente aspectos que jazem em si, e em suas conexões com outros elementos, em estado disperso ou em formação contraditória ainda não completada suficientemente como matéria de vida cotidiana.

Desse modo, a recapitulação dos mecanismos com os quais a fantasia se estrutura em forma, permite ao sujeito articular os contrastes que a diferenciam como objeto autônomo, mas não alheio ao movimento objetivo da realidade. Por se formar sobre, e ao mesmo tempo, dentro da formação social, a forma estética tem seu limite objetivo. Da tensão entre o que é reprodução e o que representa alteração na expectativa, sensível e intelectual, resulta a mobilização que pedirá à apreensão sua própria resposta ao problema (que, não ao acaso, lhe despertou a atenção), cuja condição de sentido é fazer-se precedente.

3.3.4) Especificidade da periferia, universalidade do centro(?): discrepância e complementaridade

“Digamos que o ensaísmo de Antonio Candido e a sua pesquisa de formas ambicionavam esclarecer a peculiaridade da experiência brasileira, seja literária, seja social. Ao passo que Adorno sondava o sentido e o destino da civilização burguesa como um todo.

Num caso está em pauta o Brasil, e só mediatamente o curso do mundo; enquanto no outro se trata do rumo da humanidade como que diretamente. A diferença das linhas de horizonte acarreta uma diferença de gênero e tom – um menor e outro maior, os dois com prós e contras. De fato, dificilmente alguém buscará orientação sobre o mundo contemporâneo num estudo sobre as *Memórias de um sargento de milícias* e a dialética da malandragem (embora seja perfeitamente possível), assim como ninguém buscará menos do que isso num ensaio sobre Höelderlin ou Beckett. Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de uma certa linearidade indevida nas construções dialéticas de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro.”
(id.p.12)

Com estas palavras, Roberto Schwarz resume as diferenças de foco na função e no resultado do método dialético de pesquisa formal. Uma das similaridades entre Candido e Adorno estaria na ênfase “livre e heurística” com que se aproximam da obra de arte. Para o primeiro, o que Schwarz destaca é a resolutividade com que se teria lançado ao estudo do valor da experiência cultural da periferia, avançando com originalidade sobre essa experiência em sua peculiaridade brasileira. O resultado é a constatação concreta de que o estudo da forma Brasil, assim como a boa obra literária apresenta novidades particularizáveis, pressupõe a necessidade de categorias próprias, o que não é pouco, tanto pelo mérito, quanto pela mudança geral de perspectiva na relação entre o par centro/periferia. Mudança que se aplica ao universalismo centrípeto homogeneizador, mesmo à esquerda, incluídos os grandes dialéticos europeus (dos quais não cabe transposição direta), como também aos rompantes, algo ufanistas ou disparatados, dos localismos centrífugos ou até com pretensões de exportar a “brasilidade” pronta ou em estado de maleabilidade. A especificidade da experiência brasileira só tem sentido, então, como uma tarefa teórica posta a si própria, o que vai longe de originalidade sem origem, de xenofobia ou nacionalismo.

Quanto a Adorno, situado no coração da Europa, com profunda pesquisa sobre a sociologia da vida norte-americana, no epicentro do *curto século XX*, estava na plataforma de sondagem referida: o horizonte do sentido e do destino do mundo burguês, nada animador, como se sabe. Para os brasileiros, nossa *vantagem* era a aprimoração do senso próprio das mediações, com a devida afinação do tom maior no diapasão de cá.

Adiante, reforçando o destaque que teve na sua formação a participação no grupo de professores mais novos de sua geração, que se reunia nos seminários de Marx (leitura de *O*

Capital), direcionados ao entendimento do Brasil, aponta uma chave teórica do sentido da pesquisa dialética a partir da periferia: “o que há entre as formas sociais da periferia e do centro é uma relação de discrepância e de complementaridade, capaz de evoluir, mas que não é contingente nem tende a se dissolver em igualdade.”(p.12)

Se há a possibilidade de emoldurar (no sentido de delimitar, resta claro) uma fórmula dialética, esta é digna de nota, por expressar que o futuro periférico não tem destino preciso, sem deixar de ter chão próprio, embora fraturado e não exclusivo.

Retornando a Adorno, e relembando a já citada formulação schwarziana de que “o contorno nacional não se completou e provavelmente não se completará”, vale a pena o empenho no discernimento de uma certa confusão entre crítica objetiva e pessimismo, entre independência de pensamento e voluntarismo político, sentimento nacional e nacionalismo. Nos termos de Horkheimer (já comentados no capítulo 2), a teoria crítica já nasce política. Mas, salvo em momentos de exceção na história (a que pode servir como definição prática de rumos), não diretamente política, nem muito menos partidária, menos ainda passional, demasiado passional ou ressentida, a função da crítica é ser crítica e concreta, o que não quer dizer açodamento mecanicista, nem interferência subjetivista. Repito o próprio Adorno, ao afirmar que pensar é agir, e que teoria é uma forma de práxis, segue que a densidade do pensamento crítico não deve estar submetida, sob pena de perder o seu próprio potencial ... político.

Digo isto por entender que a Pergunta *Cult*, abaixo, espelha bem esse risco de desvio sobre o papel da teoria crítica.

“Uma crítica habitual ao pensamento adorniano é que este, ao desesperar da solução revolucionária ou política, conduziria a uma espécie de imobilismo político, ao pensador isolado em sua torre de marfim. Qual a sua visão a respeito?

R.S.: Até onde vejo, a crítica não se aplica nem um pouco. Adorno é um escritor de mobilidade fora do comum e de grande apetite polêmico. Se há um ensaísta que não se fechou na cultura canonizada foi ele, que escreveu sobre colunas astrológicas, jazz, meia cultura, a degradação do cotidiano pelo capital etc., além de polemizar memoravelmente com Heidegger, Lukács, Sartre, Huxley, Mannheim, Bloch, o movimento estudantil e outros. O bloqueio da solução revolucionária e a esterilidade da política eleitoral são diagnósticos e não preferências. Pode-se discordar, mas as razões para concordar são consideráveis. A independência intelectual e a confiança no valor objetivo dos argumentos e da intervenção crítica fazem que Adorno possa criticar sem hesitação o seu venerado Schönberg, o admiradíssimo amigo Walter Benjamin, o genial e duvidoso (a seus olhos) Brecht, sem falar em Kant, Hegel, Marx, Nietzsche e Freud. É uma liberdade do espírito a que não estamos acostumados e que, talvez por irritação, leva muitos à extravagante objeção a uma suposta torre de marfim. Aliás, a existência civil do espírito crítico é um fato político importante, muito raro, possivelmente mais radical do que a filiação partidária.” (id., p. 12)

Sem contar a profundidade, o volume e a dimensão da produção adorniana, cabe acentuar o aspecto de diagnóstico frente à preferência, bem como o fato de que a independência e a objetividade levam a discordância para um campo longínquo aos dogmatismos. Mais ainda, frente ao quilate dos contendores, não cabe ao teórico alemão a pecha de insulamento ou imobilismo. A própria repercussão viva e, diria, de amplitude universal na cultura ocidental moderna, é prova incontestada de sua práxis teórica objetivada, muito mais longeva que inúmeras entidades e personalidades políticas, em senso estrito.

Na sociedade reificada e corporativa, mais ainda, ou de modo peculiar, no Brasil, onde a esfera pública, via de regra, é tragada por suas taras atávicas, tais quais: o patrimonialismo, o clientelismo, o apadrinhamento, a corrupção, o autoritarismo, a violência, e a volubilidade como mecanismo social passível de se naturalizar enquanto modo de subjetivação – algo como o espírito civil livre e embasado teoricamente pode ser mesmo de assustar, se não sucumbir à psicografia do medalhão.

Mutatis mutandis, entendo que algo de semelhante ao traço açodado e ressentido, ou irritado, contido naquele tipo de crítica habitual ocorre com Schwarz. Não foi o caso de citar aqui, no corpo deste trabalho, no qual só compareceram pequena, mas significativa, amostra de debatedores corteses, mas que há essa crítica pouco fundamentada cabe assinalar. Sempre a lembrar do traço civilizante, em que a polêmica e a discordância se travam na força dos argumentos, e não das paixões ideológicas ou das diatribes pessoais (em que pese todo o direito à paixão e às querelas, a que manda o bom senso, contudo, dar forma em algum momento, salvo engano).

CONCLUSÃO

Falei, por último, em diatribes pessoais e em esfera pública. Acredito que na polaridade entre estes dois traços se desenha um dos conceitos centrais teorizados por Schwarz, a volubilidade como mecanismo social que perpassa a vida brasileira.

Da análise da presença da volubilidade como princípio formal constitutivo da composição de *Brás Cubas*, emerge, já no séc. XIX, mas com extensões profundamente enraizadas no modo de ser brasileiro, até hoje, a marca da desfaçatez das nossas elites. Desfaçatez e iniquidade. Qualidades estas surgidas da contradição básica entre a ostentação da norma civilizatória européia como ornamento do indivíduo-pessoa, logo negada quando da ocasião em que se põe em jogo tanto o capricho, quanto a realidade material do exercício do privilégio, manifesto pelo arbítrio, explícito ou disfarçado em formas de cordialidade, entre as quais se destaca a prática do favor.

A reiteração histórico-cultural desse comportamento anômalo, cíclica e sistematicamente praticado pelas classes dominantes, com suas conseqüências nefastas sobre a vida social, pauta pela disparidade brutal as relações sociais, particularmente em sua incidência deletéria para os de baixo, ou seja, para a maioria do povo.

Séculos dessa instituição volúvel, contrária a qualquer coerência ou fundamentação na norma doutrinária do estado de direito, bem como aos imperativos político-morais do direito à cidadania, acabaram por espriar, em todo o tecido social, esse desajuste que tem origem orgânica desde a formação da colônia. A divisão entre senhores e escravos, como também a gênese mercantilista da economia, voltada para a exploração predatória em benefício da metrópole externa, permaneceram, com variações, ao longo de toda a nossa história.

Com a evolução do capitalismo moderno, a industrialização e a urbanização, ganharam corpo os setores médios, que no entanto não ascendiam, em linhas gerais, da movimentação político-social, mas da *concessão* ou do interesse dos proprietários. A dependência assim

configurada induzia na própria reprodução da vida cotidiana a internalização do comportamento volúvel, desta feita com o viés defensivo ou passivo, mas nem por isso menos efetivo, de um trânsito alheio a qualquer coerência entre a ordem proclamada e a desordem realmente estruturante.

Como tal estado de contradição, que não condizia minimamente com a ordem civilizatória difundida como ideologia de segundo grau, nem com qualquer imperativo ético de nível prático, os conflitos e as injustiças patentes eram resolvidos sob o signo de uma violência transversal, com sinal claro para o privilégio genético das elites.

Ao longo da evolução histórica oficial, da colônia à independência política e à república, a literatura teve papel fundante da busca da identidade nacional. Cravada na dialética entre a matéria local e o modelo cosmopolita, também tinha como conflito ideológico a formalizar a expressão daquela violência estrutural, ora reproduzindo os padrões conservadores, ora vertendo as tensões que impediam a nação de se formar como um todo.

Nessa ambivalência encontra-se a gênese da operação da cultura como válvula de escape de cunho nacionalista, ideologicamente interessante às classes proprietárias, por transferir à dualidade cópia/imitação o mote diferenciador do país como pátria, enquanto escondia o problema real, que era interno.

Com as *Memórias póstumas*, Machado de Assis chegara à fórmula complexa em que, na voz do narrador proprietário e rentista em primeira pessoa, desbaratava qualquer ilusão quanto à sinceridade das elites em fazer valer o estatuto civilizatório liberal-burguês, como também quanto à possibilidade do sentimento nacional ser definido predominantemente como valor positivo.

É nessa chave de negatividade que o método de Roberto Schwarz, trabalhando com a reversibilidade entre “evidência estética” e “explicação sociológica” (1998, p.17), vai destrinchar a volubilidade como princípio formal da composição, dando a ver que se tratava de um mecanismo social.

O desajuste de Brás Cubas quanto a qualquer coerência de idéias e de atitudes, que não fosse atender aos caprichos facultados por sua situação de classe, não se devia meramente à refinação estilística. Tratava-se de uma falha real na estruturação orgânica da vida do país.

A vida nacional era ela mesma, desde a origem, mal equilibrada entre o pólo externo e as relações sociais de corte perverso.

A perplexidade causada pela constatação desse quadro de desequilíbrio, frente ao impasse prático, historicamente reconfirmado, é matéria incontornável da reflexão sobre o país. Daí a sensação de um eterno atoleiro, gigantesco, mas incapaz de passo ágil, nem muito menos prover a promessa de futuro que o nacionalismo sempre espalhou como móbile ideológico.

Para o crítico dialético, essa mistura não é motivo para escolhas por declaração de crença, preferência ou vontade. Entre promissor, grotesco e catastrófico, segue o país, a pedir a sua crítica específica. Nem submissão à importação postiza de idéias e de modas em todos os sentidos, nem a regressão ilusória, além de impossível, a quaisquer variantes imaginadas de localismo.

Depois da etapa em que estivemos sob o influxo *otimista* do período desenvolvimentista, em sua estrada por demais acidentada, entre a década de 30 e a de 80, a conjuntura mundial indicou a época neo-liberal, que acirrou sobremaneira a decepção concreta com as promessas embaladas pela superação da ditadura militar. Sem prejuízo do valor das garantias formais, sempre relativas no Brasil, a re-democratização do país veio aliada a um período de intensa recessão econômica, agravada na década de 90.

Velhos fatores como desemprego, informalidade, miséria e criminalidade, na atualidade predominantemente urbana, elevaram a violência estrutural a um nível de paroxismo e um clima de horror.

Não era de surpreender que, inclusive na literatura, assomassem os sintomas de desintegração do já combalido Eu brasileiro, lado-a-lado com a desagregação social exponenciada. Contemporâneos à globalização, com seus mitos pós-estruturalistas da deriva de identidades na arena da “Teoria”, na verdade um modo charmoso de responder ao desespero e ansiedade provocados pela rudeza da realidade, os fenômenos de desestruturação adquiriram uma dura vigência prática, nas palavras de Schwarz.

A crítica de corte filosófico, apenas, antes de ser crítica, era um, entre outros, dos sintomas da crise da modernização incompleta e já em decomposição.

Trata-se de uma nova tonalidade da operação recorrente em que o sujeito brasileiro (aquele que pode material e socialmente), mantém a todo custo a atenção fixada no horizonte dos países adiantados (e sua restrita, mas poderosa, franja interna correspondente), dando as costas à realidade do país.

Acabado o impulso esperançoso do desenvolvimentismo, que nas suas melhores formulações, buscava analisar a repercussão interna do movimento do capital contemporâneo, o

imperativo sempre em voga, tanto por que ideologicamente operado, quanto por que gritantemente necessário, relativo à urgência de salvar o país ou encontrar-lhe uma saída, deparou-se com um impasse monstruoso. O velho vício de pensar essa salvação em termos de uma equiparação às nações adiantadas, ou de alcançar uma inserção suficiente no novo sistema-mundo do capital, mostrava com mais força sua intransitividade concreta, de par com a regressão também efetiva das expectativas.

Ao assumir a especificidade brasileira como foco sério de estudo, Schwarz pontua que a situação de conjunto nem é inexplicável, nem pode ser traduzida com as referências do horizonte de primeiro mundo (que também vai a se desagregar, apesar das aparências em boa parte mantidas), sem poder deixar de levá-las em consideração. Aponta também que um resultado desse foco é a confirmação de que o(s) universalismo(s) de lá não têm encaixe aqui, muito menos de modo direto.

Trata-se então, para a teoria dialética, de um estado em que o desenrolar da história brasileira, e latino-americana, tem à frente um caminho próprio, que não anuncia garantias de bom sucesso. Antes, pelo contrário, a desagregação parece dar o tom maior, embora a nossa experiência, incluída a mais recente, seja única entre as que possam surpreender. Em todo caso, a soma das taras atávicas nacionais, e do continente sul-americano, com os rumos ultraliberais e destrutivos da financeirização selvagem em grau mundial, não são acompanhantes alvissareiros.

Ter consciência da situação, e produzir conhecimento considerando isso, é um passo importante para pensar a decorrência de tal grau de negatividade. Cabe à boa teoria não tergiversar, sob pena de engodo, interesse ou ingenuidade.

Pari passu, a questão de encontrar a saída continua mais que nunca na pauta, porém, marcadamente em outro plano, o político, que é limitado por condicionantes conjunturais e regido em boa parte pelo tempo imediato, por sua vez conduzido sob variáveis práticas e ao mesmo tempo complexas, estruturais, internas e externas.

Neste quadro, a literatura, mesmo em seu *déficit*, aponta também essa leitura em negativo. Talvez, a gravidade e a magnitude da mescla entre perplexidade e perversidade, sirva como explicação para a ausência, *grosso modo*, de obras à altura daquela que Machado teve em seu tempo, cuja leitura perdurou por um século para chegar à conclusão da acuidade da crítica que continha em si. Mesmo guardadas as devidas proporções, a escassez de substância formal parece indicar fatores correlacionados ao grau de mercadorização da cultura, bem como à cisão da fratura social, incluídos os intelectuais.

A falta, escassez, ou a degradação daquele senso de humor de cunho machadiano (mas não só, alerta), peculiar à percepção do bom escritor sobre a causa da sua *falha* não se dever a um problema de composição, mas à sobreposição inevitável da matéria formada sobre a forma social objetiva, pode acusar, no plano dos gêneros, que a obra literária atualmente padece de falta de poder prospectivo.

Se é verdade que a forma ensaio, já há algum tempo, vem se sobrepondo ao romance, a respeito daquele poder de captação do andamento do mundo e da gravitação das idéias, bem como das injunções do cotidiano problematizadas pela exploração da fantasia, não será demais verificar que na obra de Roberto Schwarz se encontram, entre os elementos de atenção às contradições, a visada estrutural, a percepção da tendência histórica e de seu sentido social, bem como a mediação constitutiva das manifestações do interesse e do conflito de classe. Se tudo isso procede, não será demais dizer que o humor adquire aí – entre a ironia e o golpe de vista poliédrico, a clara e “quieta” objetividade, e a lucidez complexa, movente e sólida – , uma alçada que dá o que pensar em teoria e realidade. Ainda mais se vislumbramos a proporção da *falha* a que alude.

Neste sentido, o seu estilo *cerrado* não deixa de solicitar definição. Problema que se apresenta, contudo, como matéria de enigma, específica para outro trabalho.

Entre ser um outro e não ser, desliza o espírito crítico em águas perigosas, numa perplexidade cujo sentido, paradoxalmente, só ganha corpo na medida em que não regride às ilusões do progresso, que, entretanto, não deixa de ter âncora.

A que princípios remete a forma desse destino desconfiado?

BIBLIOGRAFIA (e referências bibliográficas)

- Ab'Saber, Tales. Brasil no divã (entrevista). *Folha de São Paulo*, 22 mar.2006. Ilustrada, p.E1.
- Adorno, Theodor. “Notas Marginais sobre Teoria e Práxis”.In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Trad.: Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 (p.202-29).
- _____. “Crítica cultural e sociedade”. In : *Prismas - crítica cultural e sociedade*. São Paulo : Ática, 1998 (p.7-26).
- _____. *Educação e emancipação*. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.
- _____. *Notas de literatura I*. Trad. e apres.: Jorge M.B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- Adorno, Theodor e Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad.: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- Aguiar, Flávio Wolf de; Chiappini, Lygia (Orgs). *Literatura e História na América Latina* (Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991). São Paulo: Edusp, 2001.
- Ahmad, Aijaz. Linhagens do presente – ensaios. Maria Elisa Cevalco (org.). Trad.: Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002.
- Alvim, Francisco. *Elefante*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Arantes, Paulo Eduardo. *Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- Bosi, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Bottomore, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad.: Waltensir Dutra; Org. ed.bras.: Antonio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 6ª ed., 1981.
- _____. *A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo : Ática, 2ª ed., 1989.
- _____. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004; São Paulo: Duas Cidades.

- _____. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- Caldwell, Helen. *O Otelô brasileiro de Machado de Assis*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.
- Cevasco, Maria Elisa. Estudos culturais no Brasil. In: *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 173-188.
- Coronil, Fernando. In: Lazarus, Neil (editor). *The Cambridge companion to Postcolonial literary studies*. Cambridge University Press, 2004, p. 221-240.
- Corredor, Eva L.. Entrevista com Roberto Schwarz. In: *Literatura e Sociedade* (Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC, 2001-2 (nº 6), pp. 14-37.
- Freire Costa, Jurandir. Narcisismo em tempos sombrios. In: *Tempo do desejo – sociologia e psicanálise*. Fernandes, Heloisa Rodrigues (org.). São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. Sujeitos em busca de um lugar. (Resenha do livro de Figueiredo, Luis Cláudio). *Modos de subjetivação no Brasil e outros Escritos*. São Paulo, 1995). Acessado no portal do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, em 09/05/2006.
- Furtado, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- Horkheimer, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos : Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*; traduções de José Lino Grünnevald (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).
- _____. *Filosofia e Teoria Crítica*. (Idem).
- Lafetá, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.
- _____. “Batatas e desejos”. In: *A dimensão da noite e outros ensaios*. Arnoni Prado, Antonio (Org.). São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2004, p. 103-13.
- Larsen, Neil. “Hegemony or Ideology? Observations on Brazilian Fascism and the Cultural Criticism of Roberto Schwarz”. In: *Reading north by south: on Latin American literature, culture, and politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995, p. 93-99.
- _____. “Roberto Schwarz: A Quiet (Brazilian) Revolution in Critical Theory”. In: *Determinations – Essays on Theory, Narrative and Nation in the Americas*. London: Verso, 2001, p. 75-82.
- Lukács, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Tópicos).

- Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Paulani, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Prado Júnior, Bento. “A Sereia Desmistificada”. In: *Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (p. 201-17).
- Rouanet, Sérgio Paulo. “Contribuição para a dialética da volubilidade”. In: *Revista USP*, nº 9, mar/abr/mai, 1991.
- Schwarz, Roberto. *A Sereia e o Desconfiado: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- _____. *Os pobres na literatura brasileira* (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Duas Meninas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. Do lado da viravolta (entrevista). In: Haddad, Fernando (org.), *Desorganizando o consenso – nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 15-26.
- _____. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000b.
- _____. “O País do Elefante”. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 10/03/2002.
- _____. “Prefácio com perguntas”. In: Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Entrevista: Roberto Schwarz. Revista *Cult*, São Paulo, ano VI, nº 72, p. 8-12, 2003.
- _____. Entrevista: Roberto Schwarz. Um crítico na periferia do capitalismo. Revista *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, edição 98, abr./2004.
- _____. Leituras em competição. In: Revista *Novos Estudos*, São Paulo, nº 75, p. 61-79, jul. 2006.
- Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

